



UNIVERSIDADE ABERTA

Cristina Maria Lopes Pereira Vieira

Sexualidades juvenis: continuidades e mudanças

Um estudo qualitativo no distrito do Porto

Tese de Doutoramento na área científica de Sociologia,
especialidade de Sociologia da Saúde

Sob a orientação de: Professora Doutora Luísa Ferreira da Silva
e co-orientação de: Professor Doutor Duarte Vilar

Setembro de 2009

Às minhas filhas Francisca e Matilde

Ao Mário

AGRADECIMENTOS

Quando pensei nas palavras a colocar neste espaço, ocorreu-me uma espécie de *flash* de imagens de pessoas, sobretudo de amigos e amigas, cuja dedicação, generosidade, carinho e gigantesca paciência foram demonstrando ao longo deste processo. A todas essas pessoas, gostaria de expressar a minha sincera gratidão.

Desde logo, queria agradecer à minha Orientadora, Professora Doutora Luísa Ferreira da Silva, pela orientação científica, disponibilidade total, acompanhamento minucioso e os comentários pertinentes, mas principalmente pelo facto de a sentir como uma das principais responsáveis pelo meu amadurecimento intelectual e pessoal.

De igual modo agradeço ao meu Co-Orientador, Professor Doutor Duarte Vilar, pela confiança que depositou em mim, pelo apoio científico e pelo particular optimismo demonstrado.

As minhas palavras de agradecimento a todos/as jovens que directamente participaram neste trabalho, sem eles/elas a investigação seria inviável – a todos/as o meu bem-haja.

Agradeço à Universidade Aberta, instituição onde desempenho funções docentes como assistente, pelo importante enquadramento de base para a continuação do meu trabalho. Neste contexto, não queria deixar de referir o meu especial agradecimento ao Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI), particularmente à professora Doutora Manuela Malheiro pelas oportunidades proporcionadas nos diferentes âmbitos/projectos de investigação científica.

Ao Professor Michel Bozon, as minhas palavras de agradecimento por amavelmente me ter recebido, mesmo sem saber claramente quem eu era. Agradeço ter lido o meu trabalho, especificamente os dados do trabalho empírico, e me ter proporcionado uma conjunta discussão/reflexão crítica.

Não esqueço as Professoras Gabriela Moita e Teresa Joaquim, com quem partilhei algumas reflexões, dúvidas e incertezas. A pertinência das suas apreciações obrigaram-me a repensar alguns argumentos e a manter a permanente reflexão crítica. No fim, algumas das hesitações eram consideradas com tranquilidade.

Gostaria também de agradecer a todos/as que têm vindo a participar no grupo de Seminário de Investigação em Saúde (com realização na Delegação do Porto da Universidade Aberta). Agradeço a cada um/uma o particular sentido crítico revelado ao longo deste processo.

Agradeço à Ana Maria Saraiva pela sua preciosa ajuda e dedicação profissional, mas principalmente pelo carinho como tratou todos os meus pedidos “urgentíssimos”.

O meu especial agradecimento aos meus queridos amigos Sofia e Filipe que muito contribuíram com as suas críticas, sugestões, paciência e especialmente ao alento continuamente transmitido nos momentos mais difíceis. A sua constante presença em todo este processo foi por mim verdadeiramente sentido. Obrigada a ambos pela dedicação e amizade.

Finalmente, o meu profundo agradecimento à minha família, especialmente aos meus pais e sogros, que carinhosa e compreensivamente me foram dando um incondicional apoio sem o qual teria sido muito difícil manter a tranquilidade e a lucidez para aqui chegar. Destaco neste conjunto de agradecimentos as minhas filhas Matilde e Francisca pelo amor e paciência face às minhas muitas ausências e ao Mário pela cumplicidade e partilha de mais um projecto de vida em comum.

RESUMO

A *modernidade tardia* conduziu a noção de sexualidade no sentido da plasticidade em que os indivíduos conduzem os relacionamentos numa direcção da fluidez através de lógicas subjectivas de construção e reconstrução que aceitam a diversidade como norma (Plummer, 2003a; Weeks, 1985).

Enquadrados/as numa variedade de contextos socializadores, surgem e circulam mensagens múltiplas, informativas e normativas de regulação pelo saber-poder. Tendo presentes as transformações da sociedade portuguesa nas últimas três décadas, tendo em conta o facto social do risco da sida e a consequente medicalização da sexualidade (educação sexual e prevenção) e fazendo uso do conhecimento de que o saber leigo resiste à regulação das práticas do quotidiano pela normatividade da medicina, a pesquisa define como objectivos a análise da sexualidade dos jovens do ponto de vista da construção identitária que implica a socialização, a informação, a reflexividade da ciência e as escolhas individuais.

Pretende-se perceber como se desenvolve a relação do/da jovem com a sua sexualidade, numa sociedade em que à socialização primária se acrescenta uma poderosa socialização secundária e a multiplicidade de propostas abre um vasto leque de possibilidades de escolha. A pesquisa dirige-se aos significados presentes no relato de experiências relativas à socialização, modelos, orientações e lógicas relacionais/sexuais.

A pesquisa recorre ao método qualitativo de grupos de discussão (com jovens, rapazes e raparigas, portugueses, entre os dezassete e vinte e cinco anos de idade) para, através do “efeito da sinergia” provocada pelo próprio cenário grupal, perceber a construção da identidade sexual no sentido de consciência de auto-construção dos processos da sua afirmação com sentido de autonomia.

Os resultados mostram a subjectividade das lógicas leigas em que a sexualidade aparece incrustada a valores, símbolos e significados que ultrapassam a lógica da racionalidade científica e relativizam a adesão à sua normatividade. Ajustamentos, construções próprias e individuais deixam perceber o sentido plural da sexualidade. Os/as jovens dão a perceber que edificam uma sexualidade feita de escolhas onde podem prevalecer concepções mais centradas em paradigmas tradicionais ou mais dirigidas por paradigmas modernos.

ABSTRACT

Late modernity has driven the notion of sexuality in the sense of plasticity. The rationality of liquid relationships is subjective and diversity is common (Plummer, 2003a; Weeks, 1985).

Multiple messages emerge and circulate within a variety of social contexts. Information is incorporated with *bio-power*.

Bearing in mind the transformations of Portuguese society during the last three decades; risk associated to sexual diseases; and also knowing that lay knowledge resists health promotion medical norms; this research aims to understand youngsters sexuality from the perspective of identity construction. It implies socialization, information, scientific knowledge and individual choices.

How do youngsters cope with sexuality within a society where to a primary socialization is added a more powerful second one and where multiplicity opens a wide range of choices? This research focuses the meanings sustaining socialization, roles, and choices.

Method is qualitative through focus groups (with male and female Portuguese youngsters aged from seventeen to twenty-five years old). Through the 'synergy effect' caused by group itself, we look for sexual identity construction.

Results show the subjectivity of lay rationalities in which sexuality appears associated to values, symbols and meanings that overcome the scientific logic. Sexuality is plural and built through choices either centred on traditional standards or on modern ones.

RÉSUMÉ

La *modernité radicalisée* a conduit la notion de sexualité dans le sens de la plasticité. Les rapports sont fluides et acceptent la diversité comme norme (Plummer, 2003a; Weeks, 1985). Les messages sont multiples et constituent un dispositif de la régulation par le savoir-pouvoir. Etant donné les transformations de la société portugaise dans les trois dernières décennies ; vu le fait social du risque du sida et la conséquente médicalisation de la sexualité (éducation sexuelle et prévention) ; et sachant que le savoir profane résiste à la régulation des pratiques du quotidien par la normativité de la médecine ; cette recherche se donne comme objectifs l'analyse de la sexualité des jeunes du point de vue de la construction identitaire qui implique la socialisation, l'information, la réflexivité de la science et les choix individuels.

Le but est de comprendre le développement de la relation des jeunes avec sa sexualité à l'intérieur d'une société où une puissante socialisation secondaire s'ajoute à la socialisation primaire et où la multiplicité ouvre un vaste éventail de possibilités de choix. La recherche s'adresse aux significations présentes dans le récit d'expériences concernant la socialisation, les modèles, les orientations et les logiques relationnelles/sexuelles.

La méthode est qualitative, par des groupes de discussion (avec des jeunes Portugais, des garçons et des filles, âgés de dix-sept à vingt-cinq ans). À travers l'«effet de synergie» provoqué par le groupe lui-même, on cherche à comprendre la construction de l'identité sexuelle, c'est-à-dire, la conscience de l'auto-construction des procédés de son affirmation autonome.

Les résultats montrent la subjectivité des logiques profanes où la sexualité apparaît associée à des valeurs, des symboles et des significations qui dépassent la logique de la rationalité scientifique et en relativisent l'adhésion. Les constructions individuelles laissent concevoir le sens pluriel de la sexualité. Les jeunes édifient une sexualité faite d'options où on trouve des conceptions plutôt centrées en paradigmes traditionnels ou plutôt dirigées par des paradigmes modernes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
I PARTE Enquadramento teórico-conceitual do objecto de estudo	22
CAPÍTULO 1 - A Sexualidade e a Juventude	23
1.1. A sexualidade – entre a natureza e a cultura	23
1.2. A noção de juventude - de categoria classificativa a processo social	27
1.3. Perspectiva histórica	30
1.3.1. A sexualidade nas sociedades pré-modernas	30
1.3.2. Sexualidade e juventude na transição para a modernidade	34
1.3.3. As rupturas dos anos 60 e 70	42
1.3.4. A década de oitenta – sexualidade livre em tempos de VIH/sida	50
CAPÍTULO 2 – As mudanças da modernidade	53
2.1. O social fluido na construção das culturas juvenis	53
2.2. O consumo na modelação de sexualidade	56
2.3. A auto- construção do corpo – regulação e incorporação social	59
2.4. A identidade construída reflexivamente	62
2.4.1 A Identidade Sexual	67
CAPÍTULO 3 – A realidade social portuguesa	75
3.1. Portugal dos anos 60 e 74	75
3.2. O percurso da modernidade	77
3.3. Os percursos da sexualidade e da educação sexual – revisão da legislação	82
3.3.1. As alterações na condição juvenil e na sexualidade – estudos empíricos	87

II PARTE A sexualidade dos jovens como objecto de estudo	96
CAPÍTULO 4 - O objecto de estudo: propósitos analíticos	97
4.1. Objecto e objectivos	97
CAPÍTULO 5 - O percurso metodológico e a amostra	102
5.1. A definição da estratégia metodológica – grupos de discussão	102
5.2. A constituição da amostra e a estratégia de recolha de dados	111
5.3. As especificidades de cada grupo	118
5.4. A análise sociográfica da amostra	125
CAPÍTULO 6 - Estratégia de análise	137
III PARTE A palavra dos/das jovens - análise e discussão dos resultados	142
CAPÍTULO 7 – A socialização da sexualidade	143
7.1 O difícil diálogo entre papéis familiares	143
7.1.1 Sexualidade e género – percepções diferenciadas	152
7.2. A escola e as tecnologias de informação e comunicação	159
7.3. A socialização da sexualidade - breve síntese	168
CAPÍTULO 8 – A sexualidade experienciada	170
8.1 A sexualidade juvenil como prática legitimada	170
8.2 A iniciação sexual e sua percepção diferenciada pelos géneros	173
8.3 A expectativa, a desilusão e os medos na primeira experiência coital	177
8.4 As práticas de sexualidade	182
8.5. A sexualidade experienciada – breve síntese	190
CAPÍTULO 9- O corpo relacional	193
9.1. Um instrumento na lógica da sedução	195
9.2. O corpo físico	201
9. 3. O corpo imagem	206
9.4. O corpo relacional – breve síntese	210
CAPÍTULO 10- Modelos e lógicas de relacionamento	211

10.1. “Comer”; “curtir”; “andar” e “namorar”	211
10.2. A <i>relação séria</i> e a experimentação - <i>vadias e heróis</i>	216
10.3. Relacionamento e risco / prevenção	227
10.4. Modelos e lógicas de relacionamento - breve síntese	235
CAPÍTULO 11 - Modelo(s) de orientação sexual	237
11.1. Nós e eles – ser heterossexual é a natureza “normal”	237
11.2. O estigma, comporta a ambivalência	248
11.3. A identidade sexual é plástica, mas com limites	255
11.4. Modelo(s) de orientação sexual – breve síntese	259
DISCUSSÃO CONCLUSIVA	261
BIBLIOGRAFIA	276
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

Com o advento da ciência moderna, a sexualidade tornou-se um campo institucionalizado, isolado do resto da vida social. Foucault (1994a) analisou a crescente aplicação da ciência aos diferentes domínios sociais, nomeadamente à sexualidade. O saber-poder desenvolve conhecimentos e discursos, fiscalizações e resistências, constituindo um dispositivo que, por uma rede de “mecanismos encadeados, garante a proliferação de prazeres específicos e a multiplicação de sexualidades diversificadas.” (Foucault, 1994a: 52). As novas produções do saber, na medicina e na psiquiatria, constroem um discurso de biologização da sexualidade, assente na dualidade normal/desviante (Weeks, 2003b).

No início do século XX, a psicanálise coloca a sexualidade no centro da psicologia humana, daí fazendo decorrer os papéis sexuais. A antropologia vem a relativizar essa perspectiva de universalidade dos papéis sexuais, mostrando que existe uma variabilidade de comportamentos padronizados para cada sexo conforme as sociedades.

As obras de Alfred Kinsey (1948 e 1953) e mais tarde as de Masters e Johnson (1957 e 1965) remeteram as questões da normalidade da sexualidade para segundo plano. O trabalho de Kinsey, documentando uma diversidade de comportamentos sexuais, indicou que as formas “perversas” existiam numa perfeita continuidade da vida “normal”. As décadas de sessenta e setenta surgiram como períodos de ruptura das certezas da tradição sexual. Os movimentos feministas vêm pôr em causa a violência masculina de subordinação das mulheres e reivindicar o direito ao prazer. Do contexto sócio-cultural das décadas de sessenta e setenta resulta uma liberalização sexual, com significativas alterações na intimidade e na sexualidade individual e social.

As alterações no casal e na família implicam-se com a afirmação da juventude como movimento de contestação da sociedade, criticando os valores morais dominantes, os

estilos educacionais tradicionais, as relações amorosas e a sexualidade (Vilar, 2002). A sexualidade instala-se no espaço público.

Ao longo da história, as diferentes mensagens que emergem das fronteiras estabelecidas entre as realidades femininas e masculinas reflectem diferentes poderes que a História tem mostrado que são predominantemente androcêntricos (Bourdieu, 1999). No contexto da *modernidade tardia*, sucedem-se transformações no entendimento subjacente aos princípios unitário e binário. Determinados conceitos que assentavam na convicção de unidade, permanência e continuidade, fazem hoje parte de uma escala mais alargada de entendimentos e possibilidades. Emergem conceitos reorganizados no plural, como: “famílias”; “sexualidades”; masculinidades”; “feminilidades” que fazem referência ao facto de existirem múltiplas formas de *being gendered* mesmo quando há padrões dominantes (Plummer, 2003a). Esta forma de pluralismo e flexibilidade torna possível aos indivíduos conduzirem a natureza dos relacionamentos em relação à família, à sexualidade e ao género.

Na relação do casal contemporâneo as diferenças e as regras de estruturação não se baseiam rigidamente em especificidades identitárias o que faz com que a decisiva distinção entre os cônjuges baseada no género venha a perder força. O relacionamento entre o casal apoia-se nas posições ocupadas por cada um e na interacção com base em jogos de complementaridade, orientado por princípios de companheirismo e de reciprocidade. Neste contexto, a sexualidade aparece como a linguagem base da relação do casal e essencial à sua existência (Kaufmann, 2003). No casal contemporâneo, o papel central da sexualidade passa pela reciprocidade na actividade sexual (Bozon, 2002b). A *sexualidade plástica*, liberta das necessidades da reprodução, sofre a influência de mecanismos de subjectividade e é moldada como uma característica da personalidade que consequentemente aparece ligada ao *self* (Giddens, 1996; 1997). Em suma, hoje a questão central da sexualidade não passa por saber qual o lugar que ocupa na vida dos indivíduos, mas por saber como deve ser vivida.

A sociedade portuguesa vai acompanhando estes movimentos num contexto de autoritarismo nacional e familiar. É sobretudo a partir da instauração da democracia, em 1974, que as mudanças ganham relevo social. Na década de oitenta, a sexualidade aparece ainda submetida à conjugalidade (Vaz, 1988). Mas rapidamente se acentua a adopção de novos modelos no casamento e na família, com acentuação da individualização e aproximação dos papéis de género. A liberalização dos comportamentos sexuais ganha reconhecimento social na década de oitenta com a institucionalização do planeamento familiar para os jovens e da educação sexual nas escolas.

A juventude portuguesa vive a sexualidade de forma mais liberal do que as gerações anteriores, numa ética a que Pais (1993) se refere como *experimentalista*. A idade da primeira relação sexual/coital tem vindo a baixar e ocorre fora da instituição casamento (Almeida et al., 2004). A liberalização da sexualidade é concomitante com a entrada de Portugal no mercado de consumo liberal e por essa via os jovens acedem a produtos de socialização “informacionalizada” “do sexo”. A sexualidade dos/das jovens portugueses está cada vez mais descentrada das necessidades reprodutivas e do casamento, ou seja, apresenta-se como uma *sexualidade plástica* (Giddens, 1996) ou *plasticizada* (Pais, 1998b), autonomizada e valorizada por si mesma (Alferes, 2002; Almeida et al., 2004; Pais, 1998b; Silva et al., 2005; Vasconcelos, 1998).

Este alargamento do espaço da sexualidade é concomitante com a preocupação com o VIH/sida que a sociedade portuguesa, ainda fortemente marcada por uma visão de cariz puritano, tem dificuldade em encarar abertamente. As conquistas de liberalização dos costumes, atitudes e comportamentos sexuais foram ameaçadas na década de oitenta pelo aparecimento da SIDA que recolocou com veemência as oposições bom sexo/mau sexo, normal/patológico e saudável/doente.

O VIH/sida instala a sexualidade no domínio da medicina preventiva que assume a orientação dos comportamentos na base do conhecimento científico. Contaminação e contágio, doença e morte, amplificam os medos e preconceitos sobre as sexualidades divergentes da norma (Bastos, 2002). É em estreita associação com a medicina que,

numa perspectiva de luta contra a epidemia, são criados os organismos específicos de educação para a sexualidade “responsável”. A sexualidade é hoje um problema de saúde pública e, como tal, medicalizada, ou sujeita ao controlo disciplinar do conhecimento médico, que Foucault definiu como o bio-poder. Apresentada pela OMS numa definição de sentido positivo, a sexualidade integra os programas de promoção da saúde bio-psico-social – um conceito amplo que remete para o bem-estar emocional, físico, mental e social (Otava, 1986)¹ – mas se traduz, na prática, essencialmente, numa actividade de educação para a prevenção da doença.

Na segunda metade do século XX, a ênfase na saúde impôs-se, em resultado da nova preocupação social representada pelas doenças crónicas. Reforçando a noção de risco, a doença crónica constrói uma nova representação de saúde/doença em que, mais do que a oposição entre estados, é acentuada a continuidade feita de estados intermédios. A saúde pública generalizou o pensamento médico ao conjunto do corpo social, abrangendo cada vez mais grupos de população pela generalização da noção de risco que se dirige a todos os comportamentos humanos (Fassin, 1996). A saúde é hoje uma actividade cívica que se estende ao conjunto da população e não já a grupos específicos. Impôs-se a educação para a saúde como actividade institucional que se dirige à construção, na população, de comportamentos saudáveis – que são definidos por práticas que envolvem o corpo e o risco de adoecer (alimentação, exercício físico, consumos aditivos, nomeadamente). Na época da modernidade tardia, a saúde é definida como bio-psico-social, acentuando a subjectividade e a reflexividade nela implicadas. Mas ela continua a ser monopolizada pela medicina e objectivada no corpo. O bio-poder que Foucault analisou como disposições que insidiosamente se dirigem a todos os comportamentos do quotidiano, estende a noção tradicional de comportamentos nocivos para uma noção mais vasta que abarca todos os comportamentos humanos.

A pesquisa sociológica sobre saúde é um domínio pouco desenvolvido. A sociologia da saúde é aliás uma denominação recente que começa a substituir a de sociologia da saúde e da doença, por vezes ainda denominada de sociologia médica. Este processo

¹ Carta de Otava - elaborada na Primeira Conferência Internacional de Promoção da Saúde realizada no Canadá, em 1986

de mudança de designação deste campo específico da sociologia traduz o percurso da sociologia no domínio da saúde/doença. Inicialmente, na década de cinquenta, os estudos focaram a instituição médica numa perspectiva estrutural funcionalista (Parsons, 1955) que encarava a saúde como a capacidade para desempenhar os papéis sociais. A partir da década de sessenta, no paradigma interaccionista, as relações médico-doente são o foco da análise que faz aparecer a doença como construção da dominação profissional (Freidson, 1984; Goffman, 2003). A perspectiva do conflito, na década de setenta, encarou a medicina na vertente de instituição de controlo social (Foucault, 1997; Illich, 1975) e desenvolveu a visão crítica das desigualdades sociais em saúde, nomeadamente no que respeita às diferenças entre a mortalidade e a morbilidade das classes sociais (Townsend, 1983) e aos factores sociais que motivam as diferentes oportunidades de recurso aos cuidados (Hannay, 1980; Zola, 1973). É também nesta época que Strauss (1992) analisa a instituição médica à luz do modelo da negociação. Aparecer o doente (crónico) como sujeito activo da construção das regras e papeis em que se integra. Os estudos sobre a doença crónica fizeram surgir a visão leiga, do paciente, e a subjectividade que interfere na construção profissional da doença e do doente (Williams, 1984; Bury 1982). O foco dirige-se para a construção do significado e para a centralidade do corpo (Kelly & Millward, 2004; Pierret, 2003).

O corpo tornou-se um dos focos do debate sociológico. A sociologia, como estudo da acção, tem de dispor de uma teoria social do corpo já que a agência e a interacção humanas estão para além do que é o conhecimento, a intencionalidade e a consciência (Turner citado por Bury, 1997:173). O humano e a agência são corporalizados. Nesta perspectiva, a sociologia da saúde situa-se no cruzamento do indivíduo, do eu (*self*) e da sociedade, ponto de intersecção da sociedade com o corpo.

Do ponto de vista da saúde (no sentido positivo e não no de não-doença), o primeiro estudo foi o de (Herzlich, 1996) em que, ao nível das representações sociais, a oposição saúde – doença aparece associada à oposição indivíduo – sociedade, esta responsável pelo adoecer (o carácter “doentio” da sociedade urbana). Novas pesquisas sobre as representações sociais de saúde vieram desenvolver a compreensão leiga do conceito, mostrando que ele remete para entendimentos diversos consoante os grupos

sociais (Calnan, 1987; Pierret, 1984). Genericamente mais expressivo e menos funcional quando se passa das classes populares para as classes mais favorecidas, o conceito de saúde sofre também a influência do género e da idade (Backett, 1990; Calnan, 1987; Charles, 1998; Pierret, 1984).

A pesquisa sociológica sobre saúde desenvolveu também o conhecimento sobre as atitudes face ao saudável, ou, mais propriamente, aos comportamentos saudáveis definidos pela medicina – alimentação, exercício físico, não consumo de tabaco, de álcool, etc. (Blaxter, 1998; Calnan, 1991). De uma forma geral, constata-se uma falta de coincidência, nos actores, entre o conhecimento das normas relativas ao modo de vida saudável, as atitudes consideradas desejáveis e os comportamentos realmente praticados.

Numa perspectiva orientada para a compreensão da acção, um estudo português em que participámos (Silva, 2008) investigou as racionalidades leigas do saber prático de saúde, ou seja, procurou os significados subjacentes às práticas do quotidiano associadas à promoção da saúde. Em resumo, os resultados mostram que as atitudes face à saúde se situam predominantemente na concepção tradicional saúde-destino e não na concepção moderna de saúde-construção. O *habitus* (Bourdieu, 1979) aparece condicionante da relação com a saúde numa visão holística que a integra nas práticas do dia-a-dia e na qual está presente a marca da estrutura social nomeadamente no que respeita à cultura-ideologia do consumo e seus produtos, bem como aos condicionalismos materiais. Em qualquer das concepções de saúde encontradas, a lógica da acção é subjectiva e adapta as normas da ciência por forma a fazê-las adequarem-se aos hábitos do quotidiano e aos valores culturais, nomeadamente do ponto de vista da convivialidade e do gosto. A noção de risco não é ignorada, mas, nas práticas quotidianas, é como que “esquecida” ou “relativizada”, isto é, não convocada. A noção de 'prevenção activa' pela agência individual que a medicina advoga, está praticamente ausente dos discursos, remetida em alguns casos para a 'prevenção passiva' (médica) em que à medicina se atribui a capacidade de controlar a doença.

A pesquisa a que se refere o presente trabalho pretende ligar estes dois domínios da sexualidade juvenil e da saúde. Concretamente, pretende-se perceber como é vivida a entrada na sexualidade na época que a define no interior do domínio regulador da saúde. Tendo presentes as transformações da sociedade portuguesa nas últimas três décadas, tendo em conta o facto social do risco da sida e conseqüente medicalização da sexualidade (educação sexual e prevenção) e fazendo uso do conhecimento e que o saber leigo resiste à regulação das práticas do quotidiano pela normatividade da medicina, a pesquisa define como objectivos a análise da sexualidade dos jovens do ponto de vista da construção identitária que implica a socialização, a informação, a reflexividade da ciência e as escolhas individuais.

A compreensão que buscamos pretende situar a evolução do pensamento juvenil sobre sexualidade, pois é esse enquadramento que lhe dá o sentido social de mudança. Mas esta não é uma pesquisa de comparação de práticas, atitudes e opiniões. A pesquisa elege o método qualitativo (grupos de discussão) para perceber a construção da identidade sexual no sentido de consciência de auto-construção dos processos da sua afirmação com sentido de autonomia. Interessa-nos perceber como se desenvolve a relação do/da jovem com a sua sexualidade, procurando perceber a sexualidade experimentada, através dos percursos de socialização, modelos, orientações e lógicas relacionais/sexuais.

Enquadrados numa variedade de contextos socializadores, os/as jovens assimilam uma multiplicidade de mensagens, em que persistem entendimentos e influências mais tradicionais ou mais modernas. Sendo a sexualidade um domínio relevante da construção da identidade individual e social, sentimos necessidade de perceber como conciliam as contradições e orientam as suas opções.

O trabalho organiza-se então em três partes, sendo a primeira de enquadramento nos marcos teórico-conceptuais de referência para os factos sociológicos sexualidade e juventude. Recorre à abordagem histórica dessas noções e à sua discussão no âmbito da sociologia. Modernidade, identidade e reflexividade são os conceitos mobilizados. A segunda parte refere-se à construção do objecto de estudo a partir desse

conhecimento atrás revisto e inclui a justificação da opção metodológica pela análise qualitativa e pela técnica de grupos de discussão. A terceira parte concerne aos dados do trabalho empírico e sua análise que é organizada nos vectores de socialização, experiência, corpo, modelos de relacionamento e orientações sexuais. O trabalho finaliza com uma síntese conclusiva e apresentação da bibliografia.

A análise dos discursos de jovens identifica uma sexualidade plural onde podem prevalecer concepções mais centradas em paradigmas tradicionais ou mais dirigidas por paradigmas modernos.

A aprendizagem da sexualidade surge relacionada a uma multiplicidade de conteúdos que circula nos espaços privado e público. No espaço privado percebe-se a aproximação dos progenitores na comunicação sobre sexualidade o que constitui sinal de mudança em relação ao passado recente. A abordagem adopta uma perspectiva marcada pela educação para a saúde, mais de tipo informação médica e menos de tipo sexualidade experienciada/afectivo-relacional. No entanto, persiste uma atitude de pouco à-vontade nesta comunicação familiar. São os pares a influência central na aprendizagem da sexualidade. A socialização para a sexualidade feita no espaço privado evidencia a persistência do duplo padrão de género.

As tecnologias de informação e comunicação assumem um papel importante no desenvolvimento pessoal, podendo afirmar-se que o quotidiano se organiza em torno de uma permanente presença da sexualidade. Paralelamente, os discursos dos/das jovens dão a entender um sentido crítico negativo em relação aos recursos tecnológicos num significado de avaliação moral.

Os e as jovens têm uma vida sexual activa. Esta realidade é percebida como opção legitimada pela sociedade (e autorizada pela família) o que é um indicador de mudança em relação ao passado recente. Mantém-se o valor moral atribuído à virgindade feminina mas ele deixou de ser uma condição através da qual tudo mais era avaliado (seriedade, reputação e honradez).

A iniciação sexual/coital parece ter um significado diferente para rapazes e raparigas do ponto de vista das representações (medo de engravidar, na rapariga; medo de não ser viril, no rapaz) e do relacionamento (relação séria, para elas; experiência, para eles). Numa acentuada convergência entre os e as jovens, a sexualidade é experienciada com prazer, e adoptando práticas de grande intimidade num quadro de romantismo e de “hedonismo-erótico”. A aparência surge demarcada por mecanismos de regulação da masculinidade/feminilidade manifestando incorporação de valores novos de reconstrução do corpo.

Os/as jovens classificam os modelos de relacionamento em códigos (*comer, curtir, andar e namorar*) que traduzem formas plásticas de sociabilidade e afectividade. Nesta categorização, os discursos dão conta da persistência de contornos de um duplo padrão de género.

Em relação aos discursos que nos remetem para a questão dos modelos de orientação sexual percebemos que estes surgem num emaranhado de lógicas que mais não traduzem do que complexidades. A primeira e talvez mais forte constatação é a de que as identidades sexuais hetero / homo são equacionadas num espaço de fronteiras que demarcam o “nós” e o “eles” e denota a presença da moralidade da heteronormatividade que informa, ainda hoje, as representações sociais e as atitudes nesta matéria. Tabu e estigma revelam-se com clareza nos discursos que os/as jovens fazem em seu nome próprio. No entanto, é aos/às progenitores que os/as jovens atribuem as atitudes excludentes.

O domínio da contraceção é um campo de ambiguidades entre as forças modernas de racionalização – representadas pelo uso do preservativo aconselhado pela medicina para prevenir o risco de VIH/sida –, as forças morais subjectivas – representadas pela confiança na fidelidade do/a parceiro/a – e os preconceitos sociais – representados pelo medo da gravidez pré-conjugal. Claramente, a opção de contraceção é adaptada ao modelo relacional.

I PARTE

Enquadramento teórico-conceitual do objecto de estudo

CAPÍTULO 1. A Sexualidade e a Juventude

As aparências biológicas e os efeitos bem reais produzidos, nos corpos e nos cérebros, por um longo trabalho colectivo de socialização do biológico e de biologização do social conjugam-se para inverter a relação entre as causas e efeitos e fazer surgir uma construção social naturalizada [...].(Bourdieu, 1999)

1.1. A sexualidade - entre a natureza e a cultura

A sexualidade é um produto da cultura humana. Isso significa que, adoptando uma complexidade de configurações, ela é algo que se constrói no quotidiano. É o resultado de elaborações subjectivas, estruturadas e estruturantes, a partir de um conjunto de valores e ideologias predominantes, em cada momento da história. Ou seja, ela surge da interacção das práticas sociais e das imagens culturais que contribuem para moldar e modificar os cenários culturais.

Quando Weeks (2003b) refere que a sexualidade *é uma invenção da cabeça humana*, isso não significa que ela não exista ou que possa ser ignorada. A sexualidade existe e inevitavelmente dela faz parte a coordenação da actividade mental com a física, ou fisiológica, ambas apreendidas culturalmente. “Of course sexuality exists as a palpable social presence, shaping our personal and public lives. But I am suggesting that what we define as “sexuality” is an historical construction, which brings together a host of different biological and mental possibilities, and cultural forms – gender identity, bodily differences, reproductive capacities, needs, desires, fantasies, erotic practices, institutions and values – which need not be linked together, and in other cultures have not been.” (Weeks, 2003b: 6)

Encarar a sexualidade como construção social implica diferenciar as conceptualizações que lhe estão associadas. Por exemplo, na linguagem comum, o termo “sexo” assume uma diversidade de sentidos e de significados. Ele é aplicado na categorização do género feminino/masculino através da distinção dos órgãos sexuais externos, das potencialidades de reprodução e das características físicas e psicológicas, ou seja, trata-se sobretudo de um entendimento com base em princípios biológicos. Nesta conceptualização, o sexo aparece como a *identidade biológica* do indivíduo, directamente associado ao facto de se ser “macho” ou “fêmea”, o que pressupõe um padrão de expectativas de género (Andersen, 1983). Contudo, essas explicações biológicas dos padrões de género estão profundamente *incorporadas e representadas* nas mentalidades dos indivíduos.

Associadas à lógica da socialização *do biológico e da biologização do social*, as aparências biológicas, marcadas nos corpos e nos cérebros, associam-se, alterando a relação entre as causas e efeitos. Situação determinante que faz surgir uma construção social naturalizada, que pensa o género enquanto *habitus sexados* (Bourdieu, 1999). Atribuímos à relação género/sexualidade uma dialéctica ancorada à ideia de que se por um lado o género estrutura a sexualidade, inscrevendo nas suas acções e nos significados uma lógica de relações distintas (na lógica do autor, organizada segundo o princípio androcêntrico), por outro a sexualidade legitima as relações de género entre homens e mulheres.

A palavra “sexo” pode igualmente estar associada à expressão *fazer sexo* ou *ter sexo*, expressão relativamente recente², relativa ao acto sexual enquanto coito (Caplan, 1996). Na generalidade, o sentido que lhe é atribuído consiste num conjunto de categorias orgânicas e/ou comportamentais relativas à satisfação sexual. Subjacente a esta concepção, está a naturalização das relações heterossexuais (coitais) no sentido da legitimidade da vivência, enquanto componente essencial do sistema normativo – o mesmo será dizer está a *heteronormatividade* (Bajos et al., 2008). Orientada por

² Surge pela primeira vez, em 1975, no Dicionário de Inglês de Oxford.

categorias sexuais masculinas (Bourdieu, 1999), esta concepção é determinante para a legitimidade da sexualidade com o sexo oposto enquanto “sexo natural” o que exclui as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo – como não pertencendo à “natureza humana” (Weeks, 2003b).

O princípio de “sexo natural”, no sentido em que é usada a terminologia comum de que “agimos naturalmente”, resulta do não questionamento do significado ou sentido da acção que assumida em consonância com o meio, acaba por integrar o próprio organismo, surgindo como reacções que parecem automatismos corporais. O que torna o sentido dessa *incorporação* “natural” é o facto de se partir do pressuposto de que se trata de algo que não é apreendido, considerado por isso mesmo uma acção inata (Bourdieu, 1979; 1999). No entanto, se entendermos que essa “naturalidade” que atribuímos às acções está dependente do conhecimento e da assimilação de regras, dos domínios em que são produzidas e das próprias lógicas de funcionamento, percebemos que os comportamentos se identificam num conjunto de disposições adquiridas, a partir da socialização e que se integram no *habitus* (Bourdieu, 1979). Como refere o autor, este saber *incorporado*, subjacente a esquemas de percepção e inclinações para agir, pensar e sentir de determinadas formas, orienta para uma espécie de princípio não consciente da acção. Ou seja, a *fisionomia social* surge materializada através da forma como o corpo se insere, se move e interage no espaço (Bourdieu, 1979). “Tout se passe comme si les conditionnements sociaux attachés à une condition sociale tendaient à inscrire le rapport au monde social dans un rapport durable et généralisé au corps propre, une manière de tenir son corps, de le présenter aux autres, de le mouvoir, de lui faire une place, qui donne au corps sa physionomie sociale. “ (Bourdieu, 1979 : 552).

Ou na escrita de Berger & Luckmann (1999) , *a sociedade penetra no organismo* e determina os limites e as formas de satisfação dos impulsos sexuais, actuando directamente nas funções orgânicas. Também Bozon (2002a) refere: “Ainsi, il n'existe pas d'état de nature dans la sexualité humaine, et l'effet de la construction culturelle n'est pas de censurer une pré-tendue pulsion initiale, mais d'établir les bases d'une interaction sociale qui ne pourrait se produire sans cela. “ (Bozon, 2002a: 170).

É assim que, não negando os elementos fisiológicos constituintes da sexualidade (com todo o elenco genético, o sistema endócrino, os órgãos genitais internos e externos, o cérebro e a própria figura corporal e a actividade sexual), se tem de situar a sua origem quer no corpo quer na mente, estabelecendo-lhe limites, no indivíduo e na cultura. No pressuposto de que, tratando-se de uma realidade humana, eles não dependem apenas dos impulsos fisiológicos, mas surgem imbricados em e normalizados por modelos reguladores (López & Fuertes, 1999).

Nesse sentido, o primeiro passo para perceber a sexualidade enquanto fenómeno social é a sua “desnaturalização”. Ou seja, a sexualidade, para ter significado e ser exercida, deve ser pensada como uma construção da humanidade que incorpora diferentes possibilidades e cenários sexuais. Como escreve Weeks (1985), “The erotic possibilities of the human animal, its generalised capacity for warmth, intimacy and pleasure, can never be expressed “spontaneously” without intricate transformations; they are organised though a dense web of beliefs, concepts and social activities in a complex and changing history” (Weeks, 1985: 4). O mesmo será dizer que o ser humano não sabe agir exclusivamente através de uma sexualidade por instinto. Ele precisa de uma aprendizagem social que lhe determina como, quando e com quem pode interagir, o que lhe permite dar sentido aos seus actos. Neste contexto, toda a “liberdade de escolha” surge influenciada por condicionalismos culturais. “Biological explanations of gender patterns in society have a deep hold in people’s thinking, but, as we will see, there is not necessarily a fixed relationship between biological features of human life and the social creatures we become. The link between biology and human life is highly mediated by cultural influences” (Andersen, 1983:23). Toda a essência do ser humano, da qual a sexualidade não é excepção, é socialmente produzida e regulada, condicionada por uma teia de significados e exercício de poderes cujas relações assumem, em cada momento histórico e social, configurações próprias (Bourdieu, 1999; Foucault, 1994a; Giddens, 1996).

1.2. A noção de juventude - de categoria classificativa a processo social

La “jeunesse” n’est qu’un mot.

(Bourdieu, 2002b)

Sendo o nosso tema a sexualidade dos jovens, o conceito de juventude está também em causa. Também nele estão presentes diferentes paradigmas de entendimento. A questão que a Sociologia coloca é em que medida podemos pensar a juventude como categoria sociológica, ou seja, se ela pode ser entendida enquanto grupo social dotado de uma unidade de representações e de atitudes, a partir da idade (Bourdieu, 2002b; Galland, 1991; Pais, 1993).

A uniformidade dos discursos políticos e a lógica de intervenção administrativa conferem à noção de juventude um conjunto de características homogéneas, nomeadamente uma unidade de interesses e de problemáticas comuns, assente em termos etários, com origem em critérios juridicamente constituídos que determinam a participação em diferentes sistemas (escolar, médico, protecção social, mercado de trabalho, etc.). A noção de idade, assente em critérios de medida abstracta, é construída com base em necessidades administrativas, que estabelecem princípios artificiais, arbitrários, relativos e, por isso mesmo, lhe conferem um sentido não universal e heterogéneo (Lenoir, 1998). Inerentes à idade cronológica e às diferentes divisões estão noções sociais. De acordo com a época, os costumes, as instituições e até com a composição da população, as diferentes faixas etárias assumem mais ou menos importância. O mesmo será dizer que: “[...] suivant l’époque, les coutumes, les institutions, la composition même de la population, on attache plus ou moins d’importance à ce caractère, et la jeunesse, l’âge adulte, la vieillesse sont définies par l’opinion de façon très différente.” (Halbwachs, 1972 :334).

Quando pensamos na juventude pronunciada como uma unidade social, constituída por interesses comuns e demarcada com limites em função da categorização da idade, não

estamos senão a percebê-la como um objecto de manipulação, construído socialmente. Quando pensamos nos critérios que balizam os limites de juventude, entre as margens da imaturidade (infância) e da maturidade (idade adulta), percebemos que eles dependem menos de marcos cronológicos ou biológicos do que da própria produção social que lhes confere sentido. As categorias nominais atribuídas às diferentes faixas etárias, por exemplo, “infância”; “jovens”; “adolescentes”; “velhos”, etc., não estão dissociadas de uma manipulação, mais ou menos latente (Bourdieu, 2002b). É nessa manipulação que se redefinem os poderes inerentes aos diversos momentos do ciclo de vida em que cada um reclama o seu lugar na teia de relações de força. As relações objectivas são determinadas por um conjunto de significados pré-construídos e de relações de poder que dominam o sistema de entendimento das estruturas sociais e das estruturas mentais (Bourdieu, 1979). Por exemplo, na actual economia de mercado, considera-se que são os trabalhadores mais jovens que devem dinamizar o mundo de negócios - condição não exigida outrora – o que se torna visível nos anúncios de um qualquer jornal em que é frequente encontrar como requisito da oferta de emprego, o limite de idade não superior a trinta e cinco anos. É nesse sentido, que é possível afirmar que a idade entendida enquanto dado cronológico, aparentemente objectivo e contínuo, se encontra claramente submetida a lógicas e variações sociais descontínuas. O mesmo será dizer que a idade é um dado *biológico socialmente manipulado e manipulável* (Bourdieu, 1980; Bourdieu, 2002b; Cruz, 1984).

O entendimento sociológico da juventude passa por abolir o mito de uma categoria com condutas homogéneas, centradas em dados indiscutíveis que reflectem representações, ou seja, um conjunto de *doxas dominantes* (Pais, 1990; 1993). Pais (1993) em *Culturas Juvenis* parte da *doxa dominante de juventude* como problema social referindo algumas situações reconhecidas como específicas dos jovens, entre outros, destacam-se: problemas de inserção profissional; problemas de falta de participação; problemas de droga; problemas de delinquência; problemas de escola e problemas com os/as progenitores. Na investigação sobre práticas culturais no domínio do lazer, o autor verifica que existe uma diversidade de situações sociais que torna a aparente unidade da juventude numa clara condição heterogénea, com uma pluralidade e diversidade de situações, ancoradas a normas próprias resultado das diversas práticas

quotidianas. A juventude não é um todo homogéneo e coeso. Ou seja, oriunda das correntes “geracional” e “classista”, a sociologia da juventude tem avançado, combatendo crenças e representações sociais cujo fundamento surge associado a interpretações colectivas. Nesse sentido, a sociologia da juventude tem vindo a reflectir esta dualidade que: por um lado entende a juventude como um conjunto social, cuja principal qualidade é a de ser estabelecida por indivíduos inscritos numa determinada “fase da vida” (e que por isso mesmo torna evidente aspectos mais uniformes e homogéneos, ou seja, aspectos que remetem para uma “cultura juvenil” específica); por outro, entende-a como um conjunto social diversificado, subjacente a um entendimento de cultura juvenil no plural (que pouco têm em comum, quando pertencem, por exemplo, a grupos sociais, ideológicos e profissionais diferentes) (Pais, 1990).

O conceito de juventude não pode então ser entendido como um facto social imediatamente inteligível, mas tem de ser inscrito na determinada realidade cultural com os seus valores e costumes simbólicos (Levi & Schmitt, 1996a; Levi & Schmitt, 1996b). “C’est dans ces regards croisés, où se mêlent l’attirance et l’effroi, que les sociétés «construisent» toujours la jeunesse non pas comme un fait démographique ou juridique figé, mais comme un fait social instable. Et, mieux encore, non pas comme un fait social immédiatement observable, mais comme une réalité culturelle lourde d’une foule de valeurs et d’usages symboliques“ (Levi & Schmitt, 1996a: 8).

1.3. Perspectiva histórica

*Há dezenas de anos que nós só falamos de
sexo fazendo pose.* (Foucault, 1994a)

1.3.1. A sexualidade nas sociedades pré-modernas

Durante quase dois milénios, o Cristianismo foi a principal referência de interpretação da sexualidade no Ocidente. A regulação da sexualidade era feita a partir da ambivalência proibição/permissão de actos sexuais. Com base no domínio dos desejos e na universalização da obediência à moral cristã, o objectivo supremo centrava-se no alcance da pureza e da virgindade (Ariès, 1982a; Flandrin, 1982).

Durante muito tempo, a ordem da procriação, inscrita na natureza, fez parte dos princípios fundamentais da ordem social. Com o pensamento assente em recomendações teológicas, o propósito da sexualidade, ou seja do sexo, estava justificado pela continuação da espécie. A partir dos séculos XII e XIII, as determinações do Cristianismo eram concebidas com base na restrição do prazer e do desejo, regulando o casamento sob a forma de um compromisso monogâmico e indissolúvel (Ariès, 1988; Ariès & Duby, 1990). As recomendações teológicas orientavam-se quer pela santidade atribuída ao sacramento, quer pela impureza e desconfiança atribuídas à sexualidade - considerando-a como um pecado por excelência. O mesmo seria dizer que: “Au centre de la morale chrétienne, il y a une méfiance très forte envers les plaisirs charnels, parce qu’ils retiennent l’esprit prisonnier du corps, l’empêchant de s’élever vers Dieu. Il faut manger pour vivre, mais éviter de se complaire dans les plaisirs de gueule. De même, nous sommes obligés de nous unir à l’outre sexe pour faire des enfants, mais nous ne devons pas nous attacher aux plaisirs sexuels. La sexualité ne nous a été donnée que pour nous reproduire.” (Flandrin, 1982 : 120). Na prática de confissão os cônjuges submetiam-se a um

profundo interrogatório cujo objectivo era o de controlar os pecados da carne (Bozon, 2002b). A este propósito o autor acrescenta: “Par la pratique de la confession, qui devient au Moyen-Âge le lieu d’un interrogatoire approfondi sur les péchés de chair, l’Église et ses clercs entreprennent de contrôler la vie morale des fidèles, avec l’objectif d’empêcher l’activité sexuelle hors du couple marié et de la limiter, au sein du couple, à des pratiques qui permettent l’insémination de la femme.” (Bozon, 2002b : 16). O casamento é o sacramento que, abençoando a reprodução biológica, liberta a sexualidade do pecado. “Au XIIe siècle, l’élaboration doctrinale se précipite et s’inscrit dans une cohérence d’ensemble: le mariage est voulu par Dieu, il est un sacrement, oeuvre de ‘l’amour de Dieu; entrer en mariage est partager l’amour divin. L’amour matrimonial est donc plus proche de la ‘caritas’ spirituelle et indéfectible que de l’amour corporel et impulsive. L’amour permet ce miracle: se détacher du péché malgré la conjonction des corps.” (Kaufmann, 2003: 33).

O sentido contratual do casamento negociado entre famílias implicava regras sobre a hierarquia dos sexos (de dominação masculina). A ordem dos sexos estava de acordo com os intentos de Deus e da natureza. Com papéis bem demarcados, dentro do casamento e em toda a vida da sociedade, os dois sexos estavam inscritos numa organização social *androcêntrica*. A responsabilidade das decisões, a sobrevivência familiar e a independência estariam ligadas à masculinidade e a dependência, as lides domésticas, a passividade e o cumprimento das ordens estariam ligadas à feminilidade. Ou seja, nesta sociedade existia uma rigorosa segregação de papéis onde a mulher desempenhava sempre funções subservientes (Ariès & Duby, 1990). Esta ordem social reflectia-se na sexualidade domesticada, com um elenco definido de possíveis posições sexuais em conformidade com os papéis sociais. Durante o acasalamento, as posições do casal, entendidas como naturais, punham a mulher numa atitude passiva, por baixo do marido e, contrariamente, o marido colocava-se por cima da mulher, numa posição superior a partir da qual controlava activamente todo o acto sexual. Todas as outras posições eram entendidas como actos de pecado (Flandrin, 1982). “L’union conjugale devait en outre s’effectuer selon la position dite «naturelle», la femme allongée sur le dos et l’homme la surmontant. Toutes les autres positions étaient jugées scandaleuses et «contrenature». [...] La position ‘mulier super virum’ était contraire à la nature des

sexes masculin et féminin, la femme étant ‘par nature’ passive et l’homme actif.”(Flandrin, 1982 :97). Na hierarquia dos corpos, a mulher era remetida *socialmente e sexualmente* para uma posição de inferioridade, em que corporizava a reprodução humana - inscrita na ordem natural dos sexos e dos desígnios de Deus. Orientadas por princípios sagrados e absolutos, as relações sexuais entre os cônjuges (práticas e posições sexuais) eram definidas tendo por base o lícito e o ilícito. Às relações sexuais estavam negadas quaisquer práticas que fossem contra a ordem natural, ou seja, que não promovessem a fecundidade (Flandrin, 1982).

Com o casamento a conciliar a ordem natural com a ordem social, o adultério era julgado como crime (Rogemont, 1982). Os tratados do Cristianismo determinavam para homens e mulheres a oposição radical à sexualidade fora do casamento. O adultério era entendido como uma profanação contra a ordem de Deus, a ordem natural e a ordem social. Mas era no caso das mulheres que esta situação era especialmente inaceitável e intolerável. Na rigorosa segregação de papéis sociais, o homem tinha a responsabilidade de vigiar, corrigir e até matar a sua mulher, irmãs, filhas, viúvas e filhas órfãs dos seus irmãos, primos e vassalos (Ariès & Duby, 1990; Rogemont, 1982). Ou seja, nesta lógica binária e diferencial, a mulher surge representada sempre numa posição inferior.

O homem devia amar a sua esposa de forma discreta, sem paixão, procurando sempre controlar os seus desejos. O prazer sexual, para além da procriação, seria experienciado através da transgressão – os homens concretizavam-no, frequentemente, através das serviçais, mas havia também as parentes – ele era moralmente inaceitável para as mulheres que o procuravam (Ariès, 1982a; Ariès & Duby, 1990).

A constituição da família era dirigida pela estratégia económica e determinava que a escolha do futuro pretendente nunca fosse tomada sem uma profunda reflexão, podendo mesmo ser pensada durante anos - sob negociações encetadas pelos/as progenitores ou por terceiros. Na selecção do futuro marido eram considerados o dote, o meio social e a profissão, pois seriam estes os factores que poderiam permitir uma promoção social. O casamento, acertado como um contrato comercial entre famílias, tinha como objectivo assegurar a reprodução e a sobrevivência dos grupos sociais

(Ariès, 1982b; Ariès & Duby, 1990). Neste contrato conjugal os sentimentos de atracção erótico-sexual e a liberdade de escolha do cônjuge de acordo com as inclinações afectivas dos consortes, não só não eram necessárias como também não seriam congruentes com os principais objectivos da organização social da Idade Média, em que a família tinha como principais objectivos assegurar a continuidade da espécie, dos bens e do nome.

Sem uma clara separação entre a estrutura familiar e a comunidade, a família estava profundamente enraizada em relacionamentos comunitários o que torna difícil definir os seus limites. A vida medieval decorria principalmente no espaço público e toda a relação familiar como hoje a entendemos (relação entre filhos, progenitores e cônjuges), não era feita na base de laços emocionais, mas na da contribuição para a prosperidade. A concepção de família medieval remete para um conjunto de pessoas que coabitavam, sem que precisassem de estar ligadas pelo sangue ou pelo casamento (Flandrin, 1995).

Neste contexto, a passagem da infância para a idade adulta fazia-se precocemente e era representada pela capacidade para trabalhar. Era frequente os/as filhos saírem muito cedo da casa dos/as progenitores. Por volta dos sete ou oito anos de idade, muitas crianças iam servir para casa de outras pessoas. Esta situação determinava, por vezes, que nunca mais regressassem para a família de origem. Quando as crianças deixavam de necessitar dos cuidados dos adultos (mãe, ama ou aia) passavam todos a desempenhar as mesmas tarefas. “Os pais fazem com que os filhos mais crescidos contribuam para a vida da casa, prestem serviços. Aos sete anos Santa Catarina é mandada fazer recados; [...]; assim que tem estatura sobe os dois lanços de escada do seu domicílio, carregando até ao sótão os fardos que um velho cavalo ou um burro descarregou à entrada da casa.” (Ariès & Duby, 1990: 228). A participação das crianças na vida dos adultos assegurava a transmissão das diferentes actividades e ofícios de geração em geração. A *escola medieval* não tinha como principal objectivo a educação da infância, mas a instrução dos Clérigos (Ariès 1988). As mulheres estavam excluídas de qualquer participação nesse processo de aprendizagem escolar. As

raparigas entravam precocemente na vida dos adultos e a sua formação tinha como base as lides domésticas (Ariès, 1988; Flandrin, 1995).

Neste período medieval, embora houvesse jovens, não havia “juventude” como categoria etária com significado de cultura.

1.3.2. Sexualidade e juventude na transição para a modernidade

Com a industrialização e a conseqüente desagregação do espaço familiar de produção e de consumo, reorganiza-se o espaço doméstico. A família fortalece a intimidade privada e investe em laços de sangue, agregando a ideia de parentesco e de coabitação. Os homens ocupam o espaço público e as mulheres, as crianças e os velhos permanecem no espaço privado (Flandrin, 1995) .

As novas formas de organização social esboçam os contornos dos novos conceitos: de sexualidade e de juventude.

Com o fim da sociedade tradicional, o casamento deixa de ter apenas um significado institucional e assume um significado subjectivo do casal. Ou seja, deixa de ser um mero contrato comercial, negociado entre as famílias, e passa a ser da responsabilidade pessoal dos cônjuges. Os tradicionais critérios de selecção pela prudência e riqueza começam a dar lugar a critérios de afecto e de compatibilidade. Esta importante mudança ocorre com a mudança de sentimentos orientada pela ternura, troca de olhares e pelo abandono do controlo da comunidade. No século XVIII, inicia-se um novo processo relacional entre o casal, o namoro, onde o amor surge como um sentimento interpessoal - esperado entre os cônjuges - e a própria razão da escolha do outro. “A importante mudança está no centro da relação entre o amor romântico e o controlo da comunidade. Pois quando falamos de romantismo estamos a falar de espontaneidade e empatia: a capacidade do casal criar as suas próprias formas de

ternura e afecto e de cada um se colocar no lugar do outro.” (Shorter, s/d). Esta revolução romântica é responsável por novas relações no interior do casal. O romantismo no quotidiano do casal é apreendido pela alteração na frequência das relações sexuais cujos padrões sexuais sazonais se nivelam, surgindo distribuídas durante todo o ano (Shorter, 1995).

À invenção do amor conjugal esteve associada a transformação da intimidade. Os actos sexuais abandonam definitivamente o espaço público. A progressiva construção moderna da sexualidade deixa transparecer uma crescente manifestação de pudor e de repressão dos impulsos. Elias (1989) aponta, como exemplo, a repugnância em relação ao costume nupcial de validação do casamento que implicava, na presença de testemunhas, juntar os noivos totalmente despidos no leito nupcial - passando esta prática a ser efectuada com os noivos vestidos. O aumento do pudor torna-se ainda visível com a crescente dificuldade que os adultos mostravam em falar das relações sexuais aos filhos. “Gerando o medo, a sociedade começa, pouco a pouco, a reprimir cada vez mais a componente positiva de prazer em determinadas funções, ou, mais exactamente, a “privatizá-la” a impeli-la para o “íntimo” do indivíduo, para a “clandestinidade”, e a destacar no condicionamento os afectos de carga negativa - o desprazer, a repulsa, o embaraço - como os únicos sentimentos usuais em sociedade.” (Elias, 1989: 184). Em resposta ao pudor e às novas necessidades de privacidade e isolamento, o quarto de dormir passa a ser distinto das restantes divisões da habitação. Na reorganização do espaço, o quarto do casal, pensado como uma espécie de *santuário inviolável* (Bozon, 2002b), legitima a sexualidade conjugal. Este espaço diferenciado passa a estar reservado à privacidade do casal, não permitindo que a sua intimidade ficasse exposta, nomeadamente, aos filhos - prática comum na Idade Média (Ariès & Duby, 1990).

Os novos laços parentais e de comunidade foram determinantes para a reorganização do espaço doméstico. Por influência das famílias da elite, as refeições e os dormitórios dos serviçais vão sendo afastados para um espaço à parte dos do parentesco. As transformações da vida quotidiana e as novas configurações da sociabilidade, nomeadamente no espaço privado, passam a assegurar as necessidades de

independência e privacidade da família moderna. “Os novos hábitos permitem evitar aquilo que outrora era a mais natural das ocupações, o meio de fazer avançar os negócios, de manter uma posição e de cultivar amizades. Vivia-se então em público, e tudo se fazia oralmente, pela conversação. Doravante separava-se melhor a vida mundana, a vida profissional e a vida privada: a cada uma será consagrado local próprio, o salão o gabinete, o quarto.”(Ariès, 1988: 307). As novas configurações da casa moderna aliam isolamento, intimidade, discrição e conforto. A família afasta-se da sociedade numa nova organização doméstica que dá resposta a esta moderna preocupação de defesa contra o exterior (Ariès, 1988).

A partir da segunda metade do século XVII, na família aristocrática, e sobretudo na burguesa, emerge um novo sentimento da infância e um novo espírito familiar. A família burguesa começa a abandonar a prática de separar das crianças após o nascimento. Os filhos tornam-se cada vez mais objecto de atenções e estratégias educativas. A infância prolonga-se e o desenvolvimento da criança passa a ser cuidadosamente regulado, controlado e “privatizado”.

“Pode dizer-se antes que a família moderna, como a família dos sentimentos e da educação, nasce em torno destas duas figuras, a mãe e a criança, justamente assimétricas e unidas: não só porque o espaço que as circunscreve é cada vez mais exclusivamente o doméstico-familiar, mas porque se trata exactamente de duas figuras interdependentes.” (Saraceno, 1992: 132). Daqui emerge um novo sentimento de mulher-mãe, que associa ao sentido biológico o afectivo e o educativo.

A nova atenção e responsabilidade familiar para com as crianças fazia-se sentir na adopção de novos hábitos higiénico-sanitários - determinante para a decréscimo da mortalidade e para a subida das taxas de fecundidade. Em nome da responsabilidade materna, a mulher-mãe passa então a adoptar novas práticas de aleitação e novos projectos educativos. “De facto, é interessante ver como, à medida que o valor da aleitação ao seio por parte das mães se torna a norma culturalmente dominante, o hábito de dar os filhos à ama era interpretado pelos reformadores e moralistas como

forma de indiferença, frieza, vaidade por parte destas mesmas progenitoras.”
(*Saraceno, 1992: 133*).

Este novo lugar da infância na vida familiar foi acompanhado por uma regulação dos nascimentos - cujo principal sentido era a sua limitação. Nesse sentido, aquela que ficou conhecida como a primeira revolução contraceptiva, vinha alterar o entendimento subjacente à sexualidade, às relações entre os cônjuges e conseqüentemente à atitude em relação à procriação. A partir da adoção de formas de contracepção “naturais” e especificamente através do coito interrompido, o modelo de reprodução conjugal seria assumido pelo autocontrolo masculino. “A sexualidade conjugal tornar-se-ia um espaço de ascese e cálculo, controlado pelo homem.”
(*Saraceno, 1992:134*).

As novas responsabilidades dos progenitores assumem um maior nível de exigência relativamente às expectativas dos filhos – com a escola a desempenhar um papel preponderante no auxílio educacional. Durante o século XIX e início do século XX, vários países da Europa investem na educação através da construção de escolas e da redacção de leis relativas ao aumento da escolaridade obrigatória. No período que ficou conhecido como a segunda revolução industrial (com enormes avanços tecnológicos e com produção em grandes quantidades), a proliferação da maquinaria vai ser determinante não só para a criação de mão-de-obra juvenil excedentária, mas também para a criação da necessidade de uma mão-de-obra mais técnica, e mais especializada (Feixa, 1999). A escola universaliza-se e passa a acolher um maior número de jovens durante um maior número de anos, o que foi determinante na emergência da juventude (Saraceno, 1992).

A construção cultural de juventude emerge nesta sociedade urbano-industrial escolarizada do século XIX. O aparecimento do conceito de juventude, pensado como um grupo social particular, surge associado à implementação de respostas institucionais, discursos e ideologias que legitimaram este fenómeno social (Feixa, 1993). A perda de poder sobre os jovens, principalmente por parte das famílias oriundas dos estratos mais baixos da sociedade, acontecia, frequentemente, em

resultado da perda das unidades de trabalho familiares, ou seja da perda da função de mestre por parte do pai em relação ao filho. A crescente migração para as zonas de maior proliferação industrial, e o conseqüente crescimento urbano, foram determinantes para que a juventude passasse a ser encarada como uma fase da vida vulnerável às influências negativas das metrópoles. Multiplicavam-se os discursos sobre a instabilidade de uma população que já não era criança e que ainda não era adulta. O aparecimento de instituições que tinham como fim a criação de respostas específicas foi determinante para a emergência da autonomia do conceito de juventude. Pela primeira vez, surgiam organizações destinadas plenamente aos jovens (Gillis, 1981: 133).

No entanto, é só na segunda metade do século XX que a juventude, como fase da vida diferenciada, é identificada como uma “cultura” (Feixa, 1999).

Paralelamente, com o advento da modernidade, a sexualidade aparece associada a um novo mecanismo de controlo. Desde o final do século XVIII que a população passou a ser alvo de estudo organizado através dos censos. A sua quantificação e descrição, através do registo de fertilidade, taxa de nascimentos e a taxa mortalidade infantil, permitiam uma melhor compreensão da tendência populacional. O dispositivo de aliança, que se organizava em função de um conjunto de regras que definiam o permitido e o proibido pelo dispositivo da sexualidade (com base num sistema de casamento, de fixação e de parentesco), passa a funcionar de acordo com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder. Nesse sentido, o conhecimento passa a ser poder de controlo (Foucault, 1994a). “O dispositivo de sexualidade tem como razão de ser não reproduzir-se, mas proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar os corpos de forma cada vez mais minuciosa e controlar as populações de maneira cada vez mais global.” (Foucault, 1994a: 110). A crescente aplicação da ciência a diferentes domínios sociais ou *biopolítica dos corpos* como se referiu (Foucault, 1994a), vem fixar e regulamentar procedimentos em matéria de saúde, higiene e composição da população. As teorias médicas passam a substituir as doutrinas teológicas, aparecendo como um saber de referência, nomeadamente no caso concreto da sexualidade.

No século XIX, a sexualidade torna-se um campo de importância estratégica, cuja institucionalização, canalizada por uma diversidade de âmbitos (políticos, sociais, económicos, médicos, demográficos, religiosos, etc.), universaliza a discussão da temática. A produção do saber no campo da sexualidade passa a ser suportada pela estimulação dos corpos e intensificação dos prazeres, pelo desenvolvimento de conhecimentos e de discursos, pelo reforço das fiscalizações e das resistências (Foucault, 1994a). É a partir destes pressupostos que Foucault inverte a direcção de análise ao afastar a *hipótese repressiva*, e consequentemente defendendo uma *explosão discursiva*, que na sua essência assentava na ideia de poder enquanto produtor de conhecimento. Como salienta o autor, este *biopoder* permanece no exercício da sexualidade enquanto conduta de *saber-poder*. Ou seja, “[...] não há dúvida de que há que abandonar a hipótese segundo a qual as sociedades industriais modernas inauguram acerca do sexo uma idade de repressão maior. Não assistimos apenas a uma explosão visível das sexualidades heréticas, como, sobretudo – e reside aí o ponto importante - há um dispositivo muito diferente da lei, ainda que se apoie localmente em processos de interdição, que, por uma rede de mecanismos que se encadeiam, garante a proliferação de prazeres específicos e a multiplicação de sexualidades diversificadas.” (Foucault, 1994a:52).

As novas produções do saber constituem um discurso de naturalização da sexualidade. Esta mudança da verdade, entendida como um aumento da verdade pela ciência moderna, fez-se sentir na forma como foi tratada a sexualidade. Esta foi isolada de todo o resto da vida social. Nesta altura, é implementada uma série de estudos com base na observação dos actos sexuais e dos atributos inatos (Simon, 2003). Neste contexto, emerge uma definição de normalidade e consequente categorização de formas desviantes. O novo discurso sobre a sexualidade, com uma base institucional médica, clínica ou psiquiátrica, passa a ter presentes as dualidades: natural/artificial e saudável/doenças sexuais (Weeks, 2003b).

Na viragem para o século XX, os sexologistas Krafft-Ebing e Havelock Ellis divulgaram um conjunto de pesquisas sobre as variações sexuais, onde procuram entender as leis da natureza, através da categorização e da taxonomia das práticas. A

partir desta codificação, assente em pressupostos naturalistas, surge reforçada a convicção da existência de uma homogeneidade heterossexual e hegemónica. Estas disposições vêm reforçar um conjunto de pressupostos entre as quais se destacam: *a força avassaladora do macho que conduz a fêmea*, o cariz de resposta da sexualidade feminina e a divisão binária da sexualidade entre hetero e homossexualidade (Weeks et al., 2003).

O relativismo cultural dos antropólogos do início do século XX é determinante no questionamento da generalização dos conceitos de sexualidade e de juventude. Por exemplo, Malinowski (1927) contesta o complexo freudiano de Édipo como não existente em todas as sociedades estudadas (Caplan, 1996). Também Margaret Mead (1966; 1968) vem mostrar que existe uma enorme variabilidade de comportamentos padronizados conforme o sexo do indivíduo, tornando-se cada vez mais inviável a crença na universalidade dos papéis sexuais. Os contributos de Mead foram igualmente de grande significado para a compreensão da juventude. Inserida em distintas realidades culturais, a juventude deixa de ser entendida como uma realidade universal, com base em fundamentos exclusivamente biológicos e psicológicos. No seu livro *Coming of Age in Samoa* (1928), Mead (1968) defende que a passagem da infância à juventude, mais do que um genuíno processo biológico, é um processo cultural. A autora encontrou, nos jovens de Samoa, formas de estar e de ser diferenciadas das da sociedade ocidental. A autora põe em causa a universalidade das dificuldades relativas à puberdade, ao revelar que os jovens de Samoa vivem a adolescência sem grandes conflitos, ao contrário do que era apresentado em relação à juventude americana. “Implicit in the early sexological writings was the assumption of a tension between the domain of sexuality, which was assumed to be essentially natural, and the demands of society.” (Weeks et al., 2003: 5).

As obras de Alfred Kinsey (1948 e 1953) e mais tarde as de Masters e Johnson (1957 e 1965) remeteram as questões da normalidade da sexualidade para segundo plano. Estes pioneiros da pesquisa sobre sexualidade moderna tiveram como principal objecto de estudo o prazer e especificamente o orgasmo feminino. A publicação dos seus estudos veio confirmar a existência de uma variedade de modelos sexuais e sugeriu a

existência de formas “perversas” no comportamento “normal”. O Relatório Kinsey influenciou profundamente os valores sociais e culturais. A América acabava de descobrir que 94% dos seus homens e 40% das suas mulheres se masturbavam e atingiam o orgasmo. Da mesma forma, este Relatório confirmava que muitos dos problemas associados à masturbação eram provocados pela culpa e ansiedade de que este comportamento pudesse ser de alguma forma prejudicial.

“No, masturbation doesn’t appear to be harmful to either physical or mental health. Among the thousands of people interviewed by Kinsey during the 1940s and 1950s, 94 percent of males and 40 percent of females reported having masturbated to orgasm. More recent studies report that about the same percentage of males masturbate but that the percentage of females has increased to around 70 percent (or more, depending on the study).” (Reinisch & Beasley, 1990: 95).

O Relatório referia ainda que, em 1940, existia um número significativo de jovens do sexo feminino que tinham tido algum contacto de natureza homossexual. Por exemplo, “Among U. S. females, Kinsey found that around half of college-educated women and approximately 20 percent of non-college-educated women had at least one same-sex erotic contact past puberty; only 2 or 3 percent of these women were exclusively homosexual their entire lives.” (Reinisch & Beasley, 1990: 140).

O trabalho de Kinsey, documentando uma diversidade de comportamentos sexuais, indicou que as formas “perversas” existiam numa perfeita continuidade da vida “normal”. Como refere Weeks: “Furthermore, by documenting the diversity of sexual behaviours, and suggesting that ‘perverse’ forms existed on a continuum with ‘normal’ behaviour, Kinsey’s work opened the door to fuller social explanations – and to cultural and political responses.” (Weeks et al., 2003: 4).

Masters e Johnson (1957 a 1965), através da observação, em laboratório, de relações sexuais entre heterossexuais, fixaram o prazer como norma de bom funcionamento sexual, sem referência à reprodução. Estes investigadores defenderam que a realização do casal e de cada um dos cônjuges é dependente da realização do acto sexual. “Um

casal que estabeleceu relações de intimidade deveria esforçar-se para falar franca e honradamente sobre a sua vida sexual, valendo-se para isso dos métodos que lhe parecem menos embaraçosos. Através do diálogo e das mensagens não verbalizadas, os casais podem aprender a potenciar a sua comunicação sexual, o que muitas vezes reforçará também a sua intimidade sexual”³ (Masters et al., 1987: 377).

1.3.3. As rupturas dos anos 60 e 70

Se a adolescência foi descoberta nos finais do século XIX e se democratizou durante a primeira metade do século XX, foi já na segunda metade que se assistiu a uma mudança da juventude, enquanto sujeito passivo para sujeito activo e actor interveniente na cena pública (Feixa, 1999).

O conceito de adolescência já tinha sido definido pela primeira vez, em 1904, enquanto objecto de estudo por Stanley Hall. Inspirado nas teorias de Darwin, da evolução biológica da espécie, Hall (1931) defende que o caminho entre a infância e a puberdade é contínuo, obedecendo a leis biológicas e que portanto, a adolescência que aparece representada como um período de "*tempestade e tormenta*", pode ser alvo de um conhecimento antecipado. O diagnóstico das necessidades e dos problemas juvenis permitiriam uma facilitação da sua compreensão e conseqüentemente um acautelar dos erros na educação. A este propósito o autor refere: “While individuals differ widely in not only the age but the sequence of the stages of repetition of racial history, a knowledge of nascent stages and the aggregate interests of different ages of life is the safeguard against very of the prevalent errors of education and of life.” (Hall, 1931: viii). Erikson (1971) viria analisar a adolescência à luz da conflitualidade de uma geração em relação ao meio e, nomeadamente, ao mundo dos adultos. A construção da identidade emerge de trocas interactivas do sujeito enquanto ser individual e ser social

³ Tradução livre.

inserido numa realidade social em permanente transformação. “ [...] se um jovem pressentir que o meio tenta privá-lo radicalmente de todas as formas de expressão que lhe permitam desenvolver e integrar o passo seguinte, ele poderá resistir com o vigor selvático que se encontra nos animais que são forçados, subitamente, a defender a própria vida.” (Erikson, 1971: 130).

A emergência de uma consciência social de juventude decorre do momento em que os jovens são identificados como fazendo parte de uma “cultura”. Apesar de a juventude sempre ter existido enquanto processo biológico, ela só começou a ser considerada como fase de vida com a crescente consciencialização dos problemas e tensões que lhe eram associados (Pais, 1993). A crise da juventude, designada também por crise de geração, é explicada na segunda metade do século XX, como uma forma de tensão latente ao inconformismo e à situação de dependência, sem responsabilidades, que a própria realidade social lhe determina (Gillis, 1981). A este respeito o autor refere: “It was no accident that what the public came to regard as juvenile delinquency became the focus of attention precisely at the time that pressures to universalize adolescence were first becoming felt; for, despite their apparent dissimilarities, the two were related. The very traits that stigmatized certain youth as delinquent – namely, precocity and independence of adult authority – were precisely the opposite of those embodied by the model adolescent. Delinquency served to delineate the central features of conformity, and vice versa. Historically speaking, the two were, in fact, dialectically inseparable in their origins and development; and no discussion of one is complete without investigation of the other.”(Gillis, 1981: 137).

No período do pós-guerra, a juventude passa a permanecer mais tempo nas instituições educativas, surgindo, uma nova “classe de consumidor adolescente”, que nos países industrializados vai dar origem, pela primeira vez, à legitimidade da “cultura juvenil” (Feixa, 1993). Na década de cinquenta, aparece na terminologia americana a noção de *teenager*, associada ao estudante adolescente urbano e remetendo para uma forte consciência de coesão de grupo, organizada em torno de diferentes actividades (recreativas, desportivas, associativas, etc.) e uma crescente dicotomia entre o mundo do *teenager* e o das outras gerações, nomeadamente o dos adultos. “Ces jeunes parlent

une autre langue [...] et la langue qu'ils parlent devient chaque jour plus différent, tandis que la société juvénile devient plus puissante dans les banlieues de la classe moyenne [...] et que les parents ont de plus en plus la sensation que les enfants constituent un monde à part.“ Coleman citado por Schmitt, 1996 :380).

Autores como Parsons e Eisenstadt vêm afirmar a existência de uma nova consciência geracional que tem por base os grupos de idade e a sua ligação a uma cultura autónoma (Feixa, 1993). Estes autores partiram do princípio de que a uniformidade da cultura juvenil, baseada em valores universais, tinha uma função integradora e contribuía para a continuidade do sistema social. Se, por um lado, os diferentes grupos de idade assumem uma função integradora, contribuindo para a continuidade do sistema social, por outro a diferença entre gerações e grupos de idade pode acentuar-se e criar um fosso inevitável. Neste contexto, a juventude constrói uma imagem oposta à do adulto - contra a qual se insurge.

As décadas de sessenta e setenta surgiram como o período de ruptura com o modelo de desigualdade de papéis nas relações familiares e em geral na organização social, predominante na primeira metade do século XX. Nas décadas anteriores aos anos sessenta, cabia aos/às progenitores a responsabilidade de inculcar nos filhos os valores sociais através do desempenho de papéis específicos e claramente diferenciados na família e sociedade. Os valores transmitidos aos jovens assentavam na hierarquia e na desigualdade de papéis, com uma educação diferente para o jovem rapaz e a jovem rapariga (Michel, 1978). Os protagonistas da ruptura estavam ligados aos movimentos de contestação estudantis e feministas, - combatendo a submissão aos papéis tradicionais. A década de sessenta foi a dos grandes movimentos sociais do século XX – os movimentos estudantil, *black power*, feminista e *gay* - que contagiaram a sociedade com uma grande energia, acreditando, de forma otimista, que esta era a altura de uma mudança radical (Jackson & Jones, 1998).

A partir de “Maio de 68”, em França, a juventude passa a ser considerada uma nova classe revolucionária portadora de uma função emancipadora. “A juventude já não era considerada como um conjunto interclassista, mas como uma “nova classe” portadora

da missão emancipadora, que tinha deixado de personificar o proletariado, ou seja, como uma “nova classe revolucionária.”⁴ (Feixa, 1993: 40). A contestação é essencialmente política e de manifestação de uma contracultura juvenil - esta última criticando os valores morais dominantes, como por exemplo os estilos educacionais tradicionais, as relações amorosas e a sexualidade (Vilar, 2002). Exemplos desta contra cultura juvenil podiam ser constatados através da música e do fenómeno *hippie*. “Quero sugerir que os *hippies* e a sua forma de vida não são o embrulho disforme e amorfo nem a confusão que pareceu à primeira vista. [...] A forma de vida *hippie* representa “definições da situação” diferentes e opostas às consideradas como válidas e legítimas nas referidas rotinas aceites da sociedade da classe média americana [...]” (Hall, 1970: 11)⁵.

“A juventude cultivava, crescentemente, hábitos e preferências culturais claramente distintos do mundo adulto. A música, nomeadamente o Rock n’Roll, simbolizava um desejo de descontinuidade, de desconstrução e rebeldia face às expectativas tradicionais dos adultos face ao futuro dos jovens. Fenómenos como os “Teddy Boys” ou os “Blusões Negros” atravessavam fronteiras e traduziam este desejo (muitas vezes efémero) de desalinhamento social.” (Vilar, 2002: 41).

Estes movimentos de contestação não só questionaram muitas das certezas da tradição sexual, como contribuíram para a crescente consciencialização da necessidade de reflectir sobre as formas de poder e de domínio que moldavam as vidas sexuais. Neste contexto, os movimentos feministas foram determinantes para o reconhecimento da existência de múltiplas formas de subordinação sexual feminina. Colocaram em causa alguns códigos “universais” e invocaram o reconhecimento dos direitos das mulheres sobre o seu corpo – colocando a questão sobre os direitos reprodutivos, o desejo e o prazer. “The women’s movement has forced a recognition of the multiple forms of female sexual subordination, from endemic male violence and misogyny to sexual harassment and a pervasive language of sexual denigration and abuse. It has

⁴ Tradução livre

⁵ Tradução livre

dramatized the institutionalized nature of ‘compulsory heterosexuality’.” (Weeks, 2003b:9).

Nesta fase inicial, as teorias feministas, guiadas por intenções e objectivos políticos, têm como principal propósito compreender o contexto de subordinação da mulher e a sua exclusão ou marginalização de várias áreas da vida social e cultural. As feministas recusam aceitar as desigualdades como naturais e inevitáveis entre homens e mulheres. A sua teorização tem por base a contestação da sociedade patriarcal e do conhecimento androcêntrico que ela produz (Jackson & Jones, 1998). O feminismo modificou a forma como era realizada a investigação sobre as mulheres que, de objecto de estudo, passam a elementos activos nesta construção. “As a result, much of what has passed as objective knowledge of the world has been produced by men, framed by their particular location in society as men – and usually white, middle-class and heterosexual men.” (Jackson & Jones, 1998: 1).

Emergiram formas de pensar as teorias feministas marcadas principalmente pelo marxismo ou pelo feminismo radical. Para ambas, no entanto, o que estava em causa era a subordinação das mulheres ao sistema de dominação masculino, quer defendendo-a como uma consequência do capitalismo, quer como uma consequência do patriarcado. Apesar das controvérsias teóricas, os diferentes movimentos feministas deram um grande contributo para afastar a androcentria de questões como a reprodução, a heterossexualidade, a pornografia, etc (Jackson & Jones, 1998). O autor refere que: “Theorists such as O’Brien, Mackinnon, Jeffreys and Witting, while highly controversial, have had a lasting impact on diverse strands of feminist theory and politics. O’Brien’s analysis is still drawn on by those interested in women’s embodied specificity (e.g. Brodribb 1992); Wittig has influenced some feminist Queer theorists, notably Judith Butler (1990); the work of Mackinnon and Jeffreys informs some radical feminist theories of sexuality, especially critiques of pornography.” (Jackson & Jones, 1998:21).

As mulheres reivindicam o direito ao prazer e toda uma série de alterações na relação do casal. A iniciação sexual pré-matrimonial, que permanecia um atributo do homem,

passa a ser adoptada pelas mulheres (Finger, 2000). A estrutura do casal, agora com a realização do casal como objectivo, começa também a apresentar significativas alterações, quer através do aumento do número de divórcios, da diminuição do número de casamentos e da generalização da união livre, quer através da multiplicação dos nascimentos fora do casamento, das famílias monoparentais e das pessoas que vivem sozinhas (Michel, 1978). “La conclusion est nette: le couple est devenu une réalité à la fois moins institutionnalisée et moins stable, les essais de vie à deux informelle et les changements de partenaires, hier exceptionnels, sont désormais légitimes.”(Kaufmann, 2003 :55). Até 1970, a grande maioria das pessoas entre quarenta e cinco e quarenta e nove anos, nos países Ocidentais, estava casada. Por exemplo, nos Estados Unidos a percentagem de pessoas casados era de 90% e em Inglaterra e na Alemanha variava entre 80% a 88 %. Depois de 1970, a quase totalidade dos países da Europa Ocidental apresentava, em relação à população total, uma frequência de casamentos muito baixa (Michel, 1978).

As taxas de divórcio, na quase totalidade dos países da Europa ocidental, aumentaram fortemente. O aumento do número de divórcios, facilitado por mudanças legislativas, ficou a dever-se a factores como o desaparecimento de certos tabus, a procura da felicidade por parte do casal, o aumento do estatuto socioeconómico e da instrução, etc. Paralelamente a esta multiplicação de divórcios, a união livre torna-se num novo estilo de vida adoptado por muitos (Michel, 1978). Nesse sentido, a autora refere: “Il s’agit donc bien d’un nouveau style de vie dans lequel l’union libre prend une place plus importante que dans le passé soit en tant que première forme d’union conjugale, soit en tant que seconde forme d’union conjugale à la suite d’un divorce. C’est sans doute ce nouveau modèle qui se développe en Europe occidentale et aux Etats-Unis malgré l’éthique puritaine.”(Michel, 1978 : 185).

A família nuclear parsoniana, composta pelo casal e filhos que habitam numa casa individual, tinha o homem como chefe de família. Neste contexto, a mulher aparecia como a dona de casa cujo papel passava pelo cumprimento das suas obrigações para com o marido e filhos. Subjacente a este pensamento estava uma concepção de família ‘normal’, da América dos anos quarenta, com características homogéneas (Michel,

1978). “D’après Parsons, la famille américaine contemporaine possède les traits structurels suivants: c’est une famille nucléaire ou conjugale, relativement isolée de la parenté large, la résidence est néolocale, elle est basée sur un système bilatéral de parenté et repose sur le mariage, ses valeurs sont orientées vers la rationalité. Enfin, elle différencie fortement les rôles des sexes et des générations [...]”(Michel, 1978 :82). A conceptualização parsoniana de família, situada num sistema social em busca da homeostasia, assentava na especialização dos papéis femininos e masculinos por forma a manter assegurado a base de socialização das crianças. Nesta distribuição dos papéis, o pai assumia um papel essencialmente instrumental dado que a ele cabia assegurar o sustento da família – ele era o “ganha-pão” da família. À mãe cabia o papel expressivo, estava mais próxima dos filhos e representava o lado afectivo e doméstico da família. Nesta estrutura bipolar, o homem era, de uma maneira geral, colocado fora das tarefas domésticas e dos cuidados dos filhos. A organização familiar parsoniana, baseada no bom funcionamento da família, coloca as mulheres numa permanente situação de dependência, com uma imagem minorizada e infantilizada (Torres, 2001). Subjacente a esta perspectiva, a hipótese de trabalho da mulher fora do lar era desencorajada e até condenada, dado que remeteria os interesses da família para segundo plano. A mulher com trabalho no exterior não só estaria indisponível para o exercício do seu papel expressivo, como também, com a obtenção de um salário, tornar-se-ia concorrente e igual ao marido (Leandro, 2001).

Na segunda metade do século XX, as relações progenitores-filhos evoluem, no sentido de uma menor formalidade de papéis e de maior comunicação entre as gerações. Nas últimas décadas do século XX, a Sociologia da Juventude destacou-se da Sociologia da Família e, neste contexto, abordaremos as relações familiares do ponto de vista da juventude (em capítulo subsequente).

Durante a década de sessenta, o incremento da comercialização da pílula e de vários métodos contraceptivos seguros (fenómeno que ficou conhecido como *a segunda revolução contraceptiva*) veio contribuir de forma significativa para a emancipação da mulher e alteração do entendimento da sexualidade pelas mulheres e pelos casais. Ela tornou possível que a sexualidade fosse entendida para além da sua função

exclusivamente reprodutiva. A expansão da contracepção moderna contribuiu para que a fecundidade passasse a ser vista como um projecto pessoal sujeito ao desejo e ao cálculo - com a opção de ter filhos e a definição de um intervalo de tempo entre o seu nascimento. Numa fase inicial, a adopção de novas formas de contracepção é sobretudo escolhida pelas mulheres mais escolarizadas e com actividade profissional que justificam a sua escolha com base num aumento do sentimento de confiança e de domínio (Michel, 1978). Mas: “La «seconde révolution contraceptive », qui se produit à partir de la fin des années 1960 dans les pays développés, marque la fin d’un processus séculaire. Elle se caractérise par la diffusion massive de méthodes contraceptives médicales, qui agissent sur la physiologie féminine [...] et qui sont contrôlées par les femmes. En France, il a suffi de deux décennies pour que les méthodes médicales se substituent à peu près complètement aux méthodes traditionnelles.”(Bozon, 2002b : 31).

Nesta época, e a partir desta descoberta, a Igreja Católica, à semelhança das posições das Igrejas Ortodoxas, vai admitir que a dimensão não reprodutiva da sexualidade é importante para o bom relacionamento do casal - apesar de defender, na Encíclica *Humanae Vitae*, a utilização dos “métodos naturais” na regulação da fecundidade (Vilar, 2002).

Do contexto sócio-cultural das décadas de sessenta e setenta resulta uma liberalização sexual, com significativas alterações na intimidade e na sexualidade individual e social. Assiste-se a uma substituição de critérios de conduta que passam a ser menos admitindo critérios não repressivos e mais abrangentes (Vilar, 2002). Há uma quebra de tabus, principalmente por parte das gerações mais novas, em relação às relações sexuais pré-matrimoniais, à situação de mãe solteira, à protecção legal das crianças que nasciam fora do casamento, ao aborto, etc. A par da existência da família nuclear tradicional do modelo burguês, afirmam-se as novas formas de vida conjugal: a coabitação antes do casamento; as famílias monoparentais com as mulheres a assumir a posição de chefes de família; as famílias com duplas carreiras, onde ambos os cônjuges têm uma profissão, participam na educação dos filhos, partilham as tarefas domésticas; as famílias sem filhos; e as famílias compostas.

Progressivamente, as reivindicações destes movimentos de contestação social foram sendo adoptadas pelos diferentes partidos da cena política, assumindo uma centralidade nas discussões da realidade contemporânea. “It is fair to say, nevertheless, that only since the 1960s has the idea of sexual politics had any real impact and resonance, moving from the periphery to the centre in terms of policy, and moving from the original heartlands of modernity to the rest of the globe in terms of geo-political resonance.” (Weeks, 2003b:92).

1.3.4. A década de oitenta – sexualidade livre em tempos de VIH/sida

Muitas das conquistas de liberalização dos costumes, atitudes e comportamentos sexuais foram alvo de uma possível reversibilidade na década de oitenta com o aparecimento da SIDA (Vilar, 2002).

No início dos anos oitenta, o VIH/sida aparece como uma doença sobre a qual se sabia muito pouco. O desconhecimento, especificamente por parte da ciência, não permitia responder de forma convincente aos problemas da doença que era associada a “grupos de risco” desviantes em termos de sexualidade (homossexuais; heroína-dependentes, hemofílicos e prostitutas). Numa fase inicial, a “epidemia das minorias” não dava, por isso, razões para alarme à população em geral (Daniel & Parker, 1993).

Jodelet (1999) refere que antes que qualquer investigação biológica se tenha pronunciado de forma a clarificar algumas das dúvidas sobre a doença, já os indivíduos criavam um conjunto de “teorias” sobre os portadores da doença (toxicodependentes, homossexuais, hemofílicos) e os meios de transmissão (sangue e esperma). Os doentes com SIDA eram percebidos da mesma forma como antes o tinham sido outros doentes com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) - especificamente os doentes com sífilis - e são objecto de rápida condenação.

Ao longo da história, certas doenças graves, desconhecidas e sem tratamento eficaz, têm sido consideradas, através de metáforas, como antinaturais, moralmente e socialmente erradas. Mais do que uma punição psicológica, é o julgamento moral sobre as suas práticas sociais que está em causa. O facto destas doenças, ao contrário do cancro, por exemplo, não aparecerem como dependentes da vulnerabilidade do indivíduo, fez com que fossem assumidas como uma punição, quase divina, pelos “pecados cometidos”. É neste contexto que a “*praga Gay*”, como era também conhecida, aparece, entendida como a doença dos impuros, ao castigo divino contra a crescente liberalização implementada a partir dos anos sessenta e setenta (Almeida, 1993). A SIDA funcionava como metáfora da degradação global, expressão das inquietações em matéria de ordem social. A visão moralista cria um estigma social de ostracismo e rejeição dos grupos a ela associados (toxicodependentes, homossexuais e prostitutas) (Sontag, 1993).

As diferentes representações da SIDA estão interligadas com o universo simbólico da sexualidade cujos tabus fazem re-aparecer na cena social. Toda a concepção em que assentou o entendimento do VIH/sida se baseava para além da responsabilidade individual, também em valores morais. A reacção social à doença assenta nas raízes histórico-religiosas de negação do corpo e da sexualidade, nomeadamente nas suas manifestações não integradas no sistema familiar. A posição repressiva da sexualidade não reprodutiva reclama a instituição do esquema heterossexual e os valores da família tradicional emergem como um garante de protecção contra a doença. É este o contexto, do *pânico moral* (Weeks, 1985) criado à volta da doença que culpa, frequentemente, as suas vítimas e justifica a sua exclusão social (Sontag, 1993).

A sexualidade em tempo de SIDA torna-se objecto de cálculos e de medidas racionais, socializada e sancionada por um discurso eminentemente público (Loyola, 1999). Esta antropóloga brasileira defende que existe hoje uma nova legitimidade de sexualidade que recoloca a questão da oposição entre o “bom sexo”/o “mau sexo”; o normal/patológico e o saudável/doente.

Subjacentes a este pressuposto, numa fase inicial, algumas das campanhas de prevenção da doença incidiram em critérios de ajuizamento moral, tais como a necessidade de abstinência e fidelidade conjugal e ainda o medo do contágio (Rouco, 1999). Por exemplo, o *slogan* de um cartaz português, de 1996, deixa passar na informação a necessidade de fidelidade conjugal ao referir: “*Se não consegue manter-se fiel ao menos seja fiel à vida – use preservativo sempre*”. Em Portugal, o discurso oficial (campanhas de prevenção da doença, produzidas pelas instituições governamentais), deixa perceber a relação simbólica entre SIDA e a sexualidade em torno de valores morais tradicionais, como por exemplo, a “Fidelidade” e a “Permissividade”. Algumas das mensagens oficiais iniciais⁶ recorriam à exclusiva responsabilização individual e assentavam na fronteira binária entre o bem e o mal. A presença do tabu da sexualidade e do prazer é denunciada pelo facto de até 1998 os cartazes nunca exibirem uma imagem real do preservativo que aparecia sempre de forma pouco clara, em desenho.

O VIH/sida é hoje uma patologia controlável pela medicina do ponto de vista das suas consequências para a saúde. Como doença crónica transmissível, ela é objecto de programas específicos de prevenção médica que assentam na protecção (preservativo) do acto sexual. Associada a essa prevenção mecânica continua a estar a protecção moral pela estabilidade/fidelidade nas relações e pela escolha - exclusão de parceiros. O conceito de saúde é distanciado do de doença mediante entendimentos antagónicos que assentam basicamente na fronteira entre o “eu” e o “outro”, criando um “outro” exterior e repleto de estereótipos e reforçam a fronteira existente entre as pessoas “responsáveis” das “não responsáveis”; as pessoas que tiveram o cuidado de se proteger das que não tiveram esse cuidado (e que por isso foram perigosas); as pessoas que cumpriram a lei das que a transgrediram (e por isso necessitam de ser constantemente supervisionadas) (Crawford, 1994).

⁶ Foram analisadas as mensagens provenientes de sessenta e um cartazes, desde 1993, - cartazes cedidos pelo Centro de Documentação e Informação da Coordenação Nacional para a Infecção VIH/sida, 2007.

CAPÍTULO 2. As mudanças da Modernidade

Nós não somos o que somos, mas sim o que fazemos de nós. (Giddens, 1997)

2.1. O social fluido na construção das culturas juvenis

A segunda metade do século XX foi determinante do ponto de vista da modificação das condições sociais e especificamente das imagens culturais dos jovens. Em primeiro lugar, o aparecimento do Estado de Bem-Estar facilita à juventude maiores possibilidades educativas e mais tempo livre, numa situação em que os/as progenitores asseguram o seu sustento. Associado com o Estado de Bem-Estar, está o enfraquecimento da autoridade parental e conseqüentemente o aumento da autonomia e da liberdade dos jovens, um processo de socialização que se torna mais negociado entre progenitores e filhos (a respeito de, por exemplo, como e com quem podem sair à noite, as horas do regresso e da quantidade de dinheiro que recebem por semana ou mês). Um outro factor foi a emergência de um mercado jovem através da implementação de espaços e produtos exclusivamente destinados ao consumo juvenil (música, moda, revistas, etc.) e a substituição dos costumes da moral puritana do capitalismo inicial, pelos da moral consumista. O quarto factor surge associado ao impulsionamento, por parte dos diferentes meios de comunicação, de uma verdadeira cultura juvenil internacional. Os meios de comunicação de massas vão permitir, através da linguagem universal da rádio, da música e do cinema, que os jovens se identifiquem mais entre si.

Dois eixos estruturadores da condição juvenil são o da escola/trabalho e a família de origem/nova unidade familiar (Pais, 1998a). O actual contexto social orienta para um prolongamento da escolaridade dos jovens. A este propósito o autor refere que os

jovens, conscientes das dificuldades de inserção profissional, optam por apostar no acesso ao ensino superior como forma de mais facilmente entrarem no mercado de trabalho e de adiarem a inserção no trabalho, ou seja, adiarem a possibilidade de confronto com a situação de desemprego⁷. A passagem da escola ao trabalho é interceptada por uma série de etapas descontínuas, em que está presente o desemprego e o trabalho temporário e precário. O *capitalismo flexível* travou a linearidade em que, tradicionalmente, assentava o percurso profissional (Pais, 2001). “Uma particularidade de muitos jovens contemporâneos é, por conseguinte a de viverem um tempo de instabilidade e de incertezas, de tensão entre o presente e futuro, de laços persistentes de dependência e de anseios insistentes de independência. O próprio capitalismo flexível bloqueou a linearidade tradicional das carreiras profissionais. Carreira é um caminho pelo qual se circula, mas esse caminho aparece bloqueado para um número considerável de jovens; outras vezes, surgem encruzilhadas de sentidos vários, carreiras de retorno, becos de circulação difícil, ou mesmo sem saída.” (Pais, 2001: 7). Neste sentido, refere o autor, os sociólogos da juventude referem-se às transições dos jovens para a vida adulta, como vulneráveis e imprevisíveis, nomeadamente quando as caracterizam como: “*alongadas*”, “*fracturadas*”, “*adiadas*” e “*frustradas*”.

Este tempo de incertezas leva a que os jovens trabalhadores permaneçam em casa dos progenitores até mais tarde, o que se verifica um pouco por toda a sociedade ocidental, mas é mais marcante das sociedades do sul da Europa, onde o valor da família é mais envolvente. A “opção” pela saída da casa dos progenitores significa, em muitos casos, a perda de capacidade material e, nesse sentido, alguma qualidade de vida. A opção dos jovens pelo regime de *welfare family* permite-lhes usufruir de um conjunto de serviços gratuitos e, simultaneamente, dispor do seu vencimento para o seu próprio consumo. Enquadrados numa sociedade de consumo os pais ajudam indirectamente os filhos a tomar esta decisão de permanecer em casa dos progenitores (Cavalli, 1997). “Since many youngsters have internalised the value of well-being much more strongly than the value of autonomy, the shape of their “utility function” (as economists say) is

⁷ Em Portugal, o sistema de ensino tem vindo a permitir a contenção do desemprego juvenil - conclusão de inquéritos realizados entre 1987 e 1997 (Pais, 1998).

very peculiar. Given this situation, to grow up and become adult is not a “rational choice.” (Cavalli, 1997: 183).

O segundo eixo é o da família de origem/nova unidade familiar. Num passado próximo, esta transição aparecia vinculada a uma automatização com os jovens a passarem directamente de uma situação para outra. Hoje, este processo de transição surge associado a uma diversidade de situações. Por exemplo, o acesso à conjugalidade pode incluir, ou não, a formalização de laços conjugais e/ou a independência residencial. Sendo fundamental ter em conta as duas grandes linhas de transição, conjugal e familiar, demarcadas pelo acesso à conjugalidade e/ou pela constituição de uma família de procriação independente da família de origem, é no entanto “[...] necessário ter em conta que esses marcos constituem metas genéricas e, em certo sentido, também “ideais”, cuja concretização pode demorar muito tempo e passar por diversas formas intermédias, mas que deixam de fora um número significativo de jovens que não se identificam com as transições conjugais tradicionais ou cujos percursos de vida seguem direcções atípicas” (Ferreira, 2003:4).

No mesmo sentido Pais (1996; 2000) refere que as trajectórias juvenis “oscilam” em movimentos incertos e reversíveis, com a capacidade de “ir e vir” (facto que metaforicamente compara com o movimento efectuado pelo *yô-yô*⁸) permite ainda entender como os jovens experienciam as diferentes situações diárias. Hoje, fala-se de “culturas juvenis” no plural concebidas como tendo por base um espírito de experimentação – *culto de sensações múltiplas*⁹. É nessa visão relativista que os jovens encaram as diferentes situações do quotidiano, por exemplo, o valor dos diplomas e a segurança no emprego. “Os diplomas são cada vez mais vistos como “cheques carecas” sem cobertura no “mercado de trabalho.” (Pais, 1996:120).

⁸ “Porquê recorrer a uma metáfora para caracterizar uma condição social? [...] É que as metáforas, como os tropismos, são por vezes preferíveis aos modelos teóricos carregados de abstrações, artificialismos, sofisticações. Estes, tais como os conceitos, implicam uma rigidificação (modelização) da realidade. As metáforas, pelo contrário, são movimentos deslizantes (*yô-yô*) de uma ideia a outra, permitindo-nos mais facilmente percorrer a realidade.” (Pais, 1996^a: 111).

⁹ Na expressão de Baudelaire (1860), citada por Pais (2000: 220).

Outra característica das culturas juvenis é a procura da originalidade que o autor exemplifica com a adesão à moda. A moda, por definição efémera e em constante mudança, proporciona ao jovem a oportunidade de originalidade e permite-lhe cortar com a normalidade. Esta necessidade de procura de originalidade não tem que ver com o narcisismo individualista, mas com o narcisismo relacional, dado que o jovem se sente como que o espelho pelo qual os outros o olham (Pais, 1996; 2000). Reforçando esta ideia, o autor (1996) refere que: “A moda é, em si mesma, a imposição da mudança como mecanismo autónomo. Andar atrás da ou na vanguarda da moda é estar no campo do eco dos “últimos gritos” da moda – os quais costumam “chocar” na exacta medida em que desestabilizam as convenções, o normal; e na medida, também em que através da moda os jovens usam as armas do artifício de que a extravagância é a plena assunção...”(Pais, 1996:121).

Ainda através do recurso à metáfora do “yô-yô”, (Pais, 1996; 2000) mostra que o movimento de socialização dos pais para os filhos (que o autor designou como movimento “yô”), tem um sentido de retorno reconhecido. Existe uma espécie de diversidade de movimentos reflexivos que permite aos/as progenitores/as serem socializados pelos filhos (aculturados por uma cultura juvenil) (Pais, 2000).

2.2. O consumo na modelação de sexualidade

Hoje, a sexualidade está mais exposta do que no passado. Diariamente podemos encontrar, nos meios de comunicação social, na literatura ou no cinema, uma multiplicidade de histórias e imagens íntimas ou longos debates sobre questões da intimidade. O poder de difusão dos meios modernos de comunicação explica, em grande parte, o sucesso lucrativo das imagens do sexo (Plummer, 2003a).

É partir dos anos setenta, que a sexualidade deixa de estar escondida, de ser invisível no espaço público. Nesta altura, em França, a exibição, nos cinemas, do filme

Emmanuelle marca o início de uma nova era para o grande público. O sucesso popular do filme indicou uma mudança de atitudes em relação não só à aceitação de imagens e gestos íntimos, mas também às representações da sexualidade (Jaspard, 2005).

Com o avanço do capitalismo e a expansão da globalização apareceu o mercado sexual (de pornografia global, de tecnologia reprodutiva, de reprodução medicamente assistida, etc). Weeks (2003b) afirma que a expansão do mercado da sexualidade se iniciou na década de cinquenta - dirigido particularmente para os adolescentes - e se orientou para as mulheres, nos anos sessenta; os gays e as lésbicas, nos anos oitenta e noventa; e os pré-adolescentes, actualmente (estes últimos, por exemplo, através do mercado da música).

Os jovens têm sido uma parte importante nesta lógica de consumo da sexualidade. Desde o pós guerra que tem vindo a proliferar um conjunto de mercados organizados para os jovens que consomem desde revistas, filmes, programas de televisão (como por exemplo MTV¹⁰ ou, mais recentemente em Portugal, os “Morangos com açúcar”¹¹). Estes mercados dirigidos especificamente para os jovens, vendem uma diversidade de histórias onde, directamente ou de forma mais oculta, vão dando conta das vidas sexuais de grandes estrelas da música, do cinema e do desporto (Plummer, 2003b). Nestes e noutros produtos aparecem imagens, gestos, informações que de alguma forma sugerem comportamentos e representações sexuais. A este propósito Jaspard (2005) refere que “Très omniprésent dans les médias, le sexe est un produit de consommation qui se donne à voir, se vend et fait vendre.” (Jaspard, 2005:112).

A partir dos anos noventa, a sexualidade torna-se uma temática muito comercializada e fortemente consumida em DVD e na Internet. Através da Internet emerge o espaço Cyber-sex - sítios que facultam acessos gratuitos a filmes pornográficos (com uma

¹⁰ *Music Television* é um canal de televisão norte-americano. Com uma programação originalmente dedicada totalmente a videoclipes. Actualmente, tem vindo reduzir a quantidade de música transmitida e a produzir uma variedade de *reality shows* e programas de televisão relacionados à cultura pop, cujo público-alvo é formado, principalmente, por adolescentes e jovens.

¹¹ É uma série portuguesa transmitida por uma televisão generalista. O nível de audiências (principalmente, formado por adolescentes e jovens) tem permitido que a série permaneça sucessivamente desde 2003.

acessibilidade generalizada)¹², encontros privados, sítios de encontro que facilitam o jogo de sedução onde se misturam a ilusão da proximidade com o desconhecido e o longínquo. A mediatização da sexualidade generaliza certas formas de erotismo e permite transformar as representações da sexualidade e redesenhar novas formas de prazer. “Modern mass media organisation has shifted access to worlds that may not have been visible, accessible or even thinkable before.” (Plummer, 2003b: 34).

Pode falar-se de uma moderna democratização da intimidade que passa a ser determinada não só pela sua divulgação através dos diferentes meios de comunicação de massas, mas também pelo facto de circularem várias histórias acerca da intimidade – o que Plummer (2003b) designa como: *a culture of sexual story telling*.

A comunicação social é um elemento central na vida moderna (em que os indivíduos que consomem muitas horas de televisão - em média, entre três a quatro horas diárias, compram revistas e navegam na Internet) que, conduz, inevitavelmente, a um consumo de mensagens influenciadoras das percepções individuais e, directa ou indirectamente, das direcções do desenvolvimento social, construindo formas comuns de percepção e de pensar, gerando padrões de comportamento e sugerindo tipos e estilos de vida (Gauntlett & Hill, 1999).

A globalização e a informacionalização da sociedade em rede (Castells, 2003), com um sistema de media omnipresente, determinam novas forma de organização social, e deixando perceber o seu poder na vida quotidiana da população em geral e dos jovens em particular. Esta *sociedade informacional* (Castells, 2003) não se limita a utilizar a informação, como todas as sociedades, mas a emissão de informação torna-a um instrumento fundamental de poder. “A nova forma de poder reside nos códigos da informação e nas imagens da representação em torno das quais as sociedades organizam as suas instituições e as pessoas constroem as suas vidas e decidem o seu comportamento.” (Castells, 2003: 440).

¹² Para quem pesquisa através de uma qualquer motor de busca com as palavras “free live sex”.

A comunicação de massas influencia as atitudes e disposições pessoais, reflectindo-se nas formas de comportamento individual. Por exemplo, os signos reflectidos pelos modelos de massas, nomeadamente pela moda e ou a publicidade, surgem como “*mensageiros*” de que somos responsáveis pelo nosso corpo e de que o devemos transformar e valorizar em conformidade com esses modelos (Baudrillard, 1995). O autor refere que na sociedade de consumo o *corpo tornou-se o seu mais belo objecto*. O corpo é instrumentalizado por uma ideologia de consumo que o refere à ideia de juventude como construção identitária e o redescobre, após uma era milenária de puritanismo, como instrumento de fazer associado à liberdade física e sexual.

2.3. Auto-construção do corpo – regulação e incorporação social

No Ocidente, as imagens culturais de juventude tornam-se um imperativo. No contexto da sociedade moderna, o crescente interesse pela imagem de uma eterna juventude faz prova de uma relação problemática com a passagem do tempo corporal ou o envelhecimento, ao contrário de outras sociedades onde, por exemplo, os cabelos brancos ou outros traços de envelhecimento eram ou são sinónimos de prestígio (Breton, 2003). Associado ao pressuposto de que a juventude é a regra, existe, hoje, um conjunto de valores simbólicos que elegem determinadas características juvenis positivas (tais como: a beleza, a força, o espírito de decisão e de competição, ...) e que a sociedade adopta e procura garantir a todo custo (Galland, 1991).

Os novos promotores *da forma* implementam novos “moldes” corporais - normas de higiene, cuidados com a alimentação, consumo de práticas e produtos cosméticos que surgem ao serviço da beleza. Este é o corpo comunicante, em permanente movimento, alvo de experimentação, ambivalente, que passa a ser pensado, que é alvo de acção manipulável e manipulado (Weeks, 2003a).

Inerente a uma disciplina do gosto, o mercado vai desenvolvendo uma constante modelação identitária à imagem dos objectivos de comercialização. Inscrita numa lógica de permanente renovação e mediatização, a promoção do corpo obedece, a uma lógica de normalização por imperativos sociais, ou seja, mecanismos de disciplina, de submissão e de regulação, inerente à disposição estética do *biopoder*. Desta forma, a racionalidade moderna atribui ao corpo uma relação de sujeito-objecto, de controlo e de propriedade. Mobilizado pela tecnociência, ele vai permitir ao *biopoder* incitar a “ser” e a “fazer” (Foucault, 1994a).

Da moderna sociedade, está subjacente a uma rápida divulgação de novas normas corporais - substituídas rapidamente por outras. O corpo é objecto de atenções e investimentos quotidianos, passa a ser pensado quer como matéria-prima, manipulável, sem nenhum valor essencial, quer como sujeito soberano de saber e de poder (Cascais, 2004). Desenvolve-se um ideal de autonomia individual, de gestão e de apropriação corpórea e paradoxalmente de submissão a condicionantes estéticos reguladores, em conformidade aos modelos sociais do corpo (Lipovetsky, 2000). Ou seja, este corpo manifesta cada vez mais um sentido de construção e de controlo, em conformidade com o seu desenvolvimento e os diferentes estilos de vida que vai adoptando. Este é o corpo que se deixa controlar pela relação inerente entre as tendências globalizantes da modernidade e os acontecimentos localizados do quotidiano. Este é o corpo de uma nova concepção, um projecto em permanente construção, que traduz normas, práticas e ideologias e que deixa transparecer a auto-identidade (Giddens, 1997).

A preocupação com a aparência surge como afirmação da individualidade, funcionando como símbolo de ligação e de diferenciação social e cultural (Breton, 2003). Com sinais de reconhecimento inscritos no corpo, através da maquilhagem, do cabelo, de diferentes adornos, etc., o indivíduo vai expor a diferença e marcar a pertença a uma determinada realidade socio-cultural. A forma como os diferentes significados estão organizados vai permitir que o indivíduo se demarque do “outro”, e assim componha a sua história enquanto ser singular. “ A travers le visage se lit l’humanité de l’homme et s’impose en toute évidence la différence infime qui démarque l’un de l’autre. En même temps, les mouvements qui le traversent, les traits

qui le dessinent, le sentiment qui s'en dégage, rappellent que le lien social est la matrice d'où chaque acteur, selon son histoire propre, forge la singularité de ses traits et de ses expressions. Tout visage entrecroise l'intime et le public. Tous les hommes se ressemblent mais aucun n'est pareil à un autre." (Breton, 2003 : 138).

Giddens (1997) acentua a dupla dimensão social do corpo: "O controlo regularizado do corpo é um meio fundamental para a manutenção de uma biografia de auto-identidade [...]" e simultaneamente, "o *self* está também mais ou menos constantemente "à mostra" dos outros em termos da sua encarnação num corpo." (Giddens, 1997: 54). Ou seja, o controlo do e sobre o corpo é uma forma de presença e abrigo do *self*. Ao entendimento do corpo está subjacente não só uma espécie de espaço, onde estão inscritas um conjunto de pertenças sociais, mas também algo que está sujeito a tentativas de modelação com o objectivo de as transmitir ou ocultar. Assim, nos contextos rotineiros de interacção, através de uma permanente vigia aos maneirismos corporais, o indivíduo reproduz os diferentes desempenhos, inerente à especificidade de cada contexto social.

Mas o corpo sujeito de auto-construção identifica pela via da submissão a disciplina do consumo, ou corpo-objecto, é também o corpo simbólico, lugar de inscrição dos significados que reflectem disposições sociais. Em Bourdieu (1999) a corporeidade surge como operador através do qual o sujeito apreende o social e reproduz a ordem do mundo, lugar de *desnaturalização* do arbitrário cultural e social. Neste contexto, a corporeidade surge tratada como o autor exemplifica com a produção e consumo de bens e serviços simbólicos, *signos de distinção* (Bourdieu, 1979), assentes em imperativos e disposições inerentes a condutas disciplinadoras, inscritas nos géneros. A oposição masculina/feminina, inscrita em esquemas de diferenças naturalizadas, permite que não seja aparente na consciência, a relação social de dominação. "O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexuentes. Este programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo, e em primeiro lugar *ao próprio corpo*, na sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos em conformidade com os princípios de uma visão mítica do mundo

enraizada na relação de arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela própria inscrita, com a divisão do mundo do trabalho, na realidade da ordem social.” (Bourdieu, 1999:9). Nesse sentido, percebemos um corpo (e os seus movimentos) que, submetido a um trabalho de construção social, está de tal forma incorporado sob a forma de esquemas cognitivos que surge percebido como algo “objectivamente naturalizado”. Neste contexto percebemos como o corpo é enformado e construído pela cultura, dando a perceber-se como uma superfície na qual se inscrevem normas centrais e hierarquias, ou seja, ele é, antes de mais, um *locus prático de controlo social* (Bourdieu, 1999).

Em suma, assumido como elemento central nas relações sociais e na auto-percepção, o corpo codifica e enforma concepções do feminino e do masculino, definindo a posição social que cada um dos géneros ocupa, interiorizando atitudes e comportamentos socialmente desejáveis, utilizando o olhar do “outro” para a própria auto-apresentação.

2.4. A identidade construída reflexivamente

A noção de identidade na perspectiva sociológica concentra a sua atenção na socialização do indivíduo, dado que ele é matéria social da sua época, quotidianamente construída pelo contexto onde está inserido. Ou seja, “As teorias sobre a identidade estão sempre integradas numa interpretação mais geral da realidade. São “embutidas” no universo simbólico e nas suas legitimações teóricas, variando com o carácter destas. A identidade permanece ininteligível a não ser quando situada num mundo.” (Berger & Luckmann, 1999: 180). A partir deste pressuposto é possível apresentar a identidade como o resultado de uma trajectória pessoal e social, enquadrada num espaço social. “A construção das identidades faz-se, pois, na articulação entre os sistemas de acção que propõem identidades virtuais e as “trajectórias vividas” no interior das quais se forjam as identidades “reais” a que aderem os indivíduos.” (Dubar, 1997:108).

O aparecimento do paradigma da identidade, inicialmente denominado como subjectividade, está associado a um determinado marco histórico - directamente ligado à modernidade. Esta nasce da e com a identidade. Com a desestruturação das comunidades e consequentemente com a emergência da individualização, a identidade deixa de estar determinada *a priori*.

Ao contrário, o indivíduo da sociedade pré-moderna, inserido numa comunidade organizada através de determinações pré-definidas, tinha todos os seus desígnios traçados. Esta comunidade tradicional, marcada pela inércia dos costumes, apresentava rotinas pré-estabelecidas, autoridades imutáveis e verdades incontestáveis (Bauman, 2005). A este propósito Kaufmann (2005) refere que: “A comunidade subordinada à tradição auto-regulava-se; ela definia os indivíduos construindo-os socialmente, num mesmo movimento.” (Kaufmann, 2005: 17). Neste contexto, os indivíduos possuíam um grande interconhecimento entre eles e exerciam um forte controlo uns sobre os outros. Durante toda a sua vida, os indivíduos, com uma trajectória previamente estabelecida, eram submetidos a modelos de socialização pouco diferenciados, sem concorrência e, por isso mesmo, sem grandes *contradições* (Lahire, 2003). Neste contexto, as relações de parentesco eram salvaguardadas por uma ordem interdependente e determinada por uma série de obrigações bem definidas. Este vínculo fiável das relações localizadas justifica a existência da confiança pré-determinada. As relações de confiança eram igualmente asseguradas pela influência da cosmologia religiosa, que transmitia um sentimento de fiabilidade nos acontecimentos naturais e sociais (Giddens, 2002).

Com o advento da modernidade, o espaço dissocia-se do lugar, dando origem ao aparecimento dos “outros” (os ausentes e os distantes fisicamente). Esta situação vai permitir a ocorrência de influências directas em relações distanciadas. O corte da ligação da contextualização com a actividade social vai determinar a emancipação dos hábitos e das práticas sociais. “ Nas condições da modernidade, o lugar torna-se cada vez mais fantasmagórico: quer isto dizer que o local é completamente penetrado e modelado por influências sociais muito distantes. O que estrutura o local não é apenas

aquilo que está presente no cenário; a “forma visível” do local oculta as relações distanciadas que determinam a sua natureza.” (Giddens, 2002: 13).

A constante mutação do mundo moderno pode ser definida pela *liquefacção* das estruturas e instituições sociais (Bauman, 2005) “ Estamos agora passando da fase sólida da modernidade para a fase ‘fluida’. E os ‘fluidos’ são assim chamados porque não conseguem manter a forma por muito tempo e, a menos que sejam derramados num recipiente apertado, continuam mudando de forma sob a influência até mesmo das menores forças.” (Bauman, 2005: 57). Um ambiente fluido, as estruturas não duram muito tempo e a dominação e os poderes respeitados hoje serão amanhã ignorados ou porventura até ridicularizados. “Para a grande maioria dos habitantes do líquido mundo moderno, atitudes como cuidar da coesão, apegar-se às regras, agir de acordo com os precedentes e manter-se fiel à lógica da continuidade, em vez de flutuar na onda das oportunidades mutáveis e de curta duração, não constituem opções promissoras.” (Bauman, 2005: 60). A *descontextualização* e a *recontextualização* de sistemas abstractos estão inerentes a novas de formas de condução e organização dos quotidianos e a vida social moderna surge assim percebida através da “*dúvida radical*” (Giddens, 1997). O mesmo será dizer que todo o processo de conhecimento surge imbricado sob a forma de hipótese, dado que cada um dos argumentos apresentados não é mais do que verdade(s) em permanente revisão.

A variedade de escolhas e de possibilidades do contexto pós-tradicional coloca o indivíduo numa cultura de oportunidades e riscos - riscos pessoais e riscos globais - contraditórios. Em ambiente de ambivalência, o indivíduo é obrigado a compreender e a gerir as diferentes oportunidades e riscos com base numa construção cognitiva e social (Beck, 2000).

“Em contextos pós-tradicionais, não temos outra escolha para além de escolher como ser e como actuar. Desde esta perspectiva, até as dependências são escolhas: são modos de lidar com a multiplicidade de possibilidades oferecidas por praticamente todos os aspectos da vida quotidiana quando se vê de maneira adequada” (Giddens, 2000b:72). Subjacente a cada “escolha”, emerge uma variedade de factores

(psicológicos, rotinas quotidianas, constrangimentos e poderes) que de alguma forma condicionam, dando origem ao que Giddens (2000b) designa pela tomada de *decisões*. Nesse sentido, o indivíduo passa a administrar a sua vida através de decisões, frequentemente sujeitas a um conhecimento pericial limitado. Ou seja, “No debate com a ordem pós-industrial, portanto, temos que fazer uma distinção entre escolhas e decisões. Muitas das nossas actividades quotidianas tornaram-se abertas à escolha, ou melhor, [...] a escolha tornou-se obrigatória. Esta é uma tese substantiva sobre a vida quotidiana actual. Analiticamente, é mais exacto dizer que todas as áreas da actividade social se tornaram governadas por decisões – muitas das vezes, ainda que não universalmente, estabelecidas com base nas pretensões do conhecimento pericial de um ou outro tipo.” (Giddens, 2000b: 73).

Afirmar que na *modernidade tardia* (Giddens, 1997) a auto-identidade se torna uma construção organizada reflexivamente é atribuir ao indivíduo responsabilidade pelo planeamento estratégico da sua vida. Pensada como um conceito dinâmico e construída através de uma relação dialéctica entre a realidade subjectiva e as diferentes expectativas sociais, a identidade é (re)construída e aparece como o resultado efémero de diversos processos de socialização flexíveis e em constante mutação.

A perspectiva da construção de identidade como projecto do *self* levando a questão do processo reflexivo da escolha entre a pluralidade de processos, de espaços e de tempos de identificação em que o indivíduo reequaciona os papéis sociais multiformes e multicontextualizados que vai desempenhando no quotidiano. Desenvolvendo a teoria do *habitus* (Bourdieu, 1979), como disposições interiorizadas que articulam a acção social entre a estrutura e o indivíduo, (Lahire, 2003; 2005)acentua a noção de pluralidade de contextos de socialização e de modelação das disposições estruturantes.

A incorporação das diferentes disposições sociais, hábitos, maneiras de agir e sentir é feita em função do *stock de hábitos incorporados* provenientes das experiências sociais já passadas. Ou seja, a lógica dos esquemas de acção interiorizados por cada indivíduo está dependente da lógica dos princípios de socialização que lhe foram submetidos. Nesse sentido, e segundo o autor, o indivíduo não deve ser estudado num

único contexto ou a partir de uma só dimensão, dado que, integrado numa pluralidade de mundos e de experiências, ele incorpora uma pluralidade de disposições, de maneira de ver, sentir e agir (Lahire, 2005). “ De facto, a coerência (relativa) dos hábitos (dos esquemas ou disposições) que cada indivíduo pode ter interiorizado dependerá da coerência dos princípios de socialização aos quais ele foi submetido. Quanto mais um indivíduo tiver sido colocado, simultaneamente ou sucessivamente, no seio de uma pluralidade de contextos sociais não homogêneos, e por vezes mesmo contraditórios, mais essa experiência terá sido vivida de maneira precoce, e mais estaremos a lidar com um indivíduo com um património de disposições de hábitos e capacidades não homogêneo, não unificado, variando segundo o contexto social no qual tenha sido levado a evoluir.” (Lahire, 2005:27). A partir das variações inter-individuais e intra-individuais, num registo em que os indivíduos são simultaneamente actores e agentes, torna-se difícil prever, com rigor, o que cada indivíduo vai “jogar” num contexto específico e o que os heterogêneos hábitos incorporados pelo indivíduo vão desencadear num determinado contexto. Ou seja, “O que determina a activação de determinada disposição num certo contexto pode ser concebido como o produto da interacção entre (relações de) forças internas e externas: relação de forças internas entre disposições mais ou menos fortemente constituídas durante a socialização passada, e que estão associadas a uma maior ou menor apetência, e relação de forças externa entre elementos (características objectivas da situação, que podem estar associadas a pessoas diferentes) do contexto que pesam mais ou menos fortemente sobre o actor individual, no sentido em que o constroem e o solicitam mais ou menos fortemente [...]” (Lahire, 2005: 37). A partir desta complexidade de entendimento, de que o indivíduo é *multissocializado e multideterminado* (Lahire, 2005), torna-se difícil perceber com clareza a influência dos determinismos sociais.

Nas leituras sobre a identidade reflexiva e suas escolhas, convém não esquecer a perspectiva relacional desenvolvida por Goffman (1993). É o olhar do outro que traduz o reconhecimento. A pertença social implica o reconhecimento do outro e, nesse sentido, a identidade é a representação de nós próprios e do outro. Através do modelo dramático de Erving Goffman (1993) mostra que no processo de construção do Eu, o indivíduo procura controlar as impressões que transmite. O mesmo será dizer que:

“Quando o indivíduo surge diante de outros, projecta, consciente e inconscientemente, uma definição da situação. Da qual uma certa concepção de si próprio constitui um elemento importante.” (Goffman, 1993:283). Enquanto actor e *fabricante de impressões*, o Eu surge como um produto de diferentes combinações e mecanismos de produção na estrutura da vida social, baseado no reconhecimento e na diferenciação, onde a interacção assume, sem dúvida, um lugar crucial.

É a partir desta pluralidade de vivências que os indivíduos passam a entender as suas vidas através de futuros reflexivamente organizados. O projecto reflexivo do *self* surge inscrito num entendimento paradoxal que, por um lado, coloca os indivíduos numa realidade complexa e global que influencia e limita os níveis de autonomia e de espaços de decisão, e por outro, em contextos plurais e difusos, auto-responsabiliza as acções contraditórias e em permanente reformulação.

É com base na pluralidade deste mundo social, e em resposta a todas as influências institucionais, que os/as jovens vão dando sentido ao que são, às formas como vivem e desejam as suas sexualidades, ou seja, vão construindo as suas identidades sexuais. É nesse sentido, que afirmamos que estes/as jovens são o produto da experiência de socialização em contextos sociais heterogéneos e mesmo contraditórios.

2.4.1. A Identidade Sexual

A sexualidade é uma parte essencial da identidade pessoal e social no relacionamento com os outros. A identidade sexual é complexa e resulta de um processo de construção ao longo da vida. Weeks(2003a) refere que poucas identidades são tão paradoxais como as identidades sexuais já que assentam na articulação de paradoxos, dado que por um lado procuramos saber o que temos em comum e por outro saber o que nos separa; por um lado procuramos saber o sentido do nosso Eu e por outro investimos no

reconhecimento do Outro. Nesse sentido, as identidades sexuais apontam um conjunto de diferentes inter-relações, conflitos e oportunidades.

A identidade sexual tem por base a própria estrutura da cultura que assenta a sua compreensão do mundo na conceptualização de um binarismo sexual entre mulheres e homens. “A cultura aprova que sejam ou se imaginem masculinos certos indivíduos, corpos ou comportamentos, e femininos, outros.” (Ramalho, 2002:537). Associada à identidade sexual tem estado um conjunto de divisões binárias: homem/mulher; heterossexual/homossexual; normal/perverso, estabelecendo fronteiras bem definidas entre os indivíduos. A tradição sexual identifica o indivíduo como pertença de um sexo, diferenciando-o do sexo oposto e permite que todo o seu destino fique marcado, mesmo antes de nascer. Ou seja, é com base nestes pressupostos que tem sido fixada a identidade feminina ou masculina - marcada para toda a vida através dos seus componentes naturais (Weeks, 2003b). O autor assinala que a quebra com esta tradição poderá implicar sérias dificuldades ao próprio indivíduo, nomeadamente quando refere: “If you break with this tradition, if you reject the idea that sexuality embodies its own values and goals, then you are faced with complex problems of alignment and choice.” (Weeks, 2003b: 9). As diferenças fundamentais entre o biológico feminino e masculino (distinções genitais e reprodutivas) têm sido entendidas como suficientes para explicar as diferenças entre os desejos e as necessidades dos indivíduos (Weeks, 2003a). Pensar a sexualidade com base nos atributos físicos, especificamente através das dualidades feminina/masculina ou heterossexual/homossexual, corresponde a uma normalização no desejo e na procura de prazer.

Fixada através das várias instituições sociais (tais como família, escola, igreja e o estado), a concepção binária de género é cristalizada em papéis diferenciados, com base nas expectativas culturais associadas a cada um dos géneros. Através da socialização de género, diferentes atitudes e comportamentos são encorajados ou desencorajados – variando se for homem ou mulher. “Our family, peers, and teachers, as well as the media and religious groups, act as agents of the socialization process. Although probably none of us becomes exactly what the cultural ideal prescribes, our roles in social institutions are conditioned by the gender relations we learn in our

social development.” (Andersen, 1983:32). Assim, através do processo de socialização, a identidade sexual é construída, fixada e conceptualizada como *definição do eu* - subjacente ao que se entenda ou signifique ser “homem” ou “mulher”. A este propósito a autora refere que: “The pressure to adopt gender-appropriate behavior is evidence that the socialization process controls us in several ways. First, it gives us a definition of ourselves. Second, it defines the external world and our place within it. Third, it provides our definition of others and our relationship with them. Fourth, the socialization process encourages and discourages the acquisition of certain skills by gender” (Andersen, 1983:33).

Ao longo da história, as diferentes mensagens que emergem das fronteiras estabelecidas entre as realidades femininas e masculinas reflectem diferentes poderes que a História tem mostrado que são predominantemente androcêntricos (Bourdieu, 1999). A construção das diferenças fundamentais entre mulheres e homens tem permitido legitimar o domínio masculino. Esta relação desigual, feita com base num processo de naturalização, reproduz-se através do processo de *incorporação da dominação*, com as diferenças comportamentais de género a sofrerem influência da socialização androcêntrica. Toda a visão androcêntrica está continuamente legitimada pelas práticas comportamentais de género. Nesse sentido, os corpos são, enquanto construção social, o produto de um trabalho social subordinado a uma estruturação cognitiva de dominação masculina. Por exemplo, em relação à adopção de algumas posturas corporais femininas Bourdieu (1999) refere que: “Esta espécie de confinamento simbólico é assegurada praticamente pelas suas roupas que [...] têm por efeito, além de dissimular o corpo, chamá-lo à ordem a todo o momento [...]” (Bourdieu, 1999:25).

Assim, subjacente a um entendimento dos sexos de tipo binário, subsiste a legitimação do domínio de um sexo sobre o outro, ou seja do masculino sobre o feminino. Encontramos estes princípios subjacentes a diferentes sociedades do passado e do presente. Quer quando se refere que “A mulher tem uma sensibilidade “delicada” devida aos seus tegumentos leves e finos [...]. Esta sensibilidade delicada dá-lhe uma aptidão particular para o prazer, uma inflamação fácil das paixões, logo, uma tendência

natural para a desvergonha, para a depravação, para a impossibilidade de se concentrar e de reflectir, actos que são, quanto a eles, eminente e essencialmente masculinos” (Héritier, 1998:212); quer quando se faz referência ao adágio: “ [...] os homens olham para cima e as mulheres para baixo”. Este adágio possui três significados distintos: refere as diferenças entre o estado de excitação dos órgãos genitais masculinos e femininos; refere a divisão sexual do trabalho; e, finalmente, refere uma utilização muito mais global da oposição dimensional alto/baixo na medida em que ela está relacionada analogicamente com as oposições céu/inferno, vida/morte, mente ou espírito/corpo, pureza/corrupção, socialmente benéfico anti-social.” (Pina-Cabral, 1989:111).

A realidade social cria fronteiras e conceitos diferenciados, com mensagens e significados conflituosos e contraditórios, entre as realidades femininas e masculina. Assim, a vida das mulheres foi marcada, durante muito tempo, pelo não auto-controlo do corpo e pela negação da sexualidade com prazer – concedido apenas ao homem. Estes regulamentos inventados inscreveram-se no corpo através das relações e de rituais de poder que determinaram ou condenaram determinados comportamentos (Weeks, 2003b).

Associado a todo este entendimento, emerge um conjunto de expectativas comportamentais vinculadas a uma sexualidade coital e heterossexual. Com base na ideia de que a orientação heterossexual aparece como a única forma de expressão sexual, surge o conceito de *heterossexualidade compulsória* (Rich, citado por Andersen, 1983). Subjacente a esta concepção, está inerente uma diversidade de mitos culturais que conduz ao sentido *homofóbico*¹³. “The belief that heterosexuality is the only natural form of sexual expression is rooted in a cultural framework that defines heterosexuality as compulsory and homosexuality as deviant or pathological “ (Rich 1980, citado por Andersen 1983: 82). O conceito de *heterossexualidade compulsória* indica ainda que o tipo de opções sexuais, de privilégios e de relacionamentos estão

¹³ Esta expressão “tornou-se comum no vocabulário quer das Ciências Sociais quer do activismo político-sexual, a partir da sua introdução por pensadores do movimento gay. Significa o medo da homossexualidade, dos homossexuais e da própria homossexualidade latente [...]” (Almeida, 1995:69).

estruturados pelas instituições sociais. “The concept of compulsory heterosexuality indicates the degree to which sexual choices, relationships, and privileges are structured by social institutions. The belief that women need men to achieve a mature sexual response reflects the assumption that women are dependent on men for their sexual, emotional, social, and economic well-being (Andersen, 1983: 82). Almeida (2008)¹⁴ refere ainda que o Estado português não investe *simetricamente* em diferentes orientações sociais e em direitos iguais. Para o autor, existe uma assimetria simbólica e uma postura homofóbica associada às estruturas sociais, definidoras de género e de orientação sexual.

É a partir dessa categorização rígida da “sexualidade” e do “género” e da atribuição a estas categorias sociais de uma visão tipo essencialista que a teoria *queer* (na sequência das teorias feministas) reabre o debate sobre a norma e a diferença. Adoptando uma postura de sistemática interrogação das estruturas hegemónicas, e partindo da reflexão sobre a dificuldade de as identidades sexualmente marginalizadas se expressarem e se representarem dentro de uma linguagem e de um aparelho conceptual hegemónico, a teoria *queer* (re)pensa as sexualidades contemporâneas, nomeadamente as designadas identidades “de margem”, que vão assumindo uma posição central e conseqüentemente perdendo o silêncio do “esconderijo” (Butler, 1993). Tendo como referência “outras” sexualidades contra-hegemónicas, a teoria *queer* vai conduzindo a noção de “diferença”, propondo o “descentramento” das identidades numa linha de maior fluidez. “The queer also signals an emergent lifeway [...]. “Queer” is grounded, like bisexual, in a constructionist theory of origins and a theory of becoming characterized by openness and uncertainty. Queerness highlights deontological concerns, raising the contestation of existing forms of power and hierarchy – including sexism, racism, classism, and homophobia – to the level of moral imperative. The queer also valorises sexual variation and experimentation, and refuses to neatly label or categorize his or her sexual desires, attractions, fantasies, or

¹⁴ Referência de Miguel Vale de Almeida aquando da apresentação dos resultados do inquérito “Saúde e Sexualidade”, que teve lugar no dia 6 de Maio de 2008, no Instituto de Ciências Sociais (inquérito realizado no âmbito do projecto “Comportamentos sexuais e a infecção VIH/SIDA em Portugal” - protocolo de colaboração entre a Coordenação Nacional para a infecção VIH/SIDA e o ICS).

behaviours, although s/he may be primarily homoerotic, bierotic, or even primarily heteroerotic; s/he is defined more by political commitment and social vision than by “sexual orientation”.” (Hostetler & Herdt, 1998: 16).

Assim, no contexto da *modernidade tardia*, sucedem-se transformações no entendimento subjacente aos princípios unitário e binário. Determinados conceitos que assentavam na convicção de unidade, permanência e continuidade, fazem hoje parte de uma escala mais alargada de entendimentos e possibilidades. Emergem conceitos reorganizados no plural, tais como: “famílias”; “sexualidades”; masculinidades”; “feminilidades” que fazem referência ao facto de existirem múltiplas formas de *being gendered* mesmo quando há padrões dominantes (Plummer, 2003a). Esta forma de pluralismo e flexibilidade torna possível aos indivíduos, na partilha de capacidades, desejos e convicções, conduzirem a natureza dos relacionamentos em relação à família, à sexualidade e ao género. “A seemingly wider range of possibilities is now available. Whereas the traditional world was usually conceived of as a singular world, the postmodern world of intimacies is one of plurals. Thus, where we once spoke of “men and women”, the post-modern speaks of masculinities, femininities, and indeed, genders. ” (Plummer, 2003a: 19).

Igualmente, implicados na realidade moderna e conseqüentemente no desenvolvimento da individualização, alteram-se os conceitos de “casamento” e de “relação de casal”. Na ideia de casamento, passa a ser central a defesa de interesses individuais, a felicidade e a reformulação da identidade (Kaufmann, 2003). A sexualidade de casal passa a assentar nos princípios da *relação pura* (Giddens, 1997). O que fundamenta uma relação pura é o grau de compromisso existente, numa relação de reciprocidade e de confiança, em que a intimidade surge como uma condição fundamental para a estabilidade a longo prazo, assente na comunicação do casal.

Na relação do casal contemporâneo as diferenças e as regras de estruturação não se baseiam rigidamente em especificidades identitárias o que faz com que a decisiva distinção entre os cônjuges baseada no género venha a perder força. O relacionamento entre o casal apoia-se nas posições ocupadas por cada um e na interacção com base em

jogos de complementaridade, orientado por princípios de companheirismo e de reciprocidade. Neste contexto, a sexualidade aparece como a linguagem base da relação do casal e essencial à sua existência (Kaufmann, 2003).

Existe, hoje, no mundo Ocidental, uma relação de interdependência entre a sexualidade e a conjugalidade, com a sexualidade a assumir um sentido determinante na constituição da relação conjugal. A sexualidade é ao mesmo tempo produto e validação da relação, invertendo a dependência que ligava tradicionalmente a sexualidade ao casamento. “On est passé d’une définition institutionnelle du couple à une définition subjective e intersubjective, qui met la relation sexuelle sur le devant de la scène.” (Bozon, 2002b : 36). O autor refere ainda que, hoje, a abstinência sexual entre os cônjuges, que não resulte de circunstâncias excepcionais e transitórias, é entendida como um sinal de possível problema conjugal, pondo em perigo a estabilidade conjugal, podendo mesmo ser um factor de separação.

No casal contemporâneo, o papel central da sexualidade passa pela reciprocidade na actividade sexual. Bozon (2002b) mostra, através de dois estudos separados por vinte e dois anos (o primeiro realizado em 1970 e o segundo em 1992), que existem diferenças significativas nas (respostas relativas às) práticas sexuais simétricas (como por exemplo, a masturbação mútua ou o sexo oral). No último estudo (1992), os/as entrevistados/as afirmam que as práticas sexuais simétricas são uma opção e que elas assumem uma crescente importância na sua relação.

Assim, no contexto de modernidade, os sentimentos e os comportamentos da vida sexual na relação de casal passam a assentar em múltiplos propósitos, como o do prazer, o do estabelecimento e definição de relações e o da comunicação de mensagens através de atitudes e estilos de vida. A *sexualidade plástica*, liberta das necessidades da reprodução, sofre a influência de mecanismos de subjectividade e é moldada como uma característica da personalidade que conseqüentemente aparece ligada ao *self* (Giddens, 1996; 1997).

Em suma, hoje consolida-se a ideia de que as identidades sexuais são menos acerca de manifestações da verdade da sexualidade e mais sobre a pluralidade de diferentes valores (Weeks, 2003a; 2003b). A questão central da sexualidade não passa por saber qual o lugar que ocupa na vida dos indivíduos, mas por saber como deve ser vivida. Nesse sentido, se a percebermos como algo que é construído e reconstruído, produto de exigências e as oportunidades, ou não, de acordo com os diferentes ritmos do complexo mundo moderno, podemos aceita-la sob um verdadeiro pluralismo moral. Inerente a estes pressupostos, e tendo por base uma variedade de escolhas, uma pluralidade de opções, é possível pensar e aceitar a sexualidade sob o princípio da diversidade como “norma” (Weeks, 2003b). Para o autor, só num contexto aberto é possível pensar as identidades sexuais como num permanente processo de invenção e reinvenção. Só através de um contínuo questionamento das configurações identitárias normalizadas e impostas, o indivíduo é capaz de inventar para si próprio novas formas de identidades.

A crescente consciencialização da “cidadania sexual” ou íntima abre caminho à variedade de discursos sobre direitos e responsabilidades, sobre a exclusão e a inclusão social de uma variedade de novas possibilidades da sexualidade. Reconhecer que do ponto de vista cultural existem arbitrariedades e contingências na forma como é percebida a sexualidade, faz com que se vá ganhando consciência de que existem formas de pluralismo na vida sexual e de que existem novos caminhos na cultura da intimidade (Plummer, 2003a).

CAPÍTULO 3. A realidade social portuguesa

3.1. Portugal dos anos 60 a 74

Neste capítulo apresentamos os principais traços do contexto socioeconómico português a partir da época de sessenta e setenta (setenta e quatro) destacando os aspectos mais relevantes das mudanças sociais nos domínios que mais directamente influenciaram mudanças na experiência de vida dos/das jovens e na apresentação pública da sexualidade. A década de sessenta e setenta foi adoptada como referência, dado que se refere à transição de um ciclo político marcado pela resistência à modernização de sociedade e seus costumes. Complementarmente, essa época corresponde, de forma geral, ao tempo em que os progenitores dos/das jovens da nossa amostra viveram a infância e a juventude. Essa época, então, enquadrada, como “época de origem” dos/das progenitores e como socialização familiar dos/das nossos jovens no que respeita à sua construção identitária.

Nessa altura, Portugal era governado num clima ideológico totalitário. Viviam-se um período histórico e social conturbado, em que Portugal mantinha uma guerra colonial em várias frentes. A contestação ao regime fazia-se sentir cada vez mais abertamente (nomeadamente, no movimento estudantil) e era fortemente reprimida, com a censura a reflectir-se nos conteúdos dos jornais, dos filmes, das músicas, ou seja em toda a forma de expressão que se manifestasse contra os desígnios de uma política ditatorial. O país escondia a omnipresente iliteracia, pobreza, barracas, emigrantes, homossexuais, enterros civis, etc. (Mónica, 1997).

O país estava subordinado às pressões políticas intencionais mas, a convergência económica, social e cultural com a Europa não era o principal objectivo do regime - ausência de convergência que foi determinante para o aumento do fosso entre Portugal e o resto da Europa Ocidental (Mónica, 1997). No mesmo período, as grandes cidades

da Europa ocidental apresentavam sinais de desenvolvimento socioeconómico, com as diferentes formas de expressão (como por exemplo, os livros, os filmes e as músicas) a indicarem o optimismo dos tempos. Diferente estava o panorama português, ao apresentar um rendimento nacional *per capita* de apenas um terço do dos países mais prósperos da Europa (com uma agricultura que ocupava cerca de 45% da força de trabalho e com uma indústria muito rudimentar e com tecnologias pouco avançadas) (Lopes, 1997).

A emigração portuguesa, entre 1960-1973¹⁵, registou um movimento massivo deslocado para o continente europeu – com claro predomínio da França. O desenvolvimento industrial, na Europa mais próspera, exigia um reforço de mão-de-obra, principalmente, proletária, jovem, pouco qualificada e disposta a aceitar qualquer tarefa disponível. Desta reserva, cerca de cinco milhões de trabalhadores eram oriundos da Europa mediterrânea, com uma elevada percentagem proveniente da emigração clandestina portuguesa (Barreto, 2000a; 2000b; Serrão, 1995). A saída para países mais próximos foi um estímulo económico e cultural, que influenciou algumas das transformações que lentamente ocorriam em Portugal. A emigração repercutia-se na transformação demográfica (envelhecimento da população, decréscimo da taxa de fecundidade e redução da dimensão da família), nas relações da população com o território (abandono da actividade agrícola e a aceleração da desertificação do interior) e na formação de um novo ambiente favorável à liberalização dos costumes e das mentalidades (Barreto, 2000a). “É talvez, pelas enormes consequências sociais, culturais e económicas, a fonte das mais profundas mudanças destas quatro décadas. Ou o factor singular mais relevante. Além de traduzir uma mudança histórica e de atingir quantitativos inéditos, a emigração será uma das explicações essenciais para o forte crescimento económico por habitante, para a mudança de vida e de trabalho nos campos e para alterações notáveis nas relações laborais e sociais.” (Barreto, 2000a: 71).

¹⁵ A partir desta altura, assiste-se como que ao encerramento do grande ciclo migratório transatlântico - que desde o século XIX tivera como destino preferencial o Brasil Barreto (2000a)

A emigração foi ainda um estímulo indiscutível ao trabalho feminino, condição para a implementação de novas relações na família. Predominavam os valores da família nuclear tradicionais em que as mulheres viviam subordinadas a fortes limitações no exercício de direitos fundamentais. Por exemplo, à excepção de serem chefes de família e de terem cursos médios ou superiores, elas não podiam votar, dependiam da autorização do marido para obter o passaporte, para abrir uma empresa ou uma conta bancária e até para saírem do país (Mónica, 1997).

3.2. O percurso da modernidade

Com a revolução “dos cravos”, em 1974, considerada o eixo central da transformação social, e com a entrada na CEE¹⁶, em 1986, estão criadas as condições para que a sociedade portuguesa encontre soluções e se liberte do efectivo atraso e da sua imobilidade (Barreto, 1999; 2000a). O rápido percurso de “modernização” vivido pela sociedade portuguesa permitiu que, em três décadas (quando os outros países o fizeram no dobro do tempo), em muitos aspectos, designadamente, sociais, culturais e demográficos, Portugal se semelhasse aos nossos vizinhos europeus (Mónica, 1997). Os diferentes indicadores sociais, especialmente os demográficos, passaram rapidamente a apresentar valores iguais ou próximos dos outros países europeus mais desenvolvidos. No contexto desta “modernização”, a sociedade portuguesa aproximou-se dos padrões de desenvolvimento e dos modelos de organização social das sociedades europeias com mais tradições políticas democráticas, mais avançadas económica e tecnologicamente e com mais experiência do Estado-providência. A este propósito Mónica (1997) refere: “Com a provável excepção da Espanha, nenhum outro país europeu conseguiu liquidar o campesinato, alterar a taxa de fecundidade, mudar os padrões de consumo, diminuir a mortalidade infantil, instaurar o sufrágio universal transformar as relações Estado-Igreja, criar uma classe média, abrir as fronteiras a

¹⁶ O processo de integração na Comunidade Económica Europeia (actualmente designada por União Europeia) foi iniciado em 1977.

peças e bens, escolarizar a população, liquidar um Império, à velocidade a que o fez Portugal.” (Mónica, 1997: 230).

Este país *semiperiférico* (Santos, 1993) da região europeia começa por renegociar a sua posição face ao seu posicionamento mundial. É dentro do contexto do sistema mundial que Portugal se encontra numa posição de transição, condicionado simultaneamente pelos seus vínculos com as suas antigas colónias e com os países mais desenvolvidos. Este estatuto de sociedade de desenvolvimento intermédio, simultaneamente com padrões típicos das sociedades desenvolvidas e complexas e das menos desenvolvidas e menos complexas, surge, no contexto europeu, relativamente aos vários domínios da vida portuguesa, com dificuldades em conseguir igualar-se aos restantes países da Europa desenvolvida. Para o autor, ”A sociedade portuguesa é altamente heterogénea, não só em termos económicos e sociais, mas também em termos políticos e culturais.” (Santos, 1993: 54). Esta *sociedade semiperiférica* e intermédia em termos de graus de desenvolvimento, com o Estado a assumir diferentes formas políticas para os diferentes domínios da vida, vai gerindo “[...]as tensões existentes entre uma orientação central e uma orientação periférica, entre uma promoção ou a despromoção internacional, entre a integração ou a exclusão social” (Santos, 1993: 54).

Uma das transformações estruturais mais marcantes das últimas décadas na sociedade portuguesa foi a generalização da frequência do sistema de ensino. A partir da Revolução de Abril, ocorre no sistema de ensino uma verdadeira ruptura pedagógica, quer com a alteração das estruturas, em todos os graus de ensino, dos conteúdos e das formas de avaliação, quer com o investimento na educação de adultos e nas campanhas de alfabetização. O sistema educativo passou a ter como objectivo acabar com um ensino essencialmente *elitista e classista*, do passado (Ambrósio, 1985). A política educativa dos anos cinquenta, assente na perspectiva funcional da educação, tinha como objectivo a preparação para o mundo do trabalho. Nesta época, o número de analfabetos em idade escolar, dos sete aos onze anos, era de cerca de 20%. E quando esta análise incidia na população jovem e adulta a percentagem aumentava para o dobro (cerca de 40%) (Ambrósio, 1985). A relação crescimento económico/educação

comprova que a política do Estado centrava as atenções no ensino técnico, como resposta imediata às necessidades de uma economia industrializada - sem qualquer investimento concreto no combate ao analfabetismo. A ausência de investimento no sistema escolar gerava uma abundância de mão-de-obra pouco qualificada, deixando para os grupos sociais mais elevados a frequência de níveis superiores. Através de uma *ideologia meritocrática* (Bourdieu, 1964) o sistema educativo favorecia a reprodução das desigualdades sociais.

De forma gradual, a escola do regime democrático, cria condições para que aumente, não só, o número total de estudantes que frequentam os diferentes graus de ensino. A obtenção de um diploma escolar, sobretudo superior, foi um factor de mobilidade social intergeracional ascendente (Costa & Machado, 1998). Através do desenvolvimento de políticas na área da rede escolar e do apoio social, torna-se possível facilitou-se um efectivo cumprimento da escolaridade por parte da população mais carenciada.

Hoje o analfabetismo juvenil terminou, a expansão do sistema escolar alarga-se pela primeira vez a todo o território português e estende-se um pouco por todo o mundo. Actualmente, as grandes questões do ensino passam pela reflexão sobre o carácter limitado da “democratização do ensino”, com base na distinção entre “massificação” e “democratização”. Neste sentido, procura-se que a massificação do ensino funcione como instrumento de redução das desigualdades e de integração social positiva de grupos mais desfavorecidos.

Para além da evolução do sistema de ensino, sucede-se uma variedade de transformações a nível da família. Especificamente, através da diminuição do número de pessoas por agregado (não ultrapassando os 2,8 pessoas), e do declínio do modelo de família alargada tradicional; da quebra contínua da proporção do número de casamentos; do crescimento da proporção de casamentos civis em relação aos casamentos celebrados religiosamente que traduz uma tendência para a laicização do

contrato conjugal; do aumento do número de divórcios¹⁷ e do aumento do número de nascimentos fora do casamento, a sociedade portuguesa vai gradualmente apresentar uma maior fluidez das formas de nupcialidade que se traduz numa diversificação dos modelos familiares, nomeadamente com a emergência das famílias monoparentais e recompostas (Torres, 1996; Wall, 2005).

A análise de Wall (2003) às dinâmicas de *conjugalização*, em Portugal, entre a década de 1991-2001, mostra que existe um decréscimo significativo da percentagem de agregados de família complexa e conseqüentemente que existe uma maior autonomia dos núcleos conjugais. Existe uma multiplicação do celibato desejado, com um aumento significativo principalmente na população jovem confirmado pela existência de indicadores de *individualização* e de *informalização*, tendências que apresentam diferentes intensidades, de acordo com as diferentes regiões. Por exemplo, nas regiões da Grande Lisboa, da Península de Setúbal e do Algarve, regiões da *vanguarda modernista*, tem-se vindo a reforçar uma linha de continuidade já anteriormente iniciada. As regiões de Grande Porto, Baixo Mondego, Pinhal Litoral, Oeste, médio Tejo e Lezíria do Tejo embora com tendências mais fracas do que as regiões anteriores, apresentam uma maior transformação, com mudanças muito significativas, quando comparadas com as tendências apresentadas na década entre oitenta e noventa. Nas dinâmicas de *conjugalização*, as regiões do Minho-Lima, Cávado, Baixo-Vouga, Dão-Lafões, Açores e Madeira apresentam um aumento de agregados de família simples (constituído por um casal) unidos pelo vínculo legal do casamento e conseqüentemente a um decréscimo dos agregados de família complexa - tradicionalmente elevados nestas regiões (Wall & Aboim, 2003). Contrariamente, as regiões do Ave, Tâmega e Entre Douro e Vouga têm vindo a apresentar uma consolidação desta tendência – um processo já iniciado anteriormente.

A acentuação de novas formas de família e da individualização associam-se a progressiva quebra da natalidade e ao aumento de casais sem filhos (Wall & Aboim,

¹⁷ A análise sócio-demográfica permite confirmar a relação deste aumento com a urbanização e os níveis crescentes de escolarização de homens e mulheres, dado que a percentagem de divórcios é significativamente superior nos grandes centros urbanos (significativamente maior no Sul que no Norte do país), entre os profissionais liberais e entre os quadros médios e superiores (Torres, 1996).

2003). Esta situação apresenta-se como o principal factor de envelhecimento da população portuguesa. Portugal envelhece a um ritmo acelerado, invertendo a tendência, em meados dos anos noventa, em que tinha a mais jovem população da Europa.

As transformações na família foram influenciadas pelo significativo aumento do número de mulheres no mercado de trabalho e o aumento de escolaridade feminina. A presença da mulher no espaço público sofre grandes alterações. É hoje comum a presença da mulher em todas as profissões - com uma presença maioritária em alguns sectores da administração pública (especificamente em serviços de educação e saúde). Da mesma forma, a sua presença é hoje igualmente maioritária na frequência das universidades (Barreto, 2004).

Estas mudanças e a própria evolução cultural têm permitido um maior equilíbrio entre a distribuição sexista de poderes. Nomeadamente, em relação ao projecto conjugal, este passa a assentar na realização afectiva e igualitária da relação, privilegiando o companheirismo, a igualdade de papéis de género e a coabitação como forma de assegurar a autonomia individual (Wall, 2005).

Apesar dos comportamentos da sociedade portuguesa acompanharem o desenvolvimento da modernidade, algumas transformações decorrem de forma lenta. Nomeadamente, no que diz respeito aos laços conjugais institucionais e aos papéis de género. Por exemplo, as assimetrias significativas de género estão presentes nas trajectórias profissionais: são os homens que trabalham sempre a tempo inteiro e raramente interrompem a vida profissional e, pelo contrário, são muitas as mulheres que apresentam trajectórias alternadas no mercado de trabalho exercendo um trabalho a tempo parcial ou doméstico (Wall, 2005). A este propósito a autora refere: “[...] podemos talvez concluir que se observa, nas famílias portuguesas do fim do século XX, uma combinatória específica de movimentos: ao lado de um movimento marcado de privatização, de um movimento de alguma *individualização* e de mudanças lentas e graduais nos papéis de género, regista-se uma continuada aproximação ao ‘casamento’, ou seja, uma vontade, bastante expressiva, de uma conjugalidade vivida

ao abrigo de uma instituição reconhecida e legitimada, embora nela pesem os afectos e um ideário fusional e de igualdade que reúne a maioria das aspirações.” (Wall, 2005: 49).

Foi este o contexto de mudança, de um ambiente repressivo, social e familiar, para um ambiente de abertura, que enquadrou a socialização dos jovens de hoje.

3.3. Os percursos da sexualidade e da educação sexual – revisão da legislação

A acompanhar mudanças no sentido da fluidez de valores, a legislação portuguesa abre as portas a uma ideologia sexual menos puritana. Ainda durante o Estado Novo, em Janeiro de 1971, o então Ministro da Educação Veiga Simão cria, por despacho, uma comissão, para o estudo da educação e sexualidade, com elementos que surgiam do seio da Igreja Católica, com profissionais de saúde, saúde escolar e professores. Esta Comissão cria um texto com o objectivo de servir de base às futuras recomendações. Apesar de o texto não ter sido concluído, dado que entretanto a comissão foi interrompida, ainda hoje este texto surpreende pela coragem e pela actualidade (Vaz, 1996). Por exemplo, o texto propunha: “[...] uma compreensão alargada do conceito de sexualidade, não a reduzindo aos comportamentos genitais, e que afecta “o estar no mundo enquanto homem ou mulher”; Considera que a sexualidade não pode ser vista de uma forma estática, mas dinâmica e culturalmente modelada; Afirma que na compreensão da sexualidade humana têm ainda particular importância dimensões como o desejo, a abertura à comunicação com outrem e que é experimentada como fonte de prazer e como forma privilegiada de expressões do amor.” (Vaz, 1996: 55).

Na década posterior à revolução de Abril, emerge um conjunto de novos espaços de expressão e de participação onde surgem debates ideológicos, principalmente desencadeados por organizações feministas e pela Associação para o Planeamento da

Família (APF), que defendiam o direito à contracepção, à legalização da interrupção da gravidez e à igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Na década de oitenta, é aprovada a Lei nº3/84¹⁸ que vai estabelecer a garantia do Estado ao direito à educação sexual, como componente de direito fundamental à educação. O Artº 2º determina que os programas escolares incluam, de acordo com os diferentes níveis de ensino, conhecimentos científicos sobre anatomia, fisiologia, genética e sexualidade humana, estabelecendo ainda que seja evitada a discriminação de funções entre mulher e homem. Esta Lei que carecia de regulamentação num prazo de seis meses, nunca veio a ser regulamentada relativamente à educação sexual escolar. No entanto, a Portaria nº52/85¹⁹ que regulamentou a parte da Lei no referente ao planeamento familiar, revogou qualquer norma proibitiva ou restritiva do acesso dos jovens às consultas de planeamento familiar.

Neste período, como estava a acontecer um pouco por toda a Europa, a crescente consciencialização da “ameaça” da SIDA vai ser determinante para que alguns dos valores menos permissivos sejam recolocados. O avanço da epidemia foi determinante para que fossem criadas políticas de combate à doença. Nesse sentido, o Ministério da Saúde criou, em 1985, o Grupo de Trabalho da Sida que tinha como objectivos recolher informação sobre novos casos de infecção pelo VIH/sida e implementar estratégias, a nível nacional, de prevenção da infecção. Em 1990, foi criada uma nova estrutura de combate à Sida, designada por Comissão Nacional de Luta contra a SIDA (CNLCS). Após várias reestruturações orgânicas, a CNLCS foi integrada²⁰, no Alto Comissariado da Saúde²¹. A partir do Plano Nacional de Saúde 2004-2010, foi atribuído um especial enfoque ao Programa Nacional de Prevenção da Infecção VIH/sida²², tendo por objectivos: assegurar o conhecimento da dinâmica populacional

¹⁸ Lei n.º 3/84. DR 71/84 SÉRIE I de 1984-03-24

¹⁹ Portaria n.º 52/85. DR 22/85 SÉRIE I de 1985-01-26

²⁰ Decreto Regulamentar nº 7/2005 de 10 de Agosto

²¹ A 25 de Agosto de 2005, foi nomeado para Coordenador Nacional para a Infecção VIH/SIDA o Prof. Doutor José Henrique Barros.

²² Para além deste programa existe ainda: o programa nacional de prevenção e controlo das doenças cardiovasculares; o programa nacional de prevenção e controlo das doenças oncológicas e o programa nacional para a saúde das pessoas idosas (e cidadãos em situação de dependência).

da Infecção VIH/sida; promover a produção sistemática de indicadores; promover o conhecimento e a evolução dos determinantes dos comportamentos associados ao risco da Infecção VIH/sida; promover a adopção generalizada de práticas clínicas e terapêutica - assegurando um acesso equitativo aos cuidados - e promover a análise de tendências por forma a elaborar cenários prospectivos.

Também através do “Programa de Promoção e Educação para a Saúde” (PPES), foi possível perceber a implementação de acções de promoção/educação da saúde, nomeadamente direccionadas para a prevenção do VIH/Sida e da toxicod dependência (e promoção de competências sociais). Com o desenvolvimento do PPES, e mais tarde, em 1999, com a criação da Comissão de Coordenação da Promoção e Educação para a Saúde (CCPES), consolidam-se algumas das iniciativas anteriores, nomeadamente, através do acompanhamento e formação de professores, da formação inter-pares e da promoção e divulgação de materiais específicos. A Lei 120/99²³ e o Decreto-Lei n.º 259/2000²⁴ cria a possibilidade de inclusão no projecto educativo escolar de uma componente de educação sexual. Para dar cumprimento à legislação, o governo encetou protocolos com diversas associações: a Associação para o Planeamento da Família, o Movimento de Defesa da Vida e a Fundação Comunidade Contra a Sida.

Através da Resolução n.º 57/2002²⁵, de 17 de Outubro, a Assembleia da República determinou a avaliação da eficácia e a verificação do estado actual de cumprimento de diplomas relacionados, nomeadamente, com a educação sexual e planeamento familiar, a exclusão da ilicitude em alguns casos de interrupção voluntária da gravidez, a saúde reprodutiva e a contracepção de emergência. A Assembleia da República determina ainda o apuramento, designadamente, do estado do planeamento familiar, das instituições envolvidas na promoção do planeamento familiar e educação sexual, da capacidade de atendimento da rede social e da situação da educação sexual nas escolas, bem como de variados aspectos ligados à realidade do aborto em Portugal.

²³ Lei n.º 120/99. DR 186/99 SÉRIE I- A de 1999-08-11

²⁴ Decreto-Lei n.º 259/2000. DR 240 SÉRIE I-A de 2000-10-17

²⁵ Resolução da AR n.º 57/2002. DR 240 SÉRIE I-Ade 2002-10-17

Em 2005, o Ministério da Educação, através do Despacho nº 19737/2005²⁶, criou um Grupo de Trabalho de Educação Sexual/Saúde (GTES), coordenado por Daniel Sampaio (Sampaio et al., 2005 a 2007). No relatório final deste grupo²⁷, apresentado em Setembro de 2007, é reafirmada a importância da promoção e educação sexual nas escolas. Como tal, é proposto um programa mínimo e obrigatório de educação sexual para todos os alunos, de acordo com a respectiva fase de estudos. Nesta proposta, o GTES, entende que apesar da educação sexual em meio escolar ser imprescindível na nossa realidade social, esta não deve ser isolada de um conjunto mais amplo do saber, nomeadamente na promoção e educação para a saúde. Ainda de acordo com o GTES Todas as acções de educação sexual devem ser pensadas em parceria de envolvimento efectivo da sociedade civil.

A 6 de Agosto de 2009, a Assembleia da República decreta, através da Lei nº 60/2009²⁸, que todos os estabelecimentos do ensino básico e secundário, da rede pública, privada e cooperativa, estabeleçam e apliquem o regime de educação sexual. A presente Lei, que entra em vigor no ano lectivo 2009/2010, estabelece que no ensino básico, no ensino secundário e no ensino profissional, a educação sexual passa a estar integrada no âmbito da educação para a saúde, nas áreas curriculares não disciplinares, nos termos a regulamentar pelo Governo. Delibera ainda que os agrupamentos de escolas, e escolas não agrupadas, do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário devem disponibilizar aos alunos um gabinete de informação e apoio no âmbito da educação para a saúde e educação sexual. Determina igualmente que, no âmbito do projecto educativo de escola, a educação sexual é objecto de inclusão obrigatória, nos moldes definidos pelo respectivo conselho geral, ouvidas as associações de estudantes, as associações de pais e os professores. A partir do Projecto de educação sexual na turma, a presente Lei estabelece que o director de turma, o professor responsável pela educação para a saúde e educação sexual, bem como todos os demais professores da turma devem ser envolvidos na educação sexual no âmbito da transversalidade.

²⁶ Despacho nº 19737/2005 (2ª série). DR 176 SÉRIE II de 2005-09-13

²⁷ http://www.min-edu.pt/np3content/?newsId=298&fileName=gtes_rel_final.pdf

²⁸ Lei nº60/2009. DR 151 SÉRIE I-A de 2009-08-06

A Lei n.º 12/2001²⁹, de 29 de Maio, regulou a contracepção de emergência, permitindo à mulher optar por esta pílula anticoncepcional de emergência (nas primeiras setenta e duas horas) após uma relação sexual não protegida, não consentida ou não eficazmente protegida por qualquer outro meio anticoncepcional regular.

Relativamente ao aborto, no início dos anos 80, foram vários os projectos de lei que propuseram a sua despenalização. Em 1984, a Lei n.º 6/84³⁰, de 11 de Maio, veio considerar não punível o aborto: quando efectuado por médico ou estabelecimento de saúde oficial, com o consentimento da mulher; quando constitua o único meio de remover perigo de morte ou de grave e irreversível lesão para o corpo ou para a saúde física ou psíquica da mulher grávida ou em circunstâncias em que mostrem que a gravidez resultou de violação da mulher (interrupção realizada nas primeiras doze semanas de gravidez) e quando o nascituro venha a sofrer, de forma incurável, de grave doença ou mal formação (interrupção realizada nas primeiras dezasseis semanas de gravidez). Em 1997, após a revisão do art.º 142º do Código Penal³¹, a legislação passa a considerar não punível o aborto: quando permanecerem seguros motivos que o nascituro virá a sofrer, de forma incurável, de doença grave ou malformação congénita (interrupção realizada nas primeiras vinte e quatro semanas de gravidez) e quando a gravidez tenha resultado de crime contra a liberdade e autodeterminação sexual (interrupção realizada nas primeiras dezasseis semanas de gravidez). Em 1998, em debate parlamentar, é aprovado um projecto de lei de despenalização do aborto, que previa o aborto, a pedido da mulher, até às doze semanas. No entanto, esta aprovação seria revogada em consequência da derrota do Sim no referendo realizado.

O referendo de 11 de Fevereiro de 2007 abre caminho à alteração da lei. Assim, através da Lei n.º 16/2007³², de 17 de Abril (nas mesmas condições anteriormente autorizadas) a interrupção da gravidez deixa de ser punível quando realizada por opção da mulher e após um período de reflexão não inferior a três dias, a contar da data da

²⁹ Lei n.º 12/2001. DR 124 SÉRIE I-A de 2001-05-29

³⁰ Lei n.º 6/84 SÉRIE I de 1984-05-11

³¹ Lei n.º 90/97. DR 174/97 SÉRIE I-A de 1997-07-30

³² Lei n.º 16/2007. DR 75/07 SÉRIE I-A de 2007-04-17

realização da primeira consulta (interrupção realizada nas primeiras dez semanas de gravidez).

Em suma, estas sucessivas orientações e legislações têm desenvolvido uma concepção de sexualidade associada à implementação de intervenções preventivas globais, através da promoção de competências pessoais e sociais para a saúde e o bem-estar. Elas contribuem para a alteração do panorama de representações, valores e práticas relativas à sexualidade. Em Portugal, hoje, a sexualidade é um assunto do domínio público, fundamentada por discursos enquadradores.

3.3.1. As alterações na condição juvenil e na sexualidade – estudos empíricos

Durante aproximadamente quatro décadas, as imagens e os valores dos jovens portugueses, bem como a sua condição perante a sexualidade, sofreram, grandes alterações.

Se nos reportarmos aos jovens do pós-25 de Abril, percebemos que viveram tempos de euforia revolucionária, contestando a ordem triangular salazarista: “pátria, família e autoridade”. Barreira (1996) faz referência a uma sondagem, efectuada em 1977, que mostra que os interesses dos jovens de então passavam pela política, pelo convívio e pela literatura. Relativamente aos problemas, o mesmo estudo indica que os jovens se preocupavam com o desemprego, a droga, a falta de saídas profissionais, a delinquência e a falta de recursos económicos.

Segundo Diniz (1996), os jovens da pós-revolução contestam os limites das relações amorosas e sexuais que até então assentavam no namoro, no noivado e no casamento. Emergem movimentos de procura de informação e de intensa aprendizagem do comportamento amoroso e sexual, com o aparecimento de novos valores. Contestam a forma de entendimento diferenciada da iniciação sexual entre mulheres e homens,

dado que para as mulheres era esperado que casassem virgens ou seja, que iniciassem a sua sexualidade com o marido (os homens não eram alvo das mesmas exigências, por isso era frequente terem relações pré-matrimoniais - frequentemente iniciavam a sua actividade com prostitutas).

Estes eram os jovens que rejeitavam as gravatas e se vestiam, preferencialmente, de ganga. Os temas tabu do salazarismo (entre outros, nomeadamente, os da sexualidade) passam a ser confrontados por cada pessoa em espaços privados e públicos. Revistas, livros e cinemas invadem as ruas dos grandes centros urbanos com o tom fortemente marcado na provocação erótico-pornográfica. Filmes como *O Último Tango em Paris* ou *O Império dos Sentidos*, ou então o já clássico porno *Garganta Funda*, invadem as salas de cinema (Barreira, 1996).

Durante a década de setenta, a juventude é encarada como “problema”, em resultado da crise económica. Como refere Pais (1998a) a juventude quase se transformou numa “categoria económica”. “Falar de jovens passou a significar falar de crise económica e dos problemas daí derivantes: problemas com o aumento dos custos sociais do desemprego; ou com o desfasamento crescente entre, por um lado, o desenvolvimento tecnológico e, por outro lado, a desqualificação escolar de significativas camadas juvenis; mas também problemas socio-políticos já que longos períodos de desemprego poderiam originar descontentamentos e estar na base de comportamentos “agressivos” ou “delinquentes” entre alguns jovens.” (Pais, 1998a)

Nos anos oitenta, a política deixa de ser vivida com o entusiasmo da década precedente. Os jovens manifestam-se em relação à política de forma desinteressada, canalizando toda a sua atenção para o convívio da noite nas cidades, para o desporto e para a convivência - as discotecas e os bares tornam-se lugares muito frequentados. Relativamente ao vestuário, e apesar de a ganga não ter deixado os guarda-roupas, volta a surgir a moda da camisa e da gravata e as mulheres aparecem vestidas com maior requinte (Barreira, 1996). Em meados dos anos oitenta, surgem os *jovens Pós-modernos*. “Evidenciam-se pelas cores negras do vestuário e pelo perfil longilíneo, depurado e elegante, bem diferente do “desleixo engagé” dos anos da revolução. A

abertura de bares emblemáticos, como o Frágil, em Lisboa, apela para um outro estilo de convivência entre as pessoas, marcado por músicas de vanguarda, sem qualquer conotação política, para uma reflexão mais activa em torno dos trilhos do ego, do ser e da existência.” (Barreira, 1996: 493). O consumismo e o lazer fazem parte do quotidiano dos jovens, com o aparecimento de uma variedade de produtos de consumo a eles dirigidos (roupas e calçado desportivos, refrigerantes, etc.).

Os meios de comunicação social avançam com uma publicidade agressiva influenciando os comportamentos de uma sociedade que se volta para os valores de consumo. Valores como a beleza e a juventude são exaltados – nomeadamente, a mulher deixa-se influenciar pelas mensagens sedutoras e impulsionadoras da eterna juventude. “A beleza e a juventude são cultivadas até à exaustão e as pessoas ressentem-se desta mitologia de fim de século. Passar quarenta anos é o receio de entrar na andropausa ou na menopausa.” (Barreira, 1996: 495). Por exemplo, Schmidt (1985), numa análise dos discursos normativos instituídos pela publicidade televisiva portuguesa, entre 1974 e 1984, mostra algumas transformações das mensagens da publicidade em relação ao papel de género. No período imediatamente após a revolução, o papel de género estava muito centrado no papel activo dos rapazes. Contrariamente, as mensagens que passavam em relação às raparigas exibiam um feminino inseguro (inseguras perante si próprias, em relação ao seu do corpo e perante o “outro”, o masculino). Nas décadas seguintes, as mensagens publicitárias evoluem no sentido inverso: o jovem rapaz passa a estar representado através de papéis subalternos, manifestando sinais de insegurança. Em meados dos anos oitenta, os *spots* publicitários registam uma progressiva atenção à imagem do corpo feminino, e especificamente à valorização do seu corpo - valorizam a mulher-corpo e a sua representação aparece associada à iniciativa e ao sucesso (Barreira, 1996).

A cura de doenças perigosas torna-se uma das preocupações dos/das jovens dos anos noventa. A ameaça da SIDA é sentida como assustadora para os jovens desta década (Figueiredo, 2001). Paralelamente outras preocupações, centradas num entendimento de sociedade global, de desenvolvimento social e humanitário ganham uma maior expressão. Figueiredo (2001) mostra que os jovens do seu estudo apontam como

grandes objectivos dos próximos vinte anos: o fim da fome e da guerra; a igualdade de direitos entre os povos e preocupam-se com os malefícios da poluição.

Em relação a domínios da sexualidade e do relacionamento, como por exemplo, a vida sexual pré-matrimonial e os objectivos do casamento registam-se alterações de valores. Relativamente aos valores inerentes à sexualidade feminina, o estudo de (Figueiredo, 2001), mostra mudanças na geração do final do século XX. Por exemplo, a percentagem de jovens dos anos oitenta/noventa que consideram as relações sexuais das raparigas como “*repreensíveis ou perigosas*” é muito menor (18%) quando comparada com a percentagem da na geração de sessenta (80%). Um outro exemplo retirado deste estudo tem que ver com a maior permissividade, na década de oitenta, em relação à sexualidade pré-conjugal não só entre os jovens, mas também por parte dos progenitores do sexo masculino em relação aos rapazes. E dez anos depois, o perfil das respostas dos progenitores dos dois sexos deixa perceber uma maior permissividade em relação à sexualidade pré-conjugal das raparigas.

No entanto no estudo de Vaz (1988) realizado em meados dos anos oitenta³³ a jovens universitários/as, surgem resultados que apontam para a permanência do duplo padrão. Por exemplo, do seu universo, os/as jovens que referiram nunca ter tido relações sexuais coitais (50,9%) mais de metade (58,9%) são raparigas. Eram elas que recusavam mais do que os rapazes a intimidade física nos primeiros encontros e mostravam-se mais “*tolerantes*” na escolha do parceiro. Acresce ainda referir que o primeiro coito envolvia, com frequência, um parceiro mais velho e este era conhecedor da sua virgindade (os rapazes escolhiam preferencialmente raparigas virgens). Em relação aos progenitores, destes/as jovens eram elas que mais frequentemente tinham a ideia de que os/as progenitores só aprovariam que tivessem relações sexuais depois do casamento. 50% dos/das jovens considerava-se “*completamente ou bastante*” em conflito com o sistema de valores dos/as progenitores. Neste estudo o autor refere ainda que raramente os progenitores eram referidos como principal fonte de informação sexual, indicando como principal fonte os livros.

³³ (1983-84 / 1985-86),

Em relação aos objectivos do casamento, (Figueiredo, 2001) conclui que das gerações de sessenta para as de oitenta/noventa deu-se uma progressiva perda de importância dos propósitos “procriação e educação dos filhos” e uma expressiva selecção da opção cujos propósitos passam pela “realização humana dos cônjuges” e o “auxílio mútuo entre os esposos”. Em relação à opção vida conjugal através do casamento Torres (1997), tendo por base os dados de 1991, mostra que um número significativo de jovens opta pelo casamento (por exemplo, entre os vinte e os vinte e quatro anos 2,4% viviam em coabitação e 24,9% estavam casados e entre os vinte cinco e os vinte e nove anos 3,7% coabitavam e 60,7% estavam casados). No entanto, a autora refere que os/as jovens têm uma visão desinstitucionalizada e não exclusivamente romântica do casamento. Para esta referência, Torres (1997) baseia-se nos resultados de estudos, realizados em meados dos anos noventa³⁴, que mostram que tendencialmente os/as jovens portugueses têm uma imagem de casamento bastante compósita. Em síntese a autora refere “[...] trata-se predominantemente de visões processualistas, desinstitucionalizadas, laicas, relacionais e simétricas do casamento.” (Torres, 1997: 219). Para Vasconcelos (1998) evidencia-se uma efectiva disposição para a matrimonialidade com a maioria dos/das jovens a manifestar intenção e desejo de viver com um cônjuge e casar. Para o autor, em relação ao casamento, os/as jovens portugueses não têm hoje uma atitude de indecisão, que é sentida apenas na situação de namoro e de coabitação informal “[...] essas sim, caracterizadas por um ‘princípio de reversibilidade’, consubstanciado numa ‘ética de experimentação’, particularmente no domínio da sexualidade [...].” (Vasconcelos, 1998: 302).

Ou seja, pensar a sexualidade, o namoro e o casamento como factos socialmente condicionados permite-nos perceber por que razão nem todos os jovens adoptam o mesmo tipo de comportamento, nomeadamente quando existem diferenças comportamentais e atitudinais em função do sexo ou da filiação ideológica e religiosa que aparecem como elementos de forte regulação do comportamento juvenil (Alferes, 2002). Mas, no conjunto, apesar das diferenças de género, político-ideológicas e de

³⁴ Entrevista em profundidade a jovens residentes na área metropolitana de Lisboa (1995) e Inquéritos por questionário a jovens do concelho de Loures (1996),

religião, os/as jovens portugueses vivem a sexualidade de forma mais liberal do que as gerações anteriores, numa ética a que Pais (1993) se refere como *experimentalista*. Por exemplo, Vasconcelos (1998) refere que muitos dos/das jovens portugueses/as, mas principalmente os rapazes, têm uma sexualidade activa antes da maioridade legal.

A idade da primeira relação sexual/coital tem vindo a baixar (INE, 2001). Dados do Instituto Nacional de Estatística, de 1997, referem que a média da idade da primeira relação sexual/coital nas mulheres é de 20,6 anos e de 17,4 anos para os homens. A mesma fonte demonstra que, ao longo das várias gerações, estes valores, entre os dois sexos, têm vindo a aproximar-se, com um decréscimo de 1,7 anos por parte das raparigas. Nesse sentido, verificamos que, no caso das jovens, a idade média da primeira relação sexual/coital é 19,8 para o grupo etário 20-24 anos e é 21,5 anos para o grupo etário 45-49 anos. Um outro estudo com jovens universitários mostra que a taxa de virgindade acima dos 18 anos de idade é sempre menor nos rapazes do que nas jovens raparigas (Alferes, 2002).

Os jovens portugueses contemporâneos têm a primeira relação sexual/coital fora da instituição casamento ou mesmo da co-residência do casal - relativamente às raparigas a iniciação sexual acontece, quase sempre num contexto de namoro (Almeida et al., 2004). Assim, de uma maneira geral, a prática de uma sexualidade pré-matrimonial é bem aceite, encontra-se orientada para o prazer e, normalmente, ela é vivida num contexto de relação emocional duradoira (Alferes, 2002).

Um factor de interferência nas experiências e nas atitudes dos jovens em relação à sexualidade tem a ver com as opções político-ideológicas. A este propósito, o estudo de Alferes (2002) conclui que os jovens universitários de direita são os menos permissivos e são também aqueles que referem ter menos parceiros. Nas respostas destes jovens está presente uma ética conservadora ou puritana, revelando padrões comportamentais e atitudinais menos permissivos.

No caso dos jovens agnósticos ou ateus, o sentido das respostas revela um entendimento da sexualidade mais hedonista. A sociedade católica assume uma

posição repressiva sobre as práticas sexuais fora do matrimónio, embora, na prática, os jovens católicos, especificamente os não praticantes, procurem ultrapassar os mecanismos de censura. “[...] a Igreja prescreve ao sexo uma ordem que, por sua vez, funciona como forma de inteligibilidade da sexualidade. Quando os mecanismos de censura actuam sobre o ilícito, poderão estar, ao mesmo tempo, a contribuir para a sua explicitação, para a sua divulgação.” (Pais, 1985: 378). Segundo o autor, a maioria dos/das jovens católicos encara a sexualidade no contexto de uma relação durável, ou seja institucionalizada através do casamento (católico)³⁵. Alferes (2002) mostrou que existe um distanciamento na forma de entendimento entre os católicos praticantes e os restantes sujeitos. Especificamente, no que se refere às atitudes face ao sexo ocasional, os resultados do estudo mostram que a permissividade é mais comum nas mulheres que não afirmam qualquer religiosidade. Também Vasconcelos (1998), mostra que os/as jovens sem religião são os/as que mais afirmam terem iniciado sexualmente com parceiro/a que já tinham tido relações sexuais.

Ainda em relação às práticas e representações da sexualidade, Vasconcelos (1998) refere que se mantém o *duplo-padrão* de género sexual, embora hoje mais atenuado. O autor refere que o sexo masculino mantém uma sexualidade compulsiva, sob a ideologia da dominação (Bourdieu, 1999). Existe na sexualidade dos rapazes uma tendência para a sexualidade periódica (fálica e orgástica) – também designada por *sexualidade compulsiva*³⁶ (Giddens, 1996). O autor conclui ainda que, nas mulheres, apesar de persistir uma sexualidade mais constrangida e dominada, existe a possibilidade legitimada de uma sexualidade juvenil pré-matrimonial.

No estudo de Alferes (2002), quando comparadas as respostas dadas pelos rapazes e raparigas, constata-se que os rapazes universitários afirmam ter tido mais parceiros sexuais, masturbam-se mais e têm mais experiência do orgasmo. As raparigas, apresentam uma sexualidade coagida e dominada, embora comecem a contrariar estas

³⁵ Pais (1985), tendo por base os resultados do inquérito sobre os valores e atitudes dos jovens portugueses, implementado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, constatou que os jovens que referiram que nunca tiveram relações sexuais são católicos praticantes, e, especificamente as raparigas (64,3%), que, no entanto admitem vir a perder a virgindade antes do casamento.

³⁶ Giddens (1996) refere um estudo de Heather Formani, realizado em 1981, onde mostra que, quando comparados com as mulheres, os homens apresentam uma sexualidade incessante.

tendências. O autor conclui que, de uma maneira geral, os jovens referem que os principais motivos para terem relações sexuais passam pela paixão e pela proximidade emocional.

Através de um estudo desenvolvido numa favela do Rio de Janeiro, (Monteiro, 1999) chega a conclusões semelhantes. A investigação demonstra que existem práticas e valores diferenciados por género. Por exemplo, as jovens entrevistadas apresentam mecanismos de controlo da conduta sexual feminina - entre eles a valorização da virgindade. Contrariamente, quando se referem à sexualidade masculina, esta aparece imediatamente relacionada com a virilidade - expressa através da tomada de iniciativa, da sedução e da dominação (Monteiro, 1999).

Em relação aos métodos contraceptivos, a idade do primeiro uso de contraceção tem vindo a diminuir (INE, 2001). No entanto e apesar de a utilização de métodos contraceptivos estar mais difundida pelos/as jovens portugueses do que no passado, ainda se verifica a falta de informação sobre os métodos contraceptivos disponíveis. O relatório de 2005 da Sociedade Portuguesa de Ginecologia e Sociedade Portuguesa de Medicina da Reprodução (Silva et al., 2005) conclui que são as mulheres mais jovens, dos 15-19 anos, que mais afirmam não estarem suficientemente informadas (24,9%). Este relatório mostra ainda que, nesse grupo, cerca de metade das jovens inquiridas (de um total 736) refere já ter tido, pelo menos, uma relação sexual. Os dados deste Relatório indicam também que são as jovens que têm relações sexuais as que mais utilizam os métodos contraceptivos. Este facto distancia-se da análise realizada por Vaz (1988) que no seu estudo (com jovens universitários - em meados dos anos oitenta) mostra ser visível o fraco recurso aos métodos contraceptivos, associado ao sentido de culpa. O autor, recorre a Mosher (1968) e a Vonderheide (1985) e refere “[...] as mulheres com altos níveis de culpa sexual tendiam a utilizar menos e mais tarde os anticoncepcionais, [...] Berger (1985) ia ao ponto de dizer que a própria aquisição de conhecimentos relativos à contraceção era menor nos indivíduos apresentando níveis altos de culpa sexual.” (Vaz, 1988: 205).

Informações recentes mostram que o método contraceptivo mais usado continua a ser a pílula (Almeida et al., 2004; Silva et al., 2005). O relatório de 2005 da Sociedade Portuguesa de Ginecologia e Sociedade Portuguesa de Medicina da Reprodução (Silva et al., 2005) refere que é no grupo das raparigas mais jovens, que o preservativo é referido como o método mais utilizado - foi referido por 55,1% das inquiridas. Almeida (2004) refere ainda que, apesar da multiplicação de acções (in)formativas sobre a gravidez na adolescência ou sobre a VIH/sida, a maioria das jovens, entre 15-24 anos, iniciam a sua sexualidade activa num quadro de risco (sem recurso a preservativo e/ou a pílula).

De uma forma geral, a sexualidade hoje deixou de ser encarada (quase) apenas do ponto de vista de relação coital e passou a ser entendida como uma relação global entre duas pessoas. Isso afirma Pais (1985) a propósito dos/das jovens casais. Também Alferes (2002) encontrou, no seu estudo aos universitários, uma sexualidade descentrada da genitalidade.

Assim, podemos considerar que a sexualidade dos/das jovens portugueses está cada da vez mais descentrada das necessidades reprodutivas e do casamento, ou seja, apresenta-se como uma *sexualidade plástica* (Giddens, 1996) ou *plasticizada* (Pais, 1998b). Nesse sentido, existe uma autonomização da sexualidade, que, apesar de poder ser integrada num projecto de casamento ou de namoro, ela é valorizada por si mesma (Alferes, 2002; Almeida et al., 2004; Pais, 1985; Silva et al., 2005; Vasconcelos, 1998).

II PARTE

A sexualidade dos jovens como objecto de estudo

CAPÍTULO 4. O objecto de estudo: propósitos analíticos

O trabalho científico visa assim o conhecimento desses objectos abstracto-formais, sem correspondência directa na realidade e, portanto, inexistentes como tal fora do processo de conhecimento, que lhe servem de mediações, de instrumentos, para apreciação cognitiva dos objectos reais-concretos. (Almeida & Pinto, 1995)

4.1 Objecto e objectivos

A sexualidade é um domínio importante da construção das relações sociais e da identidade. Presente desde a infância, é no período da juventude que a sexualidade activa-genital se vai afirmar em relação com o desenvolvimento (maturação) dos órgãos genitais e do aparelho reprodutor. A juventude é um período de tempo específico de uma faixa etária alargada que nas sociedades da modernidade tardia remete para a socialização secundária (escola e espaço público, nomeadamente) e para a construção da identidade social.

Contrariando a linearidade do modelo pré-moderno, hoje, os/as jovens integram-se em estilos de vidas heterogéneos. Enquadrados numa multiplicidade de contextos não lineares, oscilatórios e reversíveis, os/as jovens vão viver uma variedade de experiências socializadoras (Lahire, 2003) pela pressão cultural no sentido de uma auto-construção reflexiva em que são obrigados/as a realizar escolhas no confronto com influências diversas (Giddens, 1997).

A sexualidade integra a noção de identidade com as vertentes que lhe são inerentes de identidade para si (o *self*) e identidade para os outros e participa da fluidez social que exige do indivíduo um posicionamento autonomizado e reflexivo.

Em resultado das conquistas dos anos sessenta e setenta e do desenvolvimento da modernidade avançada, emergem discursos e formas de entendimentos de uma sexualidade sustentada por princípios de uma *relação pura*, assente num modelo de comunicação entre iguais (Giddens, 1996). Assim, surgem novas dinâmicas de relacionamentos, novas formas de pensar, novas condutas e práticas sexuais, assentes em pressupostos simétricos e de reciprocidade (Bozon, 2002b).

A modernidade liberalizou a ideologia que condicionava a sexualidade ao espaço da intimidade privada e instalou-a no espaço público. No contexto da globalização regista-se um aumento de consumo (e de novos consumos) e de oferta de produtos e serviços que, directa ou indirectamente, aparecem associados à sexualidade juvenil. Mecanismos de consumo e estratégias de mercado são dirigidos para o corpo, a beleza e o erotismo. O corpo torna-se sujeito-objecto de controlo e investimentos quotidianos (Lopes, 2004). As tecnologias de informação e comunicação surgem como uma importante fonte de influência sob as percepções individuais (Gauntlett & Hill, 1999). A globalização e a *informacionalização* (Castells, 2003) da sociedade moderna actuam directa ou indirectamente em aspectos pessoais e íntimos da vida dos/das jovens. Surgem novas vivências de uma sexualidade fortemente ligada ao espaço cibernético - na qual os jovens estão representados e se vêem reflectidos. O espaço reorganiza-se em torno de uma permanente presença da sexualidade, a *culture sexual story telling* (Plummer, 2003b) que contribui para a democratização da intimidade.

Centradas no paradigma moderno de sexualidade, fixam-se concepções, representações e sentidos associados a uma sexualidade plural e heterogénea, representadas através de lógicas subjectivas de construção e reconstrução que aceitam a diversidade como norma (Plummer, 2003a; 1985). Além disso, persistem modelos associados a mensagens que emergem de fronteiras estabelecidas entre contextos

binários, que reflectem diferentes realidades e poderes *androcêntricos* (Bourdieu, 1999) e *heteronormativos* (Bajos et al., 2008).

No nosso estudo, pretendemos perceber como se desenvolve a relação do/da jovem com a sua sexualidade, numa sociedade em que à socialização primária se acrescenta uma poderosa socialização secundária, em que a multiplicidade de propostas abrem um vasto leque de possibilidades de escolha.

A representação moderna de juventude aproxima as diferentes gerações, alterando padrões de comportamentos e de relacionamentos. Enquadrados no espaço privado e no contexto da socialização primária, os/as progenitores surgem como importantes agentes de informação e educação sexual. Com objectivos e estilos parentais baseados em ideais de parceria e igualdade e com uma progressiva amplitude nas negociações entre progenitores e filhos/as, a comunicação sobre a sexualidade, entre progenitores e filhos/as, é definida como pouco conflituosa, subjacente a princípios mais flexíveis. A sexualidade é pensada e discutida de forma consentida, em ambientes descontraídos (Almeida & Vilar, 2008). No processo de informação e educação sexual, o grupo de pares assume igualmente um importante papel na socialização dos/das jovens, designadamente na formação de opiniões, atitudes e comportamentos sexuais. Entendido como um espaço de interacções que estimula a gestão de conflitos e de relações sociais gratificantes, os pares assumem um importante papel na construção identitária dos/das jovens.

Sendo assim, centramo-nos nas vivências, práticas, comportamentos e significados, isto é, procuramos perceber a sexualidade experienciada, através dos percursos de socialização, modelos, orientações e lógicas relacionais/sexuais.

No contexto da sociedade portuguesa, que enquadra este estudo, é possível perceber complexidades da sexualidade juvenil, relacionadas com a característica de *sociedade semiperiférica* (Santos, 1993) simultaneamente com padrões típicos das sociedades desenvolvidas e complexas e das menos desenvolvidas e menos complexas. O processo de socialização dos/das jovens ganha contornos de uma sexualidade *plástica* (Giddens, 1996), voltada para a autonomia sexual e para o prazer. Mas simultaneamente mantêm-se intenções educativas e discursivas, em relação ao consentimento de sexualidade activa, assentes num duplo padrão de género, por exemplo, com a persistência de modelos educativos menos consentidos em relação à actividade sexual das raparigas (Vilar, 2002). Da mesma forma, investigações apontam o duplo padrão de género sexual em relação às práticas, representações e, de uma maneira geral, em relação ao entendimento da sexualidade pelos/as jovens - pelos rapazes percebida como uma sexualidade compulsiva e sob a ideologia da dominação e pelas raparigas como uma manifesta sexualidade coagida e dominada (Pais, 1998b; Vasconcelos, 1998).

Ainda no contexto da socialização secundária, também a escola assume actualmente um importante papel na construção da identidade sexual dos/das jovens. Não só porque é um espaço central das interacções, mas também porque, especificamente, promove programas de promoção e valorização da sexualidade e afectividade entre os/as jovens. A escola tem vindo a criar espaços de discussão e a potencializar o aparecimento de grupos de trabalho por forma a implementarem programas de educação sexual, cujos objectivos passam pelo desenvolvimento de competências que permitam escolhas informadas e seguras no campo da sexualidade, pela melhoria dos relacionamentos afectivo-sexuais e pela redução de consequências negativas dos comportamentos sexuais de risco, tais como a gravidez não desejada e VIH/sida e outras as infecções sexualmente transmissíveis, etc. (Sampaio et al., 2005 a 2007; Vaz, 1996).

Esta valorização de uma sexualidade responsável e informada em contexto escolar surge integrada a um contexto mais amplo do saber, ou seja, o da saúde. Na viragem do século XIX, as teorias médicas vêm regular procedimentos em matéria de sexualidade, fixando importantes efeitos normativos (Foucault, 1994a). Associada ao

paradigma biomédico, a *medicalização da sexualidade* (Bozon, 2002b), fortemente implementada nos últimos cinquenta anos, descentra o seu entendimento de problema moral para a questão de bem-estar, físico, mental e social, remetendo afinal para a noção de saúde sexual e para a moral de comportamento responsável (Jodelet, 1999; Sontag, 1993).

Integrada numa lógica subjectiva, a sexualidade aparece incrustada a valores, a símbolos e a significados que ultrapassam a lógica da racionalidade científica. Nesse sentido, com este estudo de cariz exploratório, impõe-se conhecer como os/as jovens conciliam o condicionamento das práticas do quotidiano com as biografias sexuais. Que opções e que lógicas evidenciam? Enquadrados nos diferentes processos de inserções sociais e em quotidianos juvenis onde surgem e circulam uma multiplicidade de mensagens (mais informativas umas, mais moralistas outras, normativas ou indutoras de adesão hedonista, etc.), interessa-nos perceber como os/as jovens assimilam a informação, que circula nos espaços públicos (comunicação social, comércio/consumo, escola, sistema de saúde, etc.) do ponto de vista da negociação íntima que fazem entre a informação de tipo científica, a informação de sedução para consumo de produtos sexuais e a informação transmitida no espaço da família. Essa multiplicidade de conteúdos não só baliza as trajectórias sexuais juvenis como lhes configura os contornos culturais. Em que medida são eles hoje distintos dos do passado? Pelos valores que afirmam? Pelas representações em que assentam? Pelos ideais para que apontam? Pelas práticas que realizam?

A compreensão que buscamos pretende situar a evolução do pensamento juvenil sobre sexualidade, pois é esse enquadramento que lhe dá o sentido social de mudança. Mas a pesquisa não se cinge à comparação de práticas, atitudes e opiniões. O que se procura perceber é a construção de identidade sexual no sentido de consciência de auto-construção dos processos da sua afirmação com sentido de autonomia. Interessa-nos perceber como se desenvolve a relação do/da jovem com a sua sexualidade, procurando perceber a sexualidade experienciada, através dos percursos de socialização, modelos, orientações e lógicas relacionais/sexuais.

CAPÍTULO 5. O percurso metodológico e a amostra

5.1. A definição da estratégia metodológica – grupos de discussão

Um rápido olhar pela história da Sociologia permite perceber que um dos seus debates ficou marcado pela necessidade de ultrapassar dicotomias ou dualismos, em particular, os dualismos indivíduo/sociedade e o subjectivismo/objectivismo. Se nos reportarmos aos pioneiros da história da Sociologia, percebemos que, em relação ao dualismo indivíduo/sociedade, Durkheim (1987) fala-nos da sociedade exterior aos indivíduos. De acordo com este entendimento, é ela que determina e coage a acção do indivíduo. O que realmente interessa à vertente durkheimiana, onde *os factos sociais são tratados como coisas*, é o social. Nesse sentido, é a sociedade que determina ao indivíduo formas de agir e de pensar e, neste contexto, impõe a sua acção. Por sua vez, o pensamento weberiano (Weber, 1971) impõe-se pelo primado do conteúdo simbólico da acção ou acções que configuram o fenómeno social. Inerente a esta abordagem, Weber vem afirmar que a compreensão do facto está carregada de sentido, isto é, um facto não se esgota em si mesmo, mas aponta para todo um *complexo de significados da acção*. É a partir da convergência destes entendimentos que iremos procurar orientar o nosso conhecimento.

A acção humana é simultaneamente o facto de seres humanos singulares e o resultado do social, já que os indivíduos só existem em inter-relação. Elias (1991) desenvolveu uma abordagem da sociedade relacional e articulada que procura ultrapassar a dicotomia sociedade/indivíduos. Elias não procede a uma abordagem isolada dos termos indivíduo e sociedade; o autor considera as suas relações e funções em contínua interacção, acentuando que a sociedade é formada por indivíduos e que estes são parte da sociedade. De acordo com esta cumplicidade *não há sociedade sem indivíduos e não há indivíduos sem sociedade*. A partir de uma abordagem diacrónica dos processos histórico-sociais, Elias procura demonstrar que cada sociedade tem as suas

características próprias e é constituída por *seres humanos singulares*. Ou seja, o *processo de individuação* não é o mesmo em qualquer sociedade e em qualquer tempo histórico, pois cada sociedade e cada momento histórico têm modos e ritmos próprios que, por sua vez, determinam formas também particulares de configuração e de inter-relação entre indivíduo e sociedade. A sociedade produz o indivíduo e este molda-se em contínua acção com outros indivíduos, o que, em última instância, influencia a própria forma dinâmica de sociedade (Elias, 1989; 1991).

Nesta reflexão destaca-se ainda o importante contributo epistemológico de Bourdieu para quem a Sociologia estuda as relações, nomeadamente entre as práticas dos sujeitos e as propriedades sociais que nelas se incorporam. A partir do conceito de *habitus*, percebemos que as práticas dos sujeitos não devem ser entendidas nem como acções estratégicas, levadas a cabo com base num cálculo consciente e planeado, nem como acções externas aos sujeitos. Nesse sentido, a prática, “[...] é o produto da relação dialéctica entre uma situação e um *habitus*, entendido como um sistema de disposições duradouras e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de acções [...]” (Bourdieu, 2002a: 167). As disposições subjectivas e as condições objectivas estão intimamente interligadas de forma dialéctica e é essa articulação que serve de suporte à prática. Ou seja, num sistema de disposições relativo ao movimento dos sujeitos para pensar e agir de determinada maneira, existe uma presença estrutural, da sociedade, continuada, incorporada e interiorizada na nossa mente e no nosso corpo (ainda que nem sempre de forma consciente).

Um outro importante contributo epistemológico para a resolução da dualidade indivíduo e sociedade provém de Giddens (1997). Para este autor, o sentido atribuído pelos sujeitos às suas práticas, nomeadamente à condução da sua acção, surge associado à reflexividade como mecanismo de incorporação da informação que circula na sociedade. No processo de interacção social, os indivíduos, dotados de capacidade cognitiva, interpretam racional e reflexivamente a acção social. Ou seja, a monitorização reflexiva da acção assenta na racionalização. É afastada a concepção de indivíduo como actor – no sentido de “automatismo” condicionado – e propõe-se a

concepção de agente (*agency*) que constrói o sentido dos fenómenos do quotidiano. De acordo com o exposto e a partir do conceito de *estruturação* (Giddens, 2000a), a estrutura é condição e produto da acção; factor de constrangimento e possibilitação da agência.

Lahire acentua a visão do indivíduo multissocializado ou produto de múltiplos hábitos incorporados, por vezes contraditórios entre si. “O singular é necessariamente plural” (Lahire, 2005: 25). À coerência e homogeneidade substitui-se uma visão mais complexa do indivíduo, menos unificado e portador de hábitos (esquemas ou disposições) heterogéneos e, em alguns casos, opostos, contraditórios. Para o autor, é nessa pluralidade de disposições e as formas da sua interiorização e exteriorização, que se deve encarar a diferença entre disposições *para agir* e de disposições *para crer*. A força relativa das disposições (mais fortes e mais fracas) depende em grande parte da recorrência da sua actualização. O que determina a activação de determinada disposição num certo contexto pode ser concebido como o produto da interacção entre (relações de) forças internas e externas: relação de forças interna entre disposições mais ou menos fortemente constituídas durante a socialização passada, e relação de forças externa entre características objectivas da situação. Aí reside a complexidade do subjectivo que deve ser pensado à luz do jogo entre disposições interiorizadas, estruturadas e estruturantes, mas com orientações diversas e por vezes contraditórias entre si.

É assim que no desenvolvimento do conhecimento científico sobre as práticas sociais, se torna necessário contrapor ao conjunto das evidências, um sistema de relações que lhes devolva o seu sentido objectivo (Pinto, 1984). Torna-se elementar romper com o *efeito de naturalização do processo de observação sociológica* (Pinto, 1985), já que o pressuposto de neutralidade associado à relação sujeito-objecto do conhecimento está condicionado por componentes de natureza simbólico-ideológica. A não neutralidade do trabalho de investigação implica, por parte do investigador, uma permanente atenção epistemológica. Tal como refere Bourdieu (1983): “Pas plus qu’il n’est d’enregistrement parfaitement neutre, il n’est de question neutre. Le sociologue qui ne soumet pas ses propres interrogations à l’interrogation sociologique ne saurait faire

une analyse sociologique vraiment neutre des réponses qu’elles suscitent. “ (Bourdieu et al., 1983 : 62).

A partir deste pressuposto de que não basta expressar a análise das manifestações dos indivíduos sobre as suas condições de existência, uma vez que é indispensável enquadrá-las no sistema de relações que lhes confere sentido, ao longo desta investigação, adoptamos a perspectiva de *conhecimento Praxeológico* (Bourdieu, 2002a) que contraria quer o conhecimento fenomenológico – que postula um conhecimento da realidade tal como ela se apresenta – quer o objectivista – que rompe com o conhecimento prático para explicitar as estruturas objectivas do mundo social: “ Em suma, temos o direito de nos recusarmos a reduzir a ciência social ao trazer à luz estruturas objectivas, mas na condição de nunca perdermos de vista que a verdade das experiências reside, contudo, nas estruturas que as determinam.” (Bourdieu, 2002a: 147)

A objectividade inerente à opção metodológica qualitativa não assenta em pressupostos clássicos dos métodos quantitativos, o que faz com que o nosso sentido de objectividade não passe pela perfeição das medidas, mas pelo reconhecimento da subjectividade e pela objectivação dos efeitos da referida subjectividade (Van der Maren, citado por Lessard-Hébert, 1994).

Como afirma Velho (1999), o que vemos ou lidamos no nosso quotidiano é conhecido, apesar de familiar. “A “realidade” (familiar ou exótica) sempre é filtrada por determinado ponto de vista do observador, ela é percebida de maneira diferenciada. Mais uma vez não estou proclamando a falência do rigor científico no estudo da sociedade, mas a necessidade de percebê-lo enquanto objectividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa. ” (Velho, 1999: 129).

Nas ciências sociais exige-se a consciencialização de uma outra forma de conhecimento, um conhecimento mais *compreensivo e íntimo* que nos une pessoalmente ao que estudamos e que tem subjacente uma ciência reflexiva (Santos, 1989). Ou, como refere o autor, que implemente um *sujeito-empírico* que analisa a

relação consigo próprio, com os diversos instrumentos científicos empregues, com a pertença à comunidade científica e, em sentido mais lato, à sociedade.

Conscientes de que o nosso olhar sobre a realidade em estudo está condicionado pela teoria e pelas opções metodológicas e técnicas, adoptamos uma postura de investigação que tem subjacente um posicionamento de reflexão epistemológica. Nesse sentido, conduzimos a nossa investigação com base no primado de que o conhecimento resulta de um processo de construção, teoricamente orientado, em diálogo permanente com a realidade social. A intercomunicação entre a teoria e o trabalho empírico é uma das compensações necessárias da veracidade de um modelo não empirista da prática científica. A interacção entre o trabalho empírico e a prática científica conduz a um trabalho constante de reequacionamento da matriz de partida. Assim, tendo presente os procedimentos teóricos, técnicos e metodológicos, é possível desenvolver o confronto e a confirmação dos resultados intermédios e finais da investigação (Denzin & Lincoln, 1994).

O enquadramento da pesquisa numa metodologia qualitativa é a opção que permite desenvolver o aprofundamento necessário para um entendimento de uma realidade socialmente construída e interpretada - no caso específico, pelos/as jovens, e pelo investigador, na sua relação com o objecto. Tendo por base esta opção qualitativa, afastamo-nos de um propósito de objectividade subjacente aos princípios do método experimental da perfeição das medidas e da quantificação das respostas, conduzindo a conclusões gerais consideradas representativas do conjunto da população. Nesse sentido, reiteramos a ideia de que esta investigação assume um cariz exploratório relativo ao grupo de sujeitos a que diz respeito. A sua representatividade não é estatística, mas de significado contextualizado à posição no mundo a que esses sujeitos ocupam e, de certa forma, representam.

Adoptando o sentido qualitativo, o método de pesquisa empírico recaiu na técnica metodológica teoricamente desenvolvida sob a designação de: - “*focus group*”; “*grupos focais*” ou “*grupos de discussão*”. A designação por nós utilizada foi a de “*grupos de discussão*”. No entanto, independente da sua denominação o que

procuramos realçar são os domínios que lhe conferem um carácter muito específico. A nossa opção pelo grupo de discussão, enquanto técnica de investigação social, está subjacente ao seu cariz de comunicação interactiva. Com isto, procuramos, tal como vários autores defendem, que as interacções no grupo facilitam a compreensão das diferentes vivências, percepções e racionalidades (Fern, 2001; Ibañez, 1992; Krueger, 1991; Stewart et al., 2006).

Esta técnica apresenta-se como bastante apropriada para obter informações em profundidade (percepções e sentimentos, representações e atitudes) sobre um tema cujo debate coloquial sofre da herança tradicional de condenação. Dada a natureza indutiva da investigação, com grupos de discussão, é possível ao investigador ter uma ideia mais clara de como é percebido o tema através da interacção entre os participantes. Nomeadamente, porque o grupo permite que as respostas e as intervenções surjam como reacções às respostas ou intervenções dos outros elementos. Nesse sentido, é possível aos participantes interagirem entre si, desenvolverem entendimentos e significados, envolverem-se em acções conjuntas e responderem uns aos outros, ou seja, organizarem-se em função da dinâmica implementada. O “efeito da sinergia”, provocada pelo próprio cenário grupal resulta na produção de informação - informação essa que, tal como defendem Stewart (2006) e Valles (2007) pode, por exemplo, não ser produzida através da entrevista individual. Em suma, o grupo de discussão torna-se a escolha adequada para esta investigação, dado que permite testar as hipóteses levantadas e perceber as diferentes formas como os distintos pontos de vista são pensados através da interacção e da força com que algumas questões são defendidas. Por forma a otimizar a discussão, é nossa intenção procurar que os/as jovens expressem a sua própria realidade, através da sua própria linguagem, deixando emergir as suas características conceptuais - enquadradas nos seus campos de referência (Campenhoudt, 2003). Desta forma, é possível conhecer as experiências pessoais, crenças, atitudes e sentimentos, muitas vezes apresentados de forma latente através dos diferentes procedimentos. Através da discussão em grupo é possível aceder a uma dimensão social, ou seja, o acesso ao universo de significados partilhados pelos/as jovens permite mostrar a dimensão social e cultural do colectivo.

Esta opção metodológica tem sido frequentemente utilizada para estudar uma extensa variedade de questões relacionadas com diferentes temáticas inerentes à sexualidade, como por exemplo: a comunicação sexual, a agressão sexual, a sexualidade de risco, a avaliação da educação sexual, as atitudes em relação à contracepção e a percepção dos sentimentos face ao teste HIV e ao uso do preservativo (Frith, 2000)³⁷. Os benefícios desta opção técnica para o estudo da sexualidade passam pela criação de condições para um maior conforto na apresentação e discussão das experiências sexuais. Isto porque, falar abertamente sobre sexo ou sobre a nossa sexualidade, não é uma situação fácil ou confortável, para a grande maioria das pessoas. Este tema, sentido como tabu torna-se pois uma questão difícil de ser verbalizada – mais ainda quando temos à nossa frente um desconhecido. “Focus Groups provide conditions under which people feel comfortable discussing sexual experiences and which encourage people to talk about sex.” (Frith, 2000 : 277). O autor refere ainda que a partilha de experiências pode fazer com que mais facilmente os participantes exponham os seus medos e as suas experiências sexuais socialmente censuradas. Assim, através da discussão, os participantes sentem-se mais seguros na companhia de outros elementos que partilham as mesmas experiências. A este propósito Folch-Lyon e Trost mostram que “In contrast to one-to-one interviews with neutral researchers, focus groups encourage participants to feel “more comfortable or secure” in the company of others who have share the same experiences, and “less on guard against personal disclosures. “ (Folch-Lyon, citado por Frith, 2000: 445).

Como já referimos, os grupos de discussão têm tido diferentes definições, que faz permanecer a ideia de que os grupos de discussão acarretam uma enorme diversidade técnica. Este é também o sentido dado por Canales y Peinado (1994) quando referem que: ” ...o grupo de discussão não é comparável a nenhuma das modalidades

³⁷ O autor refere especificamente: “[...] sexual decision making (Gilmore e tal, 1996; Kline e tal. , 1992), sexual communication (Motley and Reeder, 1995; Nolin and Petersen, 1992; Wingood et al. 1993), sexual aggression (Norris et al. , 1996), sexual risk taking (Hammer et al., 1996; Vera et al., 1996), evaluation of sex education (Cairns et al. , 1994; Kitzinger, 1990 ; Lupton and Tulloch, 1996; Taylor and Ward, 1991) attitudes to contraception (Folch-Lyon et al, 1981; Kisker, 1985; Shervington, 1993), feelings about HIV testing and condom use (Sobo, 1994), and the attitudes of professionals to sexual contact with their clients (white et al., 1994; White and Thomson, 1995), or between clients (Civic et al., 1993).” (Frith 2000:276).

próximas: não é uma conversa grupal natural, não é um grupo de aprendizagem como terapia psicológica [...] muito menos é um fórum público..., no entanto, contagia e simula (parcialmente), por sua vez, cada uma delas.”³⁸ (Canales y Peinado, citado por Valles, 2007:294). O grupo de discussão é igualmente percebido como um grupo simulado e manipulado. Simulado, porque é um grupo aparente, pois este funciona como tal enquanto durar a discussão. Manipulado, porque, é o *moderador*³⁹ o responsável por assumir a criação do grupo. Ele tem o poder de definir o espaço, de controlar o tempo e de determinar o grupo – definindo quantos e quais os elementos que participam na discussão (Ibañez, 1992).

Quanto à estrutura do grupo salientamos quatro factores: o tamanho; a duração da reunião; a composição do grupo e as relações com o moderador. Em relação ao tamanho, o número de participantes varia - entre cinco a dez participantes. Sobre este assunto (Krueger, 1991) refere que: “ Tradicionalmente, um grupo de discussão ideal é composto por sete ou dez pessoas ...” (Krueger, 1991:97)⁴⁰. A importância do número de elementos participantes prende-se com o facto de este ser um factor de intervenção na comunicação e na dinamização da discussão (Bloor et al., 2001; Delgado & Gutiérrez, 1994). Um grupo de discussão é um espaço de “*opinião grupal*”, onde os participantes fazem uso da palavra e da liberdade de expressão para emitir ideias, reguladas pela interacção e dinâmica estabelecida no grupo (Delgado & Gutiérrez, 1994). Assim, devem estar criadas as condições para que os participantes possam não só falar uns com os outros, mas também ocupar, no espaço físico, um lugar com uma distância que lhes permita comunicar e interagir. Nesse sentido, os grupos grandes são contra-indicados quer devido à tendência para a formação de subgrupos, quer pelo facto de não permitir que cada elemento participante tenha tempo suficiente para exprimir os seus pontos de vista sobre os vários assuntos em discussão. Relativamente aos grupos pequenos, estes proporcionam um leque mais fechado de informação e exigem de cada membro mais participação - podendo ser sentida como

³⁸ Tradução livre.

³⁹ Assim designado por vários autores (Krueger 1991; Stewart 2006).

⁴⁰ Tradução livre.

uma obrigatoriedade e conseqüentemente podendo contribuir para a formação de algum mal-estar.

Quanto ao tempo de discussão, este surge com a indicação do moderador para que se inicie e é igualmente ele que informa o seu término. O tempo que decorre entre o início e o fim pode variar, normalmente, entre uma a duas horas⁴¹ (Ibañez, 1992). No entanto, no contacto prévio com os diferentes participantes deve existir uma combinação anterior – definindo a duração aproximada do grupo. Isto porque “[...] o grupo de discussão encaixa-se na realidade como uns parênteses, colocando entre parênteses a realidade e as urgências reais [...] (“obrigações” laborais, familiares, etc); [...]”. (Ibañez, 1992: 274).

Em relação à composição do grupo⁴², este deve atender a factores de homogeneidade e heterogeneidade entre os elementos, de forma a permitir uma optimização da discussão. Ou seja, uma homogeneidade que permita potenciar o interesse pela discussão. Os participantes são seleccionados porque existem certas características em comum (como por exemplo, idade, género, estado civil e ocupação) que os relacionam com o tema - objecto de discussão (Krueger, 1991). Mas, uma homogeneidade em excesso inibe a comunicação/interacção. É necessário que existam diferenças/contradições entre os participantes, no entanto, uma excessiva heterogeneidade torna impossível a interacção verbal. Ou seja, “Para que o grupo funcione é preciso uma composição heterogénea (um grupo homogéneo não produziria discurso ou produziria um discurso totalmente redundante): mas, a heterogeneidade tem que ser inclusiva (para que permita a combinação e/ou o intercambio).”⁴³ (Ibañez, 1992: 276).

Sendo o grupo de discussão uma produção transversal de discurso (com comunicação em diferentes direcções e sentidos), o moderador tem de exercer o seu papel de forma visível, mas sem influenciar ou enviesar as intervenções dos participantes. O

⁴¹ Ibañez (1992) refere que a duração pode ser maior – dando exemplos de grupos que duram dias inteiros e até um fim-de-semana (dependendo do tempo livre).

⁴² Matéria para a concretização dos objectivos.

⁴³ Tradução livre.

moderador cria um clima permissivo e sem pressionar os participantes, procura criar um ambiente confortável, concedendo espaço para que os diferentes elementos exponham os seus comentários, ideias, práticas e comportamentos.

Relembramos ainda que o discurso produzido retrata um processo de produção de informação com base na interacção e, nesse sentido, é preciso estar atento às dinâmicas instituídas no grupo, nomeadamente à liderança de opiniões, dado que esta poderá controlar a condução da discussão e conseqüentemente permitir que uma circunstância particular possa vir a mascarar, de forma latente, o que efectivamente os participantes pensam sobre o assunto (Krueger, 1991; Morgan & Krueger, 1993). É igualmente necessário atender à própria dimensão prática da comunicação, designadamente da comunicação linguística (ou seja, o que se diz ou se suprime na prática social). “*Tout acte de parole et, plus généralement, toute action, est une conjoncture, une rencontre de séries causales indépendantes : d’un côté les dispositions, socialement façonnées, de l’habitus linguistique [...]; de l’autre, les structures du marché linguistique, qui s’imposent comme un système de sanctions et de censures spécifiques.*” (Bourdieu, 1982 : 14).

Em suma, a flexibilidade é o reflexo da variedade do grau e da estrutura dos grupos de discussão, bem como o estilo adoptado pelo moderador e os objectivos específicos de cada investigação. O grupo de discussão, enquanto forma de recolha de informação, põe-nos em contacto com a realidade mediatizada pelo indivíduo e pela interacção com os outros indivíduos e estas condições fazem com que ele se distinga das outras metodologias qualitativas (Frith, 2000).

5.2. A Constituição da amostra e a estratégia de recolha de dados

Realizámos um total de sete grupos de discussão em que um grupo foi experimental e os restantes seis fazem parte da amostra. No total, fazem parte da amostra cinquenta e

quatro jovens (vinte e sete raparigas e vinte e sete rapazes), entre os dezassete e vinte e cinco anos de idade; todos residentes no distrito do Porto⁴⁴; repartidos por três sub-grupos de jovens pré-universitários, universitários ou licenciados e por três sub-grupos de jovens que frequentam cursos profissionais do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - com habilitações académicas não superiores ao 9º ano de escolaridade.

Com a realização do grupo experimental, foi possível um primeiro contacto e familiarização com a realidade empírica. Na sua concretização, procurámos analisar as condições de realização da pesquisa empírica. Nesse sentido, foi-nos possível testar a conversação/participação/motivação dos/as jovens em grupo e aferir aspectos logísticos quer em relação ao espaço de discussão (que deve ter lugar num meio facilitador), quer em relação aos meios técnicos mais adequados para a realização do registo da informação. Neste grupo experimental, foram utilizadas outras formas de gravação (só de registo áudio e registo de áudio e imagem). A partir desta experiência concluímos que, relativamente à forma de gravação só de registo áudio para além de a qualidade do som não ter sido a melhor (emitindo muito ruído, dificultando a compreensão da mensagem), acresce o facto de a ausência de imagem dificultar a identificação das vozes. Assim sendo, concluiu-se que a melhor forma de recolha da informação seria através do registo em vídeo (assunto a desenvolver à frente).

Durante toda a etapa de construção metodológica, tivemos oportunidade de implementar várias conversas com peritos nacionais e internacionais sobre as problemáticas essenciais do nosso trabalho, as quais se revelaram muito importantes para a delimitação do objecto de estudo, a auscultação de pistas de pesquisa, a recolha de perspectivas teóricas relevantes, a orientação da pesquisa bibliográfica e ainda a definição da estratégia metodológica a adoptar, incluindo as técnicas a accionar e o tipo de abordagem do terreno. Durante este período participámos ainda em Seminários mensais, com a participação de investigadores de diferentes áreas das Ciências Sociais, que permitiram discutir e reflectir sobre os diferentes quadros conceptuais e

⁴⁴ Dois jovens, durante o período escolar, residem no distrito do Porto, nas férias, residem com a família de origem, nas Ilhas dos Açores e da Madeira.

metodológicos da área das Ciências Sociais, em geral, e da Sociologia e Sociologia da Saúde, em particular.

A construção da amostra e dos respectivos grupos de discussão teve por base quatro critérios: idade, sexo, nível de escolaridade e residência. A constituição dos grupos foi feita de duas formas diferentes. Por um lado, formámos seis grupos em que já existia um conhecimento prévio entre os elementos participantes, uma vez que os rapazes e as raparigas que os compunham eram da mesma turma e/ou da mesma escola (G3; G4; G5, G6, G7⁴⁵ e o experimental). Esta situação permitiu que os/as jovens, quando questionados, referissem que já se conheciam e/ou já se tinham visto (apesar de alguns terem referido que nunca se tinham falado). No primeiro grupo da amostra (G2) a situação dos rapazes e das raparigas perante o grupo era de total inter-desconhecimento. Neste grupo, os/as jovens nunca tinham tido qualquer contacto entre eles. Esta condição de não inter-conhecimento foi abandonada nos grupos seguintes, dada a dificuldade que colocou à constituição dos grupos. Nos grupos em que os/as jovens se conheciam previamente entre si, nunca sentimos que estas duas formas diferenciadas de constituição de grupo colocassem obstáculos para os objectivos desta investigação. De facto, o grupo não se resume à soma das partes, a própria dinâmica que emerge ao longo da discussão faz com que cada grupo ganhe uma identidade própria e única - o que torna cada grupo único (Delgado & Gutiérrez, 1994). Esta situação tornou-se particularmente visível quando, no final da realização do grupo, em que não existia conhecimento prévio entre os elementos, alguns elementos falavam do grupo como se fosse um grupo pré-existente – estes assumiram-se perante o grupo como: “*prefiro ter esta discussão neste grupo, porque já todos nos conhecemos*”.

A realização de seis grupos de discussão justifica-se pelo cumprimento do critério de saturação da informação. A saturação, teoricamente alcança-se quando a análise adicional já não contribui para a descoberta de nada novo sobre uma categoria (Albarelo et al., 1997; Valles, 2007). Albarelo (1997) refere que a “saturação” é alcançada quando factos e lógicas tidas em conjunto se revelam adequados para dar

⁴⁵ Este grupo, com um total de sete jovens, frequentava duas faculdades e cursos distintos: 4 jovens frequentavam a FLUP e os restantes três frequentavam o ISEP – situação explicitada à frente.

conta do funcionamento comum de um conjunto de acontecimentos e, nesse sentido, o aparecimento de novos casos semelhantes não vai enriquecer a informação obtida.

A forma e o contexto da discussão de grupo foram previamente preparados por nós. Como tal, decidimos as características dos participantes e o local de encontro; propusemos o tema; iniciámos e focámos a discussão relativamente ao objectivo da pesquisa e encerrámos o diálogo. No funcionamento do grupo, fomos seguindo a linha da discussão e, em contexto de grande liberdade à sua dinâmica própria, zelámos pela pertinência das afirmações e pelo estabelecimento de um clima de confiança.

Uma das dificuldades sentidas para a realização dos grupos de discussão é a difícil tarefa de articular as diferentes disponibilidades dos participantes, do moderador e do observador, que têm também de ser conciliadas com a disponibilidade de espaço para que a conversação aconteça num meio facilitador. Assim, embora exista bibliografia (Krueger, 1991) sobre a dinamização dos grupos de discussão que indica a participação de dois elementos, um moderador e um observador e tendo presente os horários e disponibilidades dos participantes, optámos pela realização apenas por o moderador (a própria investigadora). Torna-se pertinente ainda referir que, apesar de estarmos conscientes de que as dinâmicas de grupo com rapazes e raparigas pudessem ter uma interacção diferente se fossem orientadas por dois elementos, um do sexo masculino e outro feminino (dada as projecções e identificações em casal), sentimos que este não foi um obstáculo da referida dinâmica. Esta situação foi testada por questionário⁴⁶ com o item: - “...sentia-me mais à-vontade se o grupo fosse dinamizado por duas pessoas: um do sexo feminino e outro do sexo masculino”; a resposta dada foi sempre: “Não”.

Quanto ao número de participantes por grupo, este variou entre sete e dez elementos – tendo em conta as considerações atrás referidas. A realização dos seis grupos da amostra permitiu-nos obter uma variabilidade discursiva e identificar diferenças. Nesse sentido e como não foi nosso objectivo investigar os discursos que se repetem, demos

⁴⁶ Ver segundo questionário (anexo 2) - apresentado à frente.

mais relevância ao critério pertinência e menos ao critério extensão. Ibañez (1992) reforça esta ideia quando refere que em determinadas investigações basta um ou dois grupos, para cada contexto, para que a informação seja completa e para a compreensão do fenómeno.

Relativamente às características intra-grupos, foi nossa intenção combinar determinadas características homogéneas - com base na idade e na escolaridade - e heterogéneas – aqui definidas a partir do sexo dos elementos participantes (rapazes ou raparigas). A combinação destas características permitiu-nos manter uma certa simetria de relação entre os elementos do grupo. Da mesma forma, os propósitos de um mínimo de heterogeneidade tiveram como objectivo assegurar a diferença necessária em todo o processo da discussão (Delgado & Gutiérrez, 1994). O autor refere que habitualmente se empregam variantes sociodemográficas conjugadas com particularidades pertinentes para o estudo. E nesse sentido, a questão do género pode representar uma variante discursiva.

Relativamente à característica heterogénea entre-grupos decidimos, como já foi referido, formar grupos com níveis de escolaridade diferenciados. Nesse sentido, realizamos 3 grupos com jovens cujo nível de escolaridade não é superior ao 3º ciclo⁴⁷ e 3 grupos com jovens pré-universitários, universitários e licenciados. Supõe-se que associados à diferença de posição na hierarquia social estejam a baixa escolaridade e o investimento diferenciado que os jovens fazem no seu percurso escolar, reflectido no seu sucesso escolar, ou, pelo contrário, na recuperação dos défices de qualificação escolar (Bourdieu, 1964).

Relativamente à duração do grupo de discussão, esta foi sempre ditada pela efectiva participação dos elementos. No início de cada discussão referíamos que a nossa conversa poderia durar cerca de sessenta a noventa minutos, mas que o tempo seria

⁴⁷ Todos os/as jovens frequentavam que frequentavam os cursos profissionais do Ministério da Educação ou do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social não tinham habilitações académicas superiores ao 3º ciclo (9º ano de escolaridade).

sempre regulado pelos participantes. A duração de cada um dos grupos de discussão variou entre noventa a cento e vinte minutos, ou seja, por vezes o tempo previamente estabelecido foi ultrapassado o que demonstrou uma efectiva participação (com discussões dinâmicas e interessadas pelas temáticas em debate). Tal como refere Morgan (1993), o sucesso desta técnica depende quer do interesse dos participantes pelos temas, quer das capacidades de discussão – situações que se verificaram, de forma efectiva, em todos os grupos.

- A recepção dos participantes e o percurso geral da discussão

Após o acolhimento dos/das jovens feito pela moderadora, todos os participantes ajudavam na organização da sala. Nesse sentido, pedíamos que colocassem as cadeiras em círculo, referindo que a finalidade era que todos se pudessem ver. A opção por esta posição em forma de círculo (frequentemente usada na dinamização de grupos) teve como objectivo facilitar e potenciar a comunicação porque permite uma melhor visibilidade entre os participantes e os coloca de forma equidistante. A descentração dos elementos participantes ajuda a que os/as jovens não se tomem a si próprios como o centro das atenções o que facilita a discussão, tornando-a mais fluida (Delgado & Gutiérrez, 1994).

A fase inicial de acomodação permitia, quase de imediato, “quebrar o gelo”. Para ajudar a relaxar, fornecemos bolachas - estrategicamente colocadas dentro do círculo. Este ambiente de descontração foi determinante para um início do debate sem grandes resistências por parte dos/das jovens participantes.

Ainda na fase inicial, explicámos, de forma sucinta, a importância do registo de informação e pedimos permissão para gravar toda discussão, através de duas câmaras de vídeo. Para a recolha dos dados, foi garantido sempre o sigilo profissional e o

anonimato dos testemunhos. O recurso a esta forma de registo de informação foi fundamental para uma melhor identificação e compreensão dos participantes.

Iniciámos a discussão referindo que a nossa atenção seria focada nas idades inferiores às dos participantes no grupo que considerávamos serem as pessoas indicadas para esta discussão, dado que em termos etários estariam muito próximos do grupo a estudar. Com esta estratégia, foi nossa intenção facilitar a espontaneidade do diálogo e da discussão entre eles/elas e diminuir as possíveis resistências à exposição de sentimentos e/ou considerações mais íntimas.

Partimos do pressuposto que ao referirem-se “aos mais novos”, os/as jovens revelariam as suas próprias opiniões, atitudes, representações, valores e práticas. Em relação ao tema inicial para discussão, propusemos a sexualidade nos primeiros três grupos: G2; G3 e G4. No entanto, à medida que fomos analisando os discursos já produzidos, sentimos necessidade de introduzir a palavra “amor”, dado que percebíamos que no vocabulário dos/das jovens esta palavra raramente ou nunca era usada. Nesse sentido, nos três grupos restantes: G5; G6 e G7, passámos a introduzir na proposta de discussão inicial as palavras sexualidade e amor.

Passada a fase introdutória, deixámos que decorresse uma conversa informal, permitindo que o grupo construísse o seu próprio espaço e tempo de comunicação. Fomos participando na discussão quer quando confrontámos os/as jovens com algumas situações ou afirmações que pareciam contraditórias, quer quando orientámos as conversas para um determinado tema, por forma a estimular o debate sobre aspectos que se relacionavam com as preocupações da investigação, ou a evitar distanciamentos em relação a ela.

No final da discussão passámos dois pequenos questionários anónimos. O primeiro era destinado a conhecer alguns dados de caracterização dos grupos. À partida, apenas eram conhecidos os dados relativos aos critérios previamente definidos

(homogeneidade e heterogeneidade inter e intra-grupos). O primeiro questionário⁴⁸ (com duas páginas) teve como objectivo uma breve caracterização dos elementos constituintes dos grupos. Na primeira página, colocámos algumas perguntas que permitiam recolher dados sociográficos. Na segunda página, colocámos algumas perguntas que permitiam recolher dados sobre as práticas e trajetórias sexuais. O segundo questionário⁴⁹ (com uma página) teve como objectivo avaliar a realização do grupo, recolhendo informação sobre o à-vontade com o tema, com o grupo e com a moderadora. Os dados deste questionário de avaliação não foram por nós tratados, pois a primeira leitura mostrou uma grande coincidência de opiniões no sentido do “à-vontade”.

5.3. As especificidades de cada grupo

Como forma de apresentação e contextualização do grupo, de seguida descrevemos o processo de selecção de cada grupo e indicamos os diferentes locais onde estes se realizaram (o critério escolhido para a apresentação do grupo foi a ordem cronológica de realização⁵⁰).

Grupo 2 (G2)

- Selecção dos participantes

Dada a opção pela constituição de um grupo de jovens rapazes e raparigas não pré-existente, a forma usada para o recrutamento dos participantes foi o recurso a elementos cuja tarefa passava pela identificação dos/das jovens. Os designados *elementos-ponte* (Ibañez, 1992) relacionavam-se directa ou indirectamente com os/as

⁴⁸ Ver anexo 1

⁴⁹ Ver anexo 2

⁵⁰ Designamos o primeiro como Grupo 2 (G2); sucedem-se os restantes de forma crescente até ao último grupo 7 (G7).

jovens recrutados/as, dado que, de alguma forma, faziam parte das suas redes pessoais (de escola ou de amizade). Pelo contacto e avaliação da possível disponibilidade, os referidos elementos estavam informados de que a mobilização dos/das jovens participantes se encontrava sujeita a determinados critérios de selecção. No caso específico deste grupo, a indicação das características comuns incluiu: a idade (jovens entre os dezoito e os vinte e quatro anos), a escolaridade (igual ou superior ao último ano do ensino secundário) e a situação de total inter-desconhecimento, ou seja, os/as jovens não podiam ter, ou ter tido, qualquer contacto entre eles. Os *elementos-ponte*, quando contactavam os/as jovens, auscultavam o seu interesse e disponibilidade para a participação numa discussão em grupo, cujo tema a tratar seria a sexualidade. Concedida a participação na discussão, os jovens foram contactados pela moderadora, por telefone, duas vezes: a primeira para acertar o dia e a hora e a segunda (na véspera da realização do grupo) para recordar o compromisso.

- Jovens que participaram no grupo

Raparigas	Rapazes	
1		frequência o 11º ano
1	2	frequência o 12º ano
1	1	frequência 1º ano Ensino Superior
1		frequência 4º ano Ensino Superior
	1	licenciado em Ciências da Educação

- O local de recepção e realização

A discussão decorreu nas instalações da Universidade Aberta - delegação do Porto. Após a recepção e acolhimento dos jovens colocámos o tema à discussão.

Grupo 3 (G3)

- Selecção dos participantes

No grupo constituído pelos formandos do Centro de Formação Profissional da Indústria de Construção Civil e Obras Públicas do Norte (CICCOPN) já existia, de alguma forma, um conhecimento prévio entre os elementos participantes dado que estes frequentam o mesmo Centro e/ou a mesma turma (apesar de alguns referirem que se conheciam de passagem). Em toda a logística (a disponibilização das listagens de turma, o contacto prévio com os/as jovens por nós seleccionados/as e a comunicação do dia, local e hora) pude contar com os apoios da Coordenadora Pedagógica e do Coordenador Técnico dos cursos. Os/as dez jovens (cinco rapazes e cinco raparigas) foram seleccionados/as a partir de uma listagem de quatro turmas. Todos os elementos seleccionados seguiam os critérios previamente estabelecidos (tinham até ao 9º ano de escolaridade e apresentavam um intervalo de idades de acordo com os critérios da amostra). Após o consentimento dos/das jovens para a participação, realizou-se a discussão em grupo no local, dia e hora previamente combinados.

- Jovens que participaram no grupo

Raparigas	Rapazes	
1	2	curso Desenho, Medição e Preparação de Obra
2	1	curso Pintura de Construção Civil
1	1	curso Prevenção e Segurança
1	1	curso Preparação e Execução de Obra

- O local de recepção e realização

A discussão em grupo aconteceu numa sala do CICCOPN. Após a recepção e acolhimento dos jovens colocámos o tema à discussão.

Grupo 4 (G4)

- Selecção dos participantes

À semelhança do grupo referido anteriormente, no grupo de formandos da Escola Profissional do Comércio, Escritórios e Serviços do Porto Raul Dória, já existia um conhecimento prévio entre os elementos participantes, dado que estes frequentam o mesmo Centro e/ou da mesma turma (apesar de alguns, também, referirem que nunca se falaram). A colaboração em todo o processo prévio à realização do grupo foi concedida pela Psicóloga e Docente daquela instituição (ou seja, disponibilização das listagens de turma, contacto prévio com os/as jovens por nós seleccionados/as e a comunicação do dia, local e hora). Os restantes procedimentos foram iguais aos já desenvolvidos no grupo G3.

- Jovens que participaram no grupo

Raparigas	Rapazes	
1	2	curso Técnico de Turismo
2	1	curso Técnico de Secretariado
1	1	curso Técnico de Contabilidade
1	1	curso Técnico de Marketing

- O local de recepção e realização

A realização do grupo decorreu numa sala da Escola Profissional Raul Dória. Após a recepção e acolhimento dos jovens colocámos o tema à discussão.

Grupo 5 (G5)

- Selecção dos participantes

Os/as dez jovens (cinco rapazes e cinco raparigas) foram seleccionados/as a partir de uma listagem de quatro turmas cedida pelo *elemento-ponte* a Técnica de Serviço Social. Nesse sentido, e da mesma forma que os dois grupos anteriormente descritos, neste grupo já existia um conhecimento prévio entre os elementos participantes, dado que eles/elas frequentam o mesmo centro e/ou da mesma turma (apesar de também aqui alguns dos/das jovens terem referido que nunca se tinham falado). No momento da realização do grupo, os/as jovens tinham apenas o 2º ciclo do Ensino Básico completo, ou seja, era o grupo com o mais baixo nível de escolaridade⁵¹. Em relação à idade, todos se encontravam dentro do intervalo previamente definido nos critérios da amostra (tinham entre dezassete e vinte e dois anos). Reunidas as condições e após a informação de que os jovens aceitavam participar na discussão em grupo, realizava-se o grupo no local, dia e hora previamente combinados.

- Jovens que participaram no grupo

Raparigas	Rapazes	
3		curso Práticas Técnicas Comercial (turma A)
2		curso Práticas Técnicas Comercial (turma B)
	3	curso Instalação e Operação de Sistemas Informáticos
	2	curso Instalação e Reparação de Computadores

⁵¹ Com a conclusão desta formação, os/as jovens teriam como habilitação académica o 3º ciclo de escolaridade.

- O local de recepção e realização

A realização do grupo decorreu numa das instalações do Centro de Negócios do Bonfim - onde decorrem os cursos externos do Centro de Formação Profissional do Porto. Após a recepção e acolhimento dos jovens colocámos o tema à discussão.

Grupo 6 (G6)

- Selecção dos participantes

Os/as jovens participantes eram estudantes da Escola Superior de Estudos Industriais e Gestão (ESEIG) - Licenciatura em Recursos Humanos. A mobilização dos participantes foi realizada através de uma docente daquela instituição. Numa fase inicial, era referida a necessidade de recrutamento de jovens voluntários/as para a realização de uma discussão em grupo sobre os temas sexualidade e amor. Apresentados os critérios para a participação, era proposto aos interessados/as que se inscrevessem numa folha – preenchendo os seguintes itens: ano de frequência escolar, primeiro nome (ou outro pelo qual queriam ser identificados), data de nascimento e contacto telefónico). Concedida a participação na discussão, foram seleccionados dez jovens (cinco rapazes e cinco raparigas). Todos os elementos seleccionados seguiam os critérios previamente estabelecidos (frequentavam o ensino superior e apresentavam um intervalo de idade (entre dezanove e os vinte e três anos). Todos os/as jovens foram contactados/as por nós, via telefone, por duas vezes - a primeira, para acertar o dia e a hora e a segunda (na véspera da realização do grupo) para recordar o compromisso. Concluído todo este processo, estavam reunidas as condições para a realização do grupo de discussão no local, dia e hora previamente combinados.

- Jovens que participaram no grupo

Raparigas	Rapazes	
1		frequência 1º ano
1	4	frequência 2º ano
3		frequência 3º ano

- O local de recepção e realização

A realização do grupo decorreu numa das instalações do ESEIG .

Após a recepção e acolhimento dos jovens colocámos o tema à discussão

Grupo 7 (G7)

- Selecção dos participantes

Os/as jovens participantes eram estudantes de duas Instituições de Ensino Superior do Porto (estudantes de Sociologia na FLUP e de Engenharia Química no ISEP). Optámos por recrutar jovens de instituições e cursos diferenciados, por forma a diversificar as áreas de formação académicas (uma com um plano de estudos mais orientado para as ciências sociais e outra para as ciências exactas). Seguindo a mesma forma de recrutamento dos estudantes do grupo anterior, também aqui a mobilização dos/das estudantes foi feita através de docentes das referidas faculdades. De igual forma, numa primeira fase era referida a necessidade de recrutamento de jovens voluntários/as para a realização de uma discussão em grupo sobre os temas sexualidade e amor. E os interessados, abrangidos pelos critérios de selecção, inscreviam-se e respondiam aos itens (já referenciados no G6). Consentida a participação no grupo, foram por nós seleccionados dez jovens (cinco rapazes e cinco raparigas). Todos os elementos seleccionados seguiam os critérios previamente estabelecidos (frequentavam o ensino superior e apresentavam um intervalo de idade entre os dezoito e os vinte e cinco anos). Tal como no grupo anterior, todos os/as jovens foram contactados duas vezes - a primeira, por telefone, para acertar o dia e a hora e a segunda, por SMS (na véspera da

realização do grupo), para recordar a combinação. No local, dia e hora previamente combinados realizava-se a discussão em grupo.

- Jovens que participaram no grupo

Raparigas	Rapazes	
1	1	frequência 1º ano ⁵²
2	3	frequência 3º ano ⁵³

- O local de recepção e realização

De forma previamente combinada e por forma a facilitar o encontro, o local seleccionado para a realização do grupo foi a Universidade Aberta - delegação do Porto. Após a recepção e acolhimento dos jovens⁵⁴ colocámos o tema à discussão.

5.4. A análise sociográfica da amostra

A partir do primeiro questionário individual, preenchido no final de cada grupo, efectuámos um tratamento quantitativo das informações recolhidas no sentido de realizar uma breve análise sociográfica da amostra⁵⁵.

Os dados relativos às questões número 1, 2, 3 e 4 correspondem aos critérios previamente estabelecidos (idade; sexo; nível de escolaridade e concelho onde vive).

⁵² 1º ciclo.

⁵³ 1º ciclo.

⁵⁴ Sequência de acções de acomodação realizadas na fase inicial – anteriormente descritas.

⁵⁵ Ver anexo 3 – dados relativos à informação do primeiro questionário (apresentada em quadros: G2; G3; G4; G5; G6 e G7).

Questão nº 1 e 2 (Idade e Sexo)

Participaram na amostra 54 jovens (27 raparigas e 27 rapazes), entre os 17 e 25 anos de idade. O grupo das raparigas é ligeiramente mais jovem do que o dos rapazes (há 15 raparigas que têm menos de 20 anos); A quase totalidade dos rapazes situa-se entre o intervalo etário 18-23 – com exceção de 2 rapazes que têm 25 anos de idade.

QUADRO 1 Idade e sexo dos/das jovens da amostra

Idade	Rapariga	Rapaz
17 anos	6	0
18 anos	5	4
19 anos	4	3
20 anos	5	5
21 anos	4	7
22 anos	1	2
23 anos	2	4
24 anos	0	0
25 anos	0	2

Questão nº 3- Escolaridade

Do total de jovens, 24 (12 raparigas e 12 rapazes) são pré-universitários, universitários ou licenciados; e 30 (15 raparigas e 15 rapazes) são estudantes de cursos profissionais do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - com habilitações académicas não superiores ao 3º ciclo (9º ano de escolaridade). Deste último sub-grupo, 5 raparigas e 5 rapazes tinham o 2º ciclo do Ensino Básico completo.

Questão nº 4- Concelho (localidade) onde vivem

No momento da selecção dos participantes todos os jovens referiram que estavam a viver em concelhos do distrito do Porto - 17 jovens moram na cidade do Porto e os demais distribuem-se pelos concelhos circundantes. No entanto, e como já foi referido, 2 jovens (1 rapaz e 1 rapariga) em tempo de férias escolares regressam a casa da família de origem – (nos arquipélagos dos Açores e da Madeira).

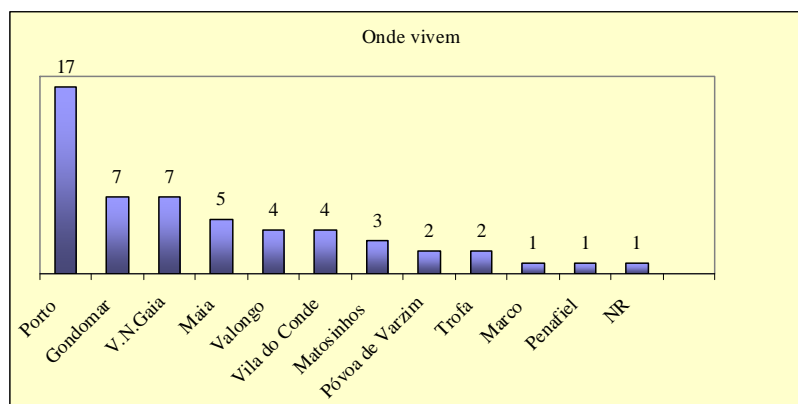


FIGURA 1 Número de jovens por concelho onde vivem

Questão nº 6- Pessoa(s) com quem vive

Através da questão número seis, verificámos que a quase totalidade dos/das jovens da amostra refere viver em casa dos/as progenitores (mãe, pai ou padrasto - com ou sem irmãos; 1 rapariga, de 18 anos, refere que vive com o cônjuge e com os/as progenitores). Os restantes, 2 rapazes e 1 rapariga, referem que durante os períodos lectivos partilham casa com outros estudantes; 1 rapariga refere que vive com os tios e 1 rapaz não responde.

Questão nº 5 Religião/espiritualidade

A pertinência da questão da religião prende-se com o facto de a sexualidade se encontrar sujeita a um poder coercivo da Igreja (comprovada pela história da

sexualidade - directamente regulada pela moral cristã) (Ariès, 1982a; Flandrin, 1982; Foucault, 1994a). Nesse sentido, verificámos que a maioria dos/das jovens (39:54) refere ser crente. Destes, a maioria (31:39) refere ser Católico não praticante; 1 refere ser do Culto; 1 Testemunha de Jeová. Há um número considerável (13:54) de jovens que diz não ser crente (e destes 8:13 pertencem ao sub-grupo G2 e G6 - jovens pré-universitários, universitários ou licenciados). Há 2 não respostas.

- Caracterização em termos de classe, agregado familiar actual e grupo de origem⁵⁶

Relativamente à questão da classificação de classe surgem determinadas questões que dificultam o seu entendimento, pois estes/as jovens são muito novos/as e não desempenharam ainda qualquer actividade profissional. Nesse sentido, torna-se relevante apreciar a classe social de origem (Almeida et al., 1988).

Para a operacionalização da classe do grupo doméstico de origem dos estudantes da amostra, introduzimos um conjunto de indicadores relativos à profissão, situação na profissional e escolaridade do pai, da mãe (ou encarregados de educação) dos/das jovens. Tomando como referência a tabela de Almeida (1988) com a tipologia das classes e fracções de classe, manteve-se uma estrutura tripartida básica das classes sociais: - Burguesia, Pequena-Burguesia e Operariado. Implementámos a caracterização do lugar de classe de cada jovem, utilizando a matriz de construção dos lugares de classe do pai, da mãe (ou encarregados de educação). Na construção da tipologia da referida matriz o autor teve em atenção: as dimensões básicas do conceito de classe; a recente bibliografia/estudos e as actuais tendências de reconfiguração da estrutura de classe (incluindo as novas fracções de classe). Nas situações em que o lugar de classe do pai e da mãe (ou encarregados de educação) é diferente, quando tomados individualmente, seguimos o critério definido por Almeida (1988) “o da contribuição provavelmente mais decisiva, em recursos de vária ordem (material e simbólica) para o grupo doméstico” (Almeida et al., 1988: 16).

⁵⁶ Dados retirados das questões 6.1. escolaridade; 6.2. profissão e 6.3. condição perante o trabalho

QUADRO 2 Classe e fracções de classe do grupo doméstico de origem

Tipo de classe	Fracções de classe	G3	G4	G5	G2	G6	G7	Total
		Pai/Mãe *	Pai/Mãe *	Pai/Mãe *	Pai/Mãe *	Pai/Mãe *	Pai/Mãe *	
Burguesia	BEP ⁵⁷					2		8
	BDP ⁵⁸		1		2	2	1	
Pequena - burguesia	PBTE ⁵⁹	1						28
	PBE ⁶⁰	2	3	3	5	4	4	
	PBPR ⁶¹		1	1				
	PBAP ⁶²	3		1				
Operariado	OI ⁶³	2	3	2		1	2	10
Não Respostas								8

*ou encarregados de educação

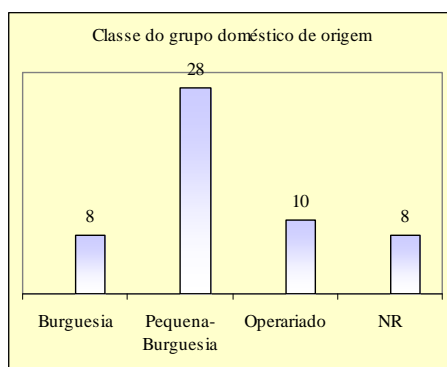


FIGURA 2 Classe do grupo doméstico de origem

⁵⁷ BEP - Burguesia Empresarial e Proprietária

⁵⁸ BDP - Burguesia Dirigente e Profissional

⁵⁹ PBTE – Pequena-Burguesia Técnica e de Enquadramento

⁶⁰ PBE – Pequena-Burguesia de Execução

⁶¹ PBPR – Pequena-Burguesia Proprietária

⁶² PBAP – Pequena-Burguesia Assalariada e Proprietária

⁶³ OI – Operário Industrial

A maioria dos/das jovens estão enquadrados/as no grupo doméstico de origem da Pequena-Burguesia (PB) (28:54). Nesta fracção de classe destaca-se a Pequena-Burguesia de Execução (PBE), e que de acordo com a referida classificação, integra profissões relacionadas com a prestação de serviços (sector terciário, tais como: administrativos, comércio, etc.), o que vai de encontro com a acentuada terciarização das áreas urbanas (área geográfica de residência da maioria do grupo de origem dos/das jovens). Dos/das 10 jovens que estão integrados/as no contexto familiar operário, a maioria (7:10) pertence ao sub-grupo que apresenta um nível de escolaridade mais baixo. Contrariamente, dos/das 8 jovens que estão integrados/as no contexto familiar da Burguesia, a quase totalidade (7:8) pertence ao sub-grupo dos/das jovens pré-universitários / universitários/ licenciados.

Paralelamente, e como já foi referido, tendo em conta que a escolaridade constitui um importante factor para estruturação do espaço social das classes, procurámos nesta caracterização ter presente os níveis de escolaridade do pai e da mãe (ou encarregados de educação).

QUADRO 3 Escolaridades dos/as progenitores (ou encarregados de educação)

Nível de escolaridade	G3		G4		G5		G2		G6		G7		Total
	Pai/*	Mãe/*	Pai/*	Mãe/*	Pai/*	Mãe/*	Pai/*	Mãe/*	Pai/*	Mãe/*	Pai/*	Mãe/*	
Não sabe ler/escrev.											1	1	2
Sabe ler/escrever													-
1º Ciclo	3	3	3	1	3	3	1	2	2	2	4	1	28
2º Ciclo		2	1	2	1	1			1	2		1	11
3º Ciclo		2	2	6	2	3		1	3	1		1	21
Secundário	3	2	3	1	1		4	2	3	3	1	1	24
Ensino superior	1						3	3		1	1	1	10
Total	7	9	9	10	7	7	8	8	9	9	7	6	96
Não Respostas													8

*ou encarregados de educação

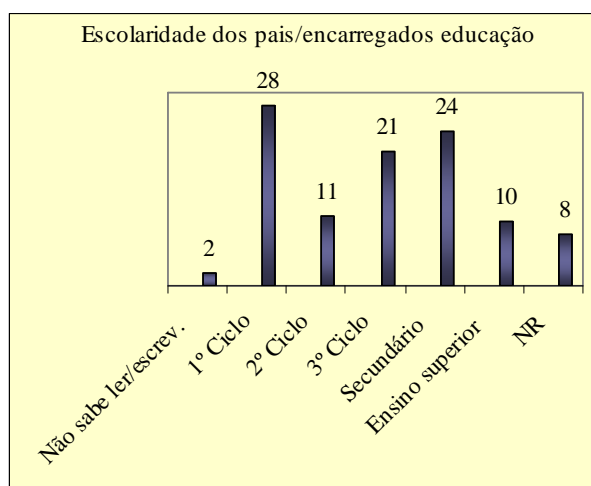


FIGURA 3 Níveis de escolaridade dos progenitores ou encarregados educação

Na sociedade portuguesa contemporânea o nível de escolaridade tem vindo a aumentar. A massificação e democratização do sistema educativo da geração da pós-revolução (altura em que viveram toda a infância os progenitores dos jovens da nossa amostra) são comprovadas pelos dados da tabela. Verificamos que a maioria dos/as progenitores (ou encarregados de educação) (55:96) tem entre o 3º ciclo e o ensino superior. Os 2 elementos que não sabem ler e escrever pertencem a uma faixa etária anterior à referida, dado que são os avós de uma de uma jovem da amostra.

Verificamos que o pai e/ou mãe (ou encarregados de educação) que apresentam um nível escolar mais elevado (secundário e ensino superior) (23:35) pertencem ao sub-grupo dos/das jovens pré-universitários/universitários/licenciados. Os dados mostram ainda que apenas 1 pai de 1 jovem do G3, ou seja, do sub-grupo que apresenta um nível de escolaridade mais baixo, tem como nível de escolaridade o ensino superior. Constatam-se igualmente apenas uma pequena parte dos progenitores (ou encarregados de educação) (10:96) tem como escolaridade o ensino superior.

Confirma-se, na nossa amostra, que “[...] a desigualdade de oportunidades e de destinos sociais parece continuar a ser um facto pesado [...]” (Almeida et al., 1988:19). Quando comparamos a proporção de jovens do sub-grupo que apresenta um nível de escolaridade mais baixo, verificamos que são estes que apresentam um maior número de progenitores (ou encarregados de educação) menos escolarizados. Porém, é de realçar o facto de ser a fracção de classe Pequena-Burguesia de Execução (PBE) que apresenta mais jovens educandos no ensino superior. Esta observação vai de encontro com o facto de, para as classes médias, o sistema escolar (e em particular o ensino superior) constituir um dos suportes para as estratégias de reprodução e de mobilidade social (Almeida et al., 1988).

Em síntese, a amostra é constituída por 27 raparigas e 27 rapazes. A quase totalidade dos jovens da amostra tem entre 17 e 23 anos de idade, embora com a presença de 2 rapazes de 25 anos de idade. Quanto à escolaridade 24 jovens (12 rapazes e 12 raparigas) pré-universitários, universitários ou licenciados e 30 jovens (15 raparigas e 15 rapazes) que frequentam cursos profissionais do Ministério da Educação e do

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - com habilitações académicas não superiores ao 3º ciclo (9º ano de escolaridade). Todos os elementos da amostra são residentes no distrito do Porto, maioritariamente na própria cidade do Porto. Residem em agregado familiar de origem ou recomposto, ou alargado, com excepção de 3 jovens universitários que, em períodos lectivos, partilham casa com outros estudantes. Quanto à religião a maioria afirma-se crente, católica não praticante e um número significativo afirma-se não crente, havendo apenas 2 casos de crente em outras religiões. A classe social do grupo doméstico de origem é pequena burguesia (28:46), o operariado (10:46) ou a burguesia (8:46).

- Caracterização em termos de práticas sexuais

As perguntas apresentadas na segunda folha do primeiro questionário individual, tiveram como objectivo dar a conhecer a “sociografia” da experiência sexual, desta forma foi possível obter alguns dados informativos das biografias sexuais dos/das jovens da amostra. Neste capítulo limitamo-nos aos dados informativos, sem os discutir. Eles serão convocados em alguns momentos da análise dos discursos.

Questão nº7- A sua orientação sexual é?

A totalidade dos/das jovens da amostra respondeu ser heterossexual.

Questão nº8- Como (ou com quem) obteve as primeiras informações sobre sexualidade?

Nesta questão os/as jovens enunciaram: - progenitores, amigos/namorada(o), escola, livros e televisão.

Questões nº 9- namoro e nº 10- relações sexuais com penetração⁶⁴

Relativamente à idade do primeiro namoro, os dados indicam uma aproximação da idade entre rapazes e raparigas, dado que ambos referem que foi entre os 13 e os 16 anos de idade que tiveram o primeiro namorado/a (19 raparigas e 18 rapazes).

Das 20 raparigas que referiram ter relações sexuais com penetração, 18 referem o intervalo etário 16-17 anos para a primeira relação sexual com penetração - antes desse período há 1 rapariga a referir que teve a primeira relação sexual com penetração com 15 anos. Para os rapazes, a frequência surge mais dispersa. Ou seja, dos 24 rapazes que referiram ter relações sexuais com penetração, 18 referem ter tido a primeira relação sexual com penetração entre os 15-18 anos de idade. Comparado com as raparigas, um número maior de rapazes (9:18) refere ter tido a sua primeira relação sexual com penetração entre os 13-15 anos de idade. Nunca tiveram relações sexuais relações sexuais com penetração 5 raparigas entre os 17-20 anos de idade e 2 rapazes entre os 18-19 anos de idade.

Questão nº 11 Actualmente namora ou anda com alguém?

Responderam afirmativamente à questão 17:27 raparigas e 16:27 rapazes. Os restantes responderam que não namoravam ou andavam com alguém (10 raparigas e 11 rapazes).

⁶⁴ Dados retirados das questões 9.1. idade do primeiro namoro; 9.2. teve relações sexuais com penetração no primeiro namoro e 10.1. idade da primeira relação sexual com penetração.

Questão nº 11.1- “você e o seu parceiro (a) já:

- fizeram Sexo c/ penetração;
- fizeram Sexo oral;
- fizeram Sexo anal;
- se masturbaram.

A opção de resposta mais seleccionada foi a primeira (fizeram Sexo c/ penetração), por 44 jovens (dos quais 20 são raparigas e 24 são rapazes). Referiram que já fizeram sexo oral 34 jovens (dos quais 14 são raparigas e 20 são rapazes). Referiram que já se masturbaram 31 jovens (dos quais são 12 são raparigas e 19 são rapazes). Em menor número responderam que fizeram sexo anal 12 jovens (dos quais 5 são raparigas e 7 são rapazes).

Questão nº 10.1⁶⁵ e nº 11.2⁶⁶ uso de contracepção

À questão número 10.1, relativa ao uso de contracepção na primeira relação sexual com penetração, o método mais referido pelos/as jovens foi o preservativo - 29:54 jovens referem ter usado preservativo (este método é referido quase de igual forma por rapazes (15:29) e raparigas (14:29)). O uso conjunto pílula e preservativo é referido por dois jovens (uma rapariga e um rapaz) e o uso só da pílula nunca aparece referido. Sobre este assunto parece relevante referir que dez jovens indicam não ter usado qualquer método durante a primeira relação sexual com penetração (8:10 são raparigas).

Em relação à questão número 11.2, onde se perguntava se na última relação sexual tinham usado algum método contraceptivo e qual, as respostas mantêm o preservativo como o método mais usado (17:54) (as respostas mantêm-se equilibradas entre raparigas (8:17) e rapazes (9:17)). A pílula aparece como o segundo método mais usado 10:54 – com as raparigas a referirem-no mais vezes (7:10). O uso dos dois métodos em

⁶⁵ 10.1- refere-se ao uso de contracepção na primeira relação sexual com penetração.

⁶⁶ 11.2. refere-se ao uso de contracepção na última relação sexual.

simultâneo (pílula e preservativo) surge oito vezes referenciado por três raparigas e cinco rapazes. De igual forma destacamos o facto de dez jovens indicarem que não usaram qualquer método durante a última relação sexual (3:10 raparigas e 7:10 rapazes).

CAPÍTULO 6. Estratégia de análise

O grande volume de informação produzida pelos estudos de tipo qualitativo envolve um tratamento, análise e interpretação, o que implica que processo analítico entre na fase de uma maior profundidade.

Assim, finalizado o trabalho de campo, procedemos à fase de transcrição para papel. Este processo implicou uma escuta cuidadosa da gravação das falas produzidas na discussão, identificando e registando silêncios, interrupções, repetições, que pudessem ser devidamente descodificados e passíveis de uma atribuição de sentido, no contexto da situação de grupo.

Concluída a transcrição, a etapa seguinte foi marcada pela confrontação de uma diversidade de dados. Paralelamente, organizámos e codificámos a informação. Para a realização de procedimentos de cruzamento da informação fomos auxiliados pelo suporte informático – utilizando o *software NVivo7*.

A reflexão dos dados, realizada por referência às questões da investigação, apoiou-se na análise de conteúdo. Numa fase inicial procedemos a uma análise da informação proveniente dos primeiros grupos efectuados. A necessidade de desenvolver e aprofundar a análise antes do fim da recolha permitiu testar os fios condutores essenciais da investigação, permitiu reorientar a recolha de dados, adoptando uma óptica de reformulação subjacente ao enriquecimento analítico, e ajustar o número de grupos a realizar. A partir de uma abordagem enquadrada na teoria “enraizada” - ou grounded theory (Strauss;), fomos estabelecendo uma relação dialéctica entre a informação recolhida e reflexão teórica, tendo em vista enriquecer o nosso entendimento sobre as informações disponíveis. Assim, foi a partir desta dialéctica que resultaram as primeiras categorias encontradas.

Durante a análise tivemos sempre presente a ideia de que a produção de discurso não obedece apenas a uma lógica formal, mas a um raciocínio que, consciente ou inconscientemente, envolve combinações, símbolos, lógicas racionais e não racionais, etc. Ainda em relação aos aspectos formais da comunicação, parece pertinente referir que não foi nossa intenção entender o funcionamento da linguagem, mas entendê-los como indicadores da actividade cognitiva do locutor, dos significados ou do uso social que faz da comunicação (Quivy & Campenhout, 1992). Ou seja, “A escolha dos termos utilizados pelo locutor, a sua frequência e o seu modo de disposição, a construção do “discurso” e o seu desenvolvimento são fontes de informações a partir das quais o investigador tenta construir um conhecimento.”(Quivy & Campenhout, 1992: 224).

Assim, o material qualitativo obtido foi objecto de um tratamento mais sistemático e detalhado, na medida em que procurámos que as informações obtidas não fossem pensadas como um conjunto informe, ou seja, estas foram submetidas a uma estrutura (Vala, 1999). Nesse sentido, numa primeira fase, agrupámos a diversa informação por grupos de discussão e procedemos a uma análise vertical, tendo em conta a sua lógica interna. Numa fase posterior, o conjunto da informação foi agrupado de acordo com o tema. Os textos transcritos das discussões foram codificados por um processo simultaneamente dedutivo e indutivo, dado que, por um lado, foram definidas *a priori*, algumas categorias que permitiram dar uma orientação prévia à leitura, por outro lado, procurou-se que a leitura dirigida não fosse obstáculo à necessária abertura às particularidades encontradas nos discursos - sistematizando-se, em categorias construídas *a posteriori*. Ao registo das categorias esteve subjacente a unidade semântica - com recurso a temas. Subjacente à unidade de registo tema, procuramos descobrir a essência de sentido que compõem a comunicação, dado que inerente a uma regra de recorte está um determinado sentido, dando a entender valores, atitudes, crenças, etc. (Bardin, 1995). Para o autor, fazer uma análise temática “*consiste em descobrir* os “núcleos de sentido”que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objectivo analítico escolhido.” [...] “O tema é geralmente utilizado como unidade de registo para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências, etc. As

respostas a questões abertas, as entrevistas (não directivas ou mais estruturadas) individuais ou de grupo, de inquérito ou de psicoterapia, os protocolos de testes, as reuniões de grupos, os psicodramas, as comunicações de massa, etc., podem ser, e são frequentemente, analisados tendo o tema por base.” (Bardin, 1995: 105). Esta análise horizontal, tendo em conta os discursos produzidos pelos/as jovens em conjunto e/ou diferenciando-os por género, resultou em unidades conceptuais de significação complexa.

Nunca perdendo toda a centralidade analítica, procurámos em todo o processo cognitivo relacionar problemáticas, factos, opiniões e percepções, que nos orientavam para constantes conclusões provisórias, permanentemente reequacionáveis, onde alguns aspectos foram perdendo a sua importância e outros foram se tornando preeminentes. Durante este percurso, fomos levados a construir, simplificar, sistematizar e a reconstruir, por forma a perceber o “sentido”, o tipo ou o sistema de percepções. Para Albarello (1997), uma “análise de conteúdos” não pode ser assimilada como uma “análise de textos” ou “análise de discursos”. Estes são receptáculos, modos *de expressão ou manifestações*. De forma diferente é entendida a análise de conteúdo, próxima da ideia de “sentido”, “*de coisa que se exprime*”; que é “*objecto da análise de conteúdo*”. Embora a análise de conteúdo não permita destacar na íntegra as significações possíveis da mensagem, podemos grosseiramente considerá-la como uma técnica que permite, desde que enformada por um código-grelha adequado a um certo tipo de leitura, restituir o “sentido” de um texto (Almeida & Pinto, 1995).

É na codificação dos dados brutos e na procura de maior abstracção que o investigador se deve manter criativamente alerta a possíveis conexões e relacionamentos que possam ajudar a dar um sentido teórico ao que vai sendo dito. Atendendo a este princípio, ao longo dos diferentes discursos, procurámos agrupar a informação diversa com uma certa afinidade ou com um denominador comum.

A categorização exploratória desencadeou leituras e releituras, avanços e recuos, construções de e reconstruções de operações de análise. Estas categorizações e análise

iniciais foram apresentadas e debatidas com o Professor Michel Bozon. A discussão com este reconhecido especialista da área temática traduziu-se de grande utilidade científica, dada a possibilidade de aprofundar especificamente a discussão sociológica sobre os diversos temas de análise. Todo este processo permitiu-nos chegar a um quadro categorial relativamente estável.

Tendo presente os objectivos propostos impunha-se uma opção metodológica que permitisse dar “voz” aos jovens. Através dos seus discursos organizados, entre (re)arranjos conversacionais abertos, foi possível seguir os movimentos reflexivos e a construção explicativa sobre o processo de criação de uma multiplicidade de formas da sexualidade. Sob um cenário de discussão/conversação, as lógicas discursivas foram reveladoras da complexidade dos significados culturais e sociais – produtores de práticas e sentidos.

Assente numa pluralidade de categorias, encontramos uma variedade de concepções explicativas, que adquirem sentidos diferenciados relativos aos contextos sócio-culturais e às trajectórias biográficas de cada jovem. É a partir desta riqueza discursiva que nos é possível entender a diversidade de significados. De forma a ilustrar esta diversidade de sentidos e a interpretação por nós alcançada, fomos, ao longo da análise, utilizar as falas dos/das jovens da amostra. Assim, com uma amostra diversificada foi possível detectar o essencial do discursos dos/das jovens, bem como os diversos significados sobre o objecto.

- As dificuldades da investigação

Por último, gostaríamos de evidenciar algumas dificuldades com que nos deparámos, as quais se prendem com questões, quer do foro teórico conceptual, quer do domínio operacional.

Ao nível teórico-conceitual, gostaríamos de referir a dificuldade que sentimos na separação das várias problemáticas tratadas a propósito do nosso objecto de estudo – quer ao nível da análise, quer como da redacção. Tendo presente esta dificuldade, e como já foi referido na introdução, optámos por abordar em paralelo os temas da sexualidade e da juventude. É de referir que em vários momentos fizemos algumas reflexões em separado e distinguimos aspectos que se podem encontrar intimamente relacionados entre si. No entanto, procurámos ultrapassar esta dificuldade, na segunda parte do trabalho, nomeadamente no subcapítulo da construção do objecto de estudo.

Ao nível operacional, do trabalho de campo, as dificuldades a salientar prendem-se essencialmente, por um lado, com as dificuldades de realização dos grupos de discussão. Como já tivemos oportunidade de referir, para a realização dos grupos de discussão torna-se necessário articular as diferentes disponibilidades dos participantes e do moderador. Parece igualmente pertinente referir que receámos que os/as jovens depois de confirmarem a sua presença no grupo desistissem, pondo em causa a realização do grupo. Apesar de esta situação ter acontecido em algumas situações, o número de participantes desistentes não pôs em causa o número necessário para a realização do grupo. Paralelamente, por um lado, temos de atender à optimização de aspectos logísticos, nomeadamente reunir as condições de espaço e de registo de informação adequados; por outro, a dificuldades subjacentes à transcrição dos discursos para papel, (nomeadamente através dos grupos de discussão) e ao seu tratamento.

III PARTE

A palavra dos/das jovens - análise e discussão dos resultados

CAPÍTULO 7. A socialização da sexualidade

Neste capítulo analisamos os discursos no que se referem à socialização da sexualidade. Eles vão centrar-se sobretudo no diálogo com os progenitores os pares e na aprendizagem individual em que a internet é um meio privilegiado, mas em que o papel da televisão também é importante. O papel da escola, nestes discursos, aparece só na vertente informativa centrada em estratégias pedagógicas de especialidade, numa abordagem de sexualidade objectivada. Veremos como os significados que actam nos discursos e práticas dos progenitores reproduzem categorias de género, centradas numa percepção de risco diferenciada e numa moral feminina que determina condutas disciplinadoras e de responsabilização. E aparecerá também a presença da moral como domínio de regulação da sexualidade.

7.1. O difícil diálogo entre papéis familiares

Apesar de os progenitores surgirem, no conjunto dos discursos, como referência importante no processo de aprendizagem da sexualidade, percebe-se também que nem sempre o diálogo é fácil, possível ou desejável. Muitos/as jovens justificam a sua não comunicação com os progenitores com o facto de se sentirem pouco à-vontade, de sentirem a situação como estranha, alegando que se trata de uma questão de *respeito* o que claramente remete para os papéis filiais/parentais.

G5F4:21 – [...] Os meus pais nunca conversaram comigo sobre nada...nunca tive conversas.

G3F2:19 – Falar assim descaradamente, tudo direitinho, foi com o meu namorado...e com a minha melhor amiga.

G3M5:20 - Claro, sim, pois.

G3F2:19 - *Falar com os meus pais assim...tau...é aquilo e é isto...*

G3F5:19 – *Eu não consigo. Eu, é com as amigas.*

G3F2:19 - *Apesar de os meus pais serem assim...*

G3M3:21 - *Falar de sexualidade é com os amigos.*

G3M1:21-*Com o melhor amigo!...agora falar com os pais...acho que uma pessoa não se sente assim muito à vontade.*

[...]

G3M1:21 - *Os meus pais também são abertos... Não falo com eles, não tenho vontade de falar com eles...*

G3F2:19 – *Eu sinto-me à-vontade para falar com os meus pais.*

G3M1:21 - *Eles metem-se à-vontade para falar com eles, só que...*

G3M4:19 - *Muito esquisito.*

G3M3:21 - *É mais uma questão de respeito.*

No processo de aprendizagem da sexualidade, os progenitores *chegam tarde*. A dificuldade de diálogo com os progenitores, marcada, pela distância de papéis e de gerações, torna-se mais perceptível quando em comparação com o diálogo inter-pares. Este remete para um discurso menos ponderado que decorre em contextos de maior à-vontade e despreocupação com a linguagem usada.

G2M4:19 – *Eu acho que o sujeito devia estar educado. Quando ele sai da adolescência, sai um bocado dos pais e procura-se identificar mais com os grupos de pares e então se ele não vai estruturado ...também os grupos de pares é uma questão de sorte... mas se ele não vai estruturado não vai ter maneira de contrariar essa influência ... e é o que tu estavas a dizer: “aí, os pais chegam tarde e aí já está educado!” ... [...].*

[...]

G2M2:20 - *Com os amigos temos mais à-vontade para dizer certas coisas do que com os pais ...eu tenho à-vontade, mas há certas coisas que mesmo com à-vontade com o meu pai não me sinto ...*

G2M1:21 - *Não é bem ter mais ou menos à-vontade, mas é um à-vontade diferente ... com amigos é sempre aquela coisa, diz-se mais o que vem da boca para fora.*

G2F1:18 - *Uma pessoa expande-se mais, fica mais à-vontade e liberta-se mais. [...].*

G4F4:19 - Acho que com os amigos, pelo menos na minha opinião, acho que é mais aberto do que com os pais. Temos sempre receio de falar, assim de certas coisas, com os pais, e com os amigos não.

[...]

G4M1:19 - Com os pais temos sempre aquela vergonha de falar, com os amigos não.

A importância atribuída aos pares surge associada ao sentido de uma efectiva aprendizagem. São eles o principal meio efectivo de transmissão da experiência.

G3F5:19 - Eu acho que é com os amigos, normalmente, que se fala... Ok... Os pais explicam sempre aquelas coisinhas básicas,

G3M3:21 - Sim o básico... Tem cuidado!

G3F5:19 - Mas depois, com quem aprofundamos mais o assunto, normalmente é com os amigos.

G2F2:17 - Eu acho que nós, com os nossos pais, falamos de cuidados a ter e com os nossos amigos falamos de experiências, por isso acho que é completamente diferente.

G2F3:20 e G2F1:18 - É evidente! claro!

Alguns discursos explicitam que a sexualidade é assunto tabu entre progenitores e filhos, situação que é criticada como contrária à função parental, de socialização.

G7F3:23 - Eu acho que o erro de muitos pais, não quer dizer que seja a maioria, é não falarem com os filhos. Ainda há muito tabu ...falar sobre a sexualidade, o amor, o que é isso, o que não é...

G2M4:19 - Acho que também parte dos pais terem capacidade para acompanhar o filho e tentar perceber e enquadrá-lo na sociedade actual. Acho que devia haver mais atenção.

[...]

G2F1:18 - Ora bem ...voltando ao caso dos pais ou mesmo à sociedade, eu acho que a sociedade em geral aborda a sexualidade como um tema tabu... Eu acho que não deve ser encarada como um tabu porque se for assim desse jeito, as pessoas não são educadas para tal e são obrigatoriamente forçadas a cometerem erros ou irem por caminhos menos ... a poderem ter um azar no futuro por falta ...

por ignorância e eu acho que isso não é bom ... Eu acho que as pessoas se devem informar, os pais devem informar, educar os filhos para que eles possam de qualquer das maneiras não cometer erros ou ficarem mais prevenidos, no fundo é isso... Esse tabu, acho que é uma desvantagem que a sociedade dá aos mais novos ... acho que se for tudo falado mais abertamente, acho que as pessoas estavam mais informadas.

Na generalidade, com efeito, com os progenitores, a abordagem verbal da sexualidade não decorre de forma natural e/ou descontraída e os discursos manifestam algum desconforto com a situação. A conversa com os progenitores assenta num discurso ponderado em que é necessário, *ter muito cuidado e escolher as palavras certas* (G2F1:18). A ponderação na forma de abordagem da temática da sexualidade com os progenitores está relacionada com o facto de os/as jovens terem a percepção de estarem permanentemente a ser julgados, com *receio do que eles possam dizer...* (G4F4:19). Sentem nos progenitores a presença permanente e difusa da necessidade de controlar as atitudes e comportamentos dos/das filhos/as.

G4F3:20 – Não, eu acho que eles querem mesmo saber o que nós estamos a fazer...

G4M2:21 - Eles sabem...

G4F3:20 - Mas eles têm que meter o nariz sempre.

G4M3:20 - Têm que confirmar.

G2F1.18: Acho que com os pais as palavras têm que ser escolhidas a dedo para eles não pensarem “então tu já sabes isso...mas como é que é? isto agora é assim, no meu tempo isto não era nada disto ... isto agora está tudo mudado, o mundo agora é outro”. Acho que temos que ter muito cuidado para escolher as palavras certas para falar com os pais [...].

Na base dessa comunicação controlada aparece também a percepção de que os progenitores estão desactualizados e defendem posições ultrapassadas, por exemplo, associando sexo ao casamento, o que torna inútil tentar comunicar com eles.

G2M3:25 - sobre sexualidade durante a adolescência não ... falei uma vez mas depois vi qual era a ideia deles sobre sexualidade e

[risos]era um bocado aquela ideia tradicional sexualidade/casamento e pronto, a partir daí, vi que não valia a pena. Por isso com os meus pais não.

No entanto, há casos familiares de tipo diferente (que são excepção na nossa amostra) como aquele em que a relação aberta e transparente do pai com “namoradas” cria proximidade com a filha.

G7F1:18 - Também depende da relação que as pessoas tiverem. A relação que eu tenho com o meu pai é uma relação de amizade. Eu olho para o meu pai, não como um pai autoritário, mas meu amigo. Lá está, também tem a ver com as próprias vivências. [...] O facto de ele também ter as namoradas dele, quer dizer cria-se ali... o quê que ele vai-me dizer a mim quando ele também tem as dinâmicas dele e as próprias relações dele. [...] O meu pai, é homem, e sempre falou isso comigo, o que é o amor, a sexualidade, o que é que traz, que consequências traz. Se calhar, esse à-vontade que eu tenho com ele permite-me ter esse tipo de comportamentos em minha casa. [...] A sério o meu pai acima de tudo é meu amigo.

Paralelamente, também se reconhece nos progenitores um esforço de actualização e de aproximação aos filhos: eles estão a *acompanhar a evolução* (G2F1:18). No entanto, também há discursos reveladores de uma efectiva aproximação com os progenitores, afirmando que *falam de tudo, com à-vontade, com ambos os pais* (G4F3:20).

G2F1:18 - [...] acho que eles começam a perceber a nossa mentalidade, a nossa maneira de ser, porque o mundo evolui e nós temos que acompanhar essa evolução.

G2M4:19 - Acho que também parte dos pais terem capacidade para acompanhar o filho e tentar perceber e enquadrá-lo na sociedade actual, acho que devia de haver mais atenção.

Mas, de uma forma geral, a tónica discursiva vai no sentido de que é difícil o diálogo sobre sexualidade com os progenitores pois a abordagem que eles fazem é de tipo formativo no âmbito do papel parental que a sociedade lhes atribui e condensada numa perspectiva marcada pela educação para a saúde. Assenta em propostas e discursos

preventivos do VIH/sida e de gravidez, numa perspectiva racional e normativa das práticas.

Os/as jovens referem que estas conversas são habitualmente de iniciativa dos progenitores, numa atitude que é percebida como uma manifestação de preocupação com os comportamentos dos filhos/as, nomeadamente no que respeita aos comportamentos sexuais de risco e ao risco de gravidez. A conversa assume geralmente uma natureza funcional e utilitária, com os pais/mães a alertarem para os “cuidados”, numa preocupação que se materializa na recomendação do uso do preservativo, e na realização de exames médicos (análises). Ou seja, nesta primeira abordagem ao tema que é feita pelos progenitores, está visível a dominância do paradigma biomédico que se tornou saber de referência da modernidade (Foucault, 1994a).

G2M2:20 e G2M4:19 - Foram os pais.

G2F3:20 - Foram os pais que puxaram o assunto.

Moderadora - E o assunto foi o quê?

G2M2:20 - Os normais, os cuidados a ter.

G2M1:21 - O normal naquela conversa que começa por “eu sei o que é ter a tua idade” e por aí fora.

[...]

G2M4:19 - A conversa começa sempre por causa dos cuidados. Os pais estão sempre preocupados ... o motivo para falarem com os filhos começa por aí.

G2M1:21 - sim, sim. A maior parte das conversas andam à volta dos cuidados.

G3F5:19 - Eu ...Ok...Os pais explicam sempre aquelas coisinhas básicas.

G3M3:21 - Sim o básico... “Tem cuidado!”

G4F3:20 – [...] Tanto eu como o meu namorado fizemos análises. Tanto os meus pais como os dele quiseram assim...e eu e ele [...] e fomos fazer as análises para ver se estava tudo bem. [...].

Este papel dos progenitores, no sentido da prevenção, é aceite pelos/as jovens como fazendo parte da função educativa parental.

G6M4:21 - [...] por exemplo, a minha mãe já chegou à minha beira e disse: “toma pega lá preservativos “ e preocupa-se com esse tipo de questões. Eu acho que isso faz parte de uma das competências do pai ou de uma mãe, preocuparem-se com a saúde física do filho ...Não é agora dizerem: - “ olha, tem cuidado que as coisas acontecem!”. Não! Há que ser pró-activo e dar alguma coisa antes. Depois, cabe à pessoa se usa ou não. Acho que faz todo o sentido usar e acho que um bom pai...

Para além dos comportamentos, também é sentido que os relacionamentos de namoro são objecto de preocupação e atenção por parte dos progenitores. Assim, por exemplo, a atitude de um pai que aceita a presença do namorado da filha, em casa e a orienta para, acompanhada do namorado, verem televisão no quarto em vez de na sala, é entendida pela filha como estratégia de “observação” por parte do pai, muito mais do que de incentivo à privacidade que é o que (no discurso em causa) o pai enuncia.

G7F3:23 – [...] Só comecei a ir para o quarto quando o meu pai começou a dizer assim: “ Olha, mais vale ires para o quarto, sempre estás mais à-vontade... vai para o quarto com o teu namorado e não sei quê, o que vês na TV da sala, também vês no quarto”. Mas, quer dizer, eu entendi que ele ao pôr-me à-vontade, eu pensei...

G7M3:23 - Ele está ali e controla a situação...

G7F3:23 - Sim, ele está ali e...quer dizer, ele quer que ele vá lá, porque também quer conhecer: “ como é que ele é, como é que ele se comporta com a minha filha”. Ele está ali, mas também controla. Ele é muito observador e vê pelas próprias atitudes. Ele sabe, não nasceu ontem.

A abordagem verbal da sexualidade por parte dos progenitores aparece associada a um duplo-padrão de preocupação diferenciada em função do género. Falar de sexualidade com um filho ou com uma filha é diferente. No caso do filho, os progenitores chamam a si a responsabilidade da conversa. Porém, se a conversa for com a filha, esta assume um sentido mais íntimo e privado. Manifestamente declarada como uma *conversa séria*, o pai delega responsabilidade na mãe.

G2M1:21 – Não, eu estou a dizer no geral. Não quer dizer que isto aconteça na minha casa, mas acho que é muito. Assim, se for um filho, tanto a mãe como o pai têm...

G2F4:21 - Mais facilidade.

G2M1:21 - Mais facilidade. E se for uma filha principalmente, o pai descarta-se muito da responsabilidade.

G2F3:20 - Isso é o que acontece em minha casa. Eu tenho um irmão mais novo dois anos e com o meu pai fala mesmo sobre isso e eu nunca toquei esse assunto com o meu pai ... uma conversa séria, não...

G2M1:21 - E se calhar o teu irmão já falou com a tua mãe?

G2F3:20 - Sim, com o meu irmão, os dois ... eu, uma conversa séria com o meu pai, nunca.

G7M3:23 - Normalmente quando há o pai e a mãe, eles dividem, a mãe fala com as filhas e o pai fala com os filhos - quando falam.

G7M3:23- Comigo foi assim. O meu pai falou comigo e a minha mãe com as minhas irmãs. Até porque eu acho que os pais [refere-se ao pai] não sabem muito bem como é que hão-de falar com as filhas, passa um bocado por isso, não tem aquele à-vontade. A mulher é mulher, já sabe transmitir aquela experiência, o pai ... não há aquele à-vontade.

G7M4:23 - Se calhar não é por não saber, é tipo “ai! Não vou falar com ela para ela não fazer isso...”.

No diálogo entre progenitores e jovens, a sexualidade é conversada mais na perspectiva de transmissão de informação de tipo médico do que na perspectiva da sua vivência emocional, como evidencia um dos jovens ao afirmar que no diálogo progenitores-jovens não existe à-vontade para verbalizar comportamentos que definam experiências relacionais de intimidade.

G3M4:19 - Com os pais nós nunca nos sentimos 100% à-vontade, pelo menos eu falo por mim... Às vezes quando vou dormir fora ou assim, e vou dormir com a minha namorada ou assim... Não chego à beira dos meus pais e olha “Pai, vou dormir com ela”, claro que não. Digo “Tchau aí pai, vou dormir fora”. Não me sinto à vontade para chegar à beira deles e “olha, vou dormir com ela e não sei quê, apareço aqui amanhã, preparem o almoço...”

Encontra-se também, entre progenitores e jovens, uma prática de “não-discurso” (verbal) que é afinal um nível de comunicação (ou de discurso) sobre a realidade de que não se quer falar.

G6F3:20 – Eu acho que são coisas que os pais sabem [...] mas...

Com efeito, ao nível da família, a sexualidade parece ser, salvo raros casos, uma presença ausente que os progenitores *sabem* existir nos jovens e que estes sabem ser uma faceta da vida dos/as progenitores, mas cuja afirmação explícita revela incómodo. Isso percebe-se não só na dificuldade de diálogo, no diálogo forçado (pelo risco de doença e de gravidez) ou no não-diálogo sobre a sexualidade dos jovens, mas também no domínio de sexualidade dos próprios progenitores. Esta é uma realidade de tipo não-presença ou presença escondida cuja tomada de consciência é incómoda e só por erro tem lugar. É assim que a questão: *Vocês já apanharam os vossos pais?* (G4F3:20) que surgiu num dos grupos, obtém respostas cuja tónica dominante é um grande mal-estar:

G4F3:20 – Eu já vi, é horrível.

G4M4:21 - Mas foi macabro!

G4M3:20 - Prefiro ir buscar os meus fones e começar a ouvir música, do que estar ali...

G4F5:21 - É assim, eu quando apanhei os meus pais, foi há pouco tempo, eu ponho-me na pele... Como hei-de explicar? Foi assim um bocado...eu não fui lá com o intuito de ver o que eles estavam a fazer, mas eu bati à porta e entrei logo, fiquei assim com uma cara [exemplifica cara de espanto]. A primeira vez que os vi... fui buscar as coisas que tinha ido buscar e não sabia, só que... Fiquei tão envergonhada, é que... não queiram! Quem nunca viu, não queiram! Eu senti-me muito, muito mal.

G4M3:20 - É ver o inferno.

G4F5:21 - Não é ver o inferno, mas eles tapam-se todos...já sabem e tal... Eles estão todos cobertos e...disfarcei [...]

G4M3:20 – Não vi, só ouvi.

G4F5:21 - É a tal coisas, quando abro a porta, ... Mas é que ele não sabe disfarçar mesmo! Vejo a cabeça do meu pai...saio...

G4M2:21 - É aquela cena...

Moderadora - E mais alguém já apanhou os pais?

G4M1:19- Já!

G4F1:18- Ouvi! [...] Ouvi e fechei a porta.

Moderadora - Fechaste a porta.

G4M5:18 - Chorei a rir a primeira vez que ouvi! A sério! A primeira vez que ouvi, chorei a rir! Não conseguia dormir, estava a ver televisão. Estava com som. E o meu pai, ... uma vez ficou sem som, e eu, tipo, chorei de rir. Depois, cena, não consegui estar a ouvir, tipo, fui buscar os fones e pôr, senão...

Em outro grupo (em que a temática foi lançada pela moderadora), as respostas transmitem a ausência da situação.

Moderadora - E os vossos pais fazem barulho?

G7M4:23 – Eu nunca ouvi.

G7M3:23 - Em minha casa o meu quarto está no lado oposto, nunca ouvi.

G7M2:25 - O meu é encostadinho e nunca ouvi.

G7F3:23 - Eles fazem e não fazem barulho?!!

G7M2:25 - São muitos anos de treino.

G7M2:25 – Realmente, às vezes penso nisso e nunca tive uma pista.

G7M4:23 - Eu também não e eu vivi a vida toda até há dois anos atrás no quarto ao lado... e eu nunca.

7.1.1. Sexualidade e género – percepções diferenciadas

A diferenciação entre géneros, nomeadamente no que respeita à menor legitimização da percepção, pelos/as jovens, das representações mentais dos progenitores, aparece a autonomia/liberdade das raparigas. No comportamento dos progenitores aparece o sentido educativo associado a atitudes de maior protecção das raparigas a quem se atribui menor auto-suficiência - o que confirma as conclusões a que chegou Vilar (2002).

G5M2:20 - Com o meu pai, eu pedia-lhe para sair ao fim-de-semana e ele torcia o nariz, mas deixava. Mas, às minhas irmãs não deixava.

G7M3:23 - Mas eu acho que isso é mais no caso das mulheres. Eu acho que se preocupam mais do que em relação ao homem. Em relação ao homem deixam andar... Eu tenho duas irmãs e eu acho que os meus pais fazem muito mais um filme quando são as minhas irmãs do que eu quando arranjo uma namorada. Por exemplo, a minha irmã mais nova, que é diferença de um ano, já andam mais em cima dela, tipo: “ para onde é que tu vais? Com quem vais?”. [...] Se por exemplo, eu chegar a casa às duas da manhã, os meus pais não me dizem nada, na minha irmã já não é bem assim.

G7F1:18 - Ela é mais nova um ano?

G7M2:25 - Nem que fosse da mesma idade, basta ele ser homem.

G7F1:18 - Tem a ver com o género [...] Eu tenho um tio que tem uma filha de 17 anos e um filho que agora tem 19, mas ele quando tinha a idade dela saía até às tantas da manhã e ele nunca lhe disse nada e à miúda proíbe-a de sair à noite.

G7M4:23 - É por ser rapariga.

O sentido de maior liberdade incorporado ao sexo masculino está de tal forma interiorizado que o facto de ter muita liberdade faz uma das nossas jovens sentir-se um rapaz.

G7F3:23 – Eu, isso, tenho sorte. Sinto-me um rapaz. É verdade. Eu tive sempre muita liberdade [...]

Subjacente, está a moral feminina imposta pelas disposições disciplinadoras, assentes em imperativos que conduzem a atitudes de submissão (Bourdieu, 1999). A este propósito o autor exemplifica com as posturas corporais que, submissas nas *mulheres cabilas* e “convenientes” nas mulheres da sociedade Ocidental, mais não são do que uma *espécie de cerca invisível*.

É essa moral que é explicada quando, assumindo a liberdade, as raparigas a apresentam como algo que se gere com sentido de responsabilidade, no sentido de corresponder às expectativas virtuosas que delas esperam os progenitores.

G7F3:23 - [...] eu dizia assim: “ a que horas é que eu chego a casa?” e o meu pai dizia-me assim: “às horas que tu achas que deves chegar”. E ele até podia dizer assim: “podes chegar às três da manhã”, mas eu até chegava por volta da meia-noite. Porque tinha aquela responsabilidade e sabia que tinha que chegar cedo [...] Foi-me inculcada muita responsabilidade [...] Mas a minha liberdade nunca foi muito restrita. Ele [o pai] inculcou-me muita responsabilidade e eu própria, mesmo nas questões da sexualidade e do amor, embora eu falasse muito com ele, pois tenho uma relação de grande proximidade com o meu pai, eu acho que o facto de ele não impor muitas regras, mas inculcar-me muitas responsabilidades [...]. Muita gente diz: - “ ah! Não pode ter muita liberdade...” Depende, eu tive liberdade, mas com o sentido de responsabilidade.

É assim que quando confrontados com práticas preventivas das filhas, os progenitores chegam a demonstrar reacções de surpresa, manifestando que não estão preparados para a realidade de que a jovem/filha concretiza a sua sexualidade activa. Uma das jovens com quem a mãe tinha conversado sobre “os cuidados” associados à sexualidade, conta que o seu pedido de autorização para iniciar a contracepção surge, para a mãe, como uma espécie de confissão sobre o facto de ela já ter iniciado uma vida sexual activa.

G2F4:21 - [...] Lá está, comigo foi um bocado mais complicado. Quando eu pedi à minha mãe para iniciar a contracepção, ela ficou assim um bocado “Ah!!! mas isso é porque tem vida sexual activa , assim regular?!”

A representação dos progenitores sobre a sexualidade das filhas aparece associada à expectativa de um comportamento virtuoso.

G6M3:22 - Os pais têm sempre a ideia que as mulheres são Santas ...”A minha filha não!”...

Nessa ordem de ideias, o sentido atribuído às experiências sexuais das filhas surge ajustado à conjugalidade. As raparigas reforçam a ideia de que existe um desejo permanente dos progenitores, em particular das mães, de as verem casadas.

G6M3:22 - Às vezes é do pai e da mãe...”sempre foi assim na família e o meu vestido está guardado para a minha filha”.

G6F5:23 – *Pois! a minha mãe quer que eu me case...*

G6F4:20 – *Pois! a minha mãe também.*

G6F5:23 - *Quando eu lhe falo que não me quero casar ela diz: “o quê!? E vais viver junta?”.*

G6F4:20 - *Exacto!*

[...]

G6M3:22 - *Os pais dela dizem “Ah! Estás aqui só a comer e a beber de graça. Tens que casar com ela”*

Para além das conversas, os progenitores adoptam atitudes. Umhas e outras tomam formas diferenciadas em função do género. Assim, para os rapazes, os discursos e as práticas estão muito dirigidos para o uso do preservativo, quer através do aconselhamento sobre o seu uso, quer através da sua aquisição e entrega ao jovem.

À pergunta de uma jovem: - *algum dos vossos pais alguma vez teve a iniciativa de vos dar um preservativo, por exemplo?* (G2F4:21), um jovem rapaz responde: - *a primeira vez que eu tive preservativos foi a primeira vez que eu fui de férias sem os meus pais e a minha mãe não disse nada, simplesmente mandou-me uma caixa de preservativos, mas foi a minha mãe que tomou essa iniciativa* (G2M1:21). Esta ideia fica reforçada na frase de um outro jovem que refere que a mãe lhe recomenda que deve *andar seguro*, o que significa andar sempre com um preservativo na carteira (G4M4:21).

G4M4:21 - *[...] por exemplo, a minha mãe já chegou à minha beira e disse: - “toma, pega lá preservativos“ ... e preocupa-se com esse tipo de questões [...]. Eu falei com a família e depois, por exemplo, a minha mãe aconselhou-me a ir ao Centro da Juventude para ir buscar os preservativos e isso... andar seguro, andar sempre um na carteira...[...] O meu pai que disse: “ah, ele já está em idade de aprender certas coisas e tal...!” [risos]. Foi à base disso... Depois lá fui eu buscar a caixa dos preservativos.*

G6M1:20 - *Já me deu dinheiro para comprar [preservativos] e o meu pai também, tanto um como outro. E sempre falei abertamente ...*

Para as raparigas, os procedimentos dos progenitores não passam por práticas directas ligadas ao uso de preservativos, mas estão mais associadas ao acto médico, através do

encaminhamento ou acompanhamento às consultas de planeamento familiar e de prevenção da gravidez através do encorajamento à tomada da pílula, numa preocupação com o corpo-reprodutor, numa perspectiva médica de sexualidade.

G6F1:22 – Eu acho que para as raparigas é mais na base da teoria.

G6F5:23 - Exacto. Eu vejo por mim que com o meu irmão é diferente. A maneira como o meu pai fala, ele é diferente de que como fala comigo, por exemplo.

G6F4:20 - Também acho isso, com o meu irmão foi diferente. Comigo foi mais “tens que ter cuidado”. Explica-se o risco a partir de uma notícia da TV e fala-se sobre a sida e de todos os riscos, mas na prática dar um preservativo não...

[...]

G6F3:20 - [...] a minha mãe fala abertamente comigo se tiver que ir à médica. Eu acho piada quando vou à médica com a minha mãe. Ela tipo manda a minha mãe sair, porque acha que eu não me vou sentir à-vontade, o que não é o caso. [...].

G4F2:18 - A minha mãe levou-me a uma consulta de planeamento. [...] No centro de saúde.

G7F3:23 - [...] ele [o pai] vai comigo às consultas de ginecologia ...a sério, o meu pai acima de tudo é meu amigo. [...] ele vai. Vai-me buscar a pílula, vai-me comprar a pílula.

O recurso à medicina preventiva parece corresponder sobretudo às ansiedades e medos relacionados com o risco de gravidez. No entanto, também aparece a preocupação com as doenças sexualmente transmissíveis.

G4F3:20 - É assim: eu, para primeiro pensamento, é a gravidez. Tanto eu como o meu namorado fizemos análises. [...] sim, sim, doenças sexualmente transmissíveis e tudo.

A preocupação mais exigente com a vigilância das raparigas é atribuída ao risco de engravidar, a ponto de uma mãe jovem da amostra, expressar que é preferível ter filhos rapazes, no que constitui uma manifestação da interiorização dos preconceitos sociais sobre o género.

G5F4:21 - É por isso que eu preferia ter um homem/rapaz [...] Menino é muito melhor. [...] A mulher é mais preocupação...o meu pai não teve essa preocupação com o meu irmão, o meu irmão é diferente, tá-se bem. Agora comigo tinha. [...]

Está em causa, na visão dos/das jovens, uma inquietação, legitimada pela gravidez na adolescência. De novo, a ideologia sexista faz aparição nas aplicações de uma mãe e um pai, jovens da amostra, que afirmam a intenção de, no futuro, manterem um contínuo comportamento de vigilância, com condutas de policiamento, sobre as filhas.

[Mãe] G5F4:21 - Pá, é assim, eu perdi a minha virgindade tarde. Eu perdi com 17 anos. Naquele tempo havia meninas com 11,12, 13 anos... À minha filha, parto-lhe os dentes. Se ela me aparece assim grávida em casa...parto-lhe os dentes todos. Há que ter muita regra...tipo, se engravidar o que é que eu vou fazer. Com as miúdas hoje em dia é preciso ter muito cuidado [...]. Vê-se miúdas tão desenvolvidas já a tomar a pílula. Eu acho que hoje está do pior. Você vai para a noite... você... está do pior... [...] Não, tenho a minha menina. Mas por um lado, eu sei que ela vai querer...olhe vai querer... vai comigo, tá-se bem. [...].

G5F2:17 - ela é que aparece de barriga cheia e pronto.

[Pai] G5M1:21 - se a minha chegasse a fazer isso, pegava-lhe nos cabelos, tau!-"agora vai pôr uns dentes novos".

[...]

[Pai] G5M1:21 - Um pai também tem que tomar conta da filha e andar de caçadeira na mão.

[Mãe] G5F4:21 - Estou mesmo a ver o pai da minha filha andar sempre atrás dela, andar sempre atento a ver quem anda com a filha.

Ou seja, a maior atitude de vigilância e controlo por parte dos progenitores em relação às raparigas é, de alguma forma, esperada pelos/as jovens, encarada como reflexo das circunstâncias da actualidade facilitadoras da gravidez precoce.

G4F3:20 - Eu acho que é assim, se calhar pensam ...hoje em dia as miúdas estão a engravidar cada vez mais, então como os outros pais... imagine ela engravida a minha mãe sabe então vai andar sempre em cima da minha irmã depois. [...] Os pais vêem as outras crianças e depois protegem as suas. Por exemplo, a minha irmã,

sabendo, até pode estar a par dessas coisas, mas a minha mãe sabe das outras ... como é que eu explico? Ela vê as outras crianças a engravidar e tem tendência a proteger a filha.

Veremos mais adiante como os/as jovens têm uma percepção de cada vez maior precocidade da sexualidade. Para já, interessa anotar que os discursos distinguem contextos temporais diferenciados, colocando-se os/as jovens numa conjuntura de progresso quando comparam as suas atitudes e mentalidades com as dos seus/suas progenitores. No contexto do passado (utilizam frequentemente a expressão *antigamente*), a sexualidade é pensada como menos visível no espaço público e como mais controlada. Chegam a referir que no passado os namoros eram proibidos e havia um controlo mais apertado por parte dos adultos. No entanto referem que, apesar dessas dificuldades de *antigamente*, os comportamentos não eram muito diferentes dos de hoje pois, *apesar de não existir tanta liberdade, as raparigas também apareciam grávidas* (G3F1:17).

G7F2:21 - Antigamente nem era permitido ter sexo sem casares.

G7F3:23 - Logo, por aí, o sexo tinha outra conotação.

G7M2:25 - Acho que não podes ir por aí. Eu acho que o que eles faziam antigamente era igual ao que fazemos agora, só que mais fechado.

G3M2:18 - E antes também eram mais proibidos os namoros; os pais andavam sempre em cima, a tomar conta

G3M4:19 - E não tinham aquela liberdade que nós temos agora. Uma rapariga...

Novamente o controlo da sexualidade, referenciado à família, é particularmente atribuído à mãe. No *passado*, os/as jovens (hoje adultos/as) já pensariam como os/as jovens de hoje e já faziam o que os/as jovens fazem hoje, *só que mais às escondidas*, pois a oportunidade para estarem sozinhos era menor dado que os contextos de vida passavam muito pela presença da mãe em casa. Nesse sentido, referem que *antigamente* as pessoas tinham que ser *mais originais* (G3F5:19). Esta importância atribuída à presença da mãe no lar é melhor compreendida se atentarmos como, na comparação com a actualidade, os/as jovens atribuem a maior liberdade de hoje à maior facilidade

dado que *os pais passam a vida fora de casa* (G3M3:21). Veremos mais adiante que, de facto é no lar familiar, aproveitando as ausências dos/as progenitores, que os/as jovens experimentam, hoje, a sua sexualidade.

7.2. A escola e as tecnologias de informação e comunicação

A escola, hoje em dia é um meio social responsável, politicamente, pela educação sexual dos/das jovens. De facto, quando os/as jovens retratam a sexualidade em contexto escolar, associam-na a estratégias de *disciplinação*, a pedagogias e a formas educativas formais, ou seja, a um contexto onde a sexualidade é referenciada de forma objectivada tal como encontrou Fonseca (2009).

G7F3:23 - [...] Eu para aí até aos meus 10 anos pensava que um bebé vinha de uma cegonha e eu fico a pensar, isto dá para pensar, "na minha altura ou na minha geração se eu falasse no sistema reprodutor já era saber muito... Ela sabe isso tudo porque ensinam na escola!" [...].

Referindo-se à educação sexual que é feita em contexto escolar, os/as jovens falam da escola de hoje (e da de jovens de gerações mais novas). O tema da escola foi pouco desenvolvido nos grupos, o que pode ser interpretado como expressão de pouca relevância na socialização destes/as jovens. Na escola, a sexualidade assume um papel (in)formativo, nomeadamente na área da educação para a sexualidade preventiva.

G2M2:20 - [...] a maior parte das vezes, não é uma disciplina, mas há uma vez por mês aulas que ensinam os métodos contraceptivos.

Os entendimentos acerca da educação sexual em contexto escolar deixam perceber a ambivalência relacionada com as condições de uma temática que só recentemente entrou no espaço público, tendo estado submetida a um pensamento moral que a excluía do mundo social. Encontramos discursos em que os/as jovens manifestam e apoiam que a educação sexual em meio escolar tenha como objectivo o desenvolvimento de

competências, por forma a permitir que procedam a escolhas informadas. Também se encontra manifestações de que as temáticas relacionadas com a sexualidade são em si promotoras de um início precoce, nomeadamente porque que a informação que transita em meio escolar contribui para estimular a vontade de experimentar. Depois de iniciarem a abordagem temática nas escolas, os rapazes e as raparigas mais novos/as querem saber mais e procuram experimentar – contradizendo o entendimento de estudiosos e especialistas na matéria (Sampaio et al., 2005 a 2007; Vaz, 1996).

G3M1.21 - Mas também isso das crianças de 12 e 13 anos, também as pessoas começam a abordar isso nas escolas e depois as crianças querem saber mais. Portanto, falam com os amigos e isso, querem experimentar essas coisas...

No espaço público as fontes de informação sobre sexualidade são diversificadas. Os discursos remetem principalmente para o fenómeno das novas⁶⁷ tecnologias de informação e comunicação, novo mundo em que está facilmente acessível o consumo de produtos e serviços, directa ou indirectamente associados à sexualidade.

Neste tema, os rapazes são os que se mostram mais informados, explicando como, para além da televisão, também a internet, em particular, é um fácil meio de consumo de produtos declaradamente sexuais.

Os/as jovens fazem referência a programas que surgem na televisão em canais generalistas (como por exemplo, “Morangos com açúcar” ou “Rancho das coelhinhas”) ou em canais com programas dirigidos especificamente para jovens (como por exemplo, o canal MTV). Referem que através destes programas têm acesso a mensagens preventivas, eróticas e/ou pornográficas.

G4F2:18 - Aparecem muito mais das doenças... na MTV.

G4F4:19 - Tem muitos reclames sobre contraceptivos...

⁶⁷ Partimos do pressuposto de “novo” ligado à concepção de objectos “transitórios” de Bauman (2001). Inerente ao princípio da *modernidade fluida*, que desvaloriza a duração, os objectos “transitórios”, destinados a serem usados (consumidos), tendem a desaparecer no processo de consumo. Nesse sentido, e sob o princípio da *liquefação da sociedade*, as novidades consideradas preciosas são rapidamente ultrapassadas (Bauman, 2001; 2005).

G4F3:20 - Sobre a Sida... é mais sobre doenças sexualmente transmissíveis.

G4M1:19 - A própria novela “Morangos com açúcar”, por exemplo, em todas as séries também dizem isso, há sempre um tema desses. Eu lembro-me das primeiras séries dos “Morangos com açúcar”, tratava-se da gravidez na adolescência.

G5M5:18 - É como o “rancho das Coelhinhas” [...] ensina aquilo também.

G5M4:22 - O que é?

G5M5:18 - Aquilo é uma casa de puuuu... de prostitutas e ensina a ...

G5F4:21 - Elas põem-se todas em filas e eles escolhem.

G5M5:18 – Já viste que fixe? ...”Olhe, quero aquela”.

Também os filmes (no cinema ou na televisão) ensinam práticas e modelos de sexualidade:

G5M1:21 - andam com um fato todo preto só com um tubo para respirar [...] é todo à base de masoquismo.

G5F2:17 - e andam de fato preto?

G5M1:21 - então não andam!

G5F2:17 - cabeça e tudo?

G5M1:21 - tudo, respiram só com o tubinho. Você não viu “Cidade do Pecado”? Também conta tudo. É uma série.

A Internet aparece muito presente nestes discursos. Os/as jovens descrevem situações em que já participaram. Referem-se ao *cibersexo*, indicando moradas de acessos gratuitos, como sítios de encontro que facilitam o jogo de sedução e onde se podem consumir conteúdos eróticos/ pornográficos .

G5M2:20 - [...] a mim, fazer sexo pela net não, mas já me aconteceu as raparigas fazerem um strip através da web ... só que há alguns momentos que a mãe entra dentro do quarto e nós fechamos o portátil. [...] Depois nós dizemos: “tira a camisola” e nós pensamos que vamos ver o soutien e ela já está sem soutien.

G6M1:20 - [...] Elas estão a mostrar, mostram o seu corpo, não todo, porque querem cativar alguns para pagar; estão ali, mostram-se, dizem adeus, mandam beijinhos e algumas fazem encontros, estão com os seus companheiros e têm relações sexuais e há aqueles altos marados que querem ver algo mais a fundo e pagam no privado e dizem: - “quero que vocês façam isto ou aquilo”. Eu nunca paguei para nada do género, aliás quando se vê, está em contactos naturais de chats. Qualquer site pornográfico tem uma barra de lado com os vídeos em directo.

[...]

G6M1:20 - [...] eu não pago para ver filmes ... vamos à net [...], admito que haja pessoas que vejam e que alugam, mas eu não conheço ninguém. Normalmente o pessoal vê na net – ou arranja na net ou vê directamente. Eu vejo directamente, mas não alugo filmes pornográficos [...] pagar, claro que não. Já vi vários diferentes, mas pagar para algo que se relacione com pornografia nunca paguei, nem tenciono pagar.

É também referida, embora sempre na terceira pessoa (de forma impessoal), a indução de práticas de exibição ligadas ao sexo - o *Sexual story telling* (Plummer, 2003b) - por via do mercado lucrativo das imagens do sexo nos modernos meios de comunicação.

G6M3:22 – Não! Eu sei que há pessoas que ganham uns trocos a mostrar a sua vida em directo. Eu conheço uma pessoa que também é americana, que empresas dão-lhe tecnologias para ela mostrar o seu dia-a-dia como meio de publicidade de uma nova tecnologia.

G6M1:20 - Há câmaras Web gratuitas para ver o que a menina de Nova Iorque da Wall Street está a fazer naquele momento. E ela mostra a sua câmara gratuitamente para todo mundo. É claro que se alguém quiser algo mais que ela não está a mostrar, carrega-lhe o telemóvel ou manda-lhe dinheiro para a conta [risos].

Há pessoal nas aulas a fazer isso... (G5M5:18) - referem-se a jovens que nas aulas estão a visualizar programas eróticos/pornográficos. Este *cibersexo* levanta novos problemas relativamente às fronteiras da intimidade. De alguma forma, revela-se a apreensão em relação a esta nova cultura, onde as histórias sexuais estão em toda a parte (Plummer, 2003b) e a intimidade pode facilmente ser devassada, deixando transparecer

a necessidade de ter cuidado com as novas tecnologias (especificamente com o *YouTube*). Se os discursos deixam perceber que existe um desejo de *voyeurismo*, simultaneamente, mostram também o receio das eventuais consequências da liberdade que, comandada pela web, põe a descoberto a intimidade. Este receio espelhou-se claramente num dos grupos que alimentou, durante uma parte inicial do debate, a dúvida sobre as nossas (moderadora) intenções com a vídeo gravação do grupo.

Moderadora - *Como eu já disse, o filme é só para vos ouvir...praticamente não estão a ser filmados.*

G5M2:20 - *Está apontado para os pés.*

Moderadora - *Mas diz-me uma coisa: - isto está-te a incomodar?*

G5F4:21 - *Não. Só se pensar!*

G5M2:20 - *Não vai pôr no You Tube ?*

Moderadora - *Não, mas tu tens medo que isso aconteça?*

G5M5:18 - *Não estou a dizer nada de mal!*

G5M2:20 - *Não. Estou sentado e vestido... não...*

Para além dos discursos em que demonstram conhecimento dos meios tecnologias de informação e comunicação, afirmam a utilização que deles fazem – o que é em grande parte discursos de rapazes. Os/as jovens referem-se às tecnologias de informação e comunicação numa avaliação moral referenciada ao que consideram ser seu contributo para a precocidade da iniciação na sexualidade. As novas tecnologias de informação e comunicação surgem, associadas a uma maior libertação na aprendizagem, permitindo que a sexualidade se desenvolva, num contexto de maior precocidade do que o que foi vivido pelos/as jovens da nossa amostra. Percebe-se, uma atitude crítica em relação à precocidade das vivências dos mais novos, facilitadas pelos meios tecnológicos.

G7F3:23 - *Não, eu acho que agora vai-se directamente ao acto.*

G7M4:23 - *Agora é mais radical, é mais “Morangos”.*

[...]

G7M3:23 - *Acho que agora não têm tanta consciência dos problemas, partem logo para o acto sem saberem bem qual a consequência desse acto...*

G7F3:23 - *Eu escrevia cartas de amor e mandava pelo ...*

G7M3:23 - *Hoje em dia é: manda-se mensagem, encontramos-nos em tal sítio e já está.*

[...]

G7F1:18 - Hoje, mal se conhecem, já trocam números de telefone e depois ao outro dia já se telefonam e depois já se encontram e já estão aos beijos...

G7F3:23 - E a fazer conferências, em que estão para aí uns três ou quatro ao mesmo tempo ...vídeo chamadas. Ela tem onze anos e já faz vídeo chamadas e não sei quê!...

Com efeito, os/as jovens exprimem a percepção de que a mudança social em matéria de sexualidade é muito acelerada e sempre no sentido da maior precocidade da aprendizagem. Eles/as próprios/as referem que, com doze e treze anos, ainda não pensavam nessas questões, ocupando-se com brincadeiras mais associadas à infância (brincavam com *Barbies* e jogavam futebol). O tipo de vida actual e as novas tecnologias são associados a uma maior liberdade e à aceleração do processo de crescimento. Os/as mais novos/as deslocam-se sozinhos/as aos centros comerciais, aos cinemas e à praia, ou seja, *começam a sair mais cedo* (G3M4:19), sendo *bombardeados* pelos meios de comunicação (G2M1:21). Nas palavras de um dos jovens: *acho que têm um crescimento muito rápido. Acho que querem passar de crianças a adolescentes, logo* (G7F1:18).

G3F4:17 - Eu, falo por mim, também não sou nenhuma cota, mas com essa idade não pensava sequer nisso, ainda brincava com as Barbies [risos], mas convivo com miúdos dessa idade e noto a diferença...lá está... acho que tem a ver com o estilo de vida que eles levam: já saem muito mais, eu não saía... eu saía da escola, tinha que ir pra casa... já saem, vão ao shopping, vão ao cinema, vão para a praia já sozinhos... e acho que isso suscita mais conversas, mais... e depois também é a idade, o parecer bem, é a roupa, é...eu fiz isto...e sair à noite e às vezes nem sair... e é a curiosidade de experimentar...de saber mais...

G3M2:18 - [...] é como se diz: “as crianças crescem mais rápido agora” ...já... mais cedo e querem experimentar outras coisas...

G3M4:19 - Acho que agora já se nota, por exemplo eu, com doze anos, com essa idade, acho que não ligava a essas coisas, agora...

G2M1:21 - Eu sinto diferença de mim para a minha irmã, que é mais nova do que eu dez anos ... pronto, ela ainda tem dez anos, ainda está a entrar, [risos] ... e já se nota que vai ser um percurso

completamente diferente e ela acaba por ser bombardeada pelos meios de comunicação e isso mais do que eu fui... sim. [...] Eu e a minha irmã somos bastantes diferentes, temos personalidades diferentes, mas nota-se já, em dez anos já tudo é diferente e já noto isto estando a minha irmã numa idade que pode-se dizer que ainda não entrou.

[...]

G2F1:18 – Eu acho que, hoje em dia, os jovens têm tendência para ser muito rápido ... não sei ... como ele disse, começaram aos beijinhos e de repente já estavam ali na hora. Eu acho que se formos todos pensar assim para onde é que a sociedade vai?

[...]

G2F3:20 - Se bem me lembro, no nosso tempo não havia reclames a preservativos na TV.

G2M1:21 - Quando eu era pequenito era assim uma coisa nem se percebia bem o que é que se estava a falar

G2M2:20 - Agora até há as linhas de apoio para quem quiser tirar as dúvidas ... na altura não havia nada disso, acho eu.

Na visão destes/as jovens, é o acesso à tecnologia, em geral, que é precoce, o que afirmam em comparação com o seu tempo de adolescência.

G7M3:23 - É. Acho que hoje em dia há liberdade a mais. Na nossa altura ...

[...] A partir do momento em que uma criança a partir dos 6 anos tem já um telemóvel ...

G7M4:23 - É muito cedo, tem logo internet e tendo internet pode ver tudo. Pode ver filmes pornográficos, podem ver raparigas nuas...

G7M3:23 - É, é isso.

G7M2:25 - Eu acho que eles não vivem a infância, tipo jogares ao pião...

G7F3:23 - À patela.

G7M4:23 - Não vivem a infância.

[...]

G7M3:23 - Eu até aos dezoito anos quem me desse uma bola de futebol para eu jogar com os colegas, davam-me tudo, nem estava muito preocupado com a relação. Hoje em dia crianças de catorze e quinze anos já estão preocupados se vão beijar aquela, ou ...

[...]

G7F3:23 - Eu, para a minha sobrinha, tem quinze anos, e ela gosta de um rapaz, ela gosta de um e depois gosta de outro, está naquela fase, e eu digo: “manda-lhe uma carta” e ela: - “ai que piroso, mando-lhe um email!... Ó tia, és mesmo antiquada!!”

[...]

G7F3:23 - Eu tenho uma sobrinha de oito anos que já tem Hi5, Messenger e tem oito anos.

G7M2:25 - Tenho lá um vizinho que tem seis anos e ele vai para o Messenger...

G7F3:23 - É como ela, faz vídeo chamadas com as amigas, já mexe no Word melhor que eu ...

De certa forma, estes/as jovens apresentam a sexualidade da geração seguinte, como produto da sociedade tecnológica que os leva a assumir comportamentos relacionais *radicais* no sentido de pouco ponderados. Na construção explicativa sobre a moderna sociedade, os/as jovens dão a perceber que a *informacionalização* (Castells, 2003) actua na vida quotidiana, reorganizando o espaço em torno de uma permanente presença da sexualidade. É de realçar o facto de este tipo de discurso crítico relativo à presença de assuntos sexuais, nos meios de comunicação, aparecer já em gerações precedentes: jovens universitários, em meados dos anos oitenta, afirmam existir demasiado sexo na televisão e consideravam que os filmes da época eram demasiado explícitos em assuntos sexuais (Vaz, 1988).

Neste contexto, quando lhes é pedido por nós – moderadora – que deixem uma mensagem para os mais novos - “o que é que vocês gostavam de dizer?” - verifica-se que a preocupação se centra na cultura do risco. Os/as jovens enviam mensagens assentes em concepções e valores morais e em regras de práticas saudáveis que lembram o que eles próprios relatam da atitude dos progenitores em relação a si próprios.

G2M2:20 - Para aproveitarem a vida, mas com juízo!

G2M1:21 - No fundo é isso.

[...]

G2M3:25 - *Sem forçarem nada ... acho que se força um bocado na adolescência, acho que há muita malta aí preocupada em fazer ou não fazer...*

G2M1:21 - *Façam o que gostem ... mas lá está, é como eles dizem, aproveitem mas tenham o mínimo de juízo!*

Moderadora - *Eles vão perguntar: “o que é isso do ter juízo?! ”*

G2M1:21 - *Sei lá!*

G2M2:20 - *Não fazer nada que se venham a arrepender.*

G2M4:19 - *Ter os cuidados de saúde e emocionais adequados à sexualidade e que não seja um assunto que seja um peso para a pessoa.*

G2M1:21 - *No geral, que esse assunto vos traga menos problemas possíveis.*

Moderadora - *Quais são os problemas que podem trazer?*

G2M1:21 - *Pode ser tanto pelo lado de retracção ao assunto como pelo lado que se vão arrepender, o tal “não ter juízo”.*

G2M3:25 - *Doenças, gravidezes, esses podem ser os grandes problemas.*

G2M4:19 - *Graves problemas emocionais também são muito frequentes.*

A moralidade expressa contém implícito o ideal masculino que, mais do que na diferença, assenta na desigualdade de género, nomeadamente quando aparecem mensagens associadas ao sentido da imagem *virtuosa da mulher* (Pina-Cabral, 1989) acentuando a condição de *respeito* e consequentemente posicionando-as de acordo com a *ordem natural* do mundo (Bourdieu, 1999) – *E muitas raparigas respeitarem-se a elas próprias antes de tudo ... há muita falta disso hoje em dia*” (G2F4:21).

Surgem, igualmente, mensagens que associam a sexualidade à afectividade. Quer isto dizer que a lógica do significado de afectividade/amor romântico está presente no pensamento sobre sexualidade. Este tipo de discurso vem de raparigas e também de rapazes o que, de alguma forma, contraria o sentido mais hedonista atribuído aos rapazes (como adiante aprofundaremos).

G2M2:20 - *Os rapazes respeitarem as raparigas.*

G2F1:18 – *Também eu concordo com isso.*

[...]

G2F1:18 - Acima de tudo que gozem mas que não se deixem ser gozadas.

[...]

G2M3:25 - E com alguém que gostem, não fazerem por fazer...

G2M1:21 - Amem o mais possível.

G2F3:20 - Se é bom, é por ser com quem é, não é por ser o que é.

7.3. A socialização da sexualidade - breve síntese

A aprendizagem da sexualidade aparece diversamente remetida para os espaços privado e público.

No espaço privado, os progenitores são a principal referência. É com eles que, por sua iniciativa, se “conversa a sério” sobre o funcionamento sexual, nomeadamente do ponto de vista dos riscos. São “os cuidados” que preocupam os pais/mães – riscos de doenças sexualmente transmissíveis, mais explicitamente presentes no caso dos rapazes e riscos de gravidez, mais presente no caso das raparigas. Com uma atitude coerente com a moderna *ordem do biopoder* (Foucault, 1994a), os progenitores orientam e deixam-se orientar, no quotidiano, por mecanismos disciplinadores biomédicos. Inerente a eles aparece a visão diferencial de género e o valor do comportamento virtuoso da mulher. Os progenitores transmitem mensagens diferenciadas que, de forma geral, reproduzem categorias de género coerentes com as expectativas de distintas vivências da sexualidade. Nos filhos, o desempenho é abertamente encorajado, nomeadamente, em alguns casos, pela entrega de preservativos. Em relação às filhas, a atenção é dirigida para o “risco social”, um sentido de resguardo que adopta atitudes de vigia e manifesta uma maior preocupação com a moral sexual e relacional - situação determinante para uma menor autonomia/liberdade. Adoptando um registo aparentemente informativo, os progenitores passam uma mensagem percebida como moral e transmissora de condutas disciplinadoras desiguais, com um sentido de menoridade sexual e relacional para as

raparigas.

O diálogo com os progenitores é uma área dificultada pela artificialidade da situação, que convoca a intimidade sexual, habitualmente é marcada pela ausência de discurso - algo que se sabe existir, mas de que não se quer falar. Percebe-se ainda que no diálogo com os progenitores estão ausentes atitudes ou conversas de tipo saber-experimentado/afectivo-relacional o que de certa forma contribui para a transmissão da percepção de sexualidade tabu.

Os/as jovens valorizam a atitude dos progenitores de abordarem o assunto sexualidade, reconhecendo que ele faz parte do papel parental. Mas, apresentam a aprendizagem da sexualidade, na realidade, como passando-se no diálogo com os pares e na aprendizagem individual, nomeadamente por via das tecnologias de informação e comunicação. As tecnologias de informação e comunicação surgem nos discursos dos/das jovens como fontes de informações e possibilitam uma interacção com o “outro ausente”, elemento central da vida moderna (Giddens, 2000b), nomeadamente como resposta ao desejo *voyeurista* sobre esta nova cultura que expõe permanentemente histórias sexuais (Plummer, 2003b).

A presença frequente, no quotidiano, de mensagens provenientes dos meios de comunicação, surge como construtora de modelos de percepção da sexualidade. A percepção dos/das jovens é de que, hoje, o espaço se organiza em torno da permanente presença da sexualidade – contexto que já se distancia da sua própria aprendizagem sexual. Percepcionam de forma crítica a influência do apelo social da sexualidade sobre a geração futura, associado a redes tecnológicas que “naturalmente” determinam e aceleram o processo de comunicação e influenciam directamente o curso do desenvolvimento relacional, com uma concepção que tem subjacente pressupostos mais hedonistas e menos românticos.

CAPÍTULO 8. A sexualidade experienciada

Neste capítulo foca-se a sexualidade do ponto de vista das práticas. A sexualidade dos/das jovens, é uma prática efectiva. Veremos como ela surge ancorada a um sistema de significados e símbolos culturais que, actuando nos discursos e nos comportamentos, reproduz categorias tradicionais de género. A tomada de decisão e os medos associados à primeira relação sexual/coital reflectem valores morais diferenciados, com as raparigas a manifestarem sentido de responsabilidade pelas consequências do acto e os rapazes a viverem como fundamental a questão do desempenho, associada à categoria de virilidade masculina. Ao longo do capítulo, temos ainda oportunidade de perceber analisar as relações entre sexualidade, prazer, relação e práticas comportamentais - eróticas e pornográficas - apropriadas em contextos de espaço público.

8.1. A sexualidade juvenil como prática legitimada

A construção discursiva dos/das jovens reflecte um entendimento de sexualidade como algo que faz parte efectiva das suas vivências do quotidiano. Para estes/as jovens, a prática da sexualidade corresponde a um processo natural, inerente às trajectórias juvenis, como necessidade inscrita no corpo. Este registo evidencia uma alteração relativamente aos dados apresentados, na década de oitenta, por Vaz (1988), que afirmava existir uma certa ambivalência, incerteza, ou seja, um “*mixed feeling*” relativamente ao facto de, particularmente as jovens raparigas da sua amostra, referirem que, em princípio, se devia esperar pelo casamento, embora fosse admissível não o fazer. Na nossa amostra, não só este argumento nunca foi utilizado, como, de facto, a quase totalidade da amostra já teve relações sexuais com penetração⁶⁸. Ou seja, a

⁶⁸ Apenas 7:54 jovens indicam não ter tido relações sexuais com penetração. Destes jovens, 5:7 raparigas têm entre dezassete e vinte anos de idade; 2:7 rapazes têm entre dezoito e dezanove anos de idade.

questão da sexualidade pré-conjugal que tanto preocupou as gerações até à década de sessenta, setenta e oitenta, parece estar completamente ultrapassada, com os/as jovens a considerarem-na determinante para a manutenção dos seus relacionamentos afectivos. Um dos jovens refere mesmo que, se a sua namorada só quisesse ter relações sexuais após o casamento, teria terminado o namoro.

G6M4:21 – [...] Mas acho que é uma coisa, uma coisa normal, uma necessidade fisiológica de ambos. Ou seja, há momentos em que há mais atracção do que outros, claro que há; há momentos mais propícios que outros, claro que há. Mas estar aqui a dizer “ah! o sexo não acontece ou acontece uma vez por mês, deve acontecer, talvez daqui a dez anos ou quinze anos de relacionamento, aí claro! ... Mas agora, na nossa idade, é uma coisa completamente banal. Uma pessoa tem confiança com outra pessoa. Não diz que é uma coisa que acontece diariamente, isso também não. Mas é uma prática ...

G6M1:20 - Às vezes.

G6M1:20 - Às vezes sim, é justo pensar assim...às vezes não acontece durante algum tempo e às vezes acontece loucamente durante muito tempo.

[...]

G6M4:21 - Às vezes há mais necessidade de ... e outras menos. Depende da parte do clima, da vontade. Agora estar aqui a dizer que a sexualidade não faz parte da vida de uma pessoa ...nós não temos 10 nem 15 anos. Toda a gente está aqui e sabe que a sua vida normal... a minha relação não depende disso ...

G6F1:22 - Não depende, mas precisa.

G6M1:20 - Sem isso, não subsiste, na minha opinião. Sem isso, é um bocado difícil...

G6M4:21 - Mas foi como tu disseste, se calhar, se a outra pessoa ...

G6F1:22- Não é completamente dependente, mas precisa...

G6M1:20- É uma parte integrante.

[...]

G6M4:21 - Eu acho que há uma certa altura em que é necessário para a relação ...não depende, lá está! Eu estive muito tempo, antes de namorar, sem ter relações, mas a partir de uma certa altura, uma pessoa começa ... a intimidade é tão grande que uma pessoa sente que faz parte e que se calhar podemos experimentar ou coisa assim do género. Agora, estar a dizer que não faz parte, só depois do

casamento, acho que, lá está, é como o (G6M2:22) estava a dizer: " se uma pessoa pensa de uma maneira e outra pensa de outra", ... depois, não é só essa parte que vão divergir um do outro, vai haver outras coisas que vai acabar por romper ...se calhar é como ele disse, eu não estava agora com a minha namorada.

Orientada por padrões da *modernidade radicalizada* (Giddens, 1996), a sexualidade surge ancorada à individualização, na medida em que a opção de ser sexualmente activo/a passa pela decisão reflexiva de cada um/uma.

G4F3:20 – [...] É normal, 17 anos, para a idade... [...] É assim... para mim... eu sou muito picuinhas... Era só quando quisesse. Quando eu sentisse que queria... era quando eu queria e foi até aos 17 anos.

Quando tomam a decisão de iniciar a sua vida sexual, não existe qualquer tipo de impedimento que não possa ser ultrapassado - nem mesmo, nomeadamente, quando há dificuldades para encontrar o lugar adequado. Ou seja, quando há intenção, não faltam oportunidades, nomeadamente na própria habitação em que vivem com os progenitores dado que os/as progenitores passam o dia todo fora a trabalhar e esta situação facilita os acontecimentos.

G3M5:20 – [...] Eu penso assim: eu se não puder fazer alguma coisa em casa, eu faço na rua. Eu digo isso à minha mãe e é verdade ...se não puder fazer em casa tenho de arranjar outro sítio para fazer.

[...]

G3M3:21 - Ah! Sítio é o que não falta

G3M4:19 - Ah isso é. Eu também acho.

G3F5:19 - Os pais passam o dia todo a trabalhar, os horários são flexíveis

G3M5:20 - Tirinho às aulas

G3F5:19 - Estás a ver? Há a casa, não estão, é lá!

8.2. A iniciação sexual e sua percepção diferenciada pelos géneros

Por iniciação sexual, os/as jovens da nossa amostra entendem a primeira relação coital. Como refere um dos rapazes, a sexualidade é valorizada: - [...] *depois de ter o acto sexual* [primeira penetração] (G7M2:25).

É verbalizada a existência de práticas, pessoais ou partilhadas, antes da primeira experiência coital, o que aparece como experiências de aprendizagem. Por exemplo, eles e elas referem que, por volta dos doze anos de idade, brincavam ao denominado jogo “bate pé”⁶⁹ – descrevendo comportamentos e práticas de exploração (com maior ou menor intimidade física) entre rapazes e raparigas, tais como: *apalpar e beijar*.

G7F3:23 - Há o jogo do bate pé.

G7M3:23 - Sim, o meu primeiro contacto que tive com uma rapariga foi tipo o jogo bate pé.

G7F3:23 - Tínhamos que dar um beijo ou dar um beijo na boca à pessoa, mesmo sem gostar dela.

G7M4:23 - Era por número, aquilo dava a volta e é a quem calhar. Cada número tinha por exemplo, um abraço, um apalpão, um beijo na cara ou na boca e conforme saísse, se a pessoa rejeitasse tinha a consequência.

G7F3:23 - Normalmente ninguém queria a consequência, por exemplo, 20 voltas, a não sei onde. E eu: “vinte voltas!?” [...] Ia agora correr!

A estas práticas de exploração da sexualidade sucedem-se progressivamente comportamentos mais íntimos, sem penetração, entendidos como de preparação para a primeira relação sexual.

G3F4:17 - E tem a ver também com as situações, não é?... Depende de...se calhar, quando uma pessoa pensa mais nisso...[Risos] tem a ver também quando tu já tens um namorado a sério...e lá vem a evolução, não é?...não é só uns beijinhos, depois as pessoas evoluem, não é?

[...]

⁶⁹ Também conhecido como jogo “verdade ou consequência”.

G3M5:20 - Isso é o mais normal numa criança, a curiosidade que tem...

G3M4:19 - Chega a uma certa idade em que começam a ligar mais, a pensar [...]

G3M2:18 - Vontade? Tem vontade de experimentar.

G3M5:20 - Ver como os paizinhos fizeram... [RISOS] como é que é... como é que é se eu tocar...

Relativamente ao momento adequado para a iniciação sexual, fica claro que não existe uma idade que balize o momento certo para a primeira relação sexual com penetração.

G2F3:20 – Eu acho que não há aquele momento em que se diz: - “ai eu agora estou preparada” ... Eu pelo menos nunca me senti preparada ... acontece... não há o momento que se diz: - “Ai! agora é que eu me sinto bem!” ... pelo menos comigo não aconteceu assim.

[...]

G2M1:21 - Não, porque se estivermos à espera disso ... nunca está!”

De acordo com alguns estudos (Bajos et al., 2008; Bozon & Bajos, 2008; Heilborn, 1999; Monteiro, 1999; Vasconcelos, 1998), também na nossa amostra encontramos uma diferenciação na forma subjectiva de perceber a noção temporal de iniciação sexual (mais precoce ou tardia) em função da escolaridade. A posição dos/das jovens com um nível mais baixo de escolaridade vai no sentido da maior precocidade – relativamente aos mais escolarizados. Para os primeiros, dezassete/dezoito anos são já uma idade tardia para se iniciarem sexualmente. Uma jovem com o sexto ano de escolaridade, refere que perdeu a virgindade aos dezassete anos e que já foi muito tarde, dado que no seu grupo de pares era situação única. Diferentemente, através de alguns discursos de jovens rapazes e raparigas universitários/as, percebemos que os dezassete anos é uma idade precoce para a primeira relação sexual/coital e que aos dezoito anos ainda são novos.

Esta diferença de entendimento em relação à idade mais ou menos precoce/tardia da primeira relação coital, em função da escolaridade, remete para os processos de análise inerente à noção de *habitus* (Bourdieu, 1979) e sua influência nas escolhas que

traduzem um conhecimento que é um juízo prático de classificação organizado a partir de um vasto e diferenciado conjunto de disposições estruturantes e estruturadas.

Com base neste entendimento naturalizado e legitimado da actividade sexual, surgem construções discursivas que manifestam estranheza quando reflectem sobre trajectórias juvenis em que a opção vai no sentido da não experimentação pré-conjugal. Mostram surpresa e curiosidade pela situação que afirmam ser de excepção, pois, como referem, actualmente, *a diferença é ser-se virgem.*

G7F3:23 - É claro que eu questiono-me a mim e a elas [amigas], temos algumas conversas em relação a isso. Porque é da minha curiosidade saber o que pensam, por serem diferentes, porque a diferença agora é ser-se virgem.

Nesta matéria, os rapazes são, mais do que as raparigas, afirmativos da não-aceitação da norma da virgindade pré-conjugal. Para os rapazes, a iniciação precoce na sexualidade surge, como uma valorização que no grupo de pares confirma a identidade masculina, através da afirmação da virilidade. A situação inversa, ou seja, a iniciação mais tardia, surge como um possível indicador de orientação homossexual (situação mal vista). Os discursos indicam a importância do reconhecimento dos pares e, de certa forma, o facto de estes funcionarem como factor de pressão para a experimentação.

G5M1:21 - Se houvesse algum colega meu que aos dezassete ainda não ...

G5F4:21 - Era uma vergonha ...eu não me importava nessa altura, mas elas todas...

[...]

Moderadora - Com que idade é que não era vergonha?

G5M2:20 - Sei lá, ... dizíamos com 13 anos - “ei! tá-se a safar” ...agora com 17 anos ou 18 sou virgem...

G5M1:21 - Isto é uma competição.

G5M2:20 - Se encontrássemos assim aquele tipo de amigos: “Só vou perder a virgindade com a pessoa certa”, se calhar já íamos pensar “ele tem razão”. Agora, “Olha! 17 anos ainda é virgem!! Olha! é gay” e esse tipo de situações, leva ...

G7M3:23 - *É mais do homem, isso aí. Porque acho que, se o homem for virgem para o casamento, é visto com olhos ... é assim um pouco pela sociedade, posto de parte.*

G7F3:23 - *Ou, assim, identificado tipo...”ainda é virgem! Será que gosta de mulheres?”.*

Esta questão da virgindade assume um significado diferenciado entre raparigas e rapazes. Para as raparigas, a expressão *perder a virgindade* retrata a importância ainda atribuída à virgindade feminina. Apesar de o significado se distanciar da moral tradicional, que fazia depender a perda da virgindade da conjugalidade, a produção de sentido pelas raparigas é manifestamente associada ao domínio afectivo e relacional no sentido de continuidade da relação e, até, de conjugalidade. Essa motivação expressa-se, nomeadamente, na selecção do rapaz/namorado e na escolha do momento ideal.

G3F2:19 - *Não sei... é a primeira vez. A primeira vez para mim tem de ser especial. Tem de ter algo que eu não vá esquecer. Tem de ter algo que eu conheça, que eu tenha confiança nele. Não vou estar cá: “Olha, anda cá que é contigo”, depois vou ter com o meu namorado com o que aprendi que é para não desiludir. Eu acho que não, que não o vou desiludir. Se ele gosta de mim e eu dele!*

[...]

G3M2.18 - *[...] as raparigas querem aquele momento especial...com o rapaz certo...com tudo isso...*

[...]

G3M4.19 - *E acho que as raparigas [...] é aquela coisa, tipo: “ele faz comigo e se calhar deixa-me”. Acho que com os rapazes não é tanto essas coisas, tipo: fazem e...está tudo bem. E acho que com as raparigas não, ligam mais a essas coisas. Apaixonam-se por um rapaz e querem namorar com ele [...].*

[...]

G3M3.21 - *[...] enquanto que se calhar a rapariga já pensa o contrário: é aquele rapaz e é para casar com aquele rapaz.*

Moderadora - *É assim com as raparigas?*

G3F2.19 - *Eu, é. Não vou esconder que quero.*

O registo dos rapazes sobre a sua própria virgindade é indicativo da desvalorização do conceito e demonstra percepção da diferença em relação ao valor que é atribuído pelas raparigas.

G3M3:21 - [...] porque a questão da virgindade, perder a virgindade...as raparigas pensam de maneira diferente do que os rapazes.

G3M5:20 - Nós é um bocadinho andar para a frente...

Mas a valorização da virgindade da rapariga aparece também no imaginário dos rapazes, nomeadamente no que respeita facto de ter sido com eles que a namorada *perdeu a virgindade*.

G7F3:23 - [...] Por exemplo, eu não sei, mas a maioria dos meus colegas diz isso - “A minha namorada perdeu a virgindade comigo”! Ou seja, eles valorizam bastante o facto de a mulher ser virgem ou não ter perdido a virgindade com muitos rapazes [...].

G5M1:21 – Só usei o preservativo três vezes com a minha ex [ex-namorada]. Uma foi quando lhe tirei a virgindade.

8.3. A expectativa, a desilusão e os medos na primeira experiência coital

Rapariga

G7F3:23 – A minha primeira vez, eu fiquei traumatizada. Na minha primeira vez foi tudo horrível: eu idealizei uma coisa e saiu tudo ao contrário...doeu-me imenso, foi num sítio que eu não queria. Depois estávamos os dois stressados. [...] Foi num espaço verde muito, muito lindo...eu estava cheia de frio, foi horrível, a sério. Eu fui para casa a chorar, eu ia em estado de choque, eu pensei: “ eu não gosto disto, diziam que era tão fixe e eu não quero mais”.

Rapaz

G7M3:23 - Eu pensava que ia ser uma história cor-de-rosa, uma coisa para recordar e foi para esquecer. [...] Éramos os dois e esse é que foi realmente o maior problema. Um fica a pensar “a culpa foi minha” e o outro fica a pensar “não, foi minha” e depois ninguém consegue falar. Ainda por cima, nessa altura, dormimos os dois. Eu fiquei com o apartamento. Tinha falado com os meus colegas na altura e eles foram à vidinha deles e nós ficámos sozinhos a noite inteira e só falámos no dia a seguir. E eu notava que ela estava acordada e...

G7M4:23 - E tu a fazeres que dormias. [RISOS]...

G7M3:23 - Exactamente, até porque eu não sabia o que dizer ...e isso é a pior sensação.

Estas descrições resumem o essencial dos discursos sobre a experiência da primeira relação sexual. Para a quase totalidade dos/das jovens (excepção feita a uma rapariga de 20 anos) a primeira relação sexual/coital foi vivida de forma pouco confortável ou até angustiante. A sensação de mal-estar é exposta através da expansão de sentimentos de “desilusão” e “insegurança”; da forma “desajeitada” e “desconfortável”; da manifestação de “dor” pelas raparigas; de desânimo (da grande brevidade do acto) pelos rapazes e, nestes, ainda pelo medo de “não ser capaz”.

A imagem pré-construída sobre o acontecimento está muito para além, em expectativas, daquilo que se passa na realidade.

G3M2:18 - Como agir... Como fazer...

G3M4:19 – Eu acho que isso sente-se na hora.

G3M2:18 - Mas muitas pessoas têm medo de falhar...

G3M5:20 - A primeira vez será que gostou? Se calhar não desempenhei bem, sei lá, a minha função... [risos] sei lá, depende do rapaz...

G7M2:25 - Corre sempre mal.

G7F3:23 – Estamos tão nervosos, não conseguimos fazer nada de jeito.

G7M4:23 – Eu pensei: - “ei! vai ser para ai uma hora”. O gajo chega e já está!!!! [RISOS]

G7M3:23 - *É uma desilusão... não é a melhor...*

G7M3:23 - *Não. Lá está, ia tão nervoso que foi, chegou e já está. O problema é aquele silêncio que se forma. Ficas ali...*

G7F3:23 - *Parece que não conheces a pessoa.*

G7M3:23 - *Exactamente, ficas ali e já foi. Acabou e depois olha-se para o tecto e ...*

[...]

G7M4:23 - *Eu, foi um dia à tarde. A minha mãe não estava em casa e pronto, aquilo foi uma coisa muito rápida para as minhas expectativas iniciais. Uma pessoa estava a pensar: - "ei! aquilo é que vai ser a tarde toda!" e chego ali, pronto já foi. Foi isto, pronto, para a próxima é melhor...*

[...]

G7M4:23 - *Antes de perder a virgindade, tinha já dormido com raparigas, algumas em que não se passou nada e outras demos uns beijos. Houve algum contacto físico, mas não passou ao acto e isso não me meteu confusão. O que me meteu confusão foi perder a virgindade e ser só aquilo.*

[...]

G7M2:25 - *Corre sempre mal. Eu pensei: "vai ser o paraíso ideal", mas quando dei por mim, pronto ... a minha experiência foi ... estávamos ali na boa e quando eu dei por mim... "vai acontecer mesmo"... pronto está o caldo entornado, "o que é que eu vou fazer? o que é que não vou fazer?" e a partir daí corre tudo mal.*

A primeira relação sexual/coital aparece como um acontecimento que é vivido com vergonha - especificamente a vergonha de se mostrarem nus pela primeira vez. Em alguns dos discursos, a vergonha do olhar faz com que tenham optado por estar às escuras durante a primeira relação sexual.

G4F3:20 - *Tive vergonha, foi a primeira vez com um rapaz [...] tive vergonha de mostrar os seios e a vagina. Foi tudo apagado, não se via nada, só se sentia.*

G4M3:20 - *O sexo à noite é sempre mais confortável, ao princípio ...lá está, é como ela estava a dizer ...olhar nos olhos e isso. Isso também é ao princípio, depois tende a acabar... às escuras é melhor. Mas saber quem está lá...*

Embora o sentimento de mal-estar seja generalizado, mais uma vez, aparece ancorada à categoria de género como distintiva da construção discursiva sobre as circunstâncias necessárias e sobre os medos associados à tomada de decisão.

De uma maneira geral, os discursos masculinos atribuem a angústia da primeira relação sexual/coital a elementos de desempenho, quer quando manifestam o medo que tiveram de não serem capazes da execução (associado ao medo da grande brevidade do acto), quer através da ejaculação precoce. O medo dos rapazes está intimamente relacionado com a execução. É ao medo de falhar que se atribui o adiamento da concretização da primeira relação sexual.

G3M2:18 - [...] também há quem demore mais a decidir por causa dos medos, o medo de fazer, porque pode acontecer aquilo, não ser capaz de... e com esses medos demora mais a avançar...

A estes discursos surgem associados representados preconceitos sociais ancorados em lógicas profundamente genitalizadas e falocêntricas, especificamente inerentes à masculinidade viril.

No conjunto destas inquietações, os discursos deles indicam que a iniciação sexual com uma rapariga que conhecem, de quem gostam e em quem confiam, aparece, para os jovens, como facilitadora do acontecimento.

G3M5:20 - É o receio de que alguma coisa corra mal... é preferível fazer com uma pessoa de quem nós gostamos, não é? Creio eu, uma pessoa com quem nós temos mais confiança não é? Acho que nos sentimos bem mais à-vontade.

Estes jovens nunca referiram, como forma de iniciação sexual masculina, o recurso à prostituição – diferentemente do encontrado por Pais na década de noventa (1993; 1998b)⁷⁰. Vaz (1988) mencionava, já na década de oitenta, ser expectável um progressivo decréscimo do recurso à prostituição, justificado pelo aumento de

⁷⁰ Em investigação realizada, entre Novembro de 1996 e Fevereiro de 1997, a jovens rapazes do concelho de Loures. Pais mostrou que a iniciação sexual, principalmente dos jovens de *status* sociais mais baixos, ocorria com recurso à prostituição – dando continuidade ao modelo de iniciação vivenciado pelo progenitor/pai (Pais, 1998).

oportunidades de os rapazes terem amigas ou namoradas dispostas a terem relações sexuais e, também, pelo facto de os jovens se tornarem progressivamente mais exigentes quanto ao ambiente afectivo envolto no acto sexual.

Diferentemente, para as raparigas, a primeira relação sexual/coital aparece iminentemente ligada com o sentido de responsabilidade, no sentido em que relacionam a tomada de decisão de passar ao acto com o “estatuto” assumido de maturidade, num entendimento subjectivo.

G2F1:18 - [...] Se é aos 15, se é 16 ou aos 11, como se vê agora que os jovens perdem a virgindade, eu acho que isso é decisão de cada um ... eu acho que uma pessoa aos 12 pode ter a maturidade que uma pessoa só tem aos 16. Acho que isso depende de pessoa para pessoa.

Para elas, as exigências não estão centradas no desempenho, mas nas consequências do acto, nomeadamente o risco de engravidar e o risco de serem abandonadas.

G4F2:18 – Não há idade certa... cada um... quando se sentir preparada.

G4F3:20 - Foi o que eu disse, eu senti-me preparada. Mas foi aos 17 anos.

G4F4:19 - Mas depende... uma chavala de 13 anos...

G4F3:20 - Sim, mas já se sentem..., por exemplo de 13 anos, há miúdas que já se sentem preparadas.

G4F4:19 - Depois acontece de ficarem grávidas.

G3F2:19 - [...] porque se for a ver, uma pessoa engravida e quem fica com os filhos somos nós, os rapazes fogem ... [RISOS] [...].

G3M4:19 - E acho que as raparigas também têm um bocado mais de medo porque, é aquela coisa, tipo: - “ele faz comigo e se calhar deixa-me”. Acho que com os rapazes não é tanto essas coisas, tipo fazem e...está tudo bem. E acho que com as raparigas não, elas ligam mais a essas coisas.

8.4. As práticas de sexualidade

Verifica-se pelos discursos destes/as jovens que os seus conhecimentos sobre sexualidade não resultam de ideias abstractas, feitas de informações recolhidas no exterior, mas surgem associados a práticas reais por eles/as próprios/as efectuadas. Eles e elas falam com experiência efectiva.

Para além da primeira experiência, a realização de novas práticas que implicam maior intimidade remete para o modelo relacional de namoro, cenário vivenciado como de pré-conjugalidade em que aumenta a convivência, o à-vontade e a intimidade. A experiência vivida de forma continuada diminui o sentimento de vergonha, o que permite que *tudo seja possível*.

G3F2:19 - Eu acho que se uma pessoa andar com um rapaz há um certo tempo, as vergonhas ficam para trás. Depois as coisas ficam dentro de quatro paredes. Eu penso assim.

G3F5:19 - Claro. Desde que ambos estejam de acordo, tudo é possível.

G5F4:21 - É assim: quando estamos num relacionamento sério, acho que devemos ter uma mente aberta...

G5M5:18 - Vale tudo.

Entre as imagens mais comuns encontram-se as descrições de práticas e posições que imitam o que vêem em filmes eróticos/pornográficos. Encontram-se igualmente descrições de práticas e comportamentos - que os/as jovens apelidaram de *fetiches*, no sentido de “acessórios” - que lhes dão prazer e no qual se incluem, por exemplo, os insultos enquanto têm relações sexuais ou os comportamentos sadomasoquistas.

G5M1:21 - E as mulheres também, é o que as mulheres mais adoram.

As mulheres preferem sexo oral do que penetração.

Moderadora - Como é que sabes isso?

G5M1:21 - É a minha teórica [teoria] ...a minha experiência diz-me tudo... eu só estou a dizer a experiência que tenho.

[...]

G5M5:18 – *É fixe ir de 4.*

G5F4:21 - *É fixe? Não sei!*

G5M5:18 - *É fixe, pelo menos para mim é.*

G4M3:20 – *Estava a dizer que era mesmo hardcore . Toda a gente gosta de se insultar...*

G4M5:18 - *Lá está, são os fetiches!*

G4F3:20 - *Há quem goste de levar com o chicote.*

G4M3:20 - *Era mesmo fixe, em frente ao espelho [risos].*

G4F3:20 - *Eu acho que são mais os homens que têm fetiches do que as mulheres.*

G4M3:20 - *O fetiche tanto dá para os homens como para as mulheres*

Os/as jovens interrogam-se sobre as práticas sexuais nas relações de crescente intimidade, do ponto de vista do seu significado relacional. Em que medida elas traduzem *fazer amor* ou *fazer sexo*? (G4F3:20). Na distinção destas categorizações, a primeira, *fazer amor*, aparece referida à representação relacional romântica e a segunda, *fazer sexo*, surge representada pela interpretação individualista, mais hedonista, da sexualidade, ou seja, entendida enquanto mera fonte de prazer e de satisfação pessoal. A solução encontrada passa por articular entre o prazer corporal e a relação amorosa de que aquele é encarado como veículo. Ou seja, descubrem a sua definição de erotismo como *sexo amoroso*, a que Pais também se referiu com os termos *sexualização do amor* e *erotização do sexo* (Pais, 1998b).

G4F3:20 - *Queria dizer uma coisa.*

G4F4:19 - *Fala.*

G4F3:20 - *Não me esqueci, mas não sei como é que vou dizer. É assim, aos inícios de namoro, as primeiras vezes é amor?...ele falou agora de sexo, depois já fica a ser sexo, certo?*

G4F4:19 - *Eu não penso assim...*

G4M3:20 - *Deixa de haver amor e passa a ser sexo?*

G4F3:20 - *Vocês estão a entender o que eu estou a dizer, o amor é assim uma coisa mais romântica, calma, tipo a primeira vez tudo com muito cuidadinho velinhas acesas. Depois é já experimentar posições novas, coisas assim malucas, eu considero isso sexo. É sexo?*

G4M5:18 - *Depende como fazes.*

G4M3:20 - Amor é uma coisa, sexo é outra.

G4F2:18 - Eu acho que é sempre amor, independente das posições.

G4F3:20 - Não sei...

G4M3:20 - É um sexo amoroso [RISOS]

G4F3:20 - É isso é um sexo amoroso, digam-me se eu estou certa ou errada. É sexo?

G4M5:18 - Depende com quem se faz.

G4F3:20 - Digam-me se eu estou certa ou errada: tipo, a tua namorada, põem-se naquela posição, de quatro, é sexo?!

Os discursos sustentam de forma explícita a ideia de aceitação, por parte dos progenitores, de uma efectiva actividade sexual dos/das jovens. Os progenitores têm conhecimento de que eles/elas têm relações sexuais o que pode acontecer com os/as progenitores em casa. Esta certeza é justificada com o facto de alguns progenitores terem sido já inesperadamente confrontados com a situação.

G6F5:23 - Os meus [pais] sabem.

G6M2:22 - Os meus sabem de certeza.

G6F5:23 - Tanto é que, quando eu estou com o meu namorado, ela [mãe] bate à porta e, quando eu não estou com o namorado, ela entra sem bater.

Moderadora - Então a tua mãe sabe?

G6F5:23 - Sim.

Moderadora - O teu pai?

G6F5:23 - Sim, com certeza.

G6F4:20 - Sabem, nunca me perguntaram...

G6F3:20 - Eu acho que são coisas que os pais sabem. No nosso caso, que nos damos bem com as nossas mães, é natural que elas saibam.

G6M2:22 - Estava aqui a comentar com o (G6M1:20) que a última vez que estive em minha casa [fala da casa dos pais], por acaso isto até é um bocado constrangedor ... Eu por acaso pensava que estava sozinho em casa, pensava que a minha mãe não estava e quando ia a sair do quarto ela apareceu... Estava todo nu, voltei para trás e rimos.

G4F3:20 - Por exemplo, um problema que eu tenho com os meus pais é que eles não batem à porta. Uma vez estava com o meu namorado, estávamos a ter relações, todos nus, e, o meu pai é muito brincalhão,

ele entrou no quarto nós todos cobertos, cheios de vergonha e ele começou a fazer coceguinhas ...[RISOS], o meu namorado todo coisa...mas ele, depois, entretanto saiu ...apercebem-se e saem. Mas o meu pai apercebe-se e sai, mas não devia fazer, deviam bater à porta.

Com base na legitimação da sexualidade por parte dos progenitores, os/as jovens reivindicam o quarto como o seu espaço, representado como a conquista da autonomia relacional. O sentido deste espaço está directamente identificado como a fronteira entre a condição de dependência e de autonomia – nomeadamente inscrita na actividade sexual num quadro relacional.

G4M3:20 - A minha mãe também abre, mas fecha logo ...também não tem o costume de bater à porta...

G4F2:18 - A minha mãe também não bate à porta...

G4M5:18 - A minha também não bate à porta e por isso é que eu não costume estar com minha namorada quando os meus pais estão lá ... quer dizer, estou, mas não a fazer esse tipo de coisas. Por exemplo, em casa dela já é diferente, os pais dela batem e perguntam se podem entrar. Em minha casa, os meus pais têm a mania de entrar ou então batem e entram logo, não adianta ir abrir a porta. Por acaso nunca tive o azar de estarmos despidos e eles entrar.

G4F3:20 - Se trancarmos a porta...

G4M5:18 - “Que estás a fazer? Que estás a fazer?” [perguntam os pais]

G4F3:20 - O meu pai é assim: - “abre a porta, abre a porta” e eu: - “já vou” ...eles sabem, mas às vezes é mesmo para estarem ali dentro do assunto. Eu abro a porta e o meu pai para mim: - “anda” e eu: - “já vou” ... é sempre assim, e às vezes não dá. O meu pai, não é por mal, é porque é muito brincalhão mesmo... a minha mãe não, ela não se apercebe e é capaz de estar ali meia hora: “blá, blá, blá...”. É verdade, a minha mãe é assim, o meu pai não.

[...]

Moderadora - E tu consegues ter privacidade no quarto com a tua namorada?

G4M2:21 - Sim. Dantes, no início, é que não ...não sei se era medo!... medo do que nós estamos a fazer dentro do quarto...

G4F3:20 - Não, eu acho que eles querem mesmo saber o que nós estamos a fazer...

G4M2:21 - Eles sabem...

G4F3:20 - Mas eles têm que meter o nariz sempre.

G4M3:20 - Têm que confirmar.

G4M5:18 - Por mais que uma pessoa não tenha à-vontade para falar sobre isso, eles querem sempre que uma pessoa fale sobre isso e tentam sempre de alguma forma arranjar alguma coisa para falar sobre isso. Se nos apanharem, já vão ter assunto para falarem, mesmo que uma pessoa não queira vamos sempre ter que falar sobre isso. [...] É assim, apanhado nunca fui, mas já aconteceu estar com ela no quarto (não estávamos a fazer nada), mas a minha mãe entrava sem bater e eu nunca gostei de falar sobre isso, porque a minha mãe é do tipo que tem sempre razão e se eu dissesse: “não faças isso” ela dizia: - “ah! Estou em minha casa...” Mesmo que eu diga: -”o quarto é meu e a privacidade é minha”, ela achava-se sempre com o direito de entrar no quarto e se eu fecho a porta fica toda ofendida.

Moderadora - E já tiveste relações sexuais no quarto?

G6M2:22 - Sim, com a porta fechada .

G6F5:23 - Eu também, com a porta fechada.

G7F3:23 - É aquela questão de medo. Mas é assim, eu quando faço, depende das horas, durante o dia, não vou para o meu quarto e fecho lá dentro. É assim, eu chego tarde da faculdade e ele vai namorar lá a casa. O meu pai adormece muito cedo, ele, às nove horas já está a dormir ...e claro, eu aproveito que ele está a dormir, ouço ele a rressonar e tal ...agora se ele estiver acordado eu tenho medo. É aquela questão do respeito. E se ele estiver a dormir é a mesma coisa que ele...

G7M3:23 - Não estar lá.

G7M4:23 - Há dois anos atrás, os meus pais vivem no andar de baixo e comparam o andar de cima e só vivo lá eu com o meu irmão. Mas como o meu irmão é polícia, em Lisboa, eu estou sempre sozinho em casa. E eu escolhi o quarto que não está por cima do quarto dos meus pais, por isso posso dormir descansadinho.

Moderadora - E já levaste ...?

G7M4:23 - Sim, sim, a minha namorada, e antes da minha namorada, levava para lá quem queria.

É assim que se verifica que as experiências vividas tiveram lugar, de uma forma geral, na habitação onde moram (com os progenitores próprios ou da/do parceira/o), especificamente no seu quarto de dormir. Os relatos demonstram alguma descontração, particularmente quando estão em casa sozinhos, mas também quando os/as progenitores, estando em casa, lhes garantem privacidade. É neste ambiente pessoal e íntimo, que elegem o quarto de dormir como o local mais seguro, em que manifestam ter mais à-vontade.

G4M5:18 - Não é o caso de teres gente em casa. Se tiveres a tua privacidade dentro do teu quarto, é na boa.

G4M1:19 - Mas é raríssimo baterem à porta...

G4M2:21 - Chateio-me muitas vezes com minha mãe por causa disso. Ela, se quer ter a sua privacidade, também tem que respeitar a minha e não vai estar a bater e a entrar sem eu dizer ... O quarto é o meu espaço.

G7F3:23 - [...] Em minha casa, embora eu esteja restrita ao barulho, estou à-vontade, estou em minha casa. Não vai aparecer ninguém, nem nenhum ladrão. A minha porta não está fechada às chaves. Ninguém vai ao meu quarto, a não ser que batam à porta.

[...]

G7F2:21 - Ou na casa dele, quando os pais não estão, ou na minha, quando os meus não estão.

G7F1:18 - Sim quando não estão eu também...

G7F3:23 - É um bocado difícil o meu pai não estar em casa.

G7F1:18 - Eu também estou fora durante muito tempo.

Moderadora - E tu também não consegues com os teus pais em casa?

G7F1:18 - Não, por acaso não.

Quando as condições de privacidade em casa não são garantidas, os/as jovens optam por outros locais.

G6M2:22 - Não levas a tua namorada para tua casa... assim com os teus pais lá? Ou vais para o quarto? Fazes isso?

G6M1:20 - Em minha casa não.

G6M2:22 - Era essa a questão.

G6M1:2 - Mas se calhar em casa dela sim [...] em casa dela é mais propício isso acontecer, porque temos um espaço mais ou menos só nosso, mais isolado, é noutra andar da casa.

Moderadora - Na casa dela, vocês vão para o quarto?

G6M1:20 - Sim, nós dormimos juntos.

O carro surge como a situação mais praticável quando não têm condições em casa, embora a ele se associem sentimentos de insegurança e de pouco à-vontade, especificamente pelo medo ligado à possibilidade de serem alvo de situações de invasão por terceiros.

G7F3:23 - No carro à beira mar,

G7M3:23 - Eu, no carro, foi só uma vez e nunca mais.

Moderadora - Porquê?

G7M3:23 - Vi a trepar no vidro de trás [do carro] e arranquei e a partir daí disse não, nunca mais.

[...]

G7F3:23 - Também já me aconteceu [no carro], mas eu detesto...eu estar ali quase nua e aparecer alguém ou fazer mal.

[...]

G7M2:25 - Quando os pais estão, não. Em casa poucas vezes, no carro montes delas.

Moderadora - Não tens a preocupação manifestada por ele e ela?

G7M2:25 - Não, eu quando faço gosto de estar liberto. [...] Não, embora tenha consciência do que possa acontecer, mas a última coisa que estou a pensar é nisso.

O jardim aparece referido uma única vez, como um recurso possível, mas surge como uma má recordação. Para uma jovem da amostra este foi o local escolhido para ter a sua primeira relação com penetração coital.

G7F3:23: - [...] teve que ser. Ele não tinha carro, na altura, e teve que ser...foi num espaço verde muito, muito lindo...eu estava cheia de frio, foi horrível, a sério [...].

Com excepção do carro e do jardim, outros locais são também do conhecimento dos/das jovens (como experiências relatadas por amigos) - nomeadamente foram referenciados

locais públicos entre os quais se destacam: centros comerciais (em elevadores e provadores de lojas), discoteca e praia.

G4M4:21 - Há pessoas que fazem no shopping, nos elevadores. Aí não pode ser lento.

G4M4:21 - Sim, eu conheço gente que faz.

G4F3:20 - Também podem ser fetiches, não tem nada a ver.

G4M4:21 - Eu vi casos que fazem nos vestiários das [nome de loja] e isso...

Moderadora - Ah é ?

G4M3:20 - A mim, também já me disseram, não sei se conseguiram fazer. A minha namorada trabalhava na [nome de loja].

G4F4:19 - Já ouvi falar na discoteca.

Moderadora - Também me falaram nos provadores das lojas tipo [nome de loja].

G7M4:23 - Eu tenho uma amiga minha que diz que perdeu a virgindade na [nome de loja].

G7F3:23 - Eu tenho uma colega minha que trabalha numa loja do shopping e já me contou várias situações...

Nas discotecas, em Portugal e em Espanha (país que aparece frequentemente nos seus discursos como tendo costumes mais modernos - *em Espanha vemos que estão mais à frente* (G5F4:21) -) mencionam que, com frequência, vêem casais a terem relações sexuais junto às casas de banho ou em locais mais escondidos dos olhares.

Moderadora - Houve grupos em que me disseram que faziam nas discotecas.

G7F3:23 - Não, isso não.

G7M4:23 - Não, mas em Espanha já vi assim um bocado coisas...

[...]

G7M4:23 - Eu aqui nunca vi, mas acho que em Espanha é prática normal.

G7M3:23 - Eu também já vi em Benidorm, perto da casa de banho, em sítios mais escuros. E já vi também em Ibiza.

G7F1:18 - Eu já vi em Espanha também.

Também a praia aparece como um local onde uma jovem indica que, com frequência, vê pessoas a terem relações sexuais.

G7F3:23 - Eu já vi na praia montes de vezes quase ao meu lado. [...] de dia, de tarde. Vê-se mesmo os movimentos com a toalha em cima. Eu já vi tantas vezes. Eu não fazia! Eu não gosto de me exprimir muito em público, então com ele não gosto. O máximo é dar um beijo ou agarrar-me, agora assim, grandes cenas, não gosto.

8.5. A sexualidade experienciada – breve síntese

Orientada por padrões da sociedade moderna, a sexualidade destes jovens surge como um processo naturalmente legitimado nas trajetórias juvenis. Ela assume uma dimensão individualizada (Giddens, 1996), pensada como necessária à subsistência dos relacionamentos. Nesse contexto, a quase totalidade dos/das jovens refere ter vida sexual/coital activa.

A iniciação teve lugar com um/uma parceiro/a conhecido/a (frequentemente designado/a por namorado/a), o que indica um sentido de distanciamento em relação à forma tradicional de iniciação sexual/coital masculina, de recurso à prostituição (Pais, 1993; 1998b) - evidencie-se que este recurso nunca surgiu referenciado pelos/as jovens da nossa amostra.

Aproximação em determinados entendimentos e comportamentos entre rapazes e raparigas, não deixa de ser acompanhada da permanência de significados e símbolos culturais que operam nos discursos e nas práticas, reproduzindo categorias de género. Nesse sentido, percebe-se o significado diferenciado atribuído à virgindade, que nas raparigas surge associado a um valor moral e é verbalizado pelo discurso da *perda da virgindade* - trata-se de uma concepção de tipo essencialista, naturalmente relacionada à honra feminina em que a *pureza* surge corporizada pelo hímen (Pitt-Rivers, 1971). Nos

rapazes, a virgindade assume uma lógica diferente. A sua não materialização surge como uma espécie de *castração voluntária*, arriscando a pôr em causa a sua masculinidade, uma vez que o sentido, tal como refere (Pitt-Rivers, 1971), está directamente relacionado com o desempenho ou com a *coragem* demonstrada. Ainda em relação à primeira relação sexual/coital, percebe-se que os meios sociais, operários/populares ou estudantis, parecem influir na relação com a sexualidade do ponto de vista da idade de iniciação.

Outra diferenciação que se encontra relacionada com as categorias de género é a que flui nos medos associados à relação sexual/coital, nomeadamente na percepção da primeira relação sexual/coital que, no entanto, é, por ambos os géneros, percebida num registo de desilusão face às expectativas. Associada às manifestações de receio prévio à primeira relação sexual/coital, actua igualmente a representação de categorias de género, nos rapazes, profundamente associados à masculinidade viril e nas raparigas às consequências do acto (manifestado pelo medo de engravidar e o medo de não concretizar uma relação com propósitos conjugais).

Na relação continuada, os/as jovens adoptam práticas sexuais de grande intimidade, numa atitude de liberdade facilitada pelo ambiente social e familiar. A sexualidade é vivida, nomeadamente, no quadro doméstico, especificamente no quarto de dormir, em contexto de privacidade. A *ars erótica* é aprendida no espaço público, através das tecnologias de informação e comunicação, com os/as jovens adoptarem práticas diversificadas que reproduzem a informação erótica/pornográfica assimilada.

Esta condição é manifestamente facilitada, quer através da legitimidade sexual concedida pelos progenitores, quer pelo facto de estes passarem muito tempo fora de casa, facultando o espaço necessário à experimentação. A experimentação surge ainda associada a espaços públicos (jardim, discoteca, praia, centros comerciais – elevadores e provadores). De certa forma esta situação pode ser um indicador de que existe uma certa “urgência” de experienciar o que é visto pelas tecnologias de informação e comunicação. Ou seja, a sexualidade dos/das jovens, percebida como fazendo parte do

domínio do quotidiano, torna-se um possível indicador da legitimidade social da sexualidade juvenil.

CAPÍTULO 9. O corpo relacional

Neste capítulo analisamos os discursos que se referem à questão do corpo relacional. Eles vão centrar-se sobretudo no corpo como suporte do “Eu”, como mensagem ao “Outro” e como expressão de identidade. O corpo é relacional, construído na exigência da relação com o “outro”, impregnado de representações que se afastam da reprodução “naturalizada” e se aliam a modelos que obedecem a normas da modernidade, ou seja, o corpo “*palavra*” (maleável, modificável, moldável).

Através da construção discursiva acerca do que significa o corpo, torna-se possível perceber que ele é um elemento de sedução ou de repulsa, ou seja, ele é fundamental para tornar possível, ou não, uma relação.

G2F1:18 - Claro que é o físico. É o que está à vista.

G2M1:21 - A primeira coisa que se repara numa pessoa, é exactamente no físico.

G2M1:21 - Acaba por ser porque é a primeira impressão.

G2F2:17 - Se calhar até pode ser uma boa pessoa, mas não temos ...quando vemos uma pessoa bonita, uma pessoa chega-se a ela, fala com ela ... não estou a falar por mim, é a sociedade... quando vemos uma pessoa feia, já não temos a mentalidade para ver: “agora vou ver como é que esta pessoa é”.

G2F3:20 - É um chamariz.

G2F1:18 - Nem chama a atenção, uma pessoa se é bonita se está bem vestida...

G2F2:17 - Sim, mas quando vês uma pessoa oh!/, é logo...

G2F3:20 - Magnético!

G2M1:21 - Sim, mas o corpo é exactamente a primeira impressão.

A este propósito, os/as jovens referem que há uma maior disponibilidade para se aproximarem de alguém que tenha uma imagem visual mais bonita (em prejuízo do contrário), manifestando ainda que, no momento de aproximação, o intelecto é

subvalorizado. Integrado no contexto da racionalidade moderna, este é um corpo pensado como sujeito soberano de poder.

G4M1:19 - Sim, mas a primeira impressão que tens duma pessoa é a beleza, não é? Por exemplo, estás numa discoteca. Vês uma miúda bonita e outra feia. Vais ter primeiro com a bonita, claro. É a primeira impressão que tens de uma pessoa, é a beleza.

G4M5:18 - Sim, sim.

G7F1:18 - Sim, mas tu só te aproximas das pessoas porque achas interessante, não te aproximas porque achas ...

G7M3:23 - É mais fácil no início aproximarmo-nos de uma pessoa que tem um aspecto físico muito bonito do que uma que não.

G7M4:23 - É o que chama primeiro a atenção e não se ela é uma pessoa culta. O que chama primeiro a atenção é o físico.

Mas o lugar preponderante, ou não, do corpo, relaciona-se com as intenções relacionais. Em situações de envolvimento relacional diminuto, o corpo surge sobrevalorizado – sobretudo com a atracção física a ganhar maior expressão. Como afirma um dos jovens, num contexto relacional pouco vinculativo, a sua escolha recai primeiro na rapariga que fisicamente mais lhe agrada.

G7M4:23 - [...] é para ter um relacionamento sério ou para ter alguma coisa? Se fosse para ter alguma coisa escolhia a rapariga melhor, sem dúvida.

No registo da sobrevalorização corporal, os/as jovens mostram que esta está igualmente relacionada com a idade, dado que recordam que, quando eram mais novos, o corpo/físico ocupava uma maior importância.

G7M2:25 - Pensavas assim quando tinhas 18 anos?

G7M3:23 – Não, aí não, era um olho para cada lado, para a cara e para o corpo [mas faz um gesto que mostra que o corpo tinha mais importância]. Agora [com a idade actual] acho que o físico em si tem importância, quem me disser que não tem, acho que está a mentir, mas não tem aquela importância.

G7F3:23 - Agora, isso, não me diz nada, porque depois, ali pode estar uma boa pessoa ou uma cabeça cheia de areia e agora se calhar com 23 anos já não olho para um homem se é bonito. É bonito, espera aí: vamos ver o que é que ele pensa, como é que ele está na vida, quais são os objectivos de vida dele, e como é que ele vai reproduzir na prática.

9.1. Um instrumento na lógica da sedução

Na lógica de sedução/atracção, a opção dos/das jovens assenta no ideal de beleza corpo-magrezza. Adoptando padrões de modernidade, conduzidas por normas de anti-peso, os/as jovens abandonam a ideia de se sentirem seduzidos pelos/as gordos/as.

G5M2:20 - Não uma muito goooooorda.

G5M1:21 - Olhe se for gorda ... um gajo assim como eu ou ele a gente perde-se ...depois só com o macaco [faz o gesto como se tivesse a usar o macaco – utensílio de automóvel].

Neste contexto, deixam perceber valores inerentes à “normalização” sexual dos corpos com finalidades estéticas, reveladoras de estereótipos, pensadas no masculino e feminino. Os seus discursos são denunciadores de um corpo masculino que espelhe *performance: entroncado e musculado* (G5M1:21); G2M3:25). É assim que, quando um dos jovens coloca a seguinte questão à sua irmã: - [...] “*e as tuas colegas o que querem de um homem?*”, a resposta sugere a reprodução de um ideal de masculinidade previsto, nomeadamente quando refere: - “*Moreno, musculado, olhos claros*” [...] (G2M3:25). No mesmo sentido, à imagem do esperado, o corpo feminino é pensado como *belo, redondo, bem feito e sensual* (G6M3:22).

Neste registo de corpo/sedução, associado a assimetrias simbólicas que reproduzem significados diferenciados do corpo masculino *versus* feminino, os rapazes por exemplo, reconhecem adoptar “novos” comportamentos - cuidar da imagem - próprios das sociedades ocidentais contemporâneas (autodefinindo-se como metrossexuais). No

entanto, justificam tais condutas no interior de um sentido hegemónico da masculinidade viril, dado que novas práticas que antes eram pensadas para o corpo feminino, dão a entender que estas estão associadas a consumos *especificamente masculinos*.

G3M5:20 - *Um homem...Um homem que gosta daquele tratamento, como uma mulher... Não é como uma mulher, porque não há aquele tratamento específico feminino e masculino.*

G3M1:21 - *Isso não se pode dizer que seja homossexual.*

G3M3:21 - *Aqui estamos de acordo.*

[...]

G3M4:19 - *Antigamente os homens não se importavam com essas coisas, eram grandes macacos só pêlos no peito e nas costas.*

G3M2:18 - *Isso eram homens... agora já não ligam tanto a isso...*

[...]

G3M5:20 - *É uma coisa perfeitamente normal... Cuidar da imagem regularmente...*

G3M4:19 - *Eu acho isso muito bem...Não sei.*

G3M5:20 - *Hoje em dia cada vez se nota mais...*

[...]

G3M3:21 - *Eu faço depilação.*

G3F5:19 - *E põe cremezinho...*

G3M4:19 - *E umas máscarazinhas de vez em quando e um tratamento de pele. Eu acho que isso não tem problema nenhum. E eu acho que se toda a gente fizesse assim cuidasse de si acho que não era mau...dá para manter.*

A conversa sobre a prática de depilação masculina denuncia a dificuldade de articular as normatividades novas (depilar-se) com as representações interiorizadas do passado próximo.

G3F5:19 - *Um homem tem que ter pêlo, se tirar em exagero também fica mal. [...]Se não, não é homem, é mulher.*

[...]

G3M2:18 - *Antes falava-se homem que é homem tem barba. Agora até nem se liga muito a isso...*

G3M3:21 - *É um bocado pela higiene.*

G3F5:19 - *Estás a falar na questão dos pêlos?*

G3M3:21 - Na questão dos pêlos, sim.

G3F5:19 - Depende.

G3M5:20 - Há partes do corpo... [aponta para a zona púbica] ...é uma questão de higiene.

G3M1:21 - Sim, nos pêlos púbicos.

G3M3:21 - E se calhar é mais higiénico.

G2M3:25 - Uma mulher peluda não é nada atractiva, por exemplo.

Uma outra característica importante na sedução, relacionada com novas “necessidades”/práticas das sociedades ocidentais contemporâneas, surge associada à ideia de corpo bronzeado. Um dos jovens refere que qualquer pessoa fica *mais atraente* se estiver bronzeada (*G2M2:20*). No discurso de um outro jovem, esta característica surge igualmente como elemento fundamental na sedução e, nomeadamente, na conquista das mulheres.

G2M3:25 - Eu normalmente sou assim branquinho e até um bocadinho mais, mas este Verão fiz muita praia e tive possibilidade de ficar muito moreno e o facto de eu ficar muito moreno, tive mais sucesso com as mulheres. [...] Fiquei mesmo muito moreno ... não estou para aqui a supor nem nada, não tenho dúvidas.

Pelos discursos, percebemos igualmente que neste corpo sedutor operam mecanismos de disciplina, submissão e regulação que, e num processo de impregnação da vida do quotidiano, orientam para a remodelação do corpo. Pautados pela lógica do ser rejuvenescido, constroem uma modelação identitária à imagem dos imperativos de juventude e de magreza.

G2M3:25 - E então se for um homem gordo e bonito?

G2F1:18 - Vai para o ginásio!

[...]

G2F4:21 - Vai correr na marginal...

Orientados pela moderna normatividade do antievelhecimento, os/as jovens imprimem um tom de reprovação a determinadas características inerentes ao envelhecimento, nomeadamente à flacidez dos corpos. Eles e elas deixam-se nortear pela manutenção do

corpo jovem e esbelto, reproduzindo princípios estéticos inerentes à concepção da sociedade moderna.

G5M2:20 - Daquelas velhas que só têm as peles?!

G5M1:21 - Ou não. Daquelas [velhas] que têm as mamas até aos joelhos .

A contradição entre as disposições interiorizadas no passado (e ainda presentes no social actual) e as disposições que se incorporam por proposta da sociedade de consumo actual aparecem de novo na concepção estética do (re)arranjo com os/as jovens a assumirem uma postura crítica em relação a artifícios que construam uma aparência enganosa. A este propósito, afastam o uso de “acessórios ilusórios”, tais como o vestuário formativo, a maquilhagem e a peruca. Esta diferença de entendimento remete para a ideia de que “Actualmente, as práticas de beleza procuram menos edificar um espectáculo enganoso do que conservar um corpo jovem e esbelto. Elas orientam-se menos para a sofisticação do parecer do que para o rejuvenescimento, a tonificação, a firmeza da pele.” (Lipovetsky, 2000: 128).

G5M2:20 - E depois acaba o conto de fadas ...viver com uma mulher daquelas horrorosa. Tira-se o soutien, caem as mamas; tira-se as pinturas, tira o cabelo, meus Deus!!!

G5F4:21 - Acho mal a pessoa fazer mais do que aquilo que é ...[...] não tenho mamas ponho um soutien XXL e meias lá dentro, não tenho cabelo ponho uma peruca, não tenho cu ponho umas cuecas a aumentar. E depois de manhã?!

A resolução de contradição recorre à ideologia de prevenção, manutenção e regeneração do corpo ou (re)construção das “imperfeições” do corpo. Na prática as condutas de manutenção do corpo vão para além do uso de produtos da cosmética, da realização de exercício físico e do uso de acessórios ilusórios, permitindo a “conquista” do recurso a cirurgias. Rendidos/as à *profissionalização do ideal estético* (Lipovetsky, 2000), surgem como consumidores de uma deliberada estratégia de performance estética. A *democratização da cirurgia plástica* (Lipovetsky, 2000), surge confirmada pelos/as

jovens que afirmam que estão a fazer alterações nas mamas, nas pernas, na barriga e na zona bucal (implante dentário).

G5F4:21 - Vou fazer [cirurgia] ...Não é pôr silicone é arranjar [...] os peitos ... não é alterar, é arranjar. [...].Não é por vaidade ...Não vou pôr os lábios grossos nem nada disso. São necessidades...

[...]

Moderadora - E a tua mulher só vai arranjar as mamas?

G5M1:21 – Não. A barriga e as pernas.

[...]

G5M1:21 – Eu, placa já tenho, vou pôr implante.

Por exemplo, de forma específica uma jovem da nossa amostra, com 21 anos, decide apagar as “imperfeições corporais” deixadas pelas marcas da maternidade. Esta jovem deixa transparecer que a sua preocupação passa pela necessidade de construir um corpo que reflecta a imagem normativa de mulher da modernidade contemporânea traduzindo juventude, firmeza, magreza e sedução. Para ela, a preocupação de apagar as marcas de identificação do corpo feminino com a maternidade surge associada à valorização social da mulher, orientada por princípios estéticos da sociedade moderna - activa, magra e jovem.

G5F4:21 - Vou fazer [cirurgia] [...] Dei de mamar e sou muito nova. Daqui a dez anos tenho as mamas todas descaídas em vez de ter daqui a trinta anos. O corpo é diferente quando se tem um filho ...embora eu não tenha ficado muito gorda...

O recurso à cirurgia surge então associado ao “saudável”, no sentido de bem-estar biopsicossocial, dado que esta prática: *é antes de mais uma questão de saúde psicológica para as mulheres* (G5M1:21).

Este sentido aparece reforçado pelo posicionamento médico quando, por exemplo, em resposta à nossa questão: - *como reagiu a médica ao pedido de cirurgia?* responde: - *ela por caso reagiu bem...disse: “És nova acho muito bem, sim senhor...”*[...] (G5F4:21). A cirurgia estética está de tal forma impregnada no quotidiano destes jovens, que num dos grupos surge a explicação da logística a desencadear para proceder ao *arranjo do corpo* (G5F4:21). A *medicalização da vida* (Illich, 1975) abarcou o corpo estético que

se submete a práticas médicas invasivas, reconstrutoras da aparência, numa atitude em que o que sobressai como motivo de reflexão é relativo à capacidade de consumo.

G5M1:21 - Podes fazer isso de borla...

G5F4:21 - Vou fazer.

G5M1:21 - Vais ao médico de família e ela passa-te um P1.

G5F4:21 - Está a ver...

G5M1:21 - Eu sei, porque a minha mulher vai fazer o mesmo.

G5F4:21 - Eu só ainda não fiz, porque a médica passou-me os exames e esqueceu-se de meter isenta ... ia gastar para aí uns 70 ou 80 € só nos exames. Então, tive que tratar dos papéis para estar isenta e agora, em Novembro, vou fazer os exames todos. [...] eu agora dia 20 vou ter os exames na mão e depois vou..

G5M1:21 - Demoras um ano. A minha mulher está á espera [...]

Percebemos ainda que as práticas e discursos médicos da sociedade moderna estão perfeitamente incrustados neste quotidiano juvenil, tornando-se visível a assimilação de linguagem da especialidade no discurso, nomeadamente quando são referidos termos como: *mamoplastia* (G5M1:21) ou *implante dentário* (G5M1:21)⁷¹. Esta aproximação surge claramente confirmada pela forma como estes/as jovens descreverem, com algum pormenor, procedimentos desenvolvidos na intervenção mamária.

G5M1:21 - Aquilo é cortado, é tirada a pele toda fora e depois é cosido ...fica uma cicatriz assim...

G5M5:18 - Vê-se a cicatriz depois?

G5F4:21 - Não é..., tiram-me da barriga, não é propriamente silicone

G5M1:21 - Eu, em Março, tive uma colega que não quis fazer mamoplastia e eles meteram silicone.

G5F4:21 - Pois...

G5M5:18 - Mas fica a cicatriz?

G5F4:21 - Não. Fica assim um risquinho perfeito.

G5M2:20 - Eu tenho uma cunhada que fez isso recentemente. Foi silicone... E os dentes, tirou tudo fora e colocou implantes.

G5F4:21 - Agora não é cortes, é agrafos...

⁷¹ É de realçar que estes/as jovens pertencem ao grupo com mais baixo nível de escolaridade e aqui verificámos que existiam muitas dificuldades em exprimir, correctamente em português, algumas palavras. No entanto, aplicaram correctamente os termos médicos.

9.2. O corpo físico

As alterações morfológicas que acontecem na “puberdade”, nomeadamente a maturação dos órgãos e aparelhos sexuais, desencadeiam vivências de novas sensações. Percebemos através dos discursos que estas vivências tornam-se manifestamente marcos de referência, principalmente quando os/as jovens colocam em discussão algumas das experiências que surgiram do confronto com o novo corpo sexuado.

Nos discursos das raparigas, é dada principal importância à temática da menarca⁷²/menstruação. A menarca é pensada como um marco de passagem à condição juvenil, ao ponto de uma jovem expressar que no dia a seguir ao aparecimento da menarca se sentia diferente, bem como se sentiu diferente uma colega por se ter atrasado em relação às pares.

G3F5:19 - [...] lá está, quando me veio, tinha 10 anos, estava a brincar na casa das Barbies e quando fui à casa de banho...aiiii, chorei, berrei e a minha mãe pensava que eu estava a morrer...e quando chegou lá...disse: - "Pega lá um penso!"...e eu chorei imenso. E sentia-me diferente, no outro dia quando fui para a escola...

[...]

G3F5:19 - [...] Eu tinha uma rapariga que andava comigo na minha turma e quando lhe veio o período e já todas nós tínhamos o período, menos ela. E ela era mais velha do que nós mais um ano. Ela foi a última do nosso grupo quando lhe apareceu, pronto, lhe veio o período. Ela afastou-se de nós, amou...assim uma coisa um bocado esquisita. Sentiu-se injustiçada com aquilo, porque ela ainda era mais velha...

A construção discursiva em volta do tema deixa perceber que a menstruação surge associada a representações de preocupação, dor, sensibilidade, menor vontade de

⁷² Primeira menstruação

estabelecer relações de convívio, ou seja, sensações de mal-estar, a ponto de uma jovem manifestar vontade de ser homem.

G4F3:20 - Eu, nestas situações gostava de ser homem. Não têm dores de barriga e outras coisas. Há raparigas que têm dores nos seios ...Sei lá...

G3F5:19 - Eu já estava farta de saber o que era aquilo [menstruação], mas estava sempre a dizer à minha mãe: - “Ai eu não quero!... porque depois eu vou para a praia e é uma chatice e agora, ter de andar na água e ter de andar com preocupações...” e a minha mãe dizia: “Mas toda a gente tem de ter e tu também vais ter e não sei quê...”

[...]

G3F2:19 - Eu tenho três amigas e nós as três somos totalmente diferentes umas das outras. A mim dá-me para andar contente a semana toda ou...sei lá... a outra dá para se esconder... quase a matar-se...

G3M4:19 - Há outras que nem da cama saem com dores.

G3F2:19 - É. Algumas ficam assim mais apanhaditas.

G3F5:19 - eu passo a vida a chorar.

G3M3:21 - A mulher quando está com o período fica mais sensível.

G3F2:19 - Exacto. Infelizmente.

No discurso dos rapazes, percebemos que os constrangimentos estão associados à dificuldade de controlar a erecção do pénis (como se fosse um corpo exterior a si), mas também em atributos mais simbólicos como o tamanho do pénis, assumido, desde o início da puberdade, como símbolo de masculinidade, entre os pares.

[falam do tamanho do pénis]

G3F2:19 - Eu acho que é mais importante para o homem do que para a mulher.

G3M4:19 - Talvez.

G3M5:20 - É importante para o homem, claro.

G3F2:19 - Pequenininhos com 12, 13...e tomam banho todos juntos e dizem “Olha! Olha!”

Esta centralidade genital surge confirmada nos discursos de uma jovem que reforça a dificuldade “natural” de os rapazes controlarem a erecção do pénis e consequentemente os seus impulsos libidinais.

G4F4:19 - Calma aí que eles também sofrem. Eles acordam com o coiso [pénis erecto]... Se estiverem sensíveis, passa uma mulher, e...

A sexualidade masculina, “vítima” da libido pela excitação corporalizada exterior e visível, assume uma autenticidade orgástica: - *nós não fingimos um orgasmo...* (G6M1:20). Contrariamente, a excitação feminina surge pensada como interior, escondida e de alguma forma controlada e dissimulada.

G4F3:20 - Eu acho que a nossa é mais discreta. Eles, não dá para esconder.

G4M2:21 - Penso que é menos desconfortável a sensação delas.

Moderadora - Menos desconfortável.

G4F3:20 - Eles ficam logo com aquilo de pé. Eles não sabem se estamos ou não. Não o demonstramos.

G4M4:21 - Uma vez vi um meu colega. Estava na praia deitado e depois... uuuuuuu...foi um bocado mal, a praia cheia ...

G4M1:19 - Os homens, não dá para esconder.

Moderadora E as mulheres, dá?

G4F4:19 - Não, depende.

G4M5:18 - Não tens nada para esconder, não tens nada para tapar.

G4F3:20 - Esconder o quê? Eu pensei que ela estava a dizer disfarçar.

Moderadora - E dá para disfarçar?

G4F3:20 - Eu acho que sim ...a não ser que esteja naquele ponto mesmo lá em cima.

G4M5:18 - A revirar os olhos...[risos]

A centralidade genital surge nos discursos masculinos, inscrita num entendimento androcêntrico, impregnado de uma *sexualidade compulsiva* (Giddens, 1996).

G5M5:18 - Por mim vai tudo, desde que tenha aquilo [genital feminino] no sítio, é o que interessa.

G5F3:18 - A fome é tanta!!!!

G5M1:21 - Qual fome?! Vocês é que não viram, ele outro dia apalpou o cu a uma velha, na rua...eu até fiquei estúpido a olhar para aquilo!

G5M5:18 - Bem rija [risos]...sei lá, ela tinha para aí uns 70 ou 60 anos.

G5M2:20 - Daquelas velhas que só têm as peles.

G5M5:18 - Excitou-me [risos]. Eu ia a descer a rua e tau!!

O corpo físico surge desarticulado em partes “genitais” e “ não genitais”. As partes “não genitais” surgem igualmente referidas como um estímulo de desejo. Os/as jovens referem sentir atraídas/os por partes diferenciadas do corpo – os *peitorais* (referem elas sobre eles), as *pernas*, as *mamas* e a *cintura* (referem eles sobre elas) o *rabo*, a *cara* e o *sorriso* (referem ambos).

G4F3:20 – Para a cara, para o corpo, sei lá... Para o rabo, se é jeitoso.

G7F3:23- [...] A nível corporal e assim ...agora já tenho uma visão completamente diferente se calhar quando eu tinha 17 anos (e que já foi há algum tempo) eu: - “ei aquele gajo é todo bom “ e olhava para o rabo, para os peitorais, o sorriso e depois se estava dentro da moda...é sempre aquela coisa – se veste bem ...

[...]

G7M2:25 - Gosta que uma mulher tenha uma boa cintura, o peito, acho que sim, é o que a gente olha logo no início...

G2M3:25 - Ah, exacto! Há certos aspectos físicos nas mulheres que nos podem estimular a nível sexual, não estou a dizer já ficar excitado nem nada disso, mas que causa uma certa atracção ... pernas, rabo, mamas e cara.

A cara surge muito referida pelos/as jovens. Ela é o “*Bilhete de Identidade social*” (G2F1:18).

G2M1:21 – Eu, quando olho para uma mulher, reparo no todo e posso não gostar muito do todo de uma mulher, mas a cara...

G4M3:20 - Às vezes olho para a cara e ela é boa, mas se for feia, eu...Mas se vir uma rapariga bonita, acho que preferia a rapariga bonita do que a feia só por ser boa.

Na cara, especificamente, são pontos de referência, os olhos, o sorriso e os dentes. A construção explicativa sobre estas preferências, remete para o entendimento romântico da relação que reorienta o olhar dos/das jovens para a procura do interior, subjacente a uma exploração de empatia e de troca de afectos que se conjugam em última instância no entendimento amoroso. Ou seja, o corpo físico perde a centralidade para dar lugar ao corpo afectivo-relacional.

G6M2:22 - Eu olho para os olhos, porque através do olho dela consigo ver muito mais do que quando olho para a cara ou para o rabo ou as pernas. Sem dúvida. Foi assim que eu olhei para a minha namorada actual [...] vi uma profundidade diferente. Não sei, se calhar foi porque ela também gostou de mim, não sei... quando olhei para ela, antes de tudo via cara, mas foi qualquer coisa no olhar dela que me chamou atenção. Não foi nenhuma característica física em especial.

G6M4:21 - Não vou dizer que não se olha para outras partes do corpo, mas, sinceramente, a primeira impressão, o que nos chama atenção, não é o rabo, nem o peito, nem as pernas é a cara, o sorriso (que diz muito de uma pessoa)[...] O que chama mais atenção ...e quando uma pessoa gosta de alguém não vai só gostar por causa do corpo [...]. Por isso, tem que haver alguma coisa mais, algum sentimento de simpatia pode se calhar ser aquela atracção mais forte de complementaridade da pessoa. A pessoa sabe que aquela pessoa e se calhar depois daquela pessoa o que fizemos para trás não faz tanto sentido. Não sei se aquela palavra é o amor.

É assim que no processo de interacção relacional percebemos que a cara define um sentido de individualidade, ou seja, a cara certifica o tipo de indivíduo, dentro da óptica do que o indivíduo é ou pensa ser (Breton, 2003).

G2M1:21 - Sim. Acho que, numa mulher, a parte mais independente acaba por ser a cara.

G2M3:25 - Mais quê?

G2M1:21 - Mais independente do resto.

G2M3:25 - Ah, estou a perceber, mais diferente das outras mulheres...

Na comparação com o corpo, a cara reflecte sinais naturais, reflecte a diferença do “eu” e que, ao contrário do corpo, não se (re)constrói. A este propósito um jovem refere: - *Sei lá! Eu olho para a cara! Gosto de uma pessoa bonita. [...] Sim, é como ele diz, o corpo depois pode mudar* (G4M3:20).

9.3. O corpo imagem

Os discursos, principalmente dos rapazes, sobre a forma de vestir das raparigas, evidenciam a natureza do significado do poder hegemónico, das representações do feminino associado à apresentação moral que Bourdieu (1999) analisou.

G3M4:19 - [...] - “olha, aquela deve ser fresca como o caraças! já viste como ela está vestida?”. Acho que as raparigas levantadas... acho que hoje em dia, se se falar com elas, vê-se logo como é que ela é. Também às vezes calha mal, não é?... Mas acho que as raparigas, tipo, hoje em dia tentam provocar muito e dar muito nas vistas, acho que isso (...)

G3F2:19 - Estás habituado a ver uma rapariga de calças, aparece-te uma de minissaia ou de calções ou com umas calças brancas e já dizes: “Olha, aquela é isto, é aquilo!”...porque estás habituado a veres as outras...

[...]

G3M2:18 - Quando uma rapariga anda com a sua saia, a sua camisola...mas há outras que, na estrada, com um decote até. O tamanho do decote até ao umbigo...[RISOS]...uma pessoa tem que...também acho que é de mais...uma pessoa...pronto...acho que é demais, é provocar.

O comportamento corporal das raparigas no que se relaciona com as práticas que exibem o corpo, é claramente restringido em movimento e em espacialidade, nos discursos dos rapazes lembrando o que Bourdieu (1999) designou por *confinamento simbólico*, imposto pela *significação moral* do vestuário das raparigas/mulheres e que tem por efeito chamar à ordem a todo o momento.

G3M3:21 - *Se ela se sentir bem de minissaia, não vou ser eu que lhe vai dizer que não pode andar de minissaia.*

G3M4:19 - *E se não te sentires bem como ela anda?*

G3F5:19 - *Não sai de casa. [RISOS]*

G3M4:19 - *Também pode acontecer...*

G3M3:21 - *Se ela é minha namorada, eu gosto daquilo que ela me der, não é?*

G3F5:19 - *Vês em privado, não é para os outros. [RISOS] ...o mal é da mulher.*

Moderadora - *Como é que tu achas que ela se sente bem? Disseste “andar como ela se sentir bem”. Tu achas que ela se sente bem?*

G3M4:19 - *Umás calças e um top está bom... Bem, isso depende para onde se for. Por exemplo, se for para a praia é capaz de pôr mais um vestido.*

Moderadora - *O que é vestir bem e vestir mal?*

G3M2:18 - *Depende do rapaz. Há também rapazes que são mais ciumentos quando uma rapariga está bem vestida...*

G3M5:20 - *Mais exposta.*

G3M2:18 - *Há outros que não se importam... são mais... há outros que têm medo de perder uma rapariga, não deixam elas andarem com aquilo...*

G3M4:19 - *Depende das pessoas. Se calhar há pessoas que namoram, que não se importam de como a namorada anda, de como é que ela vai para a noite...*

G3M1:21 - *Se calhar importam-se, mas não querem falar, não se querem chatear...*

G3M2:18 - *Têm medo...*

G3M3:21 - *Também é possível se o decote é assim um bocado provocador...*

G3M1:21 - *Se calhar não falam, mas dizem “Fogo...”*

G3M2:18 - *Mas são capazes de mandar uma boca um bocado naquela da brincadeira...*

G3M3:21 - *E aí já não se produz...*

O olhar disciplinador subjacente a *categorias masculinas* permite avaliar a projecção do “eu” do ponto de vista da interiorização de atitudes e comportamentos socialmente constrangidos, ou não, a um determinado papel. A partir desta concepção foi

interessante perceber como os/as jovens comentam a forma como as espanholas se vestem e como dão a entender que as raparigas espanholas se vestem, à noite, de forma *mais provocante*.

G5M2:20 - Os portugueses é só preconceito. As espanholas...[...]Jaqui em Portugal, os vestidos delas, à noite, seriam logo uma “mulher da vida”...e diziam: - “olha para aquela, ardida” .

G5F4:21 - A produção delas à noite é para mim a da Passagem de Ano...é uma coisa mais extravagante.

G5M1:21 - Eu estou a falar porque já estive em Espanha...em Samil...

G5F2:17- Eu também estive em Samil.

Moderadora - Quando estiveste em Samil, como é que te vestias, quando saías à noite?

G5F2:17 - Normal, igual.

G5M2:20 - Ela era capaz de ir de calças e as espanholas vão de minissaías, mais provocantes.

G5F2:17 - É. Elas são mais provocantes

G5F4:21 - Elas de dia são uns bichos, uns escaravelhos ...à noite funcionam mesmo para a noite.

Este corpo associado a expressões de masculinidade e feminilidade traduz formas e configurações que reproduzem uma ordem desigual, que garantem as fronteiras entre o masculino e o feminino, bem como o espaço que cada um ocupa em função de interesses diferenciados.

G6M1:20 - Eu não me imagino muito bem, mas já imagino uma mulher dizer isso. Vamos todas à casa de banho. E vão.

G6M2:22 - Mas, para elas a casa de banho tem outras actividades para ir, tipo conversar...[RISOS]

G6M3:22 - Tipo gostas do meu cabelo ou como estou vestida...

G6M2:22 - A casa de banho, é um espaço onde as raparigas fazem muitas coisas. Tipo o homem só vai à casa de banho porque...

G6M3:22 - Tem que ir...

G6M2:22 - Elas é ... se têm o cabelo bem penteado, bem pintadas...

G6F4:20 - De manhã quando acordas, com o que é que te preocupas?

G6M1:20 - Quando não tenho nada que fazer, talvez com o cabelo.

G6M4:21 - Um rapaz não vai perguntar a outro rapaz “olha, como é que achas que está o meu cabelo?”. Enquanto a rapariga pergunta a outra rapariga “olha, como é que achas que está o meu cabelo?”.

Por parte dos rapazes, a apreciação do corpo tem subjacente à *heteronormatividade* como surge pensada por Bourdieu (1999)⁷³. Trata-se de um olhar orientado por categorias masculinas que percepcionam os usos, nomeadamente sexuais, com base na definição dominante da forma legitimada do princípio masculino activo (que observa) e o princípio feminino passivo (que se deixa observar), com um sentido de reforçar a sua masculinidade. É assim que se percebe, nos rapazes, a “natural” incapacidade para apreciar a beleza de um outro rapaz.

G6F5:23 - És capaz de dizer se um homem é bonito?

G6M4:21 - Não porque não sei distinguir, juro! A sério! ... Agora, eu sou capaz de dizer o estilo que aquela pessoa tem ...isso sou capaz de saber dizer.

G6F3:20 - Isso é saber dizer se um homem é bonito ou não.

G6M1:20 - Eu até sou capaz de dizer, mas normalmente nunca acerto [RISOS].

G6M4:21 - É como eu. Aqueles [homens] que eu digo, a outra pessoa diz “eh! Aquilo, por amor de Deus”, parte por aí.

G6F3:20 - Um rapaz não admite que sabe ver que outro é mais bonito ou é feio, que se veste bem ou mal.

G6F2:19 - É uma questão de preconceito, porque a nossa sociedade é assim.

G6F1:22 - Acho que vocês é mais pelo estilo...se tem bom ou mau estilo.

G6M4:21 - É, se tem pinta, exactamente. É exactamente, a gente diz “olha, aquele rapaz até tem pinta” [...].

G6M3:22 - Uma resposta que eu ouço é as raparigas dizerem: - “ai o Cristiano Ronaldo é muito bonito” e outras dizem “ ai o Cristiano Ronaldo é tão feio”.

Moderadora - E tu achas que ele é bonito ou feio?

G6M3:22 - Eu acho que agora aparentemente encontra-se bem [RISOS].

⁷³ Construída contra a homossexualidade

9.4. O corpo relacional – breve síntese

Os significados e símbolos que actuam no corpo manifestam um corpo construído com base na exigência da relação com o “outro”. Nos discursos, o corpo surge pensado como um domínio construído no sentido de o tornar num objecto “aceitável” aos olhos dos “outros”. Trata-se de um *corpo reflexivo*, moldado na sociedade moderna e exprimindo narrativas auto-reflexivas (Giddens, 1997). Assim, através do corpo construído, os/as jovens dão a conhecer o modo como se percebem e se relacionam.

Marcado normativamente, este corpo traduz um trabalho de domesticação e *docilização* de acordo com os atributos da ordem dominante e que acarreta um novo tipo de disciplina, encoberto por (re)arranjos, que se deixa ajustar e apropriar pelas tendências globais da sociedade. A este propósito referem: - *Elas depois dão um jeito a tudo... nós vamos lá para a operação e eles dão-nos anestesia geral e arranjam tudo* (G5F4:21).

Nesse sentido, percebemos que este corpo relacional se afasta da reprodução “naturalizada”. Socialmente informado, surge associado a determinados modelos que reproduzem tendências da contemporaneidade.

CAPÍTULO 10. Modelos e lógicas de relacionamento

Surgem inscritos em modelos comportamentais, assentes nas expectativas culturais associadas a cada um dos géneros. Reproduzindo ordens e qualidades diferenciadas, os/as jovens têm interiorizada uma visão de duplo-padrão na lógica relacional, diferenciada quer na compreensão dos comportamentos, quer nos objectivos de concretização - com as raparigas a projectarem, na sua trajectória biográfica, o modelo de *relação séria* e os rapazes a delinearem dois momentos faseados: o período de “experimentação/recriação” e o período de *relação séria*. Estas distintas vivências da sexualidade, assentes nas expectativas de género, produzem, novamente, medos e riscos diferenciados.

10.1. “Comer”; “curtir”; “andar” e “namorar”

Os significados e símbolos que operam nos modelos de relacionamento reproduzem categorias diferenciadas relativamente às expectativas relacionais, ao tipo de comportamentos e ao número de relacionamentos. Também neste domínio aparecem padrões de género.

Nos relacionamentos aparecem diferentes formas de sociabilidade e afectividade que apontam para ritmos mais ou menos rápidos e para compromissos de maior ou menor envolvimento. A linguagem expressa-as com recurso a diferentes expressões *comer*,

curtir, andar e namorar que associadas a uma hierarquia de compromisso de envolvimento com o/a parceiro/a, se referem a diferentes práticas e atitudes. Ou seja, a diferenciação estabelecida é indicativa de uma categorização que classifica tipos de relacionamento e reflecte experiências diferentes.

Comer é a expressão que envolve uma duração temporal mais pequena do relacionamento e a que está mais claramente associada ao desejo e ao prazer. A este propósito um dos rapazes explica: - *comer, é à base daquele momento: comi-te* (G4M3:20). Esta expressão aparece associada à atracção física e refere-se a situações em que o envolvimento emocional é diminuto. Por isso mesmo, recebe um sentido pejorativo.

G2M1:21 – *Eu, só o comer é que acho ... quando se fala em comer associa-se àquela coisa que aconteceu ali.*

G2M3:25 - *Comer é como quem diz fffo... [Risos]*

[...]

G2M1:21 - *Muitas vezes dizem comer e só lhe deram um beijo ... mas é quando se usa o termo comer, tem o significado do desejo do momento*

G2M1:21 - *Eu comi.*

G2F1:18 - *Sim, eu comi.*

G2M1:21 - *O comer acaba por ser o mais reles de todos ... alguma coisa que se passou uma noite e passou.*

G2F1:18 - *Uma noite?! Às vezes são 5 minutos...*

G4F3:20 - [...] *Eu estou a falar daqueles casos da discoteca em que não se conhecem de lado nenhum e a comerem-se ali à frente de toda a gente ... não gosto.*

Moderadora - *E vocês também vêm a comerem ali?*

G4F4:19 - *Sim, quando não há luz, então!*

G4M1:19 - *É só disso... muitas vezes vamos à casa de banho, abres a porta e vêes coisas!!!*

[...]

G4F3:20 - [...] *é o que se vê nas discotecas, é os roços e depois passa para os comilanços.*

A expressão *comer* parece ser indicativa da acção e do papel social do sujeito que dirige e domina - categorias associadas ao masculino na relação de poder de género. O significado da acção parece, com efeito, directamente relacionado com a apropriação do parceiro passivo (mulher) pelo sujeito activo (homem).

Nesta linha de pensamento, vale a pena lembrar que o mesmo sentido bipolar de dominação é atribuído a outras imagens de desvalorização, especificamente, aos homens que se deixam penetrar (Daniel & Parker, 1993), tema que desenvolvemos mais adiante.

Apesar de na generalidade o significado de *comer* actuar mais nos discursos do género masculino, e sobre as suas práticas, ele também aparece nos discursos femininos, relativo a práticas femininas. No entanto, quando a expressão *comer* surge aplicada à iniciativa e desempenho da rapariga, ela é sustentada por uma representação negativa de mulher devoradora. O que nos leva a afirmar que a reprodução do masculino faz-se nos discursos deles e delas.

G4F3:20 - É assim: eu fui com o meu namorado com o intuito de me ir divertir com ele, mas esquece. Estive cinco minutos e vim-me embora. Porque eu fui à casa de banho e quando eu cheguei eram imensas raparigas à volta dele. Ele estava no bar encostado e não se conseguia mexer, eram imensas raparigas, tudo assim à volta dele a dançar... [...].

No entanto, o mesmo discurso denuncia mudanças neste fenómeno, quando, paralelamente a um significado discursivo de reprodução de categorias masculinas, a mesma jovem deixa perceber que, hoje, são as raparigas que tomam a iniciativa, desempenhando um papel activo e contrariando a hegemonia masculina: - [...] *O rapaz está à frente e elas põem-se à frente deles a empinar o rabo, que é para se começarem a roçar um no outro e acontecer... [...] Se uma pessoa disser não, um homem ou um rapaz delicado sai, mas as raparigas não. [Elas] É: “quero-te comer e vens para a minha beira”. As raparigas hoje em dia são assim [...]. (G4F3:20).*

Curtir representa uma relação temporal curta (aproximadamente uma semana) e aparece como uma forma de relacionamento sem compromisso de exclusividade. Ou seja, o

sentido é de liberdade, cada um dos/as parceiros/as é livre de se relacionar com quem quiser. Este tipo de relacionamento pode evoluir, ou não, para uma relação onde exista um maior comprometimento, um sentimento relacional mais vinculativo.

Andar está entre o curtir e o namorar. Apesar de alguns jovens não atribuírem a esta expressão um sentido muito diferenciado do significado dado a "curtir", por vezes a distinção feita é em termos do maior comprometimento entre o casal. No entanto, ele é apresentado com um grau de envolvimento menor do que aquele que é atribuído à expressão namorar.

G2M1:21 - No curtir, já pode envolver uma semana e tal.

G2M2:20 - Quando se está junto, está e quando não se está, não há o compromisso ... eu não estou agarrado àquela pessoa.

G2F4:21 - E o andar?

G2M1:21 - O andar está ali entre o curtir e o namorar.

G2M2:20 - É o mesmo, mais ou menos.

[...]

G2F3:20 - O andar com exclusividade, é o andar.

G2M3:25 - Se bem que o andar ... quando se utiliza "ando com esta", já há uma espécie de compromisso.

G2M1:21 - Sim ... se calhar o andar é mais forte que o curtir ... parece que estamos aqui a medir, mas acaba por ter esta definição ... acho que é um bocado esta hierarquia.

G3M4:19 - Acho que há diferenças. Acho que curtir ... não é um compromisso. Implica ... pode um dia andar com um...um dia andar com outro...

[...]

G3M3:21 - Tem que se dar satisfações a uma pessoa. Se calhar, "andar" não tem de se dar satisfações nenhuma ... vou para onde quero...

G3M2:18 - Curtir ... não há compromisso nenhum. Essa pessoa pode curtir com outra pessoa e não tem de dar satisfações...

G3M3:21 - E a partir daí, pode surgir algo, ou não.

G4F3:20 - Não ter compromisso certo... É andar! Andar!

G4M3:20 - É andar! Sei lá! Acabam por não andar muito tempo, ou muitos se calhar acabam por depois namorar. Mas namorar já é uma relação, curtir não!

G4M1:19 - Vai-se fazendo e vai-se vendo.

Namorar é de todas as expressões a que traduz um maior envolvimento, frequentemente associado à existência de um *contrato de exclusividade*. Este termo exprime um *relacionamento sério*, mesmo que o período de tempo de relacionamento tenha sido pequeno. Este é o tipo de relacionamento em que os/as jovens manifestam uma maior satisfação relacional.

G2M1:21 - Quando se fala em namorar já é uma coisa séria. Até pode ser uma relação para aí de um mês, curto ... mas se eu digo que namorei um mês para a rapariga é porque foi.

G2F3:20 - Exclusivo.

G2M1:21 - Exacto, exclusivo, vá, com contrato de exclusividade.

Na conversa sobre o namoro surge ainda uma outra expressão – *dar um tempo* – que é uma forma de gestão da relação namoro. O significado atribuído a esta expressão aparece associado à ideia de interrupção do relacionamento namoro, quando é necessário reflectir sobre os sentimentos de cada um, as dúvidas e sobre o próprio relacionamento. Esta pausa no relacionamento pode levar a reparar as falhas ou acabar com o relacionamento. Mas a intenção “dar um tempo” está integrada no estatuto namoro, o que é visível pelo facto de que durante este tempo de reflexão, não se pode *andar com outra pessoa* porque isso seria associado a uma situação de *traição*.

G3M5.20 - Dar um tempo...é mais dar um espaço à relação, reparar no que estão a fazer conjuntamente...ou fazer alguma coisa de concreto...

G3M3:21 - Por exemplo, eu estava a ver ... se calhar, se estivermos interessados por outra rapariga, se calhar dar um tempo para termos a certeza qual das raparigas sinto desejo ... qual a rapariga que me despertou algum interesse ...

Os/as jovens utilizam, frequentemente nos discursos sobre os rapazes, expressões mais associadas ao desejo e ao prazer .

G2F1:18 - Sim, acho que num grupo de rapazes eles contam experiências novas, coisas que fizeram, acho que têm tendência a exibirem-se ... Eu até posso pôr tudo em pratos limpos, por exemplo, um rapaz, quando namora com uma rapariga [...], têm tendência de chegar ao grupo e diz: - “olha comi aquela rapariga”, peço perdão pela expressão, mas é isto mesmo que acontece no nosso meio, entre os jovens: - “comi aquela rapariga”; “olha, terça-feira já vou comer a Mafalda⁷⁴!” [RISOS] “olha, quarta-feira vou ...”

Apoiada na tese do incontrolável desejo sexual, as expressões mais associadas ao prazer surgem de novo (já referido no capítulo anterior) associadas aos rapazes mais novos. Este registo parece indicar, ainda que de forma implícita, uma concepção de sexualidade masculina de tipo “natureza”.

G6M4:21 - [...] Porque, sei lá, o homem também tem aquela ideia de masculinidade, ou seja à frente dos outros rapazes, muitos que vocês podem conhecer dizem... “eu comi aquela”; “aquela tem um cu bom”, pronto e se calhar vocês partem desses preconceitos. Mas também temos que pensar que tipo de pessoas estamos a falar e que tipo de idades. Certamente que vocês estão a pensar em rapazes tipo 16 ou 17 anos [...].

10.2. A relação séria e a experimentação - vadias e heróis

As expressões “vadias” e “heróis” surgem explicadas por modelos de relacionamentos que deixam perceber uma categorização diferenciada de comprometimento e de lógicas de relacionamento.

A partir de modelos que retratam quotidianos juvenis, que Pais (1996) designou por *ética experimentalista* dependente de um *tempo policromático* – composto por convivialidade e envolvimentos assentes na mobilidade como garante de bem-estar -,

⁷⁴ Nome fictício - inventado pela jovem.

os/as jovens fazem referência a lógicas associadas a hierarquias (e estádios) de relacionamento.

G4M4:21 - A ver se dá resultado e tal...depois podemos passar para a próxima fase.

[...]

G4F4:19 - Não vamos chegar assim a uma pessoa que conhecemos há uma semana e começamos a namorar.

Nos discursos das raparigas, os relacionamentos sem vinculação relacional quase não aparecem como opção de vivência. Quando eles acontecem, surgem como forma de iniciação num processo que desejam que evolua para um relacionamento duradouro, ou seja, o namoro – igualmente designado como *relação séria*.

G7F1:18 - Andar não! Porque eu não sou de andar... ou é ou não é.

G4F4:19 - Se já se conhecer a pessoa há muito tempo, pode-se começar logo a namorar. Já se conhecem um ao outro. Se se conhecerem há pouco tempo, começam a curtir e só se gostarem mesmo um do outro é que começam a namorar.

Ou seja, nos discursos das jovens, percebemos que, de uma maneira geral, o sentido atribuído às experiências de relacionamento é o de *relação séria*, ou seja, relação que envolve cumplicidade e ultrapassa a simples atracção física. A este significado estão associados sentimentos de intimidade sexual e de pertença que se projectam no tempo.

G7F2:21 - Eu entendo por relação séria uma relação que dure algum tempo e que envolva sexualidade e não aqueles namoricos.

[...]

G7F3:23 - Eu identifico-me com ela... A Relação séria, ao nível da intimidade, é a partilha de determinadas coisas na vida que não partilhamos com qualquer pessoa - a intimidade é vivida. Eu, pelo menos, tive duas relações sérias. [...].

A ideia de que as raparigas possam ter, na sua trajectória biográfica, uma variedade de relacionamentos é, de uma maneira geral, conotado com má conduta. No campo específico da sexualidade, a “norma juvenil” divide entre a rapariga virtuosa e a sua antítese a *vadia*, num entendimento depreciativo de que fazem parte qualificações

insultuosas como: *porcas, putas e vacas*. A *vadia* surge reportada como portadora de um apetite sexual incontrolável, ou seja, com atributos com um significado de “mulher fácil” e sem moralidade.

G2F1:18 - Em relação às raparigas, se os rapazes souberem que ela já andou com aquele, com aquele, com aquele e com aquele ...já é vista de uma maneira diferente: já é vista como um pneu que roda muito. Nesse aspecto, acho que os rapazes são uns heróis por terem várias namoradas ou várias raparigas ou por curtirem com várias... quantas mais melhor ...

G6M1:20 - Depende das raparigas.

G6F1:22 - Eu acho que aquelas...

G6M1:20 - Porquê que é pior que vocês?

G6F1:22 - Não estou a dizer que é pior.

G6M1:20 - Sim, mas normalmente pensa-se “Ah! se aquela rapariga anda com todos, não é gente séria de certeza”.

G6F3:20 - Não sei se é só as raparigas a pensar assim...

G6F1:22 - Os rapazes também...pensam que ela é um bocado vadia...

[...]

G6F4:20 - Se for um homem é...

G6F2:19 - Engatatão.

G6M1:20 - Ou não.

G6F1:22 - Estamos a falar da sociedade ou assim: se o rapaz andar com muitas raparigas é o maior e a rapariga...

G5M1:21 - Eu ouvi, eu ouvi ...Não tem nada a ver. É que um homem pode andar com cinco, dez, quinze, vinte e tantas mulheres que quiser... e a mulher é... passa por puta.

G4M5:18 - Elas estão piores que os rapazes.

G4F3:20 - Parece que andam cheias de fome.

G4M1:19 - É tipo vampiro, quando apanham... Antes era ao contrário.

Entre os e as jovens encontramos posições muito críticas em relação aos comportamentos de iniciativa das raparigas, designados como comportamentos de provocação. O comportamento das raparigas é percebido numa lógica de dupla

moralidade que as qualifica em “as sérias” e “as outras” (as “fáceis” ou “devoradoras”)
- situação que não se verifica com os rapazes.

G6M1:20 - Sim, mas normalmente pensa-se “ah! se aquela rapariga anda com todos, não é gente séria de certeza”.

G6F3:20 - Não sei se é só as raparigas a pensar assim.

G6F1:22 - Os rapazes também...pensam que ela é um bocado vadia...

As raparigas referem ter de ser mais cuidadosas e “cautelosas” no tipo de comportamentos e práticas, dado que sentem ser alvo de uma maior pressão social.

G2F1:18 - ... é um espectáculo! as raparigas não... elas têm que ter mais cuidado e serem mais cautelosas nisto, porque elas são mal vistas pela sociedade. Eles não ... elas, nós, eu também sou...!

[...]

G2M4:19 - E acho que o termo que usaste “vadia” não é só mal vista pelos rapazes, mas entre as raparigas.

G2M3:25 - Sim, sim, sim.

G5M5:18 - Não é a mesma coisa?! Nós somos “boi”.

G5F3:18 - Não, desculpa ...vocês perante os vossos amigos são os maiores.

G5M2:20 - Sempre foi assim.

G5M5:18- Se eu comer todas, o que é que tu vais dizer? - “és um grande Boi”?!

G5F3:18 - E não, ignoro-te completamente. Mas tu, se calhar, se me vires todos os dias com um gajo diferente a me vir buscar, vais olhar para mim e dizes - “grande vaca”!

G5M2:20 - Isso já é da sociedade em geral.

Neste registo de provocação por parte das raparigas, os rapazes são desculpabilizados, dado que não fazem mais do que agir em função de uma *pulsão*. A reacção esperada do rapaz (do homem em geral) é de que não consiga resistir à sedução da mulher, num sentido de sexualidade compulsiva (Giddens, 1996), ou seja de uma masculinidade fálica e orgástica.

G5M1:21 - Nós somos quatro homens em casa, nós ...falo por mim e por eles [pai e irmãos], é o que vejo. Nós não conseguimos andar sem

uma mulher, nem só com uma...em relação a isso... Eu, por muito que goste da minha mulher, é difícil resistir a outra mulher.

Perante a capacidade de sedução das raparigas, os rapazes tornam-se "presas fáceis" incapazes de resistir. O mesmo não se passa com as raparigas, que, nos discursos próprios e nos dos rapazes, *conseguem aguentar mais do que eles*. Torna-se claro que toda a expectativa social vai no sentido de a rapariga (a mulher em geral), oferecer mais resistência à sedução, à tentação, dado que ela não é sexualmente tão vulnerável a certas fraquezas (G5F4:21).

G5F3:18 - Não, eu não me deixo cair tão facilmente.

[...]

G5F4:21 - Os homens são todos iguais. [...] Chega aqui uma gaja e oferece-se, toda nua, completamente, ...é difícil de resistir. Só se ele a amar muito.

G5M2:20 - Aí não há amor.

G5M1:21 - E daí não sei se....

G5F4:21 - Só se gostar muito, muito.

G5M1:21 - O homem já tem aquele bicho ...

G5M2:20 - Mas se houver um homem que consiga fazer isso, é porque há amor.

G5M1:21- Conheces algum?

Moderadora - E a mulher tem aquele bicho dentro ?

G5F4:21 - Oh pá, lá está! Eu acho que a mulher consegue aguentar mais. Não é tão fraca nisso. Não é como o homem.

G4F3:20 - Já me aconteceu isso com o meu ex-namorado. Mas é que os homens ...vocês desculpem-me, mas é que vocês ficam tão!!! E ele disse: - "não tenho culpa, eu". E eu: - "está bem, mas ela estava aí!". Em vez de chegar, como nós... eu digo: "sai que eu estou com o meu namorado!" Ficam lá, na discoteca e nós chegamos e ficamos com umas trombas. Vocês desculpem, mas vocês parecem totós. A sério, o meu namorado ficou assim no meio delas todas.

G4M5:18 - Desculpa, mas tu não disseste que ele tinha ido ao bar.

G4F3:20 - Não. Nós estávamos no bar e eu fui à casa de banho e quando cheguei, estava lá a ex-namorada dele, não sei quantas amigas ...

G4M5:18 - Isso já é diferente, estava lá a ex-namorada, suponhamos que estava lá outras gajas que ele não conhecia de nenhum lado. O que querias que ele dissesse: -“olha, sai daqui!”?
G4F3:20 - Eu já disse.

Como refere um jovem: - *o homem é sinónimo de masculinidade, de força, de vigoridade, ...*(G6M1:20). A partir do modelo heterossexual, é permanente a reprodução de significados e símbolos associados a categorias de género que operam nos discursos e práticas em especial associados à *heterossexualidade compulsória* (Rich, 1980) – concepção inerente a práticas e crenças institucionalizadas em que a sexualidade da mulher aparece dependente da orientação e dominação masculina. Nesse sentido, e a título ilustrativo, uma das figuras encontradas foi a do *garanhão* (G5F2:17), usada como uma qualidade da *espécie masculina* (G5M2:20).

G2M3:25 - [...] temos um colega que anda todos os dias com uma. Não é um herói, não o idolatramos, nem nada disso ...achamos muita graça ao que ele faz ... Mas há de certo modo um desejo íntimo inato de nós andarmos com todas as mulheres que nos aparecer à frente ... Talvez não seja bem assim ... mas... [RISOS]...[...].

G3M1:21 - Quantas mais, melhor. [...] Como ele estava a falar há bocado, os rapazes querem mais, acham-se os maiores, depois gabam-se, acham-se os maiores e isso tudo...

G7M3:23 - Mas acho que nós, é mais num sentido mais depreciativo, tipo... olha... como um troféu.

G7M4:23 - Exactamente. Eu acho que é mais numa de se gabar do que contar uma experiência ...

G7M4:23 - E nós se formos falar uns com os outros não levamos tão a sério aquela parte do sentimento, levam muito mais para “olha é mais uma”...

G7M4:23 - Sim, “é mais uma”.

Esta diferenciação nas atitudes de homens e mulheres aparece naturalizada ou integrada na lógica do mundo que atribui ao homem, na sua essência, um *desejo inato* (G2M3.25) superior ao das mulheres.

G6M1:20 - Mas o que é o ímpeto sexual masculino e o ímpeto sexual feminino? Isso, eu acho que sim, é completamente diferente. E mesmo a perspectiva que os homens e as mulheres têm em relação à sexualidade também é completamente diferente. O homem, pode parecer estranho, e as mulheres rejeitam sempre esta ideia à primeira, mas eu acho correcto afirmar que o homem tem uma necessidade sexual muito mais desenvolvida do que as mulheres ...algumas mais, outras menos. Assim, como alguns homens e ...

G6F1:22 - Eu acho que vocês manifestam mais.

G6M2:22 - Se calhar é por isso que os homens manifestam mais.

Moderadora - Mas isso é uma opinião ou é o que sentes?

G6M1:20 - Sim, eu sinto isso.

Moderadora - Tu sentes enquanto homem que tens mais necessidades que as tuas parceiras ou namorada?.

G6M1:20 - Sim, eu sinto isso.

Num dos grupos, a discussão evoluiu para um hipotético cenário de cada um poder estar sozinho com cinquenta mulheres (imagem semelhante à de um harém). Com o vislumbrar deste cenário, os rapazes mostraram entusiasmo e manifestaram vontade em experimentar (ainda que apenas por um determinado período de tempo). Face ao mesmo cenário, os discursos das raparigas são indicativos de desinteresse e rejeição.

G2M3:25 - [...] É muito fácil chegarmos a um homem qualquer e perguntarmos “vais para um harém com cinquenta mulheres? queres ir?”

G2M2:20 - Ah... isso, claro ...

G2M3:25 - Nunca ouvi uma resposta negativa.

G2F3:20 - Mas depois quando fosse a hora não iam ... acho eu.

[...]

Moderadora - O harém também pode ser visto ao contrário? ... Se fosse posto para uma rapariga?

G2M3:25 - Sim, tu, sozinha e teres cinquenta homens ao teu serviço...

G2F1:18 - Ao meu serviço?!

G2F4:21 - Depende do serviço... [RISOS] Se calhar íamos, mas não fazíamos.

G2F1:18 - Não me metia numa dessas...

G2F4:21 - Eu acho que a maioria não.

As concepções subjacentes às trajetórias sexuais esperadas e desejadas deixam perceber que estas se constroem em torno de valores que operam ao nível da divisão dicotômica sexual entre o masculino/feminino. Nesse sentido, percebemos que, para eles, a experiência, representada por uma variedade de parceiras: – *quantas mais melhor* (G3M1.21) - assume uma grande importância dado que representa novas formas de aprendizagens sexuais e engrandece a sua identidade masculina, reforçada pela certeza de que as mulheres/raparigas apreciam um rapaz experiente. Diferentemente, para elas, a aprendizagem de novos comportamentos ou práticas passa menos pela existência de relacionamentos com diferentes rapazes do que pela progressiva cumplicidade, intimidade e à-vontade no relacionamento com o seu namorado – domínios de referência na identidade feminina.

Nesta perspectiva diferenciada sobre a trajetória de experimentação da sexualidade, reencontramos o entendimento moral de que a socialização sexual das raparigas é mais controlada, (impregnada de uma visão de sexualidade responsável, madura, preocupada e cautelosa) e surge remetida à responsabilização. Nos rapazes, a trajetória sexual passa por um período legitimado de experimentação/recreação que lhes permite construir uma sexualidade a partir de diversificados relacionamentos e conquistas - o que, de certa forma, valida uma menor responsabilização social relacional.

Estamos perante o sistema simbólico de dominação, em que as forças dominadas participam, sustentando um consenso hegemónico (Bourdieu, 1999; Pina-Cabral, 1989). Próprio deste consentimento é a lógica de que, “hoje”, as raparigas são *piores* do que os rapazes, juízo que traduz a percepção de que os comportamentos da rapariga se desviam da norma.

G5M2:20 - [...] A minha mãe diz que hoje as raparigas são piores que os rapazes. Agora o rapaz não tem tempo de se declarar... que elas é logo: - “queres namorar comigo”?

Moderadora - E vocês também acham isso?

G5F4:21 - Sem dúvida.

G5M1:21 - Elas andam a tentar conquistar o mundo.

A distinção entre “relação séria” e “experiência” não é no entanto total no sentido de exclusiva de cada um dos géneros. Outras lógicas discursivas denunciam a complexidade deste fenómeno quando dão a entender que o significado de relacional/romântico existe também nos rapazes desde o início do relacionamento. Este entendimento vem contrariar o sentido mais hedonista e menos romântico atribuído aos rapazes na sua trajectória relacional inicial.

G6M2:22 - O primeiro relacionamento que eu tive foi aos 15 anos e namorei quase três anos e eu com 16 /17 já tinha na ideia que queria mesmo ficar com aquela pessoa... e acredito que não estou hoje com ela, porque ela já não está aqui connosco. Se tivesse, acredito que ainda hoje estava com ela e era com ela ... nessa altura eu sabia o que queria.

G6M1:20 - Eu sei e sabia o que queria, mas era como eu estava a explicar: foi algo que na altura... não te vou negar que nos primeiros dois meses não sabia que ia ficar quatro anos com ela... se calhar, neste momento, imagino-me a constituir família com ela e a viver ao lado dela.

No entanto, o sentido relacional/romântico traduzido em *relação séria*, das raparigas, surge, desde o início, associado a uma continuidade/conjugalidade, enquanto que nos rapazes ele só surge numa segunda fase, passado o período de experimentação/recriação.

G3M3:21 - O rapaz também pensa um pouco nisto, só que se calhar não é tanto.

G3M2:18 - O rapaz é... é como ele disse há bocado, agora é, como se diz, o curtir a vida, depois mais tarde depois vê-se.

G3M3:21 - Um rapaz é capaz de ir ter com uma rapariga e... depois de a ter, a seguir, vai tentar escolher outra rapariga, e depois outra e depois outra... enquanto que se calhar a rapariga já pensa o contrário: é aquele rapaz e é para casar naquele rapaz.

Eles rejeitam a ideia de terem um “relacionamento sério” com uma rapariga que já tenha tido, na sua trajectória biográfica, muitas experiências relacionais e ou sexuais. Referem que se sentem inseguros, sentimento que transmite a impressão de desejo, ainda que

latente, de controlar ou conduzir o percurso do relacionamento, ou seja, manifesta-se o desejo da dominação masculina.

G7M4:23 - Estou a pensar ...ele não andava com aquela rapariga, porque ela andou com muitos rapazes? Isso também eu pensava.

G7M2:25 - Eu também pensava, toda a gente pensa.

G7M4:23 - Toda a gente pensa, eu pelo menos penso.

G7M3:23 - Tanto para o homem como para a mulher...

G7M2:25 - O homem é muito mais...

G7M3:23 - Se calhar até ele pensa, está comigo, mas numa de jogar comigo.

[...]

G7M4:23 - A mim, mete-me confusão, sei lá, se eu namorasse com uma rapariga...de certeza que antes de começar a namorar com ela, ia tentar saber se ela já teve muitos rapazes... Mas é... é uma coisa que me mete confusão.

G7M3:23 - Até porque pode ser sinal de que ela ainda não procura uma relação séria. Nós, para nos envolvermos a sério e para mais tarde não virmos a sofrer as consequências disso, procuramos saber se ela já teve muitos relacionamentos e se esses relacionamentos duraram ou se foram assim uma coisa fugaz, de momento e depois acabou. Acho que ninguém gosta de sofrer, ninguém entra numa relação para sofrer ...

G7M4:23 - É mais tipo por aí. De certeza que se ela já teve muitos rapazes, de certeza que andou pouco tempo com cada um deles. No é uma rapariga para ter uma relação séria. Não sei se estás a perceber o que eu estou a dizer...

É interessante perceber que, paralelamente a um registo de discurso que evidencia atitudes e comportamentos assimétricos entre os/as jovens, as raparigas consideram que a imagem construída pelos rapazes, no sentido de grande variedade de experiências, é sobretudo uma postura exibicionista por parte deles.

G3F4:17 - no fundo é só conversa.

[...]

G3F1:17 - No fundo saem de casa e não fazem nada do que dizem.

Ligada com esse comportamento masculino está a menor capacidade dos rapazes para conversar sobre as suas experiências e a intimidade relacional. As raparigas consideram ter uma apetência maior para, em contexto de espaço privado e íntimo, falarem de forma séria, com as amigas, sobre as suas vivências.

G7F3:23 - [...] Mas, é engraçado, nós raparigas falamos disso [da intimidade relacional]. E acho que não é visto como algo que fique tão mal. [...]. Num homem fica mal.

G7F2:21 - Eu falo. Sim, eu falo com as minhas amigas.

Conscientes de que este facto as demarca dos rapazes, justificam o fenómeno com o seu amadurecimento mais precoce. Eles conversam em contexto de espaço público, de forma “pouco séria”. Ou seja, a conversa com os pares aparece directamente relacionada à “performance pública” traduzida em “conquistas”- expostas de forma exibicionistas, depreciativas, “pouco sérias” e “recreativas”.

G2M1:21 - É isso ... se calhar, se for entre rapazes existe mais tendência para a bandalheira. Às tantas, não se está a falar de sexualidade coisa nenhuma, está-se mas é a ser porco! [...] Sei lá, está mas é a ser brejeiro e já esqueceu o cerne da questão e já está a falar em tom de brincadeira.

G2F4:21 - É natural, nos rapazes nota-se mais, têm uma relação sexual, a seguir vão a um amigo: - “olha e tal, eu fiz aquilo” ... As raparigas, eu acho que não fazem isso. Não sei, eu acho que com as raparigas há mais aquela coisa mais íntima.

[...]

G2F3:20 - Não é mais liberdade, é algo mais sério é tratado com mais seriedade.

G2F4:21 - Eu acho que as raparigas amadurecem mais rapidamente e se calhar, na mesma idade, raparigas e rapazes têm uma forma de estar diferente ... eu acho que as raparigas têm mais preocupações em relação à sexualidade.

G7M2:25 - Pois. Mas eu falo por mim em relação aos meus amigos, dizer: - “eu fiz isso, eu fiz aquilo”, como eu ouço sempre.

G7F3:23 - Mas as mulheres têm mais à-vontade.

Moderadora - Mas ele diz que ouve.

G7M2:25 - *Sim, eu ouço muito isso, mas eu é que não falo, porque não gosto, acho que ninguém tem nada a ver com isso.*

G7M4:23 - *Mas há muitos rapazes que têm a mania de se gabarem tipo: - "ei! fiz isso com aquela rapariga" e eu: - " ah! Pronto, está bem."*

G7M3:23 - *Eu acho que até fica mal.*

Quando o relacionamento assume o sentido de *relação séria*, ou seja quando é admitido como algo importante na trajectória pessoal desaparece esse à-vontade dos rapazes para falarem. Os rapazes parecem experimentar uma dificuldade maior de comunicação na conversa com os pares, quer em contexto de espaço público, quer em espaço privado. Em resposta à pergunta: *vocês, que são amigos, costumam falar dos vossos relacionamentos?* Os rapazes respondem prontamente que não.

10.3. Relacionamento e risco / prevenção

Já atrás ficou demonstrado como a entrada na sexualidade se liga à preocupação com o risco (gravidez e DST). Essa temática está sempre presente nas representações e atitudes dos progenitores, bem assim como nas dos/das jovens, particularmente nas raparigas. Veremos agora como é a dimensão relacional que orienta as atitudes face às avaliações dos riscos e, conseqüentemente, face à prevenção. É sobretudo no risco da gravidez/medo de engravidar que assenta a lógica da contracepção.

G4F3:20 - *É assim, o meu primeiro pensamento é a gravidez [...].*

O risco de engravidar é particularmente relacionado, por um lado com a idade precoce da iniciação sexual, na medida em que se trata de *miúdas muito novas* que ainda não falaram com os/as progenitores e acabam por engravidar e, por outro com a falta de privacidade que resulta em precipitação na passagem ao acto. Ou seja, é nas condições sociais de, por um lado, estímulo à sexualidade precoce e, por outro, limitações

impostas à sua efectivação tranquila, que os/as jovens colocam as causas da gravidez adolescente.

G4F3:20 – [...] por exemplo, de 13 anos, há miúdas que já [...] é o que se mais vê agora, é miúdas grávidas.

[...]

G4M5:18 - Eu estava aqui a dizer que se calhar uma das causas porque se engravida acidentalmente também é o sítio onde se faz, porque se é um sítio ... imagine uma pessoa, não tem sítio e arranja assim uma coisa à pressa depois é aquela coisa feita muito à pressa e acaba-se por não usar o preservativo e depois engravida-se por acidente. Se nós tivéssemos a nossa privacidade em casa ia haver mais tempo para fazer as coisas podia-se para e assim...

G4M1:19 - Pensava-se mais.

G4M5:18 - Isso é...

G4M1:19 - Pensava-se mais, porque quando não temos sítio, é fazer tudo à pressão, é fazer e ...sempre andar

G4M4:21 - Quando não há sítio é “baixo as calças e ...”

G4F2:18 - Ai! meu Deus!!

G4M4:21 - Basicamente é isso. Se houver tempo para pensar, uma pessoa faz tudo nas calmas; se não houver tempo, uma pessoa quer é despachar.

Apesar de os discursos reproduzirem valores estruturados na partilha de responsabilidades entre rapaz e rapariga, na prática impõe-se toda uma lógica que sugere uma directa responsabilização das raparigas. Isso fica bem expresso no dizer de um dos rapazes que faz referência ao discurso da sua mãe, responsabilizando a rapariga e desresponsabilizando o rapaz - discurso com o qual dá entender estar de acordo.

G7M3:23 - Por exemplo, a minha mãe nunca me disse a mim directamente, mas às vezes está a falar de uma rapariga que saiu de casa e engravidou e ela diz: - “ a mãe dela que a cuide, o rapaz anda à-vontade”. A minha mãe nunca disse directamente, mas é o que leva a pensar... e eu ao ouvir aquilo ...

Um dos rapazes reforça esta ideia ao colocar-se numa posição exterior à maternidade/paternidade, na frase: - *eu não sou rapariga, mas se fosse rapariga preferia ser mãe adolescente do que apanhar uma doença* (G4M1:21). Este

desequilíbrio da responsabilização é atribuído à morfologia do processo de gestação que acorrenta as raparigas e deixa ao rapaz a opção de não assumir o vínculo de paternidade.

G3F2:19 - Eu acho que há mais [responsabilidade] por parte das raparigas do que por parte dos rapazes.

G3M2:18 - Têm medo que não consigam aguentar com o medo...pode acontecer que podem engravidar e não podem fazer nada...

[...]

G3F2:19 - Sim, eu acho que sim ... porque se for a ver, uma pessoa engravidada e quem fica com os filhos somos nós, os rapazes fogem [RISOS] ... E se apanhamos alguma doença? Ficamos de cama. Quem é que os atura?

G5F2:17 - Ela é que aparece de barriga cheia e pronto.

G5M1:21 - Um pai também tem que tomar conta da filha e andar de caçadeira na mão.

G5F2:17 - Claro, o rapaz fez .

G5M2:20 - É diferente. É preciso que assuma...

Moderadora - Há quem não assuma?

G5F2:17 - Há.

G5F4:21 - Então não há?!

G5M1:21 - Houve uma altura que até parecia que andava na moda...

G5F4:21 - O quê?

G5F2:17 - Comer e deixar o filho.

Apesar de afirmarem a preocupação com o risco do VIH/sida, os/as jovens demonstram desvalorizar a sua vulnerabilidade, nomeadamente na relação diária. Vários factores se apresentam ligados a esta atitude.

O impacto do VIH/sida nas suas vidas não é sentido de forma imediata – ao contrário da gravidez que tem implicações no quotidiano imediato. Além das implicações efectivas (ficar grávida), há uma carga simbólica estigmatizante profundamente interiorizada e que vimos aparecer na comunicação progenitores-filhos e na modelação relativas às práticas e aos relacionamentos sexuais.

G3M5:20 - Não sei, é aquele tal preconceito de chegar a casa, não é?, E virar-me para a minha mãe ou para o meu pai: - “Ó mãe, Ó pai,

estou grávida. Vou ser mãe.” [RISOS]... do que, se calhar, se tiver uma doença, às tantas ninguém vai notar... talvez seja um bocado assim, não sei, não sou rapariga...mas é próprio dizer isso...

[...]

G3M3:21 - Por exemplo, se chegar à beira do meu pai: - “Vou ser pai!”, é complicado. Se calhar dava apoio, mas eu falo por mim, tipo, [...]A nossa vida muda completamente.

G3F2:19 - Mesmo que tivesses uma doença, também ia mudar.

G3M3:21 - Mas se calhar a longo prazo. Enquanto se calhar uma gravidez era naquele momento...

A argumentação para o que, na prática, resulta em desvalorização do risco de DST, passa também pela relativização desse risco específico no que constitui uma referência ao contexto da sociedade do risco em que os indivíduos vivem, com o reconhecimento da probabilidade de ameaças várias no quotidiano (Beck, 2000).

G7M3:23 - Eu, para já, numa relação séria, vou usar sempre preservativo por causa da gravidez. Mas não é só pelo uso do preservativo que podemos apanhar essas doenças. Por exemplo, há um corte no lábio, podemos dar um beijo e apanhar essas doenças. Pronto, mas no acto sexual usamos sempre o preservativo, mas confiava na outra pessoa.

Associada a esta argumentação está a manifestação do desejo de confiar no “outro” o que aponta para a lógica da *relação pura* (Giddens, 1996).

Dai que seja na relação séria que o risco de DST é considerado menor e que nela se possa abdicar do preservativo. A opção dos/das jovens que experienciam uma *relação séria*, recai na pílula, sendo preterido o uso do preservativo. Mesmo no caso da referência a opções conjuntas, pílula e preservativo, a justificação reside na procura de segurança do ponto de vista de prevenção da gravidez.

G4F3:20 - [...] eu só consigo fazer as relações sexuais estando com preservativo e a tomar a pílula, porque a pílula é 99% eficaz e eu posso ser 1%, não é?

Nos discursos destes jovens o uso do preservativo não é apresentado como tendo por motivo a prevenção do VIH/sida, mas principalmente, com a percepção do risco, ainda que assumido um risco menor, de a pílula falhar: - nunca *confiar plenamente na pílula, há sempre um risco* (G7F2:21).

G7F3:23 - *A tua questão é não engravidar e não tanto o transmitir a doença?*

G7M3:23 - *Sim, sim.*

G7F2:21 - *Eu também tenho um relacionamento de anos e usamos sempre preservativo. Também nunca podemos confiar plenamente na pílula, há sempre um risco, nunca confiar. Para quê correr riscos?*

Moderadora - *Mas tu usas os dois, pílula e preservativo?*

G7F2:21 - *Sim.*

G7M3:23 - *Assim temos a certeza.*

G7F3:23 - *Isso também tem que ver com a idade. Quando eu perdi a virgindade era muito nova, não tinha..., agora estou a estudar e um filho agora...*

G7F1:18 - *Eu sempre usei os dois [...].*

Em termos globais, encontramos uma avaliação geral negativa sobre o uso do preservativo. A tónica é colocada na diminuição do prazer sexual, mas o significado aparece ligado à representação de liberdade. O preservativo é *contra-natura: a sensação é diferente, não há pele com pele ... é pele com plástico* (G4M4:21).

Moderadora - *Então o que é que não é contra-natura?*

G4M5:18 - *Fazer direito*

G4M2:21 - *Sexo ao natural!*

Moderadora - *E o que é sexo ao natural?*

G4M2:21 - *Sem preservativo! Pénis / vagina, enfim...*

G4M5:18 - *Fazer e engravidar e acabou!*

G4F3:20 - *Não! Não! Que horror.*

G5M5:18 - *É uma seca usar preservativo*

Moderadora - *Vocês não gostam?*

G5M2:20 - *É artificial.*

G5M1:21 - *É tudo ao natural*

Moderadora - *Vocês gostam de tudo ao natural?*

G5M1:21 - *Claro.*

Moderadora - O que é isso de tudo ao natural?

G5M1:21 ; G5M5:18 - Sem nada.

G5M1:21- Sem nada, nem meias, nem nada.

O uso do preservativo aparece também referido ao incómodo de obrigar a uma interrupção na relação sexual o que parece ser embaraçoso.

G4M1:19 - Muitos rapazes não gostam. Uma coisa é estares com uma rapariga e: - “olha espera um bocadinho que eu vou ...” [RISOS], não tem lógica.

Paralelamente e adoptando o discurso da racionalidade médica, fazem referência à necessidade do uso do preservativo na primeira relação sexual/coital e em todas as primeiras vezes de um novo relacionamento. Porém fica claro que este não é um comportamento sempre efectuado, como se vê por exemplo, no discurso de uma jovem quando refere que não usou preservativo porque já namoravam há muito tempo.

G7F3:23 - Não, quando perdi a virgindade não usei preservativo. Tomava a pílula. Já tomava porque inicialmente comecei a tomar a pílula, não por questões de engravidar, mas por questões hormonais... mas já foi ao fim de muito tempo de namoro, mesmo que [teve relações sexuais com penetração].

No sentido do não uso sistemático do preservativo em relações eventuais está também a informação de que não têm por hábito trazer o preservativo com eles/elas, dado que é costume esconderem-no em casa.

G7F1:18 - [...] também nunca ando, porque faço em casa.

G7F3:23 - Pois, guarda-se em casa, bem escondidinho, numa caixinha.

G7M3:23 - Também pode-se degradar...

G7F3:23 - Eu guardo na minha casa.

O debate de um dos grupos foi claro quanto ao aspecto de que nem sempre sentem necessidade de usar qualquer contracepção. Circula a ideia de que quando o casal se conhece bem e há intimidade, existe um controle da relação sexual que permite o recurso ao coito interrompido que os deixa seguros/as. No entanto, a prática do coito

interrompido foi muito poucas vezes verbalizada por estes jovens. Este facto mostra algum distanciamento dos dados referidos na década de oitenta, nomeadamente na investigação de Vaz (1988) entre 50,6% (1984-85) e 44,8% (1985-86) dos estudantes universitários da sua amostra já tinham utilizado o coito interrompido⁷⁵

G5M1:21 - Depende da mulher, há quem não engravide tão facilmente.

G5F4:21 - Depende da mulher. Eu nunca usei nada...

[...]

G5F1:17 - [...] eu antes de namorar com o [nome] também não tomava a pílula e não me aconteceu nada.

G5M1:21 - Tem que se saber tirar a cena fora e descartar para a roupa.

G5F4:21 - Estás a perceber? ... Não vai estar... claro que não... é para fora ... é normal, pode acontecer.

G5F2:17 - Mas pode acontecer engravidar?

G5F4:21 - Pode.

G5F2:17 - Dois anos é, ... se estiverem a viver juntos, acho que já têm mais aquela intimidade e fazem mais vezes amor, percebes?!

G5F4:21 - Lá está, fazem mais vezes e conhecem-se melhor um ao outro e então...

G5M5:18 - Controlam.

Também foi encontrada a noção de que certas mulheres (ou raparigas) têm dificuldade em engravidar como justificativa para o não uso de contraceção o que parece remeter para irresponsabilidade e/ou desinformação, mas esta situação não foi aprofundada no debate.

Paralelamente, estes/as jovens deixaram perceber que a partir do momento em que o relacionamento assume uma certa estabilidade, o preservativo é frequentemente substituído pela pílula. Esta prática vem confirmar o entendimento do uso do preservativo como prevenção de gravidez. Na generalidade dos discursos prevalece a ideia de “imunidade da *relação séria*”, no sentido de não risco de DST, expulso pela

⁷⁵ Para estes jovens universitários esta prática era explicitamente considerada como método contraceptivo. Note-se, no entanto, que este facto nunca foi referido pelos jovens da nossa amostra.

confiança mútua entre parceiros – situação confirmada pela investigação realizada com mulheres adultas de grupos sociais desfavorecidos (Vieira et al., 2003) e com homens adultos (Almeida & Vilar, 2008). Nestes estudos, percebemos durante o percurso da relação, o preservativo como método de contracepção tem um uso temporário, fixado mais na fase inicial.

G5M5:18 - Quando não há, não se faz...Estou a brincar, quando não há, faz-se na mesma...[...]. Depende da mulher.

G5M2:20 - Depende da situação.

Moderadora - Não estou a perceber, depende da mulher, depende da situação?!

G5M5:18 - Se a mulher usar pílula, não é preciso preservativo.

G5F3:18 - O quê?

G5F1:17 - Não é bem assim. E se ele for casado com outra?

G5F3:18 - A pílula protege-te das doenças?

G5F4:21 - Claro que não, mas ele está a falar numa relação estável. Não é andar aí... quem anda à frente a torto e a direito usa preservativo.

G5M5:18 - Quando é uma namorada fixa, não é preciso preservativo.

Este é um dos domínios que nos defrontámos com a diferenciação dos discursos (consoante os grupos). Um dos grupos (jovens universitários) dá a entender que a preocupação com o risco se mantém numa “relação séria”, manifestando estar em permanente alerta, facto que parece indicar que a “relação séria” não é sempre entendida como uma condição de imunidade.

G7F1:18 - Mesmo tendo um relacionamento sério, pode acontecer. Eu sei de casos concretos em que ...por exemplo, eu tenho uma amiga minha que ela, ela não sabe, eu já tentei avisar, mas ela não abre os olhos e o namorado dela vai a garotas de programa e ela não sabe. E ela confia plenamente nele.

[...]

G7F3:23 - Eu tive duas relações (neste momento é a minha segunda relação séria). Eu gosto logo de pôr tudo em pratos limpos. Ou seja, eu gosto de saber o que é que ele fez e não fez e ponho-o à-vontade para falar e eu faço o mesmo, ...lá está para... eu gosto de saber: - “tiveste relações sexuais com quantas pessoas? E inicialmente usavas

preservativo?”. Claro que não é uma questão de medo, mas ...claro que não é, logo no primeiro dia, é com o tempo. [...]

10.4. Modelos e lógicas de relacionamento – breve síntese

Nos modelos de relacionamento encontrados (*comer, curtir, andar e namorar*) surge um mapear de diferentes formas de sociabilidade e afectividade, com ritmos relacionais descontínuos, reproduzindo uma hierarquia de intensidade e comprometimento. Nas raparigas, o discurso contrapõe os modelos de relacionamento das sedutoras, designadas *vadias*, às virtuosas. As experiências relacionais, mais vinculativas e de maior cumplicidade, classificadas como *relações sérias*, são características inerentes às raparigas virtuosas. Nesse sentido, os relacionamentos sem vinculação relacional não aparecem referenciados pelas jovens como forma de vivência. Subjacente a esta dupla moralidade, encontramos nos discursos uma atitude muito crítica a particularidades da rapariga *vadia* que, contrariando a expectativa social, assume comportamentos de iniciativa e *provoca* os rapazes.

O sentido atribuído à experimentação da sexualidade e à sexualidade como relação é vivenciado de forma desigual entre elas e eles. Para as raparigas a experimentação, contextualizada na *relação séria*, não tem como objectivo a recreação. Ela surge vinculada a uma progressiva cumplicidade e intimidade relacional com propósitos conjugais – desejos que exprime continuidade de modelos tradicionais e contribui, de forma marcante, para a identidade feminina na actualidade. A trajectória relacional dos rapazes deixa perceber dois momentos temporais: um primeiro período, que corresponde à experimentação, com propósitos recreativos, claramente exposto em contexto público; e um segundo momento, designado por *relacionamento sério*.

A lógica discursiva das raparigas sobre o sentido desigual da trajectória de experimentação denuncia na prática o significado de risco. O medo de uma possível gravidez é manifestamente declarado pelas raparigas - sentido claramente assumido pela explícita responsabilização de protecção inerente à tomada da pílula. Os rapazes, apesar de o principal medo manifestado se centrar igualmente na gravidez, colocam-se, de forma mais ou menos declarada, numa posição exterior à maternidade/paternidade.

A lógica da escolha da contracepção pré-conjugal está condicionada ao tipo de modelo relacional. A opção dos/das jovens que experienciam uma *relação séria* é feita no sentido da tomada da pílula. A opção pelo uso do preservativo surge associada aos relacionamentos que ainda não evoluíram para um sentimento relacional mais vinculativo e, por vezes, aos relacionamentos esporádicos ou à primeira relação sexual. O sentido de risco atribuído ao VIH/sida surge desvalorizado, dado que na prática o cuidado, declarado principalmente pelas raparigas, passa pela selecção dos namorados – indicando, através da *relação séria*, uma espécie de imunidade ao risco. Esta situação pode ser indicativa de que as campanhas de prevenção da infecção VIH/sida não modificaram significativamente os comportamentos e atitudes preventivas dos/das jovens.

CAPÍTULO 11. Modelo(s) de orientação sexual

Neste capítulo analisamos os discursos produzidos sobre os modelos de orientação sexual que denunciam a persistência de pressupostos tradicionais assentes na verdade sobre a identidade humana, cristalizada na divisão sexual e binária da sociedade. Os/as jovens associam o “normal” padrão de comportamento humano à heterossexualidade – entendida num contexto heteronormativo. Neste enquadramento, a identidade sexual, surge, principalmente por parte dos rapazes, como algo que é permanentemente apreciada por forma a reafirmar características centrais da masculinidade hegemónica, o que faz com que construam um edifício de argumentos que vem reforçar a percepção de anormalidade do “outro” – nomeadamente o homossexual.

Paralelamente, percebemos que da complexidade dos argumentos emergem discursos contraditórios (apoiados numa argumentação estruturada em pressupostos relacionados com concepções da modernidade), nomeadamente quando manifestam alguma abertura à recusa da dicotomia rígida e da rotulagem da orientação sexual o que deixa ver uma tendência pela mudança, no sentido da direcção de mais fluidez identitária.

11.1. Nós e eles – ser heterossexual é a natureza “normal”

Estes/estas jovens parecem dividir a realidade entre o modelo heterossexual e o homossexual, como se de dois mundos completamente distintos se tratasse. Neste contexto, percebemos que nos discursos produzidos estão imbricados modos de produção de sentido inerentes à “opção” heterossexualidade como padrão de comportamento “normal”. Desde logo, é de realçar a forma como os/as jovens reagem e

se apresentam em grupo, todos/as referindo ser heterossexuais⁷⁶ e, em casos específicos, sentindo necessidade de reforçar esta afirmação.

G4F3:20 - [...] vocês reparem, eu estou dentro do assunto [da homossexualidade] ... mas, atenção não sou lésbica...

(G7M1:18) – [...] é-me indiferente que uma pessoa seja hetero ou homo. Nunca tive nenhum relacionamento sério... eu sou heterossexual, não sei.

Justifica-se referir aqui um caso com contornos de “não-afirmação” explícita de sua (suposta) homossexualidade. Com efeito, um dos rapazes afirmou que apesar de ninguém mentir, não seria dita naquele grupo toda a verdade. No final do grupo, deixou-se ficar e, a sós, tivemos oportunidade de conversar sobre o discurso da verdade/mentira. Falei que compreendia que eles não falassem toda a verdade, pois estávamos perante um grupo muito *preconceituoso* (expressão utilizada no grupo). Falámos da homossexualidade e ele, sem nunca pronunciar a palavra, referiu que eu era uma pessoa esperta e que já tinha percebido tudo... Ou seja, a própria construção discursiva sobre a homossexualidade revela a presença do tabu e estigma. Estes entendimentos deixam perceber que na lógica discursiva, o sentido atribuído ao modelo da homossexualidade, remete para “anormalidade”.

Tendo por referência um *modelo heteronormativo*, posicionando-se por referência ao modelo heterossexual, produzem afirmações em que declaram a aceitação do “outro” no mundo “deles” com terminologias que retratam bem a fronteira entre o “Eu e o Outro”: - “*não tenho nada contra eles*”; “*se for entre eles não me importo*”; “*eu, não sou eles...*”. As referências à temática da homossexualidade são feitas num discurso exterior a si próprios.

Na construção explicativa sobre a sua orientação sexual e uma vez que a heterossexualidade é a orientação dominante, os /as jovens manifestam que existe socialmente um sentido de discriminação e de não-aceitação em relação às restantes

⁷⁶ Esta informação baseia-se apenas nos dados retirados das respostas do questionário aplicado.

orientações sexuais - com maior expressão na homossexualidade. Estes entendimentos são manifestamente referidos quando, por exemplo, afirmam: *eu acho que a nossa sociedade não aceita e discrimina fortemente a homossexualidade* (G2F2:17). Esta discriminação está na base da ocultação de uma realidade que eles percebem que existe em mais larga escala do que aquela que é visível.

G2F1:18 - Muita gente até pode ser homossexual, mas passa muito bem por heterossexual ... Acho que isso ainda é um tabu muito grande para a sociedade.

Para estes/estas jovens, as restrições inerentes às políticas da homossexualidade (e que actualmente fazem parte das agendas políticas nacionais e internacionais, nomeadamente a adopção e o casamento homossexual) contribuem para a dissimulação da realidade que é da homossexualidade presente na sociedade como realidade relativamente vulgarizada.

G6M3:22 - Eu acho que se algum dia em Portugal os casamentos homossexuais vierem a ser legais, muita casa vai cair.

G6F1:22 - Eu também acho que sim. A partir do momento em que os casamentos forem legais e a partir do momento em que os homossexuais possam adoptar, que é outra coisa que está muito na baila, eu acho que vai passar a ser um assunto mais banal do que é agora.

G6F1:22 - Eu concordo.

G6F4:20 - Eu também.

G6F1:22 - Eu acho que muita mais gente vai dar a cara, e agora estão reprimidos, enclausurados.

A persistente dificuldade em assumir publicamente a identidade homossexual relaciona-se com a percepção de “anormalidade” da situação, na medida em que ela tem de ser precisamente “assumida”, isto é, “confessada”, pois a situação normal e esperada seria a de heterossexual.

Moderadora - Achas que se algum de nós aqui fosse homossexual, dizia claramente: - “eu sou homossexual”, aqui nesta discussão?

G2M1:21 - Se calhar não.

G2F3:20 - Depende, se tivesse assumido lá fora que era homossexual ... aqui dentro não ia dizer que era heterossexual.

G2M4:19 - Sim, sim.

G2M3:25 - Acho que depende das pessoas.

G2F3:20 - Se tivesse assumido perante os meus amigos, perante a minha família, porquê chegar aqui dentro e dizer que sou hetero? Se não tivesse assumido também não ia assumir aqui.

Em última análise, os/as jovens conferem à homossexualidade um sentido *contra-natura* que os/as jovens interpretam como resultado de uma inversão hormonal. Esta classificação está condicionada pelas noções dominantes sobre a existência dos dois seres distintos e correspondentes a dois sexos opostos. Nesse sentido, referem a existência de uma relação entre a homossexualidade e níveis hormonais mais próximos dos das mulheres, manifestando-se quer através dos comportamentos, quer pelos caracteres sexuais secundários. A homossexualidade aparece retratada de forma invertida, ao nível dos sentimentos, dos desejos e dos comportamentos, em suma, com um “instinto sexual”, contrário ao que impõem a imagem do seu corpo.

G3M4.19 - É rapaz e é tal e qual uma rapariga, mesmo a maneira de falar e tudo, tem voz de mulher... Houve pessoas a afirmarem que ele era rapariga, que ele era rapariga e ele é um rapaz... pessoas que não o conhecem a afirmarem que ele era rapariga e ele é rapaz só que tem aqueles tiques e manias de mulher.

[...]

G3F5.19 - Quantos casos nós conhecemos de homens que nem ganham barba!!

[...]

G3M3:21 - Há mulheres que têm tiques de homens, isso é igual...

G3M5.20 - Conhecemos. Temos uma na nossa turma...é fufa [...] tem uns traços assim um bocado masculinos...

G6M3:22 - Parece uma mulher num corpo de homem. [...]

G5F4:21- Já nasce connosco ... [...] Se já nascesse comigo e eu só ia brincar com carros...

Com base nesta representação assente numa classificação de inversão dos papéis e das características socialmente atribuídas a cada sexo, os/as jovens referem-se aos limites

que ela coloca à dimensão procriativa e que contrariam as expectativas sociais. Os discursos reflectem noções inerentes à concepção moral cristã que desaprova quaisquer orientações que não promovam a ordem natural, ou seja, a fecundidade. Assente na ideia de que o casal heterossexual é o normal, os/as jovens interrogam-se sobre a natureza das sexualidades periféricas (especialmente em relação à reprodução). Num dos grupos os discursos foram indicativos da ideia de que tudo o que estivesse para além da *lei natural da vida* (da procriação) era contra-natura. A este propósito fundamentaram a sua reflexão com:

Moderadora – Então, o que é que não é contra-natura?

G4M5:18 - Fazer direito

G4M2:21- Sexo ao natural!

Moderadora - E o que é sexo ao natural?

G4M2:21- Sem preservativo! Pénis / vagina, enfim...

[...]

G4M2:21 - *É a lei natural da vida! Temos que crescer e multiplicar.*

G4M4:21- *É verdade.*

Moderadora - *Já ouvi esta frase, não sei onde...*

G4F2:18 - *Na Bíblia...*

G4F3:20 - *É esse o objectivo.*

G4M4:21 - *Para já, não, na nossa idade não...*

G4M4:21 - *Mais para a frente tem que ser se não isto acaba.*

G4F2:18 - *Constituir a sua própria família.*

G4M1:19 - *Acho que é o objectivo de qualquer pessoa: é ter a sua própria família, os seus próprios filhos as suas coisas, a sua própria casa...*

Tal como no modelo de sexualidade heterossexual, assente em papéis de género que distinguem entre actividade/desempenho (qualidade masculina) e passividade /não desempenho (atributo do feminino), também a imagem da homossexualidade masculina contem a visão de um duplo entendimento entre os que *comem*, ou seja, os que simbolicamente possuem os parceiros e desempenham um papel activo e os que se *deixam comer*, ou penetrar, e que desempenham um papel passivo. Neste contexto, os/as jovens classificam como *gay* os homossexuais passivos, os que se deixam penetrar ou possuir pelos parceiros activos.

Associados à passividade (ou não desempenho), os *gay* ou *paneleiros* são retratados como possuidores de características efeminadas (físicas ou sociais, de desempenho de papéis tradicionalmente associados às mulheres) o que é apreciado pelos/as jovens de forma negativa, revelando o estigma do invertido que vem a justificar o repúdio sentido pelas práticas da homossexualidade masculina.

G3F5:19 – Eu, pessoalmente, acho que é diferente homossexual e gay, porque gay não tem orgulho de ser homem e o homossexual não, gosta de ser masculino. Homem, mas gosta de homens. Dou mais valor a um homossexual do que a um gay. O gay, acho que é uma coisa, que nem sabe o que é, nem o que quer ser, e veste uma personagem todos os dias porque nem tem orgulho nele, como é e quer ser. Acho que é diferente. O homossexual é um homem autêntico, gosta de se vestir à homem, gosta de trazer barba, gosta de se sentir homem. Mas gosta de homens.

G6M3:22- Arrepiante! Mas é preciso dividir as coisas como eu divido de homossexuais, de gays e de maricas (se é que se pode dizer). Um homossexual é uma pessoa que é completamente normal, veste-se completamente normal e age completamente normal e ninguém sabe que ele tem essa orientação. [...]. Um gay ...

G6M1:20- A mim mete-me nojo...

G6M2:22- E é uma pessoa normal...

G6M3:22- É uma pessoa normal, pronto não vou dizer que um homossexual é anormal. É como uma pessoa, está contigo e pronto tu nunca sabes que ele vive com outro homem e que partilha a sua vida com outro homem. Enquanto que um gay, ou maricas, é uma pessoa que gosta de mostrar ...aí está, a Parada Gay que eu acho que a maior parte dos homossexuais não integra, em ir fazer um escândalo. Para mim um gay é ...como é que eu hei-de explicar ...

G6F3:20- É um bocadinho exagerado.

G6M3:22- É, exagera e dá nas vistas e põe-se aos gritos e faz um escândalo.

G6F4:20- Eu também faço essa distinção.

O incómodo sentido com as práticas homossexuais masculinos é manifesto pela expressão *nojo* e outras expressões semelhantes (como *badalhoca*). Nessa repulsa

expressa, as práticas de penetração anal, simbolizando a inversão sexual, assumem uma grande evidência. O sentido de repúdio por essas práticas deixa perceber que este sentimento se confunde com todo o conceito de homossexualidade.

G4M3:20 - Sexo e gay...é o mesmo, sei lá, mas mais badalhoco.

G4F3:20 - Sabes porquê [que é nojento]? Eles pensam logo na relação sexual que eles fazem...Aqui nada entra, só sai! Podem ser gay.

G6M2:22- As práticas. A mim, o que me faz confusão, é conhecer as práticas sexuais...práticas sexuais sim...práticas sexuais, entre eles, penetrarem-se pelo ânus. [...] Sexo oral também me faz alguma confusão.

G6M1:20- O próprio beijo.

[...]

G6M3:22 - [...] Um gay ...

G6M1:20 - A mim mete-me nojo...

G5M5:18 - Já viu como é que ele fala? É mesmo paneleiro.

G5M2:20 - Pois ele gosta que o tratem por menina, querida ...

Assentes nesta lógica da *heteronormatividade*, os discursos tornam evidentes sistemas de representações da homossexualidade como anormalidade classificada como doença/doença mental, concepção que reflecte entendimentos e práticas clínicas do século XIX e início século XX (Weeks, 1989). É a concepção de desvio social que está aqui em causa, com todo o seu conjunto de noções morais que reforçam a disfunção normal-patológico que as sociedades constroem.

G5F4:21- Isso já vai de uma loucura, uma fraqueza.

G5M2:20 - Nenhuma criança deve ser obrigada a crescer numa relação homossexual.

G5M1:21 - Já viu, senão apanha ali e fica também ...vão todos no mesmo comboio...

G3M3:21 - São as taras.

G3F5:19 - Ele estava a dizer que a homossexualidade é uma tara.

G6F3:20 - Eu penso que a Parada Gay começou para eles se afirmarem...tipo não era normal e eles ...

G6M1:20 - Então eles próprios assumem que não são normais...

G6F4:20 - Falo, nos mesmos moldes. Exactamente devemos ser pessoas normais e devemo-nos comportar de uma forma normal,

G6M2:22 - É patológico...

Através de traços biológicos inultrapassáveis, os/as jovens mostram que os homossexuais *nascem assim*, estabelecendo uma ligação com concepções tradicionais, assentes em teorias que no passado identificavam a existência de uma correlação entre as hormonas sexuais, a diferenciação sexual, as diferenças de personalidade entre os sexos e o comportamento sexual.

G5F4:21 - Já nasce connosco ...[...].

G2F3:20 - São genéticas.

G6M4:21 - Eu acho que nasce com a pessoa tanto mais porque eu falo por aquilo que eu li. Há estudos científicos que dizem que é a testosterona e estrogéneo que a mulher tem, estou a basear numa teoria.

G6M1:20 - [...] Tanto quanto sei nós já a temos [a orientação sexual] predefinida.

Na explicação das identidades sexuais de orientação, apelam à influência da socialização com os condicionalismos culturais que explicam a essência do ser humano, ao mesmo tempo que a modelam. Nos seus discursos, a sociedade determina fronteiras, impõe limites e cria etiquetas, por forma a dirigir as pulsões, condicionando para uma orientação heterossexual.

G2M4:19 - [...] As forças que fazem com que as pulsões se movam também são muito sociais, daí que as pessoas reprimam.

G2F4:21 - Eu acho que isso cresce já um bocado connosco, a coisa de ser heterossexual. Se nós conversarmos em casa com os pais ou ver na televisão, ninguém te explica que, por exemplo, eu possa vir a gostar de uma mulher, as relações, quando tiveres um namorado ... parte um bocado da descoberta, à medida que se vai vivendo.

[...]

G2M4:19 - [...] Eu acho que as pulsões são dirigidas por diferentes pessoas, por determinadas razões e são esses condicionantes que a pessoa vive o resto da vida. Uma pessoa nasce numa família católica, heterossexual, os amigos são heterossexuais, conhece uma rapariga, gosta muito e fica com ela o resto da vida... não há aqui nada que obrigue a dirigir as pulsões para uma pessoa do mesmo sexo... prontos, acho que é mais assim...

[...]

G2M1:21 - Mas isso é sempre uma questão social. [...] O que eu estou é a chegar à conclusão que estas coisas vão muito do contexto social em que estamos inseridos.

Aos agentes de socialização primária é atribuído o exercício de uma forte pressão sobre os rapazes no sentido de exibirem a sua masculinidade – nomeadamente, assumindo o seu desempenho sexual e afirmando-o para terceiros.

G4M1:19 - Já os nossos avós, os nossos pais por exemplo, estão-nos sempre a chatear a cabeça. Se engatamos uma rapariga: “Ah garanhão, vê-se logo que é meu filho!” e se for ao contrário, já é uma vergonha do caraças.

G7M4:23 - [...] Tipo o meu pai é muito machista. Quando eu era pequeno chegava à minha beira e dizia: “Então as namoradas... tens muitas namoradas?” ... Eu comecei a namorar para aí há seis meses e estive muito tempo sem namorada, [...] então o meu pai estava sempre, tipo, quando eu estava no café ao fim-de-semana para ajudar, chegava lá um amigo e ele dizia: - ”então o seu filho já tem namorada?” E ele: - “ Ai! Não, ele o que quer é festa é só andar aí com raparigas!” E eu punha-me assim a olhar para o meu pai ...tipo: - “sabes alguma coisa que eu não sei?!”. Se calhar nem era aquilo, mas ele dizia para se mostrar ao amigo que tinha um filho que era o maior...

Vista pelos/as jovens, a geração dos progenitores não aceita a homossexualidade. A construção explicativa deste fenómeno remete para o facto de eles pertencerem a uma geração mais velha, regulada por valores tradicionais, o que implica uma maior dificuldade na compreensão e na aceitação da homossexualidade.

G6F1:22 - Mas porque era o pai ... e os pais têm uma mente mais anterior à nossa. Nós já ouvimos falar disso mais ...

G6F2:19 - Abertamente.

G6F1:22 - E eles foram criados

[...]

G6F4:20 - E nós temos pessoas que ao nosso lado são, e os pais se calhar não...

G6F5:23 - E se calhar aceitamos muito melhor que um nosso amigo seja do que os nossos pais.

G6F4:20 - São pessoas mais velhas...

G6F5:23 - E antigamente era bem mais complicado assumirem. Hoje até já são casados e assumem. [...] Existe muito preconceito, pois os próprios pais falam como se fosse algo de mal. Então deve ser complicado para uma pessoa assumir que é homossexual, quando os próprios pais criticam a homossexualidade de outros, sem saberem que os filhos também o são. Aí deve ser complicado assumir.

G4F3:20 - Os pais desprezam muito essas pessoas.

É por esse motivo que, particularmente no contexto privado da família, não é fácil assumir uma orientação homossexual, dada a presença do estigma que lhe está associado. Um dos jovens compara o assumir da homossexualidade perante os/as progenitores com uma confissão de uma transgressão – metaforicamente comparada com a comunicação da situação assumida de fumador: - *É como um filho chegar à beira do pai e dizer: “olha eu fumo” (G6M3:22).*

G6M3:22 - Quando eu digo assumidos perante os pais, os amigos também têm conhecimento. Normalmente, quando assumem perante os amigos também assumem perante os pais. Porque é assim, os amigos todos sabem, os pais não, mas os pais vão acabar por saber. Acaba por ser assim, por isso mais vale dizer aos pais do que... os pais saberem pela boca do filho do que virem dizer o teu filho andava assim [...].

A rejeição da homossexualidade pelos progenitores surge confirmada por situações conhecidas como, por exemplo, a situação retratada por uma jovem ao explicar o caso de uma amiga: - *tem 18, mas já anda com essa rapariga para aí há três anos. Teve*

problemas com os pais e saiu de casa [...]. O pai descobriu e desconfiou e ela chegou a casa e disse que era verdade e disse: “se me quiserem pôr fora de casa ponham-me” e foi, saiu de casa (G6F2:19).

Ou a de amigos homossexuais que optaram por se assumir longe do local onde residiam com os/as progenitores e amigos, preferindo fazê-lo num ambiente que lhes garantia o anonimato.

G6M3:22 - Sim, estou a falar de amigos que vivem nos Açores ... e agora um que vive aqui no Continente e um outro que está a estudar também cá e assumiu a sua homossexualidade quando estava cá a viver, já tirou um curso superior e já trabalha. Um outro está cá no último ano e assumiu este ano a sua homossexualidade. [...]. E tenho duas amigas minhas que assumiram a sua homossexualidade quando vieram estudar para cá, ou seja o ambiente muda, as pessoas mudam e a sexualidade acaba por mudar, ou seja as vontades e as experiências, fazendo com que elas assumam um bocado o que estava reprimido dentro delas.

Expressa-se a consciência do sofrimento implicado no assumir da homossexualidade e a coragem que exige, implicando, *por vezes*, enfrentar e confrontar situações de exclusão, nomeadamente o corte dos vínculos afectivos com a família de origem.

G2M4:19 - Acho que o errado não é errado, o natural é existir tabus e pôr etiquetas nas pessoas. Ao existir esse tipo de barreiras emocionais às pessoas, faz com que, para além de moldar a sociedade numa direcção, faz com que as pessoas, se quiserem virar para outro lado, sem ser essa direcção, sofram por causa disso e é por isso que eu acho que não devia ser tão intransigente ser heterossexual.

G6F2:19 - [...] teve problemas com os pais e saiu de casa, mas enfrentou essa situação e venero-a por isso. Poucas fariam.

11.2. O estigma comporta a ambivalência

Na complexidade discursiva dos/das jovens percebemos que existe um sentido ambivalente na recusa/aceitação da homossexualidade. O que confirma a dificuldade de viver em ambiente de mudança – na problemática da orientação sexual – e confirma uma construção da homossexualidade feita de contradições. Por exemplo, uma jovem (mãe) da amostra manifesta uma aceitação conformada e confirma a ambivalência entre fraqueza e desvio/ desculpabilização: - *há que apoiar. Tipo, se a minha filha gostar de mulheres o que é que eu posso fazer?! (G5F4:21).*

Os discursos reflectem que existe uma efectiva proximidade entre jovens com orientações homo e hetero. Quase todos/as referem ter amigos homossexuais e bissexuais (amigos ou conhecidos), situação que de alguma forma vem aproximar os/as jovens com diferentes orientações sexuais.

G2F2:17 - Eu tenho uma amiga bissexual.

G2F1:18 - Eu tenho duas amigas bissexuais e tenho um colega de uma prima minha que é homossexual.

G2F3:20 - Eu tenho amigos homossexuais ... todos rapazes. Raparigas, que eu saiba não.

G2M1:21 - Amigos mesmo, só tenho um homossexual.

G2M2:20 - Eu por caso não conheço ninguém que tenha uma relação desse género.

G2M3:25 - Sim, eu tenho colega homo.

G2F4:21 - Eu tenho uma amiga bissexual e dois amigos homossexuais.

G6M3:22 - Sim, por caso tenho bastantes amigos homossexuais.

G6M1:20 - Conheço. Assim que seja amigo dele, não. Mas conheço.

G6F2:19 - Por acaso nós temos um amigo da família que é homossexual.

[...]

G6F2:19 - Os meus pais têm um grande amigo da família que é homossexual

G6F4:20 - Eu também. Todas as pessoas que eu conheço são muito mais velhas, trinta anos para cima. [...] Os meus pais também conhecem.

Mas paralelamente, encontramos nos discursos uma conotação de valor positivo. No que respeita ao significado de prazer as práticas homossexuais são impulsionadoras de mais prazer.

G2M3:25 - Como se costuma dizer, depois da primeira vez não se quer outra coisa.

[...]

G2M1:21 - Até se diz muitas vezes em caso de brincadeira: “Ah, se eu tivesse tido uma relação homossexual até tinha medo de gostar”. Muitas vezes diz-se isso em tom de brincadeira ... claro, se eu gostasse, ficava no lado de lá.

Esta percepção remete para o sentimento de medo de se poder perder o controlo de si numa lógica de “contágio” que leva a adoptar uma distância prudente.

G3M5:20 - [...] É a única coisa que se destaca nele, não suporta mulheres. Falo para ele normalmente, aperto-lhe a mão [...] Vais lá fora e dizem-te: - “Ah o coiso e tal é...!” Começas a pensar, deixa-me chegar para cá, porque o gajo pode-me apalpar o cu. Em nós rapazes ocorre esse pensamento... Ah não quero muito contacto, pá, o gajo...

Estes discursos recordam algumas das ideias que emergiram nos anos oitenta, associadas ao surgimento do VIH/sida que, predestinando a homossexualidade à desgraça em destino de doença, no tipo de fatalismo ou condenação que tem sido identificado relativamente aos comportamentos perigosos (Herzlich, 2005; Jodelet, 1999; Sontag, 1993). Subjacente a este pressuposto de doença /desgraça, os/as jovens mais uma vez apresentam um discurso que os separa do fenómeno, exteriorizando-o como infortúnio que *acontece aos outros*.

G6M1:20 - É sempre uma coisa que acontece aos outros.

G6F2:19 - Eu também tenho um bocado essa ideia, acontece sempre aos outros, mais do que a nós.

G6M1:20 - Eu não ponho essa hipótese completamente de lado, mas não acredito que isso me possa vir acontecer.

A prudência é também a preocupação subjacente à escolha de quem decide reflexivamente assumir publicamente a sua amizade por colegas homossexuais.

G7M3:23 - Não é por isso que deixo de sair com eles. Lá na minha terra, [...], existem alguns e eles são assumidos, toda a gente sabe que eles são. Quando vão a um café costumam mandar piadas. E quando eu estou com eles ligam-me como se eu fosse homossexual e não é por isso que eu deixo de andar com eles. Se somos amigos, não é por eles gostarem de homens ...

Inerente a essa ambivalência discursiva, encontramos algumas justificações vantajosas numa relação homossexual, nomeadamente quando se referem à proximidade de interesses. Neste contexto, um dos jovens lamenta o facto de ter sido habituado a sentir estímulos heterossexuais e manifesta vontade de ser bissexual (G2M3:25).

G2M3:25 - Eu adorava ser bissexual

G2F3:20 -Ai meu Deus!

G2M1:21 - No fundo, há mais hipóteses!

[Risos]

G2F3:20 - Um leque mais variado.

G2M3:25 - Também tem a ver com isso, só que se eu tivesse que escolher um companheiro ou uma companheira não me orientava apenas pelo sexo, é mais pela pessoa em si ... e depois com os homens dá para ter outro género de intimidade ... é mais fácil sermos mais próximos, mais íntimos e era engraçado se pudéssemos aliar tudo... mas acho que fomos muito tempo habituados a sentirmos estímulos sexuais com as mulheres.

Nos discursos explicativos sobre os aspectos vantajosos desta orientação sexual, usam argumentos fisiológicos ao explicarem que os homossexuais beneficiam do conhecimento do corpo e nomeadamente das zonas erógenas – situação contrária à dos relacionamentos heterossexuais.

G6M3:22 - [...] eu ouço as mulheres dizerem que na troca por outro homem, que não vale a pena lutar porque nunca se sentiram homem e não sabem que pontos atingir ...

Ainda associado ao entendimento que caracteriza as experiências homossexuais com níveis de satisfação positivos, salientam o lado mais hedonista da sexualidade homossexual que surge fortemente estruturada na crença de que: - *eles vivem muito mais a questão do prazer, do prazer sexual que os heterossexuais [...]* (G6M1:20).

G6M1:20 - Imaginemos que eu tinha um parceiro homossexual, aquele parceiro podia ser tudo para mim, mas se ele não me desse prazer não podia estar com ele. Vivem mais o prazer, não sei se isso acontece na realidade, pois não conheço nenhum caso, não sei se realmente acontece.

[...]

G6M1:20 - Não. Eles só aceitam um comprometimento com alguém se essa pessoa lhe der prazer...

G6M2:22 - É determinante.

G6M1:20 - Sim, eu acho que é muito mais importante para eles o factor sexo do que se calhar para nós heterossexuais.

Surge a ideia de que o relacionamento homossexual é pautado por um efectivo investimento na felicidade. Esta representação assume claramente as características inerentes ao princípio da designada *relação pura* de Giddens (1996) – assumida como uma relação de igualdade sexual e emocional, ou seja, uma relação assumida em si mesma que existe enquanto for considerada pelas partes como uma fonte de satisfação.

G6M4:21 - [...] um homossexual é muito fiel com o seu companheiro.

É a ideia que eu tenho apesar de estar com outros homens não ...

Gosta é daquela pessoa.

G5M5:18 - há mais [amor] entre paneleiros e eles não traem.

Associada às matrizes de entendimento, nomeadamente a da invisibilidade/visibilidade, a aceitação social da homossexualidade surge ligada à sua maior visibilidade no espaço público, o que contribui para uma leitura positiva. Ou seja, tal como refere Plummer (2003), a homossexualidade não surge como um fenómeno individual; tem estatuto social privilegiado.

G6F1:22 - Agora fala-se muito mais abertamente sobre isso, mas...

G6M3:22 - Parece uma moda.

G6F1:22 - Também acho que sim...

G6M3:22 - *Ou talvez, deixa-se de ser uma coisa retraída e passa-se a falar mais disso e talvez se vê mais casos.*

G6F1:22 - *Agora vêem-se mais Paradas Gays, bares e gays. Se calhar sempre existiram, mas se calhar era mais na clandestinidade e agora estão mais abertos ao público em geral.*

G6F4:20 - *É mais comum ir à net e vermos um homem ter relações sexuais com duas mulheres.*

[...]

G6F3:20 - *Não, aquilo foi para aí nos anos cinquenta ou sessenta, não sei quando começou, e antigamente não se aceitava que tu chegassem à beira de um pai e: -“ Eu sou homossexual. “ ...*

G6M1:20 - *Como hoje...*

G6F3:20 - *Mas hoje é diferente, pode não aceitar muito bem, mas passado uns meses ou uns dias aceitam. Antigamente não, tu deixavas de existir.*

G7M3:23 - *Ou pela própria família, serem postos de lado. Hoje em dia a sociedade em si já aceita.*

G7F1:18 - *Mas eu acho que há muita discriminação.*

G7M3:23 - *Mas já começa a não ser visto daquela forma.*

G7M3:23 - *Antigamente a homossexualidade era vista como fonte de sida, tudo o que era mau na sociedade era visto como homossexualidade.*

No entanto, a marca do contexto de *heterossocialização*, deixa perceber que a integração se faz mais pela exigência da tolerância para com a diferença do que pela defesa do direito à igualdade, dado que o “normal” desempenho das práticas homossexuais passa pela sua não exteriorização em público.

G4M4:21 - *Não é o caso de tolerar! É assim: Eles sabem que elas andam, mas não andam na badalhoquice à frente de toda a gente! Por exemplo, não dão beijos à frente da família e assim, mas eles sabem que elas andam. Também é uma questão de respeito!*

G6M3:22 - *O irmão da minha ex-namorada era homossexual [...] eu cheguei a passar um fim-de-semana lá e foi um fim-de-semana normal, completamente normal. É claro que não estavam sentados no*

sofá aos abraços e aos beijos um com o outro, não sei se foi por eu estar lá ou não, mas não houve anormalidade nenhuma [...].

G7M3:23 - Não tanto, porque os sítios onde costumamos andar, os bares e tudo...eles ficam constrangidos com as outras pessoas, os comentários e os olhares que fazem. Já não é a primeira vez que, por exemplo, se dão a mão um ao outro, há sempre alguém que vem por trás e, em pleno bar, começa a falar alto e a mandar-lhes bocas e tudo mais...

De uma forma geral, na construção discursiva, a orientação sexual surge como uma característica permanente e predefinida. A este propósito, um dos jovens, quando questionado se tinha receio em experimentar uma relação homossexual, responde: *não, não tenho porque sei perfeitamente o que sou* (G7M2:25). O período da adolescência, associado com o início da manifestação de interesses eróticos, comportamentos sexuais e ligações emocionais, surge como marco temporal de configuração definitiva do objecto de desejo sexual. Para eles e elas, a designada “crise de identidade” tem início na adolescência e é nessa altura que se questiona e define a identidade sexual que a partir dessa altura, está definida e é imutável.

G6M4:21 - Tanto mais que a altura em que as pessoas se assumem como homossexuais é aos 14 ou 15 anos, altura em que comesas a definir a tua identidade...

G6F1:22 - Isso é a altura em que tu comesas a olhar para as pessoas do sexo oposto, é essa a idade também...

G6M4:21 - Mas é a partir dessa altura que tu vês mesmo...

G7F3:23 - Eu acho que as crises de identidade começam mais cedo.

G7M3:23 - Começam mais na adolescência

G7F3:23 - Exacto. Eu acho que está mais definido, porque tem que ver mais coma faixa etária. Nesta está mais...

G7F1:18 - Sim, ela tem razão, a minha fase de adolescência já passou...

G7M3:23 - Exactamente, na altura dos 17 ou 18 anos...

G7F3:23 - Aí se calhar éramos capaz de questionar.

G2M4:19 - E depois, deixar de sentir pulsões pelo mesmo sexo ou pelo sexo oposto, acho que isso é mutável ao longo da vida. (...).

[...]

G2M1:21 - Se a sexualidade funciona como uma pulsão, é natural que essa pulsão esteja dirigida a qualquer tipo de pessoa.

G2F1:18 - Claro.

[...]

G2M1:21 - Eu, falando do meu caso específico, nunca mudei, é verdade. Mas é perfeitamente plausível a mudança conforme a idade e até por várias vezes, acho perfeitamente normal ... lá está, acaba por funcionar como uma pulsão.

É a partir da visão diferencialista, fortemente estruturada na forma binária homo/hetero, que os/as jovens representam a sua própria orientação sexual como uma realidade fixa e delimitada pelo desejo *interiorizado*.

G2M2:20 - [...] Agora, eu acho que nunca vou mudar ... acho que isso é um bocado difícil, uma pessoa que gosta de mulheres chega aos trinta anos e descobrir aos 30 anos que afinal... [...] exacto, está interiorizado. Mas tu quando tens a relação, tu sabes se te sentes bem, se gostas...

Porém, outras lógicas discursivas denunciam a complexidade deste fenómeno, quando dão a entender que a identidade sexual aparece sujeita a redefinições durante a vida. Defende-se que o contexto social pode contribuir para a mudança de orientação sexual, de acordo com diferentes experiências. Está em causa a fluidez da modernidade: - *o heterossexual não descobre que é homossexual, mas que pode ser homossexual* (G2M4:19). Com efeito, está presente a noção de multiplicidade com a sua consequente necessidade de realizar escolhas.

G2M1:21 - [...] até pode ser aquele desejo de diferença.

G2F3:20 - De experimentar.

G2F4:21 - Faz parte da descoberta. Imagina que eu começo a sair com as minhas amigas, e até tenho um namorado, mas por caso até me podia dar alguma coisa e ... surgir alguma coisa...

G2M4:19 - Posso dar um exemplo [...] nasceu numa família heterossexual e por rebeldia, por influência, por descoberta, começou

...pela própria iniciativa de descobrir, de se afirmar etc... decidiu seguir outro caminho.

11.3. A identidade sexual é plástica, mas com limites

A concepção de identidade sexual fluida, móvel e não estável surge sempre, nos discursos, referida ao percurso do heterossexual. O percurso homossexual só aparece como uma opção irreversível.

G2F3:20 - Nunca se viu nenhum homossexual virar heterossexual e o contrário já aconteceu ... Eu por exemplo, não conheço uma pessoa que tenha sido homossexual até a uma certa idade e depois tenha seguido outra orientação.

Na generalidade, estes/as jovens afirmam indisponíveis para a experimentação não heterossexual, mas não em absoluto. Alguns admitem a hipótese da experiência, enquanto outros a rejeitam completamente.

G7M1:18 - Não, acho que não. Quer dizer, é difícil porque não tive até agora nenhum relacionamento sério, mas acho que não. Uma coisa que seria interessante era, para um heterossexual, era por exemplo, se à face da terra só houvesse a mulher mais feia do mundo e depois o homem mais bonito do mundo, seria interessante para um homem ou para uma mulher dizer quem escolhia. [...] Eu escolhia o homem mais bonito do mundo.

G7M4:23 - Eu, uh!uh!uh! sei lá [...] matava-me logo.

No contexto das orientações sexuais identitárias, a bissexualidade é um comportamento que se admite nas mulheres, mas não nos homens. A intolerância à bissexualidade masculina liga-se à imediata categorização de comportamento homossexual que é feito ao homem que tem relação com homens (ainda que também com mulheres). Ou seja,

existem fronteiras bem definidas quanto ao objecto de desejo dos homens, tornando-se difícil aceitar que um jovem (entenda-se heterossexual) tenha qualquer contacto sexual com outro(s) rapaz(es).

G2M4:19 - Se o rapaz disser que é bissexual... acho que é mais aceitável uma rapariga dizer que é bissexual do que um homem dizer ... é bissexual, é gay... não interessa, é gay .

[...]

G2M1:21 - Aí é que está, a bissexualidade masculina já entra muito na coisa da homossexualidade.

G2M4:19 ; G2M1:21 - Gosta de homens.

G2M3:25 - O homem bissexual já perdeu a sua dignidade.

G2F1:18 - É! É!... bissexual, só raparigas...

G6M2:22 - Com uma mulher sim.

G6M3:22 - Como é do sexo oposto já é diferente. Não é ...

G6M1:20 - O homem é sinónimo de masculinidade de força de vigor...

G3M3:21 - Acho que há mais preconceito...em relação aos homossexuais do que às lésbicas...

A maior tolerância da homossexualidade feminina passa pelo argumento da menor visibilidade: - *Acho que não há mais preconceito, mas é o facto de as lésbicas passarem mais despercebidas.* (G3F5:19).

No entanto, a aceitação da homossexualidade feminina será mais aparente do que reais, na medida em que o que afirmam aceitar são práticas sexuais entre mulheres, retratadas na ideia de jogo erótico "voyeurista" masculino que se manifesta em demonstrações de entusiasmo, por parte dos rapazes:.

G6M1:20 - A minha namorada está com as amigas aos beijos e eu vejo e gosto de ver. [...] a partir do momento em que estamos todos a tomar café e ela se lembra de beijar uma amiga, pronto, eu: - "Ei! Não está sob o efeito de cerveja ou outro tipo de substância", tínhamos que começar a pensar essa orientação sexual.

G5M5:18 - Estás a falar das fufas? ... Bem boas...

G5M1:21 - Isso é melhor. A gente em vez de ficar com uma, depois traz o bónus.

Os comportamentos entre raparigas são referenciados pelos/as jovens como procedimentos visivelmente envolvidos em sensualidade e estimuladores do desejo masculino.

G6M3:22 - Tu já viste duas mulheres a beijarem-se?

G6F1:22 - Sim. Já vi duas mulheres e dois homens.

G6M3:22 - Quantas vezes? Viste uma vez um homem a beijar outro?

G6F1:22 - Sim.

G6M3:22 - Achaste sensual? [...] Lá está, um homem a beijar outro nunca vi, agora mulheres a beijarem outras e outras a beijarem outras já vi...

G6M1:20 - A mulher tem um aspecto mais sensual, mais sexy, o que torna a visão mais agradável ao homem.

G4M5:18 - Eu já sei o que vais dizer... vais dizer que os rapazes não gostam de ver os rapazes, mas gostam de ver as raparigas, não é isso que queres dizer?

G4F3:20 - É!

G5F4:21 - Não sei, acho que sim. É uma coisa que se quer experimentar, é como o homem estar com muitas mulheres na cama.

Surge, por parte dos jovens, um modo de pensar o feminino - *belo, redondo, bem feito e sensual* - em clara relação com as expectativas socialmente moldadas dos ideais de beleza e feminilidade socialmente difundidos (Lipovetsky, 2000).

G6M3:22 - Mas como eu estava a dizer, duas mulheres a beijarem-se. Como há aquela mulher que é um ser redondo e bem-feito e é isso que as mulheres são à vista das próprias mulheres e dos homens, são pessoas muito mais bem esculpidas e torneadas do que um homem.

G6M4:21 - Eu também gosto mais de ver duas mulheres do que dois homens.

G6F1:22 - Transparecem mais sexualidade.

G6F4:20 - As suas curvas, eu acho muito mais bonito

G6F5:2 - Esteticamente a mulher é mais, dois homens é mais ...

Das manifestações afectivas e eróticas entre as raparigas, os rapazes falam de práticas concretas (carícias e beijos) e descrevem que gostam de participar – mesmo que seja só a ver.

G6M3:22 - Acho que as mulheres, quando estão com os copos, têm muito esse hábito e volta e meia começam aos beijos umas com as outras...

G6M1:20 - Gosto de ver e participo também ...

[...]

G6M3:22 - É assim, tu estás numa discoteca e vês uma mulher a beijar outra, é uma festa, juntam-se logo mulheres e homens é uma festa.

Estes comportamentos de afecto, visivelmente afirmadas como mais presentes nas raparigas, são também explicados por factores culturais, dado que a educação das raparigas está muito mais direccionada para a valorização das relações emocionais e das demonstrações afectivas. Contrariamente, o significado da masculinidade está arredado da visibilidade de qualquer contacto ou demonstrações afectivas entre eles. Ou seja, os/as jovens referem-se (sem a nomear) à categoria de género.

G3M2.18 - Um rapaz não anda de mãos dadas um com o outro...

G4M5:18 - Mas acho que as raparigas têm uma relação diferente entre elas do que os rapazes com os rapazes.

G4F3:20 - Porquê!? Porquê?

G4M5:18 - Fogo! Isto é assim: Tu não dás beijos na cara às tuas amigas? Não abraças? Não agarras? Eu não chego à beira dos meus amigos, não abraço, nem dou beijos na cara.

11.4. Modelo(s) de orientação sexual – breve síntese

Enredados em significados contraditórios, as questões relacionadas com os modelos de orientação sexual não são tratadas de forma linear. Por um lado, integrados neste sistema heteronormativo e binário hetero /homo, os/as jovens fazem referência à temática da homossexualidade num discurso exterior a si próprios que evidencia um sistema de representações em que a homossexualidade é portadora de estigma. Cientes de que estão sujeitos à interiorização de modelos culturais definidores do poder que impõem e modelam uma concepção de sexualidade *normalizada*, estes/as jovens mostram ter consciência das dificuldades de contrariar esta “*ordem natural*” e da inconveniência de dar visibilidade, isto é, da dificuldade da identidade homossexual ser assumida (confessada) publicamente. O contexto em que se discute o desejo sexual das *sexualidades marginais, periféricas e estéreis* remete para a noção de “contra-natura” (Foucault, 1994a).

É assim que, enredados numa percepção crítica pela socialização mais primária e numa consciência cognitiva assente na modernização dos costumes que apela à integração da diferença, os/as jovens constroem um edifício de argumentos que, ao mesmo tempo que afasta o “outro” por “anormalidade”; e o aproxima por desculpabilização, pelo infortúnio tipo fatalista (é transmitido por contágio, ou é genético de nascença).

Mas, os/as jovens vivem em tempos de mudança, no sentido de plasticidade da sexualidade, seja pelos amigos/as, seja por observação de práticas ou até experiências. Assim, sublinham a fluidez e a recusa de rótulos, interpretando a orientação sexual de forma semelhante àquela que é proposta pela teoria *queer*. Num registo marcado pelos padrões de vida moderna, os/as jovens conferem um sentido positivo à homossexualidade, engrandecendo a coragem das condutas que permitem dar visibilidade a um fenómeno que a sociedade estigmatiza. E, de acordo com o sentido atribuído às novas formas de relacionamento amoroso (Giddens, 1996), o relacionamento homossexual é apreciado pelo nível de satisfação que confere a cada uma das partes, num processo de *democratização das relações* – centrada numa maior

proximidade de interesses e num maior conhecimento do corpo erógeno e que se traduz numa maior confiança e intimidade.

Percebe-se aqui o contexto líquido da modernidade (Bauman, 2001; 2005), que faz emergir motivações para uma concepção de identidade sexual móvel, associadas ao desejo de experimentação, o que de certa forma transforma a *hipótese repressiva* (Foucault, 1994a) na *hipótese da diversidade* e da *desperiferização* (Pais, 1998b) das sexualidades marginais. No entanto, os/as jovens mostram reservas quanto à fluidez do percurso no sentido da homossexualidade masculina e, particularmente, no sentido da heterossexualidade pós experiência homossexual. A esta é atribuída uma característica de marca (e trajectória) irreversível.

DISCUSSÃO CONCLUSIVA

A pesquisa foi direccionada para a compreensão da relação dos/das jovens com a sua sexualidade numa perspectiva de construção identitária. Neste capítulo final retomaremos as linhas essenciais que sobressaem da análise dos resultados informada pela teoria que enquadra o pensamento sobre o tema na ciência social.

Dando a palavra aos/às jovens, ouvimos uma pluralidade de discursos, de aparência mais ou menos (des)contínua e (in)congruente, que traduzem complexidades de vivências compósitas. Nessa diversidade se identifica uma sexualidade plural e *plástica* (Giddens, 1996), voltada para a autonomia sexual e para o prazer mas onde podem prevalecer concepções mais centradas em paradigmas tradicionais ou mais dirigidas por paradigmas modernos. Este é o vector de análise que permite assinalar os entendimentos e as práticas que traduzem mudanças, bem como os que dão continuidade à ideologia tradicional. As categorias de análise fazem sobressair a comunicação familiar, a informação que circula no espaço público, a iniciação de, e a sexualidade activa, o corpo e, por fim, a orientação sexual, como elementos que sustentam a construção da sexualidade em tempos de modernidade reflexiva.

A categoria género é praticamente omnipresente como diversificação que acentua a presença do passado. O conceito de medicalização demonstra ser oportuno à compreensão das mudanças em presença.

“Os pais chegam tarde e aí já está educado...”

No discurso dos/das jovens, os progenitores surgem como referência importante do processo de aprendizagem da sexualidade. É-lhes atribuída a intervenção de informação sobre os riscos. Há assim a presença da função parental educativa (Parsons, 1973) que se alarga a uma comunicação relativamente aberta e não, à partida, repressiva da sexualidade juvenil. Esta extensão da função educativa aparece manifestamente informada pela preocupação com os processos do corpo que a razão moderna entende

regular – gravidez e risco de doença. Torna-se visível a *explosão discursiva* a que Foucault se referiu como de fixação de efeitos normativos nas formas de fazer que descentram a visão do problema moral (Foucault, 1994a). Associada ao paradigma biomédico, a *medicalização da sexualidade* (Bozon, 2002b) fortemente implementada nos últimos cinquenta anos, foca a questão do bem-estar, físico, mental e social, remetendo afinal para a noção de saúde sexual e para a moral de comportamento responsável (Jodelet, 1999; Sontag, 1993).

Tal como afirmou Vilar (2002), a comunicação entre jovens e progenitores, acontece em ambientes informais e não reprovadores. A sexualidade é pensada e discutida de forma consentida (Almeida & Vilar, 2008). Nesse sentido, ela afirma um sentido de legitimação da sexualidade juvenil o que constitui sinal de mudança em relação ao passado recente. No entanto, os nossos dados justificam que se interrogue até que ponto o ambiente comunicacional é descontraído já que por parte do/as jovens, de uma forma geral, nos é dado a entender a persistência de pouco à-vontade nessa relação e até o sentimento de se sentirem julgados. A diferença de gerações e de papéis familiares parece manter-se presente neste domínio da sexualidade apesar da aceitação, pelos/as progenitores, da probabilidade de concretização da sexualidade activa pelos/as filhos/as. A confirmar esta leitura de persistência da distância entre pais e filhos, está a crítica à estratégia pedagógica parental mais preocupada com a informação médica do que com a experiência afectiva.

Continua a ser com os pares que a comunicação sobre a sexualidade é mais íntima (*fala-se das experiências*). É com os pares, papel de influência central na construção das percepções individuais, que o processo de aprendizagem da sexualidade decorre com maior à-vontade, sem grande ponderação nos pensamentos, palavras e práticas (com os pares conversa-se sobre as intimidades e interage-se através de jogos que envolvem alguma intimidade física). Ou seja, os progenitores transmitem o saber feito de ciência enquanto que os pares socializam o saber feito de experiência.

No discurso dos/as progenitores os/as jovens percebem um sentido moralizador feito de expressão de sentimentos de preocupação e de regras de aviso. Ou seja, ainda

que sem o carácter proibitivo que caracterizava a moral de há algumas décadas, a sexualidade aparece associada ao tabu - que se torna visível na dificuldade de a verbalizar. Na família, a sexualidade é uma realidade presente mas num tipo de “não-presença” ou presença encoberta. Cada um dos lados, progenitores e filhos/as, sabe da sua presença no outro, mas, para além da comunicação verbal em momentos formais, ela é escondida ou evitada.

Nesta aprendizagem para a sexualidade feita no espaço privado surgem igualmente registos que evidenciam a persistência do duplo-padrão de género. Nas percepções dos/das jovens, há, nas representações mentais dos/das progenitores, expectativas virtuosas esperadas para as filhas e que vão influenciar as condutas educativas. Quando os/as jovens se comparam entre si, as raparigas sentem menor liberdade, auto-suficiência e maior protecção – tal como encontrou Vilar (2002). As raparigas manifestam que permanece no entendimento dos progenitores o desejo contínuo de as verem casadas, condição que aparece de forma “naturalizada” como consequência lógica de um processo de relação amorosa. Subjacente a estes princípios, persiste a *moral feminina* imposta por mecanismos disciplinadores que tentam chamar à ordem a todo o momento e que conduzem a atitudes de submissão (Bourdieu, 1999).

As jovens criticam esse entendimento que as distingue como género de quem se exige maior contenção em matéria de sexualidade. Os jovens reconhecem-no como atitude de que também afirmam distanciar-se. Mas, no entanto, essa diferenciação de género vai aparecer como interiorizada por ambos nos momentos da discussão em que se fala dos comportamentos relacionais (a desenvolver adiante).

No espaço público, as tecnologias de informação e comunicação assumem um papel importante como instrumento de aprendizagem da sexualidade no desenvolvimento pessoal (Gauntlett & Hill, 1999). A globalização, a *informacionalização* e a cultura da realidade virtual da sociedade moderna, nomeadamente através da Internet, permitem que informação e imagens circulem e se difundam em redes globais de poder, transmitindo códigos de representação em torno dos quais a sociedade da globalização se organiza (Castells, 2003).

A Internet, particularmente, funciona como uma fonte de informação disponível sem restrições, local de aprendizagem e meio de consumo de produtos e de serviços com cariz sexual - situação principalmente referida pelos rapazes e manifestamente com menor visibilidade nos discursos das raparigas - confirmando que as novas tecnologias de informação e comunicação desempenham o papel de produtores/socializadores e disseminadores de importantes códigos no processo de aprendizagem da sexualidade actuando directa ou indirectamente em aspectos pessoais e íntimos da vida destes/as jovens (Plummer, 2003b). É neste sentido que se pode afirmar que o quotidiano se reorganiza em torno de uma permanente presença da sexualidade.

Os e as jovens recorrem à ferramenta tecnológica que os elucida sobre práticas sexuais e proporciona experiências de sensações e sentimentos. Contudo, percebe-se um sentido crítico negativo em relação aos recursos tecnológicos - que se manifesta quando criticam a facilitação que estes recursos constituem no sentido da precocidade das vivências da sexualidade por parte dos mais novos. A avaliação moral incorporada assenta em valores e princípios inerentes ao risco (de avaliação médica), mas manifesta também um sentido de idealização da sexualidade para além do contacto puramente físico-pornográfico. Neste campo, contraditoriamente com o que praticam, os/as jovens reproduzem discursos próximos dos que atribuem aos progenitores.

Na verdade, a socialização da sexualidade parece acontecer mais em espaço público do que no espaço familiar. Com efeito, embora os/as jovens refiram frequentemente que a primeira vez que falaram de sexualidade foi com os pais, esta percepção junta-se uma outra, a de que em matéria de sexualidade “*os pais chegam tarde*”. Em permanência e de forma *não estruturada*, a sexualidade surge incrustada no quotidiano moderno o que faz com que os/as jovens integrem a impressão de que a sexualidade é algo já sabido.

“*Eu faço Sexo amoroso...*”

A realização de uma sexualidade activa aparece normalizada como consequência lógica do processo próprio da trajectória juvenil. Percebida como uma dimensão

individualizada, os/as jovens tomam a decisão de (poderem) optar quando e com quem têm relações sexuais/coitais. A noção de que se deve esperar pelo casamento para terem relações sexuais/coitais surge completamente ultrapassada, sendo realçada a importância do relacionamento sexual para a continuidade dos relacionamentos amorosos. Especificamente manifestada pelas raparigas, esta decisão surge associada ao sentido de responsabilidade, que por elas é entendido como um atributo da maturidade. Ou seja, no contexto da modernidade tardia, a sexualidade deixou de ser entendida como uma exclusiva condição natural e é percebida como um elemento maleável do *self* – como ligação entre corpo, auto-identidade e normas sociais (Giddens, 1996).

Esta opção, legitimada pela sociedade, é um indicador de mudança. Com efeito, o sentido atribuído à virgindade, principalmente das raparigas, deixou de ser uma condição através da qual tudo mais era avaliado (seriedade, reputação e honradez). Nos rapazes, a virgindade chega a ter um sentido depreciativo de não virilidade ou de orientação sexual homossexual. No entanto, está presente o valor moral atribuído à virgindade feminina - numa concepção de tipo essencialista em que a virgindade é corporizada pelo hímen, os discursos dos rapazes denunciam a importância que é atribuída à virgindade ao proferirem a expressão: “perder a virgindade”.

Apesar desta importante mudança, a classificação das raparigas em “*fáceis*” e “*vadias*” por oposição às “*sérias*”, dá a perceber a persistência de uma moral sexual diferenciada. A *vadia*, associada ao contexto de sexualidade compulsiva orientada quase exclusivamente por impulsos internos do organismo para o prazer e o desejo, é percebida como provocadora/tentadora. Contrariando as expectativas sociais representada pela mulher virtuosa, as raparigas “*fáceis*” (assim denominadas) surgem vinculadas a contextos relacionais fugazes. São as virtuosas (ou “*sérias*”) que surgem ligadas a um contexto relacional mais duradouro em que se implica um maior comprometimento e que remete para a conjugalidade. São essas as raparigas “*honradas*” (Peristiany, 1971) com quem se pode casar.

Assim, a iniciação sexual/coital parece ter um significado diferente para rapazes e raparigas do ponto de vista do relacionamento. Nas raparigas, ela acontece num quadro

relacional subjacente a um sentido de continuidade – por vezes com o manifesto desejo de conjugalidade. Este sentido – que vai ao encontro das expectativas dos progenitores – é percebido pelos rapazes que dele se distanciam no que respeita a si próprios e se situam mais na experimentação. Situação evocada por um rapaz quando afirma: *Um rapaz é capaz de ir ter com uma rapariga a seguir, vai tentar escolher outra rapariga, ... enquanto que a rapariga já pensa o contrário: é aquele rapaz e é para casar.*

No registo de mudança em relação ao passado, a forma de iniciação sexual/coital dos rapazes já não parece passar pelo recurso à prostituição (situação ainda referenciada por Pais (1993; 1998b) na década de noventa, mas que já era prevista por (Vaz, 1988) como uma situação em alteração). Os rapazes da nossa amostra (os que se manifestaram explicitamente) tiveram a primeira relação sexual/coital com *uma pessoa de quem gostam* – situação que os faz sentir mais à-vontade e terem mais confiança. A iniciação sexual dos rapazes acontece num contexto de envolvimento relacional (associada a um sentido de continuidade), manifestamente sem propósitos de conjugalidade, mas nunca referenciado como relação esporádica e ocasional.

Sem constituir um limite definido que demarque a iniciação sexual/coital, a noção de idade ideal surge nos discursos juvenis como claramente submetida a lógicas e a variações sociais. É assim que a idade adequada para a iniciação sexual aparece variável em função da escolaridade. É essa inscrição na realidade cultural, com os seus valores e costumes simbólicos que atribui os significados de precoce ou tardio – recordando o *habitus* (Bourdieu, 1979) como conjunto de recursos simbólicos disponíveis que os indivíduos ou grupos podem usar na sua acção, atribuindo-lhe sentido.

As diferenças de género voltam a marcar presença na discussão sobre a primeira relação sexual/coital que surge associada a “medos” que são diferenciados de acordo com a Masculinidade e feminilidade (Héritier, 1998). Nos discursos dos rapazes, os medos surgem relacionados à masculinidade viril (ao medo de não ser capaz e de falhar). As raparigas centram os seus receios nas consequências do acto (nomeadamente no medo de engravidar e no sentido de uma não realização dos propósitos conjugais).

As sensações descritas da primeira relação sexual/coital deixam perceber que este momento foi menos apazível do que era de esperar, vivido de forma pouco confortável e manifestado com um sentimento de desilusão em relação às expectativas. Parece oportuno equacionar a hipótese de que a informação entretanto assimilada pelo consumo de produtos com cariz sexual gere expectativas elevadas. De facto, é alto o nível de conhecimento de práticas eróticas e/ou pornográficas adquirido através dos diversos meios de comunicação de massas disponíveis. Estará provavelmente em causa a qualidade da aprendizagem que estes recursos possibilitam / disponibilizam e que é de tipo técnico, sem trabalho das dimensões psicológica e relacional. Com efeito, apesar de todo esse conhecimento, a primeira relação sexual/coital foi referida como sendo vivida com vergonha da nudez do corpo e especificamente dos órgãos genitais.

As sensações pouco apazíveis da primeira relação sexual/coital desaparecem com o aumento da intimidade. Numa acentuada convergência entre os e as jovens, a sexualidade é experienciada com prazer, relativamente descentrada da genitalidade e vivenciada num quadro de uma relação continuada, deixando de ser percebida com vergonha e adoptando práticas de grande intimidade numa atitude de que “*tudo é possível*”. A sexualidade é então experienciada num quadro de romantismo e de “hedonismo-erótico”. A *ars erótica* apreendida no espaço público entra não só nos discursos, mas também nas experiências sexuais. O contexto de relacionamento continuado legitima o prazer sexual erótico como manifestações de amor – concepção que foi apelidada de “*sexo amoroso*”. Já Pais (1998b) referiu que a procura do prazer carnal é legitimada através do valor simbólico atribuído ao erotismo enquanto veículo do amor.

A sexualidade é vivenciada com à-vontade e sem sentimento de culpa, no que mais uma vez expressa uma legitimação social da sexualidade juvenil. A sexualidade dos/das jovens é vivida no quadro doméstico, frequentemente no seu quarto de dormir, com privacidade garantida, explicitamente ou não, pelos/as progenitores. A alteração do controlo da sexualidade pela família é justificada pelos/as jovens como um comportamento inerente aos ritmos da sociedade moderna – os/as progenitores passam muito tempo fora de casa, situação que (segundo eles/as) não acontecia no passado,

especificamente por parte da mãe. Na visão destes/as jovens, a geração dos progenitores viveu tempos arcaicos em que tudo era proibido e em que a sexualidade era altamente controlada. A relativa flexibilização prática desse controlo por formas “clandestinas” de o contornar (o que é convocado por uma jovem quando lembra que *nesses tempos também apareciam grávidas*) é mais um indicador de que a sexualidade continua a não ser um tema facilmente dialogado no interior da família.

“O corpo acaba por ser a primeira impressão...”

É claramente a relação com os outros que está presente nas exigências do corpo relacional. Adoptando uma imperativa obediência às novas normatividades, entendidas enquanto “necessidades”/práticas do indivíduo moderno, os/as jovens dão a entender a dificuldade de as articular com algumas das representações incorporadas do passado próximo. Ou seja, percebe-se a dificuldade de associar práticas que traduzem mudanças, com a manutenção de práticas que, ainda que de forma modernizada, dão continuidade às aprendizagens e vivências do passado.

Assim, principalmente por parte dos rapazes, a aparência, significado de socialização *do biológico e da biologização do social* (Bourdieu, 1999), surge demarcada por mecanismos de regulação da masculinidade/feminilidade. O corpo dos rapazes redefine-se através de práticas e consumos de cuidados, próprios das exigências da sociedade actual (autodefinindo-se como metrossexuais). Contudo, estas condutas surgem associadas a um sentido fixo de aparência que tem subjacente a categoria do masculino como construção social naturalizada que o diferencia de/opõe a, o feminino. A apreciação do corpo (o próprio e o do outro) é feita sempre numa lógica heterossexual, orientada por categorias que validam o princípio activo do masculino e o princípio passivo do feminino. É isso que os incapacita, segundo eles, de apreciar a beleza de outros rapazes - incapacidade que aparece como um dado “naturalizado”. Num contexto de dominação masculina, eles observam e elas deixam-se observar.

O corpo é instrumentalizado por uma ideologia de consumo que o refere à ideia de juventude e magreza. A partir de um registo de corpos construídos com base nesse ideal de beleza, revelam-se estereótipos pensados no masculino e no feminino – neles, reflectindo a *performance*: musculado; e nelas, a beleza: redondo e sensual. Estes corpos reproduzem os signos reflectidos pelos modelos de massas, “*mensageiros*” de que somos responsáveis pelo nosso corpo e de que o devemos remodelar em coerência com esses modelos (Baudrillard, 1995). Contudo, reconhecemos as disposições interiorizadas da honra e da vergonha mediterrânicas (Peristiany, 1971) na postura crítica face aos artifícios (maquilhagem, peruca, vestuário formativo, etc.) que, segundo eles/elas, constroem uma aparência enganosa. Paralelamente, há incorporação de valores novos construídos pela sociedade de consumo: os/as jovens contrapõem aos artifícios os produtos de reconstrução do corpo apresentados como contendo qualidades de conservação e preventivas. A colonização da sociedade Illich (1975) pelo saudável/médico surge especificamente no recurso às cirurgias estéticas. A adopção destes recursos surge justificada pelo sentido de prevenção e regeneração, no fundo pela corporização do bem-estar biopsicossocial que é a definição actual de saúde.

Nesta pesquisa, verifica-se que os/as jovens, principalmente os rapazes, afirmam um corpo genitalizado, orientado por um entendimento associado à sexualidade compulsiva (Giddens, 1996) centrada na grande disponibilidade sexual a partir dos impulsos internos do organismo, com referencia ao sistema simbólico *androcêntrico* (Bourdieu, 1999). Por um lado, em relação à centralidade genital dos rapazes percebida no sentido de uma libido “descontrolada” pela excitação exteriorizada, visível e *autêntica* a que se contrapõe a sexualidade feminina percebida de forma contrária: interior, mais controlada e escondida – demonstrando que, na sexualidade feminina, tal como refere Giddens (1996), apesar de legitimada, persiste um maior constrangimento. Por outro, na presença de uma validação do domínio masculino quando por exemplo, nos discursos dos rapazes, emerge uma apreciação disciplinadora à forma como as raparigas se vestem. Num registo de significação moral do vestuário das raparigas existe o desejo de *confinamento simbólico* (Bourdieu, 1999), do vestuário a dissimular o corpo e, como refere o autor, chamá-lo à ordem a todo o momento.

Em suma, o corpo é objecto de atenções e investimentos quotidianos, pensado como matéria-prima, manipulável e manipulado. Assim, enquadrados no contexto da modernidade em que a identidade é um projecto, os/as jovens obedecem à lógica de normalização por imperativos sociais, de submissão e de regulação, atribuindo ao corpo uma conexão sujeito-objecto, de controlo e de propriedade. Como refere Foucault (1994), mobilizado pela tecnociência, ele vai permitir ao *biopoder* incitar a “ser” e a “fazer”.

O corpo surge como um lugar de significância, deixando-se perceber como: um corpo inscrito num conjunto de pertenças sociais; um corpo que codifica e enforma concepções do feminino e do masculino, definindo a posição social que cada um ocupa; um corpo que utiliza o olhar do “outro” para a própria auto-apresentação; um corpo que compete modelar e vigiar como reflexo de Eu e onde a revalorização de vigilância codificada se afasta das tradicionais normas pré-modernas e manifesta a penetração do *biopoder* na vida quotidiana.

“As raparigas são piores que os rapazes...”

Integrados no contexto líquido da modernidade (Bauman, 2001) e com trajectos de vida descontínuos, flexíveis e em constante mutação (Pais, 1993), os/as jovens classificam os modelos de relacionamento em códigos (*comer, curtir, andar e namorar*) que traduzem formas plásticas de sociabilidade e afectividade. Num mapear de diferentes graus de envolvimento, dão a perceber que existem arranjos específicos que servem os seus propósitos - uns que definem de cariz mais hedonista e outros, mais relacional.

Como já foi referido, esta categorização expressa a persistência de contornos de um duplo-padrão de género. O registo comportamental mais hedonista e momentâneo, associado à expressão “comer” e “curtir”, surge subjacente às intenções relacionais dos rapazes. Da mesma forma, mas com uma compreensão negativa, este modelo surge conotado com os propósitos relacionais de algumas raparigas: as “*fáceis*”; as “*vadias*”. Num registo que as contrapõe às “*virtuosas*”. É neste contexto que ganha sentido o

modelo relacional namorar, justificando a experimentação sexual associada a padrões de um “relacionamento sério”.

É no entanto importante ter em atenção que as lógicas de relacionamento não são necessariamente dicotómicas. Há rapazes que, distanciando-se da visão machista que informa as expressões “comer” e “curtir”, optam por práticas de relacionamento que implicam um maior comprometimento, nomeadamente no sentido da experimentação sexual associada a padrões de um “relacionamento sério”, sem terem experienciado relacionamentos unicamente com propósitos de recreação, situação que contraria a afirmação de propósitos exclusivamente hedonistas da trajectória relacional inicial nos jovens e aproxima as condutas entre rapazes e raparigas.

“Eu, para já, numa relação séria, vou usar sempre preservativo por causa da gravidez”

O domínio da contracepção é um campo de ambiguidades entre as forças modernas da racionalização – representadas pelo uso do preservativo aconselhado pela medicina para prevenir o risco de VIH/sida –, as forças morais subjectivas – representadas pela confiança na fidelidade do/a parceiro/a – e os preconceitos sociais – representados pelo medo da gravidez pré-conjugal. Claramente, a opção de contracepção é adaptada ao modelo relacional. Na “relação séria” (com características de cumplicidade e continuidade), a opção recai na tomada da pílula. Nos modelos relacionais menos vinculativos e mais de experimentação variada, a opção passa pelo preservativo. O uso do preservativo aparece igualmente na primeira relação sexual/coital e, complementar com a tomada da pílula, em relações continuadas. O significado incorporado de risco é objectivado no medo da gravidez - principalmente sentido pelas raparigas, mas também presente nos rapazes (denunciando a sua posição mais exterior face à maternidade/paternidade) – muito mais do que no da transmissão de doença.

Na generalidade dos discursos prevalece a ideia de “imunidade da *relação séria*”, no sentido de não risco de DST, expulso pela confiança mútua entre parceiros. Apesar de uma manifesta preocupação com os riscos de engravidar e da contaminação pelo

VIH/sida, os/as jovens desvalorizam a sua vulnerabilidade na relação continuada – situação igualmente encontrada na investigação realizada com mulheres adultas (Vieira et al., 2003) e homens adultos (Almeida & Vilar, 2008). O manifesto desejo de confiar no parceiro assenta em princípios da *relação pura* (Giddens, 1996) que alicerça a relação no grau de compromisso existente, na relação de confiança e na estabilidade (a longo prazo) assente na comunicação do casal.

Ou seja, o entendimento da sexualidade está ancorado à lógica da *medicalização* Illich (1975) que remete para a noção médica de saúde e para a moral de comportamento responsável (Jodelet, 1999; Sontag, 1993). Mas é um entendimento que comporta contradição, nomeadamente no que respeita ao cumprimento das normas pelas quais o saudável se avalia. Na prática, o conhecimento do saudável que é adoptado como crença, não se transforma necessariamente em disposição para agir (Lahire, 2005) – o que os estudos de sociologia “do saudável” encontram para a generalidade dos “comportamentos saudáveis” (Silva, 2008).

“Se for entre eles, não me importo!”

Em relação aos discursos que nos remetem para a questão dos modelos de orientação sexual percebemos que estes surgem num emaranhado de lógicas que mais não traduzem do que complexidades. Ou seja, os/as jovens dão-nos a conhecer vivências mescladas, construindo um edifício de argumentos que, mais uma vez, deixam perceber por um lado, pressupostos relacionados com concepções da modernidade e por outro, apontam para a persistência de uma certa continuidade de valores e representações do passado.

A primeira e talvez mais forte constatação é a de que as identidades sexuais hetero/homo são equacionadas num espaço de fronteiras que demarcam o “nós” e o “eles”. Claramente, ou se é homo ou se é hetero - o que significa não só que homossexuais “são os outros”, mas também que quem teve práticas homossexuais passa a “ser” homossexual. Este entendimento tem implícita a rejeição da identidade homossexual

que é entendida como transgressão. O registo é eivado da moralidade dominante até época muito próxima da nossa. “The belief that heterosexuality is the only natural form of sexual expression is rooted in a cultural framework that defines heterosexuality as compulsory and homosexuality as deviant or pathological” (Rich citado por Andersen, 1983: 82).

Aliás, a análise dos discursos é reveladora de como é essa moralidade da heteronormatividade que informa, ainda hoje, as representações sociais e as atitudes nesta matéria. A visão é essencialista, os géneros são diferentes e complementares por razões que remetem para o biológico. Nesse sentido, a homossexualidade é contra a natureza, é anormalidade, é doença. Interessante é verificar que, apesar desta concepção de desvio marcar fortemente os discursos, eles admitem que é cultural, no sentido de socializada e de construída, a visão que se tem sobre as orientações sexuais. Na realidade, o homossexual não é culpado da sua escolha – ela não é propriamente uma opção, mas mais uma vez, uma espécie de compulsão marcada pelo biológico - “nasceu assim”. Os discursos enredam-se, dando a ver a dificuldade de lidar com a novidade das imagens que a sociedade moderna vem expondo nesta matéria.

Tabu e estigma revelam-se com clareza nos discursos que os/as jovens fazem em seu nome próprio. No entanto, é aos/às progenitores que os/as jovens atribuem as atitudes excludentes. De si próprios, consideram que aceitam “os homossexuais” – aceitam tê-los como amigos, aceitam “falar com eles naturalmente em público”. Centradas no paradigma moderno de sexualidade, fixam-se concepções, representações e sentidos associados a uma sexualidade plural e heterogénea, representadas através de lógicas subjectivas de construção e reconstrução que aceitam a diversidade como norma (Plummer, 2003a; Weeks, 1985). Mas essa aceitação parece ser mais do nível da razão e da vontade informada pela reflexividade do conhecimento, do que do nível das atitudes – a atitude é de tolerância mas não é de in-diferença no sentido em que continua a interpretar como “diferente”. “[...] a tolerância comporta na sua génese desigualdade, posto que perpetua escalas de poder – é menos visível a localização do preconceito” (Moita, 2001).

Aceita-se o conceito de identidade homossexual. Mas não se consegue aceitar a sua prática, ou a visibilidade das práticas homossexuais. O homossexual pode sê-lo desde que não o exiba em público – o que faz lembrar o tempo, ainda recente, em que a sexualidade não devia ser exibida (na década de sessenta, um beijo num local publico era motivo para se ser levado para a esquadra). Vimos, aliás, que as manifestações da sexualidade, na família, ainda hoje não se exibem ou até se escondem.

Relacionada com a “mancha” ou estigma da homossexualidade está a ambiguidade que sempre caracteriza o medo do contacto com a diferença (Devereux, 1977). Por um lado, é inadmissível que se deseje ter uma experiencia homossexual – “*que nojo*”. A mancha é indelével, fixando a identidade homossexual como permanência para o futuro. Por outro lado, é com o medo do contágio do desejo que se justifica a não-experiência – “*quem experimenta não quer outra coisa*”. A relação homossexual é idealizada - dá mais prazer, contem mais fidelidade, envolve mais amor – no que parece representar uma fuga das dificuldades derivadas da obrigação social do relacionamento entre indivíduos/identidades individuais, substituindo-o pela identificação com um outro “igual a mim”.

Finalmente, importa acentuar que nestes discursos, “a homossexualidade” significada é essencialmente a masculina. Fala-se sobre a homossexualidade feminina, mas num registo algo secundário. O que verdadeiramente está em causa na transgressão da orientação homossexual é o ataque que representa à virilidade, à imagem do masculino como domínio de dominação activa. A homossexualidade feminina é falada mas nela os discursos não se detêm a não ser quando, diferentemente do que se passa no caso dos homens, afirmam a aceitação da prática de actos homossexuais femininos. O carácter manifestamente “voyeurista” da atitude masculina face a essas práticas, fazendo da(s) mulher(es) um objecto do prazer do homem, confirma a associação do perigo da homossexualidade com a ameaça à hegemonia do poder androcêntrico.

Em suma, nas importantes alterações que se verificam em matéria de sexualidade juvenil, por referência a uma época recente (cerca de três décadas), destaca-se a

legitimação da sexualidade dos/as jovens autonomizada do casamento; a informação assimilada pelos/as jovens com base, principalmente, nos meios tecnológicos; a experiência efectiva de sexualidade activa e o sentimento de autorização para dela falar em grupo; e a maleabilidade face à pluralidade de orientações sexuais.

Do ponto de vista das recorrências informadas pela ideologia mais tradicional, destaca-se o duplo padrão de género, percebido pelos/as jovens nos/as progenitores, mas presente com clareza em si próprios aos vários níveis das representações, das expectativas e das práticas. Sexualidade moralmente responsável é atributo de características mais restritivas para elas do que para eles.

Do ponto de vista da presença da tradição, é relevante também o tabu da sexualidade como tema usual do contexto familiar; e a rejeição, embora em processo de mudança, da homossexualidade. Estes são domínios em que a presença da reflexividade da ciência se faz particularmente notar.

Do ponto de vista ideológico, é visível a regulação pelo bio-poder, nomeadamente pela construção de uma noção de sexualidade responsável no registo de sexualidade informada pelo conhecimento médico. Embora, integrada numa lógica subjectiva, a sexualidade apareça incrustada a valores, símbolos e significados que ultrapassam a lógica da racionalidade científica e a relativizam na prática da não total adesão à sua normatividade.

Pela sua quase total ausência nos discursos, a escola e a educação sexual que aí se faz, aparecem (ou desaparecem) como referências relevantes na socialização da sexualidade – o que será, em si mesmo, significativo da marca do tabu que informa a informação que nesse domínio é feita e a dificuldade que se adivinha da comunicação com o corpo docente (à semelhança do que se passa com a comunicação na família).

BIBLIOGRAFIA

- Albarelo, L., Digneffe, F. and Hiernaux, J.-P. (1997), *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais* Lisboa, Gradiva.
- Alferes, V. (2002), *Encenações e Comportamentos sexuais*, Porto, Edições Afrontamento.
- Almeida, A.N.d. and Vilar, D. (2008), 'Literacia e práticas contraceptivas masculinas ', *Sexualidade e planeamento familiar* nº 50/51; Julho / Dezembro 34 - 42.
- Almeida, A.N.d., Vilar, D., André, I.M. and Lalanda, P. (2004), *Fecundidade e contraceção*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais - ICS.
- Almeida, J.F.d., Costa, A.F.d. and Machado, F.L. (1988), 'Famílias, Estudantes e Universidade: painéis de observação sociográfica', *Revista sociologia*, nº 4, Maio 11-44.
- Almeida, J.F.d. and Pinto, J.M. (1995), *A investigação nas ciências sociais* (5ªEd. Edition), Lisboa, Editorial Presença.
- Almeida, M.V.d. (1993), '*Sida : A doença Impura*', *Planeamento Familiar - APF*, nº 58/59.
- Ambrósio, M.T. (1985), 'Aspirações sociais e políticas de educação', *Mudanças sociais no Portugal de hoje XXI*; Nº 87-88-89, 1023 -1039.
- Andersen, M.L. (1983), *Thinking about Women - sociological perspectives on sex and gender*, London, Fourth Edition.

- Ariès, P. (1982a), '*L'amour dans le mariage*', in Ariès, A.B.P. (ed.), *Sexualités occidentales*, Paris, Éditions du Seuil.
- Ariès, P. (1982b), '*Le mariage indissoluble*', in (Direc.), P.A.A.B. (ed.), *Sexualités occidentales*, Paris, Éditions du Seuil.
- Ariès, P. (1988), *A criança e a vida familiar no Antigo Regime*, Lisboa, Relógio D'Água.
- Ariès, P. and Duby, G. (1990), *História da Vida Privada - da Europa feudal ao Renascimento.*, Porto, Edições Afrontamento.
- Backett, K.C. (1990), 'Studying health in families: a qualitative approach', in Cunningham-Burley, S. (ed.), *Readings in medical sociology*, Londres, Routledge.
- Bajos, N., Ferrand, M. and Andro, A. (2008), 'La sexualité à l'épreuve de l'égalité ', in Bajos, N. and Bozon, M. (eds.), *Enquête sur la sexualité en France: pratiques, genre et santé*, Paris, La Découverte
- Bardin, L. (1995), *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70.
- Barreira, C. (1996), '*Os estilos de vida e convívio quotidiano*', in Reis, A. (ed.), *Portugal 20 anos de democracia* (Temas e Debates Edition), Temas e Debates.
- Barreto, A. (1999), *Tempo de Mudança*, Lisboa, Relógio D'Água.
- Barreto, A. (2000a), *A situação social em Portugal 1960-1999*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Barreto, A. (2004), 'Mudança Social em Portugal: 1960-2000', in Barreto, A. and Pinto, A.C. (eds.), *Portugal contemporâneo* Lisboa, Dom Quixote.

- Barreto, o.A. (2000b), *A situação Social em Portugal 1960-1999*, Lisboa Imprensa de Ciências Sociais.
- Bastos, C. (2002), *Ciência, poder, acção: as respostas à Sida*, Lisboa, ICS.
- Baudrillard, J. (1995), *A sociedade de consumo*, Lisboa, Edições 70.
- Bauman, Z. (2001), *Modernidade Líquida*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Bauman, Z. (2005), *Identidade*, Rio de Janeiro, Jorge ZAHAR Editor.
- Beck, U. (2000), 'A reinvenção da política', in Beck, U., Giddens, A. and Lash, S. (eds.), *Modernização reflexiva*, Oeiras, Celta Editora.
- Berger, P.L. and Luckmann, T. (1999), *A construção social da realidade*, Lisboa, Dinalivro.
- Blaxter, M. (1998), *Health and lifestyles*, Londres, Routledge.
- Bloor, M., Frankland, J., Thomas, M. and Robson, K. (2001), *Focus groups in Social Research*, London, Sage Publications.
- Bourdieu, J.-C.P.P. (1964), *A Reprodução*, Lisboa, Editorial Vega.
- Bourdieu, P. (1979), *La Distinction*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, P. (1980), *Le Sens Pratiques*, Les Editions de Minuit.
- Bourdieu, P. (1982), *Ce que parle veut dire*, sem cidade Librairie Arthème Fayard.
- Bourdieu, P. (1999), *A dominação masculina*, Oeiras, Celta Editora.

- Bourdieu, P. (2002a), *Esboço de uma Teoria da Prática: precedido de três estudos de etnologia de Cabila*, Oeiras, Celta Editora
- Bourdieu, P. (2002b), *Questions de Sociologie*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, P., Chamboredon, J.-C. and Passeron, J.-C. (1983), *Le Métier de Sociologue* Paris Mouton Éditeur
- Bozon, M. (2002a), 'Sexualité et genre', in Laufer, J., Marry, C. and Maruani, M. (eds.), *Masculin-Féminin: questions pour les sciences de l'homme*, Paris, Presses Universitaires de France
- Bozon, M. (2002b), *Sociologie de la sexualité*, Paris, Nathan Université.
- Bozon, M. and Bajos, N. (2008), *Enquête sur la sexualité en France - pratiques, genre et santé*, Paris, La Découverte.
- Breton, D.L. (2003), *Des visages*, Paris, Éditions Métailié - 1^{ed} 1992.
- Bury, M. (1997), *Health and illness in a changing society*, London, Routledge.
- Butler, J. (1993), *Bodies that matter - on the discursive limits of sex* New York Routledge.
- Calnan, M. (1987), *Health and illness the lay perspective*, London and New York, Tavistock Public.
- Calnan, M. and Williams, S. (1991), 'Style of life and the salience of health: an exploratory study of health related practices in households from differing socio-economic circumstances', *Sociology of Health and Illness*, 13, 4, 506-529.

- Campenhoudt, L.V. (2003), *Introdução à análise dos fenómenos sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Charles, N. and Walters, V. (1998), 'Age and gender in women's accounts of their health: interviews with women in South Wales', *Sociology of Health and Illness*, 20, 3, 331-350.
- Caplan, P. (1996), 'The cultural construction of sexuality - Introduction', in Caplan, P. (ed.), *The cultural construction of sexuality*, London and New York, Routledge.
- Cascais, A.F. (2004), 'Corpo, poder e desigualdade', *Manifesto: sexualidades; éticas; estéticas*, nº5, Abril, 36-55.
- Castells, M. (2003), *O poder da Identidade - a era da informação: economia, sociedade e cultura*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cavalli, A. (1997), 'The delayed entry into adulthood: is it good or bad for society?' in Pais, J.M. and Chisholm, L. (eds.), *Jovens em Mudança - Actas do Congresso Internacinal Growing up between centre and periphery, Lisboa 2-4 de Maio de 1996*, Lisboa, Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Costa, A.F.d. and Machado, F.L. (1998), 'Processos de uma modernidade inacabada', in Viegas, J.M.L. and Costa, A.F.d. (eds.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- Crawford, R. (1994), 'The boundaries of the *self* and the unhealthy other: reflections on health, culture and AIDS', *Social Science Medicine*, 38, nº10, 1347-1365.
- Cruz, M.B.d. (1984), 'A condição social da juventude portuguesa', *Análise Social*, XX, nº 81 -82, 285-308.

- Daniel, H. and Parker, R. (1993), *Sexuality, politics and AIDS in Brazil*, London, The Falmer Press.
- Delgado, J.M. and Gutiérrez, J. (1994), *Métodos y técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales*, Madrid, Editorial Síntesis.
- Denzin, N.K. and Lincoln, Y.S. (1994), 'Introduction: entering the field of qualitative research', in Denzin, N.K. and Lincoln, Y.S. (eds.), *Handbook of qualitative research*, California Sage Publications
- Devereux, G. (1977), *Essais d'ethnopsychiatrie générale* (1ª ed.1970 Edition), Paris, Gallimard.
- Diniz, M.C. (1996), 'O amor e a sexualidade ', in Reis, A. (ed.), *Portugal 20 anos de democracia*, Temas e Debates.
- Dubar, C. (1997), *A socialização*, Porto, Porto Editora.
- Durkheim, É. (1987), *As regras do método sociológico* Lisboa Editorial Presença.
- Elias, N. (1989), *O processo civilizacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Elias, N. (1991), *La société des individus*, Paris, Librairie Arthème Fayard.
- Erikson, E.H. (1971), *Infância e Sociedade*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Fassin, D. (1996), *L'espace politique de la santé*, Paris, Presses Universitaires de France - PUF.
- Feixa, C. (1993), *La joventut com a matàfora - Sobre les cultures juvenils*, Generalitat de Catalunya; Departament de la Presidència; Secretaria General de Joventut.

- Feixa, C. (1999), *De jóvenes, bandas y tribus*, Barcelona, Editorial Ariel.
- Fern, E.F. (2001), *Advanced focus group research*, Thousand Oaks, London, New Delhi, Sage Publications.
- Ferreira, P.M. (2003), 'Situações juvenis de transição para a idade adulta', in Cabral, M.V. and Pais, J.M. (eds.), *Condutas de risco, práticas culturais e atitudes perante o corpo: resultados de um inquérito aos jovens portugueses em 2000*, Oeiras, Celta Editora.
- Figueiredo, E. (2001), *Valores e Gerações anos 80 anos 90*, Lisboa ISPA.
- Finger, S. (2000), *Sexualité et société*, Paris, Ellipses.
- Flandrin, J.-L. (1982), 'La vie sexuelle des gens mariés dans l'ancienne société: de la doctrine de l'Église à la réalité des comportements', in Ariès, P. and Béjin, A. (eds.), *Sexualités occidentales*, Paris, Éditions du Seuil.
- Flandrin, J.-L. (1995), *Famílias parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Fonseca, L. (2009), *Justiça social e educação - vozes, silêncios e ruídos na escolarização das raparigas ciganas e payas*, Porto, Edições Afrontamento.
- Foucault, M. (1994a), *A história da sexualidade I - A vontade de saber*, Lisboa, Relógio D'Água.
- Foucault, M. (1997), *Naissance de la Clinique*, Paris, P.U.F.
- Freidson, E. (1984), *La Profession médicale*, Paris, Payot.

- Frith, H. (2000), 'Focusing on sex: using focus groups in sex research', *Sexualities*, vol3(3), 275-297.
- Galland, O. (1991), *Sociologie de la jeunesse : l'entrée dans la vie*, Paris, Armand Colin.
- Gauntlett, D. and Hill, A. (1999), *TV living: television, culture and everyday life* London, Routledge.
- Giddens, A. (1996), *Transformações da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas* (2ª Edition), Oeiras.
- Giddens, A. (1997), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora.
- Giddens, A. (2000a), *Dualidade da estrutura - agência e estrutura* Oeiras Celta Editora
- Giddens, A. (2000b), 'Viver numa sociedade pós-tradicional', in Lash, U.B.A.G.S. (ed.), *Modernização reflexiva*, Oeiras Editora, Celta.
- Giddens, A. (2002), *As consequências da modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- Gillis, J.R. (1981), *Youth and history. Tradition and change in european age relations, 1770*, London, Academic Press.
- Goffman, E. (1993), *A apresentação do eu na vida de todos os dias* Lisboa, Relógio D'Água
- Goffman, E. (2003), *Manicómios, Prisões e Conventos*, São Paulo, Perspectiva.
- Halbwachs, M. (1972), *Classes sociales et morphologie*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Hall, G.S. (1931), *Adolescence*, New York and London, D. Appleton and Company.

- Hall, S. (1970), *Los hippies: una contra-cultura*, Barcelona, Editorial Anagrama.
- Hannay, D.R. (1980), 'The "Iceberg" of Illness and "Trivial" Consultations', *J. of the Royal College of General Practitioners*, 551-554.
- Heilborn, M.L. (1999), 'Construção de si, gênero e sexualidade', in Heilborn, M.L. (ed.), *Sexualidade - o olhar das ciências sociais* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Héritier, F. (1998), *Masculino feminino: o pensamento da diferença*, Instituto Piaget.
- Herzlich, C. (1996), *Santé et Maladie*, Paris, École des hautes Études en sciences Sociales, 1ªed 1969.
- Herzlich, C. (2005), 'A problemática da representação social e sua utilidade no campo da doença', *Physis: rev. saúde coletiva - 15 (suplemento)*, 57-70
- Hostetler, A.J. and Herdt, G.H. (1998), 'Culture, sexual lifeways, and developmental subjectivities: rethinking sexual taxonomies ', *Social Research*, 65, nº2 (summer).
- Ibañez, J. (1992), *Más allá de la sociología - El grupo de discusión: técnica y crítica*, Madrid, Siglo XXI de España Editores.
- Illich, I. (1975), *Némésis Médicale - L'expropriation de la santé*, Paris, Seuil.
- INE, P.-. (2001), 'Inquérito à Fecundidade e Família - Resultados Definitivos - 1997
http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=133771&PUBLICACOESStema=Qualquer&PUBLICACOESmodo=2.
- Jackson, S. and Jones, J. (1998), *Contemporary feminist theories*, Edinburgh, Edinburgh University Press.

- Jaspard, M. (2005), *Sociologie des comportements sexuels*, Paris, Éditions La Découverte.
- Jodelet, D. (1999), *Les représentations sociales*, Paris, Presses universitaires de France, 1^a Ed. 1989.
- Kaufmann, J.-C. (2003), *Sociologie du Couple*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Kaufmann, J.-C. (2005), *A invenção de Si*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Kelly, P.M. and Millward, L.M. (2004), 'Identity and illness', in Kelleher, D. and Leavey, G.e. (eds.), *Identity and Health*, London e NY, Routledge.
- Krueger, R.A. (1991), *El grupo de discusión- guía tráctica para la investigación aplicada* (Ediciones Pirámide, S.A. Edition), Madrid, Ediciones Pirámide,S.A.
- Lahire, B. (2003), *O Homem Plural: as molas da acção*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Lahire, B. (2005), *L'esprit sociologique*, Paris, Éditions la Découverte.
- Leandro, M.E. (2001), *Sociologia da família nas sociedades contemporâneas*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Lenoir, R. (1998), 'Objecto Sociológico e Problema Social', in Champagne, P., Lenoir, R., Merllié, D. and Pinto, L. (eds.), *Iniciação à prática sociológica*, Petrópolis, Editora Vozes Lda.
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G. and Boutin, G. (1994), *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*, Lisboa, Instituto Piaget
- Levi, G. and Schmitt, J.-C. (1996a), *Histoire des Jeunes en Occident - de l'antiquité à l'époque moderne*, Paris, Éditions du Seuil.

- Levi, G. and Schmitt, J.-C. (1996b), *Histoire des Jeunes en Occident - l'époque contemporaine*, Paris, Éditions du Seuil.
- Lipovetsky, G. (2000), *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Lopes, J.d.S. (1997), 'A economia portuguesa desde 1960', in Barreto, A. (ed.), *A situação social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa ICS - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa
- Lopes, J.T. (2004), 'Que corpo, para que sociedade? Formas contemporâneas de alienação', *Manifesto: sexualidades; éticas; estéticas*, nº5, Abril, 122-126.
- López, F. and Fuertes, A. (1999), *Para compreender a sexualidade*, Lisboa, APF - Associação para o Planeamento da Família.
- Loyola, M.A. (1999), 'A sexualidade como objecto de estudo das ciências humanas', in Heilborn, M.L. (ed.), *Sexualidade. O olhar das ciências sociais*, Rio de Janeiro Jorge Zahar Editor.
- Masters, W.H., Johnson, V.E. and Kolodny, R.C. (1987), *La sexualidad humana*, Barcelona, Grijalbo.
- Mead, M. (1966), *L'un et l'autre sexe*, Éditions Denoël / Gonthier.
- Mead, M. (1968), *Coming of age in Samoa: a psychological study of primitive youth for Western civilisation*, New York, Apollo Editions.
- Michel, A. (1978), *Sociologie de la famille et du mariage*, s/cd, Presses Universitaires de France.

- Moita, M.G.M.N. (2001), 'Discursos sobre a homossexualidade no contexto clínico', *Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar* Porto, Universidade do Porto.
- Mónica, M.F. (1997), 'A evolução dos costumes em Portugal 1960-1995', in Barreto, A. (ed.), *A situação social em Portugal 1960-1995*, Lisboa ICS - Universidade de Lisboa.
- Monteiro, S. (1999), 'Gênero, sexualidade e juventude numa favela carioca', in Heilborn, M.L. (ed.), *Sexualidade - o olhar das ciências sociais*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Morgan, D.L. and Krueger, R.A. (1993), 'When to use focus groups and why ', in Morgan, D.L. (ed.), *Successful focus groups*, London, Sage Publications
- Pais, J.M. (1985), 'Família, sexualidade e religião', *Análise Social*, XXI (86), 345-389.
- Pais, J.M. (1990), 'A construção sociológica da juventude - alguns contributos ', *Análise Social 3ª série*, XXV, nº 105 -106, 139-165.
- Pais, J.M. (1993), *Culturas Juvenis* (Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Edition), Lisboa.
- Pais, J.M. (1996), 'A geração yô-yô', *Dinâmicas Multiculturais, Novas Faces, Outros olhares*, vol. II, Lisboa, 111- 125.
- Pais, J.M. (1998a), 'Da escola ao trabalho: o que mudou nos últimos anos?' in Cabral, M.V. and Pais, J.M. (eds.), *Jovens portuguesas de hoje*, Oeiras, Celta Editora.
- Pais, J.M. (1998b), 'Sexualidade', in Almeida, J.F.d., Pais, J.M., Torres, A.C., Machado, F.L., Ferreira, P.A. and Antunes, J.S. (eds.), *Jovens de hoje e de aqui*, Loures, Câmara Municipal de Loures - departamento sócio-cultural.

- Pais, J.M. (2000), 'Transition and youth cultures: forms and performances', *International Social Science Journal*, nº 164, 219-232.
- Pais, J.M. (2001), *Ganchos, tachos e biscates. Jovens, trabalho e futuro*, Porto, Âmbar.
- Parsons, T. (1955), 'Structure sociale et processus dynamique: le cas de la pratique médicale moderne', in Herzlich, C. (ed.), *Médecine, Maladie et Société*, Paris, Mouton.
- Parsons, T. (1973), *Le système des sociétés modernes*, Paris, Dunod.
- Peristiany, J.G. (1971), *Honra e Vergonha: valores das sociedades mediterrânicas* Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pierret, J. (1984), 'Les Significations sociales de la santé: Paris, l'Essone, l'Hérault', in Augé, M. (ed.), *Le Sens du mal Anthropologie, histoire, sociologie de la maladie*, Paris, Éditions des Archives Contemporaines.
- Pierret, J. (2003), 'The illness experience: state of knowledge and perspectives for research', *Sociology of Health & Illness*, 25, 4-22.
- Pina-Cabral, J.d. (1989), *Filhos de Adão, filhas de Eva - a visão do mundo camponesa do Alto Minho*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Pinto, J.M. (1984), 'Questões de Metodologia Sociológica (I)', *Cadernos de Ciências Sociais* Ano 1, nº1, Junho, 5-42.
- Pinto, J.M. (1985), 'Questões de Metodologia Sociológica (III)', *Cadernos de Ciências Sociais* nº3, Junho, 133-156.
- Pitt-Rivers, J. (1971), 'Honra e posição social', in Peristiany, J.G. (ed.), *Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrânicas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

- Plummer, K. (2003a), *Intimate citizenship*, Washington, University of Washington Press.
- Plummer, K. (2003b), 'Intimate citizenship and culture of sexual story telling', in Weeks, J. (ed.), *Sexualities and society*, Cambridge, Polity Press.
- Quivy, R. and Campenhoudt, L.V. (1992), *Manual de investigação em ciências sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Ramalho, M.I. (2002), 'A sogra de Rute ou intersexualidades', in Santos, B.d.S. (ed.), *Globalização:fatalidade ou utopia?*, Porto, Edições Afrontamento.
- Reinisch, J.M. and Beasley, R. (1990), *The Kinsey Institute new report on sex*, New York, Penguin Books.
- Rich, A. (1980), 'Compulsory heterosexuality and lesbian existence. Signs', *Journal of women in culture and society*, 5(4), 631-660.
- Rogemont, D.d. (1982), *O amor e o Ocidente*, Lisboa, Moraes Editores.
- Rouco, J.J.M. (1999), 'Sexualidade e mudanças de comportamentos: uma estratégia lúdica de prevenção da Aids', in Heilborn, M.L. (ed.), *Sexualidade. O olhar das ciências sociais*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Sampaio, D., Baptista, M.I.d.C.A.M., Matos, M.G.d. and Silva, M.O.d. (2005 a 2007), 'Grupo de Trabalho de Educação Sexual (GTES) - Relatórios: preliminar, de Progresso e Final '.
- Santos, B.d.S. (1989), *Introdução a uma ciência pós-moderna*, Porto Edições Afrontamento.

- Santos, B.d.S. (1993), *Portugal: um retrato singular*, Santa Maria da Feira.
- Saraceno, C. (1992), *Sociologia da família*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Schmidt, M.L. (1985), 'A evolução da imagem pública da juventude portuguesa:1974-84', *Análise Social XXI*, (87-88-89), 1053-1066.
- Serrão, J. (1995), 'Notas sobre a emigração e mudança social no Portugal contemporâneo', *Análise Social XXI*, nº84 (88-89), 995-1004.
- Shorter, E. (1995), *A formação da família moderna*, Lisboa, Terramar.
- Silva, D.P.d., Carvalho, J.L.S., Telhado, C. and Romão, F. (2005), 'Avaliação das práticas contraceptivas das mulheres em Portugal', Sociedade Portuguesa de Ginecologia e Sociedade Portuguesa de Medicina da Reprodução.
- Silva, L.F.d. (2008), *Saber Prático de Saúde: as lógicas do saudável no quotidiano* Porto, Edições Afrontamento.
- Simon, W. (2003), 'The postmodernization of sex', in Weeks, J., Holland, J. and Waites, M. (eds.), *Sexualities and Society*, Cambridge, Potity.
- Sontag, S. (1993), *La maladie comme métaphore / Le Sida et ses Métaphores*, Christian Bourgois Editeur.
- Stewart, D.W., Shamdasani, P.N. and Rook, D.W. (2006), *Focus Groups -theory and practice:Second Edition*, Thousand Oaks; London; New Delhi, Sage Publications.
- Strauss, A. (1967), *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*, New York, Aldine de Gruyter.

- Strauss, A. (1992), *La trame de la négociation*, Paris, L'harmattan.
- Torres, A.C. (1996), *Divórcio em Portugal*, Oeiras, Ditos e Interditos.
- Torres, A.C. (1997), 'Casar? Porque não? Práticas e perspectivas de jovens portuguesas sobre o casamento e a família', in Chisholm, J.M.P.L. (ed.), *Jovens em mudança* Lisboa ICS.
- Torres, A.C. (2001), *Sociologia do casamento*, Oeiras, Celta Editora.
- Townsend, P. and Davidson, N.e.s. (1983), *Inequalities in health - the black report*, GB, Penguin Books.
- Vala, J. (1999), 'A análise de conteúdo ', in Silva, A.S. and Pinto, J.M. (eds.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto Edições Afrontamento.
- Valles, M.S. (2007), *Técnicas cualitativas de investigación social*, Madrid, Editorial Síntesis, S.A.
- Vasconcelos, P. (1998), 'Práticas e discursos da conjugalidade e de sexualidade dos jovens portuguesas', in Cabral, M.V. and Pais, J.m. (eds.), *Jovens portuguesas de hoje*, Oeiras, Celta Editora.
- Vaz, J.G.M. (1988), ' O ensino da sexologia - relato de uma experiência ', *Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar* Porto Universidade do Porto.
- Vaz, J.M. (1996), *Educação sexual na escola*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Velho, G. (1999), *Individualismo e cultura* (5ªEd. Edition), Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor

- Vieira, C., Silva, L.F., Moura, M. and Pinto, S. (2003), 'Comportamentos de risco em mulheres portuguesas', <http://www.aidscongress.net/4congresso.php>.
- Vilar, D. (2002), *Falar disso A educação sexual nas famílias das adolescentes*, Porto, Edições Afrontamento.
- Wall, K. (2005), *Famílias em Portugal: percursos, interações, redes sociais*, Lisboa, ICS-Imprensa de Ciências Sociais.
- Wall, K. and Aboim, S. (2003), 'Perfis regionais de mudança familiar', *Sociologia - problemas e práticas*, nº43, 97-100.
- Weber, M. (1971), *Économie et société*, Paris, Plon.
- Weeks, J. (1985), *Sexuality and its discontents- meanings, myths & modern sexualities*, London and New York, Routledge.
- Weeks, J. (1989), *Sex, politics & society*, London e New York, Longman.
- Weeks, J. (2003a), 'Necessary fictions: sexual identities and politics of diversity', in Weeks, J., Holland, J. and Waites, M. (eds.), *Sexualities and Society*, Cambridge, Polity Press.
- Weeks, J. (2003b), *Sexuality - second edition*, London and New York, Routledge.
- Weeks, J., Holland, J. and Waites, M. (2003), 'Understanding sexualities and society', in Weeks, J., Holland, J. and Waites, M. (eds.), *Sexualities and Society*, Cambridge, Polity Press.
- Williams, G. (1984), 'The genesis of Chronic Illness: narrative re-construction', *Sociology of Health and Illness*, 175-200.

Zola, I.K. (1973), 'Pathways to the doctor - from person to patient', *Social Science & Medicine*, 7, 677-689.